

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-graduação em História Social
SUELEN CRISTINA MARCELINO DE CAMPOS

A construção do “inimigo interno” e o papel da grande mídia brasileira nos anos de 1964-1968: *O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo*

Versão Original

São Paulo
2023

SUELEN CRISTINA MARCELINO DE CAMPOS

A construção do “inimigo interno” e o papel da grande mídia brasileira nos anos de 1964-1968: *O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo*

Dissertação apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino

Versão Original

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Cc Campos, Suelen Cristina Marcelino de
A construção do "inimigo interno" e o papel da grande mídia brasileira nos anos de 1964-1968: O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo / Suelen Cristina Marcelino de Campos; orientadora Maria Aparecida de Aquino - São Paulo, 2023.
175 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Regime Militar. 2. Mídia. 3. Anticomunismo. 4. DSN. I. Aquino, Maria Aparecida de , orient. II. Título.

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Assinatura _____

Dedico este trabalho a todas e todos que sonham com uma sociedade plural e justa e que não cansam de lutar por dias melhores.

AGRADECIMENTOS

Ao realizar esta dissertação, percebi ainda com mais clareza que a vida é feita do compartilhar e partilhar. Nesse percurso que carregou as mais inúmeras surpresas e espantos, contei com tantas pessoas. Não poderia deixar de registrar o meu agradecimento a algumas delas.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida de Aquino, por estar comigo nessa jornada, por toda confiança e apoio, por seu olhar sempre atento que me impulsionou a ressignificar diversas questões. Por tanto conhecimento partilhado, sou extremamente grata.

À minha banca de qualificação, composta pela Prof^a Dr^a Sara Albieri e Prof. Dr. Walter Swensson Cruz Júnior. À professora Sara agradeço a sua leitura atenta e sugestões que apresentaram novos caminhos para esta pesquisa e também por sua atenção comigo. Ao professor Walter agradeço pelas suas contribuições e comentários que enriqueceram a minha pesquisa e pelo seu apoio, que me acompanha desde a graduação, depositando sempre confiança em mim. Admiro seu trabalho enquanto pesquisador, mas sobretudo a sua humanidade.

À Prof^a Dr^a Letícia Nunes de Moraes, por seu olhar atento a essa pesquisa, por seu apoio e todo conhecimento partilhado. Admiro sua capacidade de reconstrução e o carinho e respeito com que trata as pessoas que a cercam.

Às amigas que a Universidade de São Paulo me trouxe, Daiara, Fernanda e Giulia, com quem partilhei todas as ansiedades e alegrias desse processo. Foram inúmeras mensagens compartilhadas, os áudios imensos e a mesma resposta de sempre: “Vai dar certo, estamos juntas!”. Jamais teria conseguido sem o apoio, o carinho e as risadas proporcionadas por vocês.

À minha família, meu lar, o maior e melhor abrigo que eu poderia ter, não só nessa jornada, como em toda a minha vida. Vocês não poupam esforços para estar comigo em todos os momentos e desde sempre me incentivam. Obrigada pela paciência com as minhas ausências durante a realização do mestrado e por acreditarem em mim incansavelmente. Aos meus pais, Adriana e Fernando, e à minha irmã, Dudu, por serem o meu *tudo*. À minha tia Ariana, aos meus avôs, Antônio e Carmem, por estarem sempre perto. A vocês todo meu amor!

Aos meus amigos da vida, aqueles que estão comigo em todo momento, que me incentivam e acolhem, que ouvem as minhas dores, ansiedades e alegrias. A vocês Carol, Dal, Larissa Braz, Laryssa Damasceno, Lucas e Samira, minha eterna gratidão.

Por fim, à família Salutar, que me ensina constantemente a ver a beleza da vida e a esperar na caminhada.

“Nada a temer
senão o correr da luta.
Nada a fazer
senão esquecer o medo.
Abrir o peito à força
numa procura
Fugir às armadilhas
da mata escura.”

Milton Nascimento

RESUMO

CAMPOS, Suelen Cristina Marcelino de. A construção do “inimigo interno” e o papel da grande mídia brasileira nos anos de 1964-1968: *O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo*. 2023. 219f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Esta pesquisa estuda a presença do discurso anticomunista em três jornais da grande imprensa brasileira durante o Regime Militar Brasileiro. Foram realizadas leituras dos diários *O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e O Globo* durante os meses que antecederam o golpe civil-militar, em abril de 1964, até o ano de 1968, o que corresponde, portanto, aos primeiros anos do Regime Militar brasileiro. Nesse período a grande mídia esteve próxima do discurso defendido pelo regime e não ainda estava sob censura direta e institucionalizada. Desse modo, foi possível compreender outra faceta do autoritarismo que, através das mídias e suas ferramentas de discurso, buscou cercear as ações das oposições gerando instabilidade e medo além do uso da força física, praticada pelo aparato repressivo, e de outras ferramentas de coerção social através da construção de um imaginário anticomunista baseado na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que garantia uma fundamentação teórica aos atos e estruturas do Estado Autoritário pós-1964. A pesquisa evidencia a construção dessas narrativas de alarme anticomunista nas esferas políticas.

Palavras-chave: Regime Militar Brasileiro, Doutrina de Segurança Nacional, Anticomunismo, Mídia, Jornais, Inimigo Interno.

ABSTRACT

CAMPOS, Suelen Cristina Marcelino de. The construction of the “internal enemy” and the role of the Brazilian mass media in the years 1964-1968: *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* and *O Globo*. 2023. 219 f. Dissertation (Master’s Degree) - Faculty of Philosophy, Literature and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2023.

This research aims to study the anti-communism discourse in three Brazilian newspapers, part of mainstream media, reverberated during the Brazilian Military Regime. In this sense, through the readings of the newspapers *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, and *O Globo*, we start from the months preceding the civil-military coup from 1964 to 1968, corresponding to the first years of the Brazilian Military Regime. This period represents the moment when the mainstream media would be close to the discourse defended by the regime and would not be under direct and institutionalized censorship. Thus, we present the regime's pursuit to create an atmosphere of fear, using, besides the physical force of the repressive system, other tools of social coercion through the establishment of an anti-communist imaginary, having as its main base the Doctrine of National Security which guaranteed a theoretical foundation to the authoritarian State's acts and structures. The research seeks to highlight the development of these anti-communist alarm narratives in the political spheres.

Keywords: Brazilian Military Regime, National Security Doctrine, Anti-Communism, Media, Newspapers, Internal Enemy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADESG	Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
AI	Ato Institucional
AP	Ação Popular
ANL	Aliança Nacional Libertadora
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BC	Banco Central
CNV	Comissão Nacional da Verdade
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FNFi	Faculdade Nacional de Filosofia
FSP	Folha de S. Paulo
GLO	O Globo
GR	Guerra Psicológica
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IRPAC	Instituto Superior Pastoral Catequética
JEC	Juventude Estudantil Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MEB	Movimento de Educação de Base

ONU	Organização das Nações Unidas
OESP	O Estado de S. Paulo
PEI	Política Externa Independente
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PD	Partido Democrático
SNI	Serviço Nacional de Informação
Consultec	Sociedade Brasileira Civil de Planejamento e Consultas Técnicas
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Jornais, ideologia e discurso	25
Fontes e metodologia	33
CAPÍTULO 1: 1964 - A ARTICULAÇÃO DO GOLPE	40
1.1 O pré-golpe: últimos ajustes	40
1.2 A radicalização dos sujeitos	57
1.3 O perigo na Presidência	68
CAPÍTULO 2: O INIMIGO É MEU VIZINHO (1964-1968)	77
2.1 Os primeiros atos	78
2.2 A política interna	82
2.3 A política externa	92
CAPÍTULO 3: A SOMBRA DO MAL (1965-1968)	99
3.1 Educação	101
3.2 Cultura	123
3.3 Igreja Católica	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148
Livros	148
Capítulos de livros	150
Artigos de periódicos	151
Dissertações e teses	153
Trabalhos apresentados em eventos	154
Legislação	154
Músicas	155
APÊNDICE A: TEMA - EDUCAÇÃO	156
APÊNDICE B: TEMA - CULTURA	158
APÊNDICE C: TEMA - IGREJA CATÓLICA	160
APÊNDICE D: FONTES DE FOLHA DE S. PAULO	162
APÊNDICE E: FONTES DE O ESTADO DE S. PAULO	167
APÊNDICE F: FONTES DE O GLOBO	173

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surgiu dos meus anseios por compreender a intenção do Regime Militar brasileiro ao criar uma atmosfera de medo por meio da construção de um discurso e mecanismo que buscavam disseminar a desconfiança sobre os comunistas nas esferas sociais, políticas e culturais da sociedade brasileira como ferramenta de controle social. Especificamente, eu gostaria de compreender o discurso criado pelo regime e sua propagação através das grandes mídias. Quais impactos e projeções suas aspirações foram capazes de gerar? Em meus questionamentos pessoais passavam-se indagações como estas: foi possível de fato criar um clima extremamente alarmante sobre a tomada de poder pelos comunistas? Qual imagem do comunismo era transmitida para a sociedade brasileira para que fosse possível buscar o medo como ferramenta de controle? Quais grupos potencializaram e se apropriaram das narrativas anticomunistas? Quais mensagens chegavam às casas de brasileiros e brasileiras sobre a realidade da nação?

Após conversas com a orientadora, compreendi que a melhor forma de me aproximar de algumas dessas respostas, ou mesmo formular novas perguntas, era justamente através da leitura e da análise dos jornais de grande circulação, pois à mídia coube significativa parte de responsabilidade em relação à projeção da imagem de “inimigo interno” sobre a população brasileira.

O dia 31 de março 1964 marcou de forma dramática a história brasileira. Um golpe civil-militar, que contou com o apoio de amplos setores da sociedade civil, especialmente o empresariado e a grande mídia, depôs o presidente eleito João Goulart e instaurou os militares no poder.¹

João Belchior Marques Goulart (1919-1976), o Jango, foi presidente do Brasil de 1961 até o golpe civil-militar de 1964. Foi eleito vice-presidente de Jânio Quadros e assumiu o cargo após a renúncia do então presidente, em 1961. Jango sofreu forte oposição das Forças Armadas para assumir o cargo da Presidência. Quando se tornou presidente da República, teve, porém, seus poderes limitados por um sistema de governo parlamentarista. Apenas em 1963, através de um plebiscito, o país retornou ao regime presidencialista e Jango passou a ter poderes plenos enquanto presidente da República. Na Presidência, pautou então as chamadas Reformas de Base, e passou a enfrentar ainda mais pressões dos setores conservadores da sociedade brasileira, culminando na sua deposição do cargo e no golpe civil-militar de 1964. Exilou-se no Uruguai e na Argentina, onde ficou até a sua morte, em 1976, por um ataque

¹ Conf. DREIUSS, René. **A conquista do Estado**: ação política e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

cardíaco. Em 2013, para pôr fim às dúvidas acerca da natureza da sua morte, geradas por depoimentos que alegavam que o ex-presidente poderia ter sido assassinado por agendas da Operação Condor, operação militar criada em parceria entre o Brasil e as ditaduras da Argentina e do Uruguai a fim de perseguir e exterminar os opositores políticos, seu corpo foi exumado para verificar se havia indícios de envenenamento. No entanto, as análises não acusaram a presença de nenhuma substância que pudesse comprovar o envenenamento de Jango.

Com a deposição de Goulart, entre 1964 e 1985, sucessivos governos de generais de carreira se alternaram na Presidência da República: Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), Artur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1980) e João Batista Figueiredo (1980-1985). Durante duas décadas o Brasil viveu sob um Estado de exceção que exercia intenso controle social e alterou a estrutura política do país. Um dos pilares de sustentação do regime autoritário que passou a ser consolidado a partir de 1964 foi o estabelecimento de uma eficaz política de censura, cometendo-se ainda as mais diversas formas de atrocidades contra aqueles acusados de praticar “atos subversivos”, ou seja, se opor ao governo. Muitas ações realizadas pelo Estado Autoritário pós-1964 se configuram como crimes contra a humanidade.

De acordo com a tipificação apresentada no Tribunal de Nuremberg que, entre 1945 e 1946, julgou crimes cometidos durante a Segunda Guerra Mundial e consumada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1946, caracteriza-se crime contra a humanidade qualquer ação que avilte a condição humana, ferindo a dignidade de qualquer pessoa.

A legislação brasileira, seguindo o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, acolheu esta tipificação no Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002, que, em seu artigo 7º define como crime contra a humanidade:

[...] um dos atos seguintes, quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque:

- a) Homicídio;
- b) Extermínio;
- c) Escravidão;
- d) Deportação ou transferência forçada de uma população;
- e) Prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave, em violação das normas fundamentais de direito internacional;
- f) Tortura;
- g) Agressão sexual, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável;
- h) Perseguição de um grupo ou coletividade que possa ser identificado, por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos ou de gênero, tal como definido no parágrafo 3º, ou em função de outros critérios universalmente reconhecidos como inaceitáveis no direito internacional, relacionados com qualquer ato referido neste parágrafo ou com qualquer crime da competência do Tribunal;

- i) Desaparecimento forçado de pessoas;
- j) Crime de apartheid;
- k) Outros atos desumanos de caráter semelhante, que causem intencionalmente grande sofrimento, ou afetem gravemente a integridade física ou a saúde física ou mental.²

Nesse sentido, configuram-se crimes contra humanidade ações exercidas pelo Estado que firam a condição humana contra seus próprios compatriotas. O Estado Autoritário pós-1964 possuía, em sua estruturação, uma política de Estado que praticava ações caracterizadas de crimes contra a humanidade, fato destacado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV):³

A utilização sistemática da tortura estava prevista nas diretrizes da denominada doutrina da guerra revolucionária, amplamente utilizada pelas Forças Armadas brasileiras – como pode ser comprovado na publicação de 1959 intitulada “Introdução ao estudo da guerra revolucionária”, utilizada nos cursos ministrados na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Esceme) na década de 1960. A teoria foi operacionalizada pela primeira vez no combate do exército francês contra o movimento insurgente na Guerra de Independência da Argélia. Seu uso no Brasil sofreu influência da posterior modulação dos Estados Unidos, que a utilizou na Guerra do Vietnã. A doutrina partia do princípio de que a estratégia de expansão dos movimentos insurgentes – na época, em sua maioria de orientação comunista – buscava a conquista do poder por meio do controle progressivo da população, e não de áreas geográficas. Estratégia que – como reconhece o manual Técnica e prática da contrarrebeldia, de 1973, elaborado pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) – tornava obsoletos os princípios tradicionais das teorias clássicas de guerra, voltadas para a conquista territorial. A doutrina da guerra revolucionária, na perspectiva militar, diz respeito à forma de enfrentamento empreendido contra um tipo específico de força opositora: não se trata, aqui, do combate a um exército inimigo passível de ser identificado no campo de batalha, mas de um inimigo que se confunde com a própria população. O maior desafio das Forças Armadas neste tipo de operação, tal como aparece no manuais dedicados ao tema, é o de identificar, localizar e isolar o inimigo na massa da população. Só por meio desses movimentos se poderia, enfim, eliminar esse inimigo.⁴

Há, inclusive, inúmeras questões levantadas em relação à Lei de Anistia promulgada e o dever do Estado brasileiro com a verdade, uma vez que as configurações dos crimes cometidos durante o Regime Militar são tipificados como crimes contra humanidade:

² BRASIL. Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Brasília, 25 set. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm. Acesso em: 2 jun. 2021.

³ A CNV atuou recolhendo testemunhos, requisitando documentos e realizando audiências públicas a fim de tornar conhecidas as ações violentas cometidas nesse período. Como resultado, a CNV produziu três relatórios com suas conclusões finais. Tais relatórios foram divididos em volume I, II e III. O Volume I apresentou: “A Comissão Nacional da Verdade”, “As estruturas do Estado e as graves violações de direitos humanos”, “Métodos e práticas nas graves violações de direitos humanos e suas vítimas”, “Dinâmica das graves violações de direitos humanos: casos emblemáticos, locais e autores”, “O Judiciário e conclusões e recomendações”. Já o Volume II reuniu os chamados “Eixos temáticos”, finalizando com o Volume III que evidenciou os “Mortos e desaparecidos”.

⁴ FELIPPE, Márcio Sotelo. Ditadura militar, crimes contra a humanidade e a condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. *Diké: Revista Jurídica do Curso de Direito da UESC*. Ilhéus, v. 17, p. 89-113, 2017, p. 95.

O Estado brasileiro tem a obrigação jurídica de proceder à persecução criminal dos perpetradores dos crimes praticados pela ditadura militar porque são crimes contra a humanidade, imprescritíveis e insuscetíveis de anistia. Essa obrigação decorre tanto de normas convencionais de Direito Internacional, a que o Brasil se submeteu no exercício de sua soberania, quanto por normas cogentes de Direito Internacional que constituem um mínimo patamar civilizatório.⁵

Um caso de execução de tais preceitos, e que pode ser compreendido como exemplo, é a Guerrilha do Araguaia (Caso Gomes Lund⁶), em que o Estado brasileiro foi condenado porque os atos cometidos pelos agentes repressivos do Regime Militar brasileiro, em sua maioria, configuram-se na nomenclatura de crimes contra a humanidade. Atualmente, segundo a (CNV), o Estado brasileiro assumiu a responsabilidade pela morte e pelo desaparecimento de 434 pessoas, dados esses que não são absolutos e, segundo a própria CNV, deve-se dar continuidade à busca de novas informações.

A CNV foi criada sob a Lei 12.528 de 2011, assinada pela então presidenta Dilma Rousseff, com o intuito de apurar os casos de crimes contra a humanidade executados durante o Regime Militar brasileiro, funcionalidade essa exemplificada em seu artigo 1º:

Art. 1º É criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.⁷

Existe uma série de críticas quanto ao caráter conciliador da CNV e a nomeação dos seus membros, que aconteceu de forma nominativa, sem consulta popular. No entanto, apesar de suas limitações, a CNV representou um grande avanço na busca por maior compreensão e esclarecimentos acerca dos crimes cometidos por parte de agentes do Estado Autoritário pós-1964. Nesse sentido, os dados levantados pela CNV ajudam a mensurar as violências de Estado praticadas durante os 21 anos daquele regime de exceção.

Segundo o historiador Carlos Fico, só nos três primeiros meses do regime teriam sido presas cerca de 50 mil pessoas: “Entre os dias 10 e 13 de abril, 45 cassações de mandatos, 162 suspensões de direitos políticos por dez anos e 146 transferências de militares para a reserva.”⁸ Esses dados asseguram as grandes atrocidades cometidas durante esse período e, ao

⁵ Ibidem, p. 97.

⁶ O caso Gomes Lud e outros (Guerrilha do Araguaia) foi um julgamento realizado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em que o Estado brasileiro foi declarado culpado pelos crimes cometidos durante o Regime Militar, tipificados como crimes contra a humanidade.

⁷ BRASIL. **Lei nº 12.528**. Brasília, 18 de novembro de 2011.

⁸ FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 22.

mesmo tempo, fazem considerar a necessidade de continuar a busca por maiores informações e aprofundamentos sobre essas temáticas.

No entanto, é importante também ressaltar que as justificativas que fundamentaram o golpe de 1964 expressavam o pensamento de uma parcela da sociedade que apoiou o movimento golpista e garantiu a sustentação do regime nos anos seguintes, aqui compreendida como setores da elite empresarial nacional, religiosos e parte da classe média-alta.

O golpe arquitetado por militares e por setores da sociedade civil foi consolidado em 1º de abril de 1964 com a deposição do então presidente João Goulart e marcou uma tentativa de manter o *status quo* da sociedade visto que, a partir das novas políticas públicas implementadas durante o governo de Goulart, que anunciava um amplo pacote de reformas. Observou-se assim o acirramento dos conflitos de classe, segundo Jacob Gorender:

[...] o período de 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século, até agora. O auge das lutas de classes, em que se pôs em xeque a instabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado.⁹

Desse modo, compreendemos que estava em curso a estruturação do Estado de Direito burguês, uma vez que, de modo geral, o Estado Burguês organiza as relações de produção capitalista promovendo algumas barganhas com a classe trabalhadora, mas mantendo as dominações de classe. Através das concessões feitas à classe trabalhadora é possível coibir as ações coletivas do proletariado dentro da ideia da estruturação de um único povo:

Explicitemos melhor esta segunda função. Como o Estado burguês neutraliza, no produtor direto, a tendência à ação coletiva? Organizando um outro coletivo, oposto à classe social. Um coletivo oposto e diferente: de um lado, ele unifica os agentes da produção já isolados no mercado (contrato de trabalho) ou no processo de trabalho (caráter privado dos trabalhos); de outro lado, ele reproduz esse isolamento, ao impedir a formação de um coletivo na esfera da produção. Em que consiste essa coletividade alternativa? Se a classe social se constitui a partir da definição de um interesse comum de todos os produtores diretos na liquidação de troca desigual entre o uso da força de trabalho e salário (ou de um interesse comum de todos os proprietários dos meios de produção) em se estabelecerem como habitantes de um espaço geográfico delimitado, o território. Tal coletividade é o povo-nação. Esta é a forma de coletividade que o Estado burguês impõe aos agentes da produção antagonicamente relacionados no processo de extorsão da mais-valia.¹⁰

Nesse sentido, as ações reformistas defendidas visavam conter as aspirações mais radicais que poderiam surgir do que promover uma real alteração do *status quo*, ou seja,

⁹ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1990. p. 66.

¹⁰ SAES, Décio. O conceito de Estado Burguês. In: **Estado e democracia: ensaios teóricos**. Campinas, SP: IFCH, 1994, p. 30.

estava em curso a estruturação de um Estado burguês, especificamente, uma democracia burguesa:

Ao contrário do que avaliavam os setores reacionários dos proprietários rurais, da alta hierarquia da Igreja católica, da UDN e do PSD, muito longe das intenções de Goulart estava a abolição da propriedade privada que daria início à “comunização” do país... Como sinceramente declarou em várias oportunidades, Goulart entendia ser possível — com as reformas sociais — consolidar o capitalismo industrial brasileiro e torná-lo mais humano e patriótico. Ou seja, nos anos 60, o mito de um capitalismo nacional e civilizado — tal como ainda hoje aparece no debate ideológico — era alimentado por Goulart e por alguns setores progressistas e nacionalistas. A manutenção do latifúndio e as profundas desigualdades sociais no campo eram, assim, fatores decisivos para a manutenção de uma democracia política muito distante das aspirações e necessidades das classes populares. Democracia profundamente limitada, pois incapaz de superar o clientelismo, o mandonismo, os currais eleitorais e o poder incontestável do latifúndio e dos coronéis.¹¹

Desse modo, o Estado burguês seria supostamente capaz de ampliar as possibilidades de participação política, o que, segundo Nilo Dias de Oliveira, significava uma ameaça aos setores dominantes.

O paradoxo se evidencia: quanto mais o discurso nacionalista se aproximava do das classes subalternas e perspectivava reformas sociais (melhores condições de trabalho, diminuição de jornada, aumento salarial, o direito a greve, reforma agrária, participação política) que poderiam aproximar o país de uma democracia de cunho liberal burguês; mais as classes dominantes não os reconheciam como forças políticas legítimas, cabendo ao Estado criminalizar de toda a sorte os movimentos sociais progressistas.¹²

Para entender a estruturação do regime pós-64 é preciso igualmente entender a série de arranjos entre os próprios militares que envolveram em sua linha de frente grupos ligados à Escola Superior de Guerra (ESG), criada no ano de 1949, sob a Lei nº 785 de 20 de agosto de 1949. Em seu artigo 1º, o decreto afirmava o caráter educativo da instituição militar, assim como seu papel que deveria ser “destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional.”¹³

Na composição da ESG existiam tanto militares quanto civis provenientes das classes altas da sociedade, costumeiramente convidados para ministrar palestras e cursos. A ESG tornou-se responsável pela estruturação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) em sua versão brasileira. Com grande influência da doutrina da *guerre révolutionnaire* francesa e da doutrina de segurança nacional de contenção estadunidense, a DSN brasileira situou-se dentro

¹¹ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia: Brasil do ensaio ao golpe (1954-1964). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004. p. 11.

¹² OLIVEIRA, Nilo Dias de. Os primórdios da Doutrina de Segurança Nacional: a Escola Superior de Guerra. *História*, São Paulo, v. 29, n. 2, pp. 135-157, dez. 2010.

¹³ BRASIL. Lei nº 785 de 20 de agosto de 1949. Cria a Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 20 ago. 1949. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L785.htm. Acesso em: 6 jun. 2021.

dessa nova estratégia geopolítica de contenção e combate ao comunismo. Segundo Maria Helena Moreira Alves, podemos compreender essa doutrina como teorizadora e justificadora da estruturação de mecanismo de força coercitiva:

A doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento tem sido utilizada para justificar a imposição de um sistema de controles e dominação. Ela não pressupõe o apoio das massas para legitimação do poder de Estado, nem tenta obter esse apoio; também não contém, como a ideologia fascista, uma teoria de supremacia ou uma aspiração imperial. Todavia, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento efetivamente prevê que o Estado conquistará certo grau de legitimidade graças a um constante desenvolvimento capitalista e seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos “inimigos internos” e da guerra “psicológica”. A legitimação é vinculada aos conceitos de desenvolvimento econômico e segurança interna. O slogan governamental “segurança com desenvolvimento” associa o desenvolvimento capitalista associado-dependente à defesa da segurança interna contra o “inimigo interno”. Por sua vez, esta ênfase na constante ameaça à nação por parte de “inimigos internos” ocultos e desconhecidos produz, no seio da população, um clima de suspeita, medo e divisão que permite ao regime levar a cabo campanhas repressivas que de outro modo não seriam toleradas. Dessa maneira, a dissensão e os antagonismos de classe podem ser controlados pelo terror, trata-se por isso mesmo de uma ideologia de dominação de classe, tem servido para justificar as mais violentas formas de opressão classistas.¹⁴

De forma concisa, utilizando as palavras de Maria Victoria de Mesquita Benevides: “A doutrina de Segurança Nacional é uma doutrina de segurança do Estado, em detrimento do cidadão, ou melhor, de segurança do poder e das classes oligárquicas que o mantém para a permanência do *status quo*.”¹⁵

Os principais aspectos da DSN estão reunidos nos chamados *Manuais Básicos* produzidos pela instituição, que eram amplamente utilizados na formação dos militares da ESG, estavam fundados no binômio “Segurança e Desenvolvimento”. Segundo Joseph Comblin, podemos compreender os seus principais aspectos partindo dos seguintes pilares: objetivos nacionais, segurança nacional, poder nacional e estratégia nacional.¹⁶ A citação abaixo, extraída de um texto de Claudia Stephan com referências a José Gurgel, exterioriza a compreensão dos criadores/apoiadores da DSN acerca desses preceitos norteadores:

Os objetivos nacionais são os “interesses e aspirações em determinado estágio de evolução nacional [...], em última análise, os interesses e aspirações mais relevantes da comunidade nacional”. No Brasil resumiam-se em integridade territorial, integridade nacional, democracia, progresso, paz social e soberania (GURGEL, 1975, p. 70-76). A segurança nacional “é a garantia proporcionada pelo Estado para a conquista e/ou manutenção dos objetivos nacionais, a despeito de antagonismos ou pressões” (GURGEL, 1975, p. 138). O poder nacional “é a expressão integrada dos meios de toda ordem (políticos, econômicos, psicossociais e militares), de que dispõe efetivamente a Nação, para alcançar e/ou manter interna e externamente os objetivos nacionais” (GURGEL, 1975, p. 83). O quarto elemento

¹⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. Petrópolis: Vozes, 1984. pp. 25-26.

¹⁵ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita Benevides. **Fé na luta: a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, da ditadura à democratização**. São Paulo: Lettera.doc, 2009. p. 33.

¹⁶ COMBLIN, Joseph. **A ideologia de Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

da DSN, a estratégia nacional, é conceituada como “a arte de preparar e aplicar o poder nacional para obter ou manter os objetivos fixados pela política nacional” (GURGEL, 1975, p. 81).¹⁷

No entanto, é importante salientar as chamadas “estratégias nacionais”, visto que estas serão bastante utilizadas nas análises deste trabalho. Nesse sentido, compreendemos as estratégias nacionais como os meios utilizados para a concretização dos preceitos reunidos na DSN que, de acordo com o general Golbery do Couto e Silva, o principal responsável pela construção da DSN brasileira, são divididos em: estratégia política, econômica, militar e psicossocial.

O general Golbery do Couto e Silva compunha o departamento de estudos da ESG, participou da articulação do golpe de Estado de 1964 e ocupou cargo de diretor do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)¹⁸, cujo papel foi fundamental na articulação do golpe. E durante grande parte do regime, Golbery também ocupou cargos do primeiro escalão do governo, como chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI)¹⁹, órgão por ele arquitetado. Considerado o grande conselheiro do regime, suas teorias foram utilizadas como modelo e, por diversas vezes, incorporadas de forma direta nos preceitos da DSN, assim como em algumas tomadas de decisão do Estado Autoritário.

A visão geopolítica defendida pelo general Golbery do Couto e Silva previa que o desenvolvimento do Brasil se daria com o país ocupando uma posição de destaque dentro da América Latina, mantendo-se, no entanto, como satélite dos Estados Unidos da América (EUA). Portanto, deveria assumir uma posição de inferioridade e dependência em relação aos

¹⁷ STEPHAN, Cláudia. A doutrina de Segurança Nacional de contenção na Guerra Fria: fatores que contribuíram para a participação dos militares na política brasileira (1947-1969). *Conjuntura Global*, v. 5, n. 3, pp. 537-565, set./ dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/50544>. Acesso em: 1º jun. 2021.

¹⁸ O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), criado em 1962, marcou forte oposição ao governo de Jango. Fundado por grupos de empresários, buscava desenvolver ações de cunho educativo, realizando propagandas anticomunistas, produzindo artigos publicados em jornais como OESP e *O Globo*, produção de filmes e eventos. Foi um grande apoiador do golpe de 1964 e, durante o regime, seus membros ocuparam cargos significativos, falava sobre si que sua ideia inicial era “defender a liberdade pessoal e da empresa, ameaçada pelo plano de socialização dormente no seio do governo João Goulart”, através de um “aperfeiçoamento de consciência cívica e democrática do povo”. Foi extinto em 1972 devido a problemas financeiros e alegando que sua missão inicial havia sido cumprida de modo integral. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-de-pesquisas-e-estudos-sociais-ipes>. Acesso em: 13 mar. 2023.

¹⁹ O Sistema Nacional de Informação (SNI) foi criado pela ação direta do marechal Castelo Branco, através do Poder Executivo, com a Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. O órgão, que seria responsável por orientar e coordenar ações de informação e contra-informação, dando ênfase a assuntos relacionados à segurança nacional, era um dos principais braços do aparato repressivo. Através dele levantavam-se as informações que seriam utilizadas para conter as oposições ao Regime. Ao SNI era permitido a não informação referente às suas estruturas e execuções, conforme normativa presente no artigo 4, inciso 2 “O Serviço Nacional de Informações está isento de quaisquer prescrições que determinem a publicação ou divulgação de sua organização, funcionamentos e efetivos.” Foi extinto apenas no ano de 1990, após pressões sociais que denunciaram a sua presença como um vestígio do aparato autoritário.

EUA. Dessa forma, toda lógica de desenvolvimento econômico, durante o Regime Militar brasileiro, estava condicionada ao seguinte pressuposto:

Importa considerar, porém, que a América Latina – e, em seu contexto, o Brasil –, por suas riquezas econômicas, sua maturidade política e seu baixo nível cultural, acha-se, sem dúvida alguma, extremamente vulnerável à agressão comunista, mascarada sob a forma de infiltração e subversão à distância e, pois, reforçar-lhe a capacidade de resistência eliminando as condições locais tão propícias à final implantação, nesta região, de capital importância para todo o Ocidente, de uma cabeça de ponte comunista ou entreposto favorável aos vermelhos é tarefa das mais relevantes e de maior urgência que as grandes potências ocidentais e, em particular, os E.U.A. tão próximos não poderiam nem deveriam, de forma alguma, descuidar em nível muito inferior de sua ampla lista de prioridades estratégicas. E quem viver, o verá.²⁰

É justamente dentro da “estratégia psicossocial” que a utilização das mídias é citada na DSN, já que tal estratégia diz respeito à organização da atuação das esferas da sociedade civil para o combate ao “inimigo externo”:

A estratégia psicossocial diz respeito, tal como é definida no manual, segundo os objetivos da Política de Segurança Nacional, às instituições da sociedade civil: a família, escolas e universidades, os meios de comunicação de massa, sindicatos, a Igreja, a empresa privada etc.²¹

Adotou-se um discurso de defesa das estruturas da sociedade brasileira, com amparo na democracia, delimitando dessa forma uma ameaça interna iminente que colocaria em risco não apenas o funcionamento, assim como o “bem-estar” da população. Os orquestradores do Regime Militar brasileiro endossaram dessa forma o temor da perda de privilégios de setores mais altos e conservadores da sociedade, propagando ideias capazes de obter apoio civil dessa parcela da população construindo assim um Estado Autoritário fundado nos preceitos da segurança nacional.

Para assegurar um referencial estrutural para o regime que se pretendia instaurar, adotou-se então a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), o que não significou a completa execução de manual produzido pela ESG, mas o suporte teórico atrelado à doutrina. “Segurança e Desenvolvimento”, o binômio adotado pela DSN, foi pautado através de quatro principais diretrizes: Política, Economia, Poder Psicossocial e Militar. De modo que, além de garantir um caráter “científico” à fundamentação teórica do Regime Militar, a DSN ofereceu a justificativa para as tomadas de decisões que estabeleceram as regras de controle social, tal como a repressão, garantindo cada vez mais a centralização de poder no Executivo e construindo uma rede de poder e controle concisa e eficaz.

²⁰ SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica e poder**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. p. 246-247.

²¹ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 45.

Dentre os preceitos pré-estabelecidos da DSN pode-se destacar um eixo central, que é justamente o tema desta pesquisa de mestrado: o combate ao “inimigo interno”, entendido como uma “ameaça comunista” em terras brasileiras, pois, de acordo com a doutrina, era necessário coibir a “eminente ameaça” para assegurar o chamado “bem comum”. A eliminação do “inimigo interno” tornou-se, então, o pilar dos discursos proferidos por aqueles que detinham o poder, argumento utilizado para justificar os mais diversos atos repressivos praticados pelo Estado Autoritário em nome da defesa da democracia.

Assim, com um “inimigo” construído, o governo autoritário contou com as grandes mídias como palco para sua consolidação e para a reprodução da imagem do “inimigo interno”, através do uso de termos e valores agregados àqueles que, como afirmavam, colocavam em risco a sociedade brasileira. Torna-se importante o desenvolvimento de estudos que visem a compreensão do papel da mídia na criação e na perpetuação de um discurso que buscava gerar uma atmosfera de medo como uma ferramenta política para a instauração do Estado Autoritário pós-1964.

Desse modo, é necessário comentar a importância da linguagem nesta construção. A linguagem é composta por diversos elementos que podem carregar em si fragmentos de ideias ou de convocação para determinada postura desejada em certa sociedade. João Batista de Abreu expressa que: “A palavra constitui, com certeza, o menor fragmento do discurso jornalístico e muitas vezes o mais revelador.”²² Palavras muitas vezes sutis e alcinhas de termos atrelados à esquerda brasileira começaram a ser utilizados para traçar o perfil do “inimigo interno”, assim como para denunciar o perigo que representavam para o Brasil.

Durante a realidade autoritária brasileira após 1964 foram adotadas medidas para restringir a liberdade de imprensa. A censura também estava presente nessa sociedade, mas, principalmente após-1968, ao decorrer dos 21 anos do regime, a imprensa serviria também, em alguns momentos, como agentes críticos e até mesmo refúgio dos perseguidos do regime que, por diversas vezes, procuravam as mídias na tentativa de trazer à tona as diversas prisões clandestinas. O que nos leva a crer que, mesmo não combatendo na maioria das vezes de forma direta as ideias governamentais, à imprensa era atribuída a função do ser “vista e ouvida”, justamente pelo atributo segundo o qual a grande mídia foi amplamente utilizada pelas estruturas autoritárias do Regime Militar brasileiro.

Nesta dissertação, o caráter das mídias nessa relação não foi reduzido com interpretações simplistas que formulam divisões maniqueístas quanto a tais instituições.

²² ABREU, José Batista de. **As manobras da informação**: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979). Rio de Janeiro: Mauad, 2000. p. 23.

Durante a pesquisa, esforços foram direcionados para identificar a influência das mídias mediante esse discurso opressor, levantando indagações acerca do funcionamento dos meios de comunicação frente a essa temática, seu papel na propagação ou até mesmo na construção do conceito de “inimigo interno”.

A partir dessas proposições foi possível analisar a inserção do conceito de “inimigo interno” na sociedade brasileira de 1964 nas produções jornalísticas realizadas no período estudado, compreendendo uma faceta da construção do discurso anticomunista e, principalmente, a tentativa de projetar o medo na sociedade brasileira, assim como a visão a respeito daqueles identificados como “comunistas” foi apresentada para grande parcela da população brasileira. Visto que, na maioria das vezes, essa difusão se dava nos meios de informação, levantamos ainda a hipótese de que seria esta - a grande mídia - ferramenta amplamente utilizada para propagar o temor, assim como o silenciamento da população brasileira mediante a construção de uma figura que poderia ser, segundo os conspiradores, duplamente pior e devastadora para a sociedade brasileira: “os comunistas”.

Para identificar e analisar tais questões, o espaço-temporal definido para a pesquisa foi o período de 1964 a 1968 porque a estruturação do aparato interno do regime se consolidou nesse momento, que foi também o de maior aceitação por parte dos meios de comunicação escolhidos como fonte de pesquisa em relação aos ideais do regime. Essa escolha possibilitou a verificação do discurso posto em prática no aumento das prisões e na perseguição aos chamados “agentes subversivos”. Além disso, em 1968, com o Ato Institucional nº 5 (AI-5)²³ e o início das ações mais expressivas da luta armada, iniciou-se a restrição de terminologias que tivessem como temática a associação direta à esquerda (principalmente aos guerrilheiros).

Quanto aos anos iniciais, a escolha pode apresentar de forma mais clara a construção do conceito do “inimigo interno” na sociedade brasileira, sua maior difusão pelos meios de comunicação, além de que, através desse recorte torna-se possível verificar os primeiros anos da fase na qual as repressões se intensificam pela tomada de poder por parte dos militares chamados de “linha-dura”.

²³ O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi promulgado no dia 13 de dezembro de 1968 e marcou a consolidação do aparato repressivo do Regime Militar e a normatização das ações repressivas. A redação do AI-5 foi carregada de preceitos ideológicos e justificativas para as tomadas de decisão, tendo como ponto central a função de “assegurar a continuidade da obra revolucionária”. Permitiu ao presidente-ditador cassar os mandatos políticos e os direitos políticos das brasileiras e brasileiros por até dez anos, cessou o direito fundamental de *habeas corpus*, interveio nos municípios e estados e promoveu o fechamento do Congresso Nacional.

O termo “linha-dura”, compreendido como o grupo dos militares caracterizados pela intensificação de ações de combate às oposições, quando houve o aumento da utilização de medidas restritivas e o uso da força, foi uma construção realizada pelos meios de comunicação. Antes, tratava-se de um grupo de militares que eram opositores ao governo de Castelo Branco ou ainda “um grupo ou de uma facção para os oficiais que a reivindicam, mas de uma linha política de contornos incertos”, fatos esses explicitados por Maud Chirio:

A expressão “linha dura” não tem inicialmente o sentido de um grupo ou de uma facção para os oficiais que a reivindicam, mas de uma linha política de contornos incertos, de um “estado de espírito” e de uma determinada interpretação da “Revolução” de 31 de março de 1964. Foi este o sentido que lhe deu o almirante Sílvio Heck, em julho de 1964; ou o general Olympio Mourão Filho, que desencadeou o golpe de Estado, quando se considerou, no mês de agosto do mesmo ano, de “linha duríssima”. Foram jornalistas e analistas políticos que, na mesma época, transformaram em grupo – dotado de líderes, de representantes e, portanto, de certa coesão interna – o que era então apenas uma expressão de identificação. Em agosto de 1964, no *Jornal do Brasil*, o jornalista Carlos Castello Branco cinde assim o mundo militar em dois campos: os moderados, de um lado, e a linha dura, do outro: uma dicotomia predestinada a um belo futuro.²⁴

Jornais, ideologia e discurso

Os meios de comunicação são de extrema importância na construção da nossa sociedade. A sua presença permeia, direta ou indiretamente, todos os espaços de sociabilidade em que as pessoas circulam. No ano de 1994, o sociólogo Philippe Breton criou uma distopia,²⁵ ou seja, uma sociedade imagética que potencializa o caos e os problemas sociais. Em sua maioria, as distopias são construídas com base em uma sociedade existente e faz uma crítica às estruturas sociais. A distopia de Breton, coloca o ser humano do futuro como o *homo comunicatus*. Nesse lugar distópico, sua vida estaria totalmente projetada para o exterior de modo que sua afirmação e compreensão de si ficariam totalmente condicionadas aos olhares de outrem e à experiência de seu relacionar-se com os outros.

O ato de comunicar é uma necessidade nessa concepção humana. Através das construções ideológicas sustentadas pela imprensa, seria possível suprir a necessidade de se informar e, ao mesmo tempo, de se construir nos diversos âmbitos sociais. A mídia se configura nas dinâmicas da sociedade de modo que a mesma não está localizada fora das questões sociais, dos interesses das classes, mas ela própria é parte da construção social e vê o mundo a partir de suas próprias lentes, procurando se utilizar do seu local para criar

²⁴ CHIRIO, Maud. A “primeira linha dura” do regime militar: trajetórias de oficiais do Exército nos anos de 60 e 70. **Militares e política**, n. 6, 2010. p. 2.

²⁵ BRETON, Philippe. **A utopia da comunicação**. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

aproximação com os pares, potencializar a construção de sentidos e ideais do estrato social:

Ao procurar definir os traços estruturantes desse processo, passíveis de constituírem um estatuto analítico, nota-se, por um lado, que a mídia pode ser apresentada como um lugar de apontamento de sentido, de estabelecimento de formas interativas, de criação e partilhamentos de representações, de (re)interpretação de experiências, de vinculação, de junção, de formação de elos, de instrumentação; por outro lado, a mídia também afigura-se como uma forma que carrega em si uma série de características tais como o caráter de transmissividade e de reprodutibilidade, um modo de estabelecimento de temporalidades, um tipo de solicitação de disponibilidade aos sujeitos para o compartilhamento de experiências, uma maneira de estabelecimento de contratos e de estruturação de sentidos.²⁶

O interesse do Regime Militar nas produções jornalísticas pode ser compreendido também pelos “agendamentos” propostos pela mídia, ou seja, na medida em que o tema anticomunismo aparece cada vez com maior frequência no âmbito social, a intenção era apresentar a demanda à sociedade e mais do que buscar, apresentar e fomentar inseguranças:

A mídia não deve ser caracterizada como a agenda da sociedade mas um dispositivo cuja operação consiste em estabelecer relações de agendamento. A mídia, tal qual uma caderneta onde são anotados temas, oferta diariamente — na televisão, no rádio, no jornal, na internet — o “prato” (ou a “ordem do dia”) que constituirão alimento de uma conversação social. Ao mesmo tempo, hierarquiza os temas dispostos, estabelecendo graus de relevância para os diferentes assuntos [...]. A “agenda midiática” é sobretudo uma arena na qual se digladiam diferentes falas presentes no tecido social.²⁷

É importante compreender que as ideias apresentadas pelas mídias serão decodificadas e compreendidas de maneiras distintas pelo público, uma vez, ao realizar a apreciação do material entram em jogo as construções sociais de cada um. Nesse sentido, nem sempre a construção narrativa significa a total aceitação da população, nesse sentido além do esforço técnico existe a busca por atribuir símbolos e sentidos que estão presente no cotidiano, a fim de gerar uma aproximação maior:

Quando codificam e decodificam mensagens, eles empregam não somente as habilidades e competências requeridas pelo meio técnico, mas também várias formas de conhecimento e suposições de fundo que fazem parte dos recursos culturais que eles trazem para apoiar o intercâmbio simbólico. Estes conhecimentos e pressuposições dão forma às mensagens, à maneira como eles as entendem, se relacionam com elas e as integram em suas vidas. O processo de compreensão é sempre uma ação recíproca entre as mensagens codificadas e os intérpretes situados, e estes sempre trazem uma grande quantidade de recursos culturais de apoio a este processo.²⁸

²⁶ ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo. Mídia: um aro, um halo e um elo. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera. **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 3.

²⁷ *Ibidem*, p. 6-7.

²⁸ THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 29.

Ao mesmo tempo, existe como *modus operandi* dessa grande mídia, que busca escrever de modo simples e claro aos seus leitores, fato retratado por Robert Darnton:

A lógica parecia irrefutável. Mas, pensando em meu emprego no *The New York Times*, lembrei que a única imagem de pessoa com que eu me deparara tinha sido uma garota de doze anos de idade. Os jornalistas na sala de redação achavam que os editores esperavam que eles escrevessem suas matérias pensando nessa criatura imaginária. Alguns julgavam que ela constava do *The style book of The New York Times* [*O manual de redação do The New York Times*], embora a garota só existisse em nossas cabeças. Por que doze anos?, eu costumava me perguntar. Por que uma menina? Quais são as ideias dela sobre a erradicação das favelas no sul do Bronx? Mas eu sabia que ela não passava de uma figura no folclore da 43ª Street e funcionava simplesmente como uma advertência para que nossas matérias ficassem claras e legíveis.²⁹

Para além das questões de gênero não mencionadas pelo autor, que são possíveis compreender nessa história e sugerem a inferiorização da capacidade intelectual da mulher dentro de uma estrutura patriarcal, o imaginário construído a respeito do público leitor revela uma visão infantilizada e uma tentativa de controle e dominação que, segundo Chomsky, em sociedade violentas, está fundada no medo:

Você tem de mantê-lo bem assustado, porque, a menos que esteja suficientemente assustado e amedrontado com todo tipo de demônio interno, externo ou sabe-se lá de onde que virá destruí-lo, ele pode começar a pensar, o que é muito perigoso, porque ele não é preparado para pensar. Portanto, é importante distraí-lo e marginalizá-lo.³⁰

E continua:

É necessário, também, falsificar completamente a história. Essa é outra maneira de superar as tais restrições doentias: passar a impressão de que quando atacamos e destruimos alguém, na verdade, estamos nos protegendo e nos defendendo de agressores e monstros perigosos, e assim por diante.³¹

Mesmo não sendo possível acreditar que tudo que a mídia reproduz é assimilado da maneira como foi idealizado por seus criadores, é preciso destacar a existência de mecanismos que buscam a perpetuação de conceitos ou, ainda, a criação de novas sensações. Quanto ao Regime Militar brasileiro, a tentativa está em produzir medo do anticomunismo. Nesse sentido, a imprensa, posicionada sob os anseios de se comunicar na sociedade, acaba por adotar um papel ambivalente. Maria Helena Capelato afirma que a imprensa é:

[...] um instrumento de manipulação de interesses e intervenção da vida social. Partindo desse pressuposto o historiador procura estudá-la como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos

²⁹ DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica. In: **O Beijo de Lamourette**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 70.

³⁰ CHOMSKY, Noam. **Mídia**: propaganda política e manipulação. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. p. 13.

³¹ *Ibidem*, p. 17.

jornais. A categoria abstrata imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência na prática social.³²

Portanto, a imprensa, como qualquer agente social, também se apoia em discursos e pensamentos que emanam da sociedade reafirmando sua postura e sua posição dentro dos aspectos organizacionais do social ao qual se dirige e ao qual pertence. Desse modo, é importante compreender a atuação da imprensa e de seu papel simultaneamente enquanto produto e produtora, pois absorve problemas, questões e aspirações, mas também produz novas projeções e construções. Essa relação precisa ser evidenciada na produção historiográfica pelo caráter humano das produções, questão evidenciada por Edward Thompson:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos –, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismo, e em seguida “tratam” essas experiências em sua *consciência* e em sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas” e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.³³

São justamente essas relações que permeiam a imprensa o que nos levou a escolher como principal fonte histórica desta pesquisa, pois, por meio da crítica a estes e a outros documentos, foi possível compreender melhor as ideias transmitidas para o público em geral através dos veículos de comunicação. Deste modo, percebi que, durante o Regime Militar brasileiro, veículos de imprensa, somados aos próprios anseios presentes no cerne da estrutura social, buscavam criar uma “cultura política, capaz de permear mentes e corações”³⁴ e, para tanto, assumiram um caráter decisivo na construção de uma atmosfera alarmista e disseminadora do medo sob a identificação de um “inimigo” em comum.

Nesse sentido, ainda que não de forma absoluta, a imprensa se soma ao regime no sentido de cooptar pessoas conforme o exercício da ideologia na concepção marxista, expressa de forma sintética por Leticia Nunes de Moraes:

Um recurso muito comum empregado pela imprensa para “conquistar mentes e corações” é o de apresentar seus próprios interesses, enquanto órgão jornalístico, como interesses coletivos seus e dos leitores. Põe em prática esses objetivos ora se colocando como mediadora ou “porta-voz” dos interesses e inquietações da sociedade (ou de parte da sociedade que supõe representar) junto do governo ou poder vigente, ora se autodenominando “formadora de opiniões”.³⁵

³² CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988. p. 21.

³³ THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 182. Grifos no original.

³⁴ BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Doutrina Básica**. Rio de Janeiro. 1979.

³⁵ MORAES, Leticia Nunes de. **Leituras da revista Realidade (1966-1968)**. São Paulo: Alameda, 2007. p. 19.

Ciente da importância e do papel atribuídos à imprensa, esta pesquisa buscou compreender os meandros dessa estrutura de discurso, presente nas abordagens de determinadas temáticas e proposições que buscavam contribuir com os propósitos do Regime Militar de controle social cujas práticas coercitivas adotadas ultrapassaram a dimensão física (prisões e torturas), uma vez que era preciso legitimar o seu poder através de uma narrativa que o tornasse “um mal necessário”, buscando atingir a legalidade também através do discurso, sobretudo de um discurso carregado de medo.

Assim, é importante especificar o que compreendemos como ideologia e as questões relacionadas ao discurso e sua análise ao longo dos anos estudados. Sabemos que o termo ideologia aparece no nosso cotidiano de modo constante, estando presente em obras da nossa cultura popular, como na música que se tornou hino para milhares de brasileiras e brasileiros contemporâneos do nosso grande poeta Cazusa, que enchia seus pulmões de ar para gritar: “Ideologia: Eu quero uma pra viver”³⁶ e, assim, conclamar por uma ideologia, afinal em meio às desilusões presentes no momento de redemocratização e da construção da constituição cidadã, o que seria necessário para ele continuar sua vida.

Ao longo da História o termo ideologia assumiu várias significações. Mario Stoppino, autor do verbete “Ideologia”, no *Dicionário de política*,³⁷ define a palavra ideologia em duas grandes classes de significados, “significado fraco” e “significado forte”:

No seu significado fraco, Ideologia designa o *genus*, ou a *species* diversamente definida, dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos. [...] No significado fraco, Ideologia é um conceito neutro, que prescinde do caráter eventual e mistificante das crenças políticas.³⁸

Já o seu “significado forte”:

O significado forte tem origem no conceito de Ideologia de Marx, entendido como falsa consciência das relações de domínio entre as classes, e se diferencia claramente do primeiro porque mantém, no próprio centro, diversamente modificada, corrigida ou alterada pelos vários autores, a noção da falsidade: a Ideologia é uma crença falsa. No significado forte, Ideologia é um conceito negativo que denota precisamente o caráter mistificante de falsa consciência de uma crença política.³⁹

³⁶ IDEOLOGIA [Roberto Frejat e Cazusa]. Cazusa. Rio de Janeiro: Polygram, 1988. CD (39min).

³⁷ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (orgs.). **Dicionário de política**. São Paulo; Brasília: Imprensa Oficial; Editora da UnB, 2000. 2v.

³⁸ STOPPINO, Mario. Ideologia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (orgs.). **Dicionário de política**, v. 1. São Paulo; Brasília: Imprensa Oficial; Editora da UnB, 2000. p. 595

³⁹ Id., *Ibidem*, p. 595.

Nesta dissertação, foi observado o “sentido forte” definido por Stoppino, e seus desdobramentos, uma vez que buscamos compreender a ideologia e sua relação com o poder, ou seja, no prisma do materialismo histórico e dialético segundo o qual vivemos em uma sociedade estruturada em classes com poder e domínio desigual, de modo que a experiência da vida passa diretamente pelas trilhas deixadas pelo passado e principalmente pelos resultados gerados pelas tensões das classes sociais, onde:

Os homens fazem a própria história. Porém, não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas sob certas condições diretamente dadas e herdadas do passado. A tradição de todas as gerações mortas pesa com um peso esmagador sobre o cérebro dos vivos.⁴⁰

É justamente dentro das experiências de classe que a construção histórica acontece e a organização social:

Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições de existência social, constrói-se toda uma superestrutura de impressões, de ilusões, de formas de pensar e de concepções filosóficas particulares. A classe inteira as cria e as forma sobre a base das condições materiais e das relações sociais correspondentes. O indivíduo que as recebe por tradição ou por educação pode imaginar que representam as verdadeiras razões e o ponto de partida de sua atividade.⁴¹

Em seus estudos, Gramsci compreende a ideologia como atributo fundamental da sociedade, um produto das experiências das classes e da história ao longo dos anos:

Portanto, o que define a ideologia é sua situação real em determinado tipo de sociedade e o princípio que a norteia é o de “que as ideias não nascem de outras ideias, que as filosofias não nascem de outras filosofias, mas são as expressões sempre renovadas do desenvolvimento histórico real. (GRAMSCI, 1978, p. 22).⁴²

Seria através das construções ideológicas que acontecem as estruturações e organizações sociais, uma vez que, seria por meio dela que as pessoas geram aproximações e compreendem inclusive as nuances das classes sociais, gerando uma consciência de classe. Possuindo uma relação ambivalente onde nela podem ocorrer as alterações sociais mas também as dominações e sobreposições de pensamentos:

Neste sentido, a ideologia tem papel decisivo, essencial na organização social, não só por ter força real, mas também porque qualquer modificação estrutural para a manutenção e/ou modificação das condições de dominação não pode acontecer sem a intervenção dos elementos ideológicos. As ideologias “organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc” (GRAMSCI, 1978, p. 62)⁴³

⁴⁰ FONTANA, Josep. Marx e o materialismo histórico. In: **A história dos homens**. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 206.

⁴¹ *Ibidem*, p. 206.

⁴² APARECIDA, Nágila; DIAS, Edmundo Fernandes. A questão da ideologia em Antonio Gramsci. **Trabalho & Educação**, v. 16, n. 2, jul./dez, 2007. p. 83.

⁴³ *Ibidem*, p. 84.

A ideologia seria então motriz de toda experiência social. Estritamente ligada às classes sociais, era produto delas. No entanto, dentro dessa lógica, existiriam realidades ideológicas produzidas por determinados grupos sociais que buscavam impor seus preceitos à sociedade civil. Essas ideologias, Gramsci chamou de “ideologias arbitrarias”, uma vez que carregavam o intuito de “validade” que é validade “psicológica”.⁴⁴

É justamente esse aspecto de sobreposição ideológica que veremos ao longo desta pesquisa, uma vez que, apesar da existência da construção e circulação de ideias em ambas as classes sociais, existe um peso desigual entre elas, uma vez que as classes dominantes, dotadas de maior poder dentro dessa lógica buscam também dominar as ideias:

Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época.⁴⁵

Desse modo, podemos compreender a ideologia como o conjunto de ideias construídas para a dominação que, segundo Marx, é a base da alienação política do indivíduo. A alienação seria o processo pelo qual o indivíduo afastaria-se de sua natureza, tornando-se algo que não corresponde a sua existência, o perder da consciência:

Tudo aquilo que fragmentava o ser humano, que o apartava do mundo, de si mesmo, das coisas que ele criara; tudo aquilo que o separava da consciência que deveria ter, que o transformava quase em um autômato ou em um “animal desnaturalizado”; tudo aquilo que o mergulhava em uma espécie de sono do qual não parecia ser possível despertar, remetia em Marx ao âmbito da alienação.⁴⁶

A alienação política seria a “separação do indivíduo humano em relação aos seus próprios interesses.”⁴⁷ deste modo constrói-se um sistema que perpetua a imposição de classes:

Herbert McClosky, autor de uma das mais interessantes pesquisas, define, por exemplo, as Ideologias como “sistemas de crenças explícitas, integradas e coerentes, que justificam o exercício do poder, explicam e julgam os acontecimentos históricos, identificam o que é bom e o que é mau em política, definem as relações entre política e outros campos de atividade, e fornecem uma orientação para a ação” (Consensus and Ideology in american politics, in “American

⁴⁴ APARECIDA, Nágila; DIAS, Edmundo Fernandes. A questão da ideologia em Antonio Gramsci. **Trabalho & Educação**, v. 16, n. 2, jul./dez, 2007. p. 84.

⁴⁵ BALDI, Luiz Agostinho de Paula. A categoria ideologia em Marx e a questão da falsa consciência. R. Katál., Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 631-640, set./dez. 2019 ISSN 1982-0259 p. 634

⁴⁶ BARROS, José D’Assunção. O conceito de alienação no jovem Marx. **Tempo Social: Revista de sociologia da USP**, v. 23, n. 1, 2011. p. 236.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 237.

political science review”, LVIII, 1964, p. 362).⁴⁸

Podendo ampliar essa concepção, a ideologia poderia ainda ser a base da construção da chamada visão social do mundo:

O autor assinala que não vê as ideologias simplesmente como uma ou outra ideia, uma mentira ou uma ilusão. Para ele, as ideologias são “[...] um conjunto muito mais vasto, orgânico, de valores, crenças, convicções, orientações cognitivas, de doutrinas, teorias, representações e que, “[...] à medida que seja coerente, unificado por uma certa perspectiva social, por uma perspectiva de classe [...]”, poderia ser chamado de visão social do mundo.⁴⁹

Podendo ainda ser:

Assim, a ideologia é a consciência prática inevitável das sociedades de classe, preocupada com a articulação e afirmação dos conjuntos rivais de valores e estratégias. [...] pelo propósito vital de levar até o fim o conflito fundamental na arena social, posto que os conjuntos rivais de valores são inseparáveis de alternativas hegemônicas objetivamente identificáveis da situação histórica dada.⁵⁰

E é justamente esse ponto que compõe nesta pesquisa o cerne da questão estudada, uma vez que os termos utilizados nos jornais representam a visão social do mundo das classes dominantes ao mesmo tempo buscando externalizá-la e impor a classe popular. Nesse sentido, é a estruturação do discurso que torna possível a externalização ideológica.

Michel Pêcheux foi um filósofo e linguista francês que se dedicou à análise do discurso partindo dos estudos desenvolvidos por Louis Althusser⁵¹ que, por sua vez, baseava-se nas concepções do materialismo, buscando compreender as ações da ideologia dentro das construções linguísticas. Em seu livro *Semântica e Discurso*, Pêcheux retrata a inexistência da neutralidade na construção linguística uma vez que a funcionalidade da língua estaria estreitamente relacionada a seus preceitos históricos, culturais e sociais:

A funcionalidade da língua: O que a leitura da primeira parte poderá talvez ter acrescentado ao linguista (a menos que ele tenha simplesmente confirmado alguns de seus pressentimentos) é que esses mecanismos linguísticos constituíam também o pano de fundo de uma reflexão “filosófica” cujos desenvolvimentos ele pôde acompanhar através das questões da referência, da determinação e da enunciação. Dizemos que esses dois elementos (a um só tempo, fenômenos linguísticos e lugares de questões filosóficas) pertencem à região de articulação da Linguística com a teoria histórica dos processos ideológicos e científicos, que, por sua vez, é parte da ciência das formações sociais: o sistema da língua é de fato o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham como a base comum

⁴⁸ STOPPINO, Mario. Ideologia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (orgs.). **Dicionário de política**, v. 1. São Paulo; Brasília: Imprensa Oficial; Editora da UnB, 2000. p. 587

⁴⁹ BALDI, Luiz Agostinho de Paula. A categoria ideologia em Marx e a questão da “falsa consciência”. **Katálysis**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 631-640, set./dez, 2019. p. 637.

⁵⁰ Ibidem, p. 638.

⁵¹ Ibidem.

de processos discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que, como mostramos mais acima, os processos ideológicos simulam os processos científicos. (PÊCHEUX, 1995, p. 91).

Nesse sentido, a função do discurso seria assegurar e retornar as funções, tensões e projeções que partem de um determinado grupo de forma relacional e proposital:

[...] a discursividade não é fala (parole), isto é, uma maneira individual “concreta” de habitar a abstração da “língua”; não se trata de um uso, de uma utilização ou da realização de uma função. Muito pelo contrário, a expressão do processo discursivo visa explicitamente a recolocar em seu lugar (idealista) a noção de fala (parole) juntamente com o antropologismo psicologista que ela veicula. (PÊCHEUX, 1995, p. 91).

Os discursos são produtos da classe da qual foram geradas e têm sempre uma finalidade. Assim, Pêcheux, ressalta ainda que:

[...] o fato de que a língua, escreve E. Balibar, seja “indiferente” à divisão de classes e a sua luta, não quer dizer que as classes sejam “indiferentes” à língua. Ao contrário, elas a utilizam, de modo determinado, no campo de seu antagonismo, especialmente de sua luta política. (PÊCHEUX, 1995, p. 92).

Nesse sentido, os editoriais explicitam os discursos produzidos por determinada classe social, as palavras possuem intencionalidade e finalidade, sendo assim, a análise dos jornais levou em conta as estruturas sociais a qual pertencem. É justamente nos editoriais em que grande parte do discurso dos jornais é construído, é nele que há a criação de elos e pontes com o público leitor, nele é possível verificar com menos “filtros” as intencionalidades do jornal, carregando o seu caráter funcional, apresentando as opiniões de forma mais evidente.

Fontes e metodologia

Quanto à definição das fontes, optou-se por utilizar jornais de grande circulação que representam grupos editoriais corporativos de grande influência. São eles: *O Estado de S. Paulo* (OESP), *Folha de S. Paulo* (FSP), *O Globo* (GLO).

O Estado de S. Paulo (OESP)⁵² carrega tradicionalmente um posicionamento político conciso, defendendo o liberalismo em toda a sua construção. No final do século XIX, ocupava a posição de maior jornal do estado de São Paulo. Pertencente à família Mesquita desde de 1890, o jornal conquistou grande influência no cenário jornalístico, adotando um

⁵² Algumas referências de pesquisas que se debruçaram para compreender o jornal OESP, principalmente durante o Regime Militar brasileiro:

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: Edusc, 1999; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980; FONSECA, Francisco. **Liberalismo autoritário**: discurso liberal e a práxis autoritária na imprensa brasileira. São Paulo: Hucitec, 2011; GOMES, Edgar da Silva. **Censurado**: o jornal *São Paulo* e a Ditadura Militar 1964-1985. **Revista de Cultura teológica**, v. 13, n. 50, jan./mar. 2005, p. 137-155.

caráter político explícito no qual suas escolhas e preferências eram expostas de forma clara ao seu público leitor. Conduta identificada em diversos momentos de sua história.

Ressaltamos a seguir dois momentos em que o apoio político do diário paulista se transformou em campanha política.

O primeiro aconteceu durante a candidatura de Getúlio Vargas nas eleições presidenciais de 1930, amplamente repercutida por esse veículo de informação, que possuía estreitas relações com o Partido Democrático (PD), apoiador da chapa da Aliança Liberal pela qual concorria Getúlio Vargas. Apesar de derrotado nas urnas, Vargas tornou-se presidente em consequência de conspirações que impediram a posse do candidato eleito, Júlio Prestes de Albuquerque. Empossado no final de 1930, Getúlio Vargas instaurou, em 1937, a ditadura do Estado Novo, que, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) exercia severo controle sobre os meios de comunicação. O diário paulista não ficou ileso e acabou fechado por determinação do próprio Vargas, e reaberto apenas com a sua deposição, em 1945.

Depois dessa decepção com Vargas, surgiu uma nova aliança política, dessa vez com a União Democrática Nacional (UDN), à qual o jornal se aliou, mantendo relações próximas com o jornalista Carlos Lacerda⁵³, um dos principais líderes da oposição a Getúlio Vargas.

Desse modo, durante a construção do golpe de 1964 e os primeiros anos do Regime Militar, OESP se manteve como base de apoio do governo, durante um bom tempo. Naquele momento, o jornal alcançou destaque no cenário internacional por denunciar a censura prévia, realizada pelo aparato repressivo do Regime Militar, por exemplo, com a publicação de trechos da obra *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, nos espaços do jornal em que seriam publicados os materiais censurados.⁵⁴

OESP caracteriza-se por suas ideias liberais e ocidentais, ou seja, apregoava os ideais capitalistas consonantes aos EUA e à manutenção das iniciativas de mercado:

O jornal prega, como princípio o “ocidentalismo”- vinculação às tradições éticas, estéticas, políticas e econômicas, entre outras do desenvolvimento do capitalismo, em sua versão e visão liberal, sendo os EUA tomados como paradigma.

⁵³ Carlos Frederico Werneck de Lacerda, conhecido como o “demolidor de presidentes”, iniciou sua carreira política em organizações de esquerda, mas, após desentendimentos, tornou-se ferrenho anticomunista. Em 1947, teve seu primeiro cargo político, quando foi eleito vereador do Rio de Janeiro pela União Democrática Nacional (UDN), mas renunciou o seu mandato, devido à criação de uma lei que diminuía os atributos dos vereadores. Consolidou sua imagem como jornalista e foi grande opositor de Getúlio Vargas. No dia 5 de agosto de 1954 sofreu um atentado que levou à morte de Rubens Vaz. Lacerda teve um ferimento no pé. O atentado culminou em uma crise política, que levou o presidente Vargas a cometer suicídio. Fez campanha contrária à candidatura de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Foi uma figura central na articulação do golpe de 1964 e atuante no Regime Militar nos seus primeiros anos.

⁵⁴ Conf. AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, Estado Autoritário (1968–1978):** O exercício cotidiano da dominação e da resistência *O Estado de S. Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.

Tal filiação ao legado ocidental é ostensivamente contraposta às feições comunistas, que se opõem à propriedade, ao mercado, à religião e ao indivíduo.⁵⁵

Dentro da lógica liberal o jornal defendia os seguintes pressupostos:

Sua autoalegada filiação liberal postulava: a) a propriedade privada como fator central da civilização; b) a precedência do mercado (iniciativa privada) em detrimento do Estado; c) a proteção da liberdade e dos direitos do indivíduo perante o aparato estatal; d) a configuração democrático/liberal do Estado de Direito (democracia exclusivamente representativa, justa e lei “neutras”, pois acima dos interesses privados, cumprimento dos contratos, etc.) Em consequência dos três poderes; e e) a retórica pluralista no âmbito da política.⁵⁶

A defesa que o jornal fez do Regime Militar, em seus primeiros anos, pode parecer contraditória. No entanto, estava em total acordo com os preceitos básicos do novo regime, que se posicionava ao lado dos ideais estadunidenses e capitalistas, enquanto representantes da elite acreditavam possuir o direito de rebelar-se para a defesa da propriedade⁵⁷:

Deste modo, encontravam-se plenamente justificados os proprietários de OESP na proposição da rebelião armada contra um governo democraticamente instituído, uma vez que acreditam estar defendendo os direitos naturais dos homens contra o abuso do poder do governante; enquanto proprietários, acham-se no direito, pois dotados da capacidade de ação política racional, de propor a revolução.

Utilizando a distorção da ideia de opinião pública como justificativa para suas escolhas, o jornal se apresentava como tradutor da vontade popular, fato observado por Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado em *O bravo matutino*:

Na nossa perspectiva, ainda que se dissessem intérpretes da vontade da “opinião pública” paulista, os representantes do jornal faziam-no apenas com o intuito de reforçar e justificar sua posição frente à política vigente, pois, a rigor compreendiam-na como algo que “prepara-se, manipula-se, seduz-se, atrai-se, cria-se”, e acreditavam ainda que “*o instrumento mais aperfeiçoado para formá-la é a imprensa*” (28-4-1929). Essa afirmativa evidencia claramente a posição de doutrinadores, de formadores e modeladores da “opinião pública” em que se colocavam esses liberais.⁵⁸

Desse modo, percebe-se a busca pela manutenção do *status quo* e pela perpetuação dos interesses das classes dominantes. OESP em sua autoleitura se compreendia como o mensageiro e defensor desses preceitos, o que lhe garantia ainda uma característica de

⁵⁵ FONSECA, Francisco. **Liberalismo autoritário**: discurso liberal e práxis autoritária na imprensa brasileira. São Paulo: Hucitec, 2011. p. 144.

⁵⁶ Ibidem, p. 143.

⁵⁷ AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, Estado Autoritário (1968–1978)**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência *O Estado de S. Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999. p. 40.

⁵⁸ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino – imprensa e ideologia**: O Jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa- Omega, 1980. p. 94-95. Grifo original.

negociador⁵⁹ em sua ação junto a cena política:

Pertencente ao grupo jornalístico que surgiu a partir da junção dos diários *Folha da Noite*, *Folha da Manhã* e *Folha da Tarde*, a *Folha de S. Paulo* (FSP)⁶⁰ com o nome e estrutura que conhecemos hoje foi fundada apenas em 1960. Destaco esta leitura de si feita pelo jornal: onde se “noticiava com prioridade as deficiências dos serviços públicos”.

Seus primórdios estão relacionados com a *Folha de Noite* e datam de 1921 logo o jornal passaria a circular em três modos diariamente, criou-se a *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*. Desde esse período é possível verificar os arranjos e preferências adotadas pela linha editorial, que se colocou contra a candidatura de Vargas, em 1930. Decisão que resultou no apedrejamento de sua sede por apoiadores varguistas que comemoravam a sua posse. Esse fato motivou a venda do jornal para Octaviano Alves Lima, oriundo de uma tradicional família de cafeicultores paulistas. A partir desse momento, o jornal passou a se posicionar em defesa dos interesses agrícolas e do liberalismo, assumindo um discurso direcionado para o público pertencente às camadas médias e altas.

Somente em 1961, o controle do jornal passou a Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. A partir de então, observa-se uma intensa busca pela modernização das práticas e materiais do jornal. É nesse momento que o jornal começa a ter uma identidade mais determinada, uma vez que as inúmeras alterações de proprietários faziam com que houvesse mudanças nas posições do jornal, nasceria a *Folha de S. Paulo*. A história da *Folha* seria, portanto, “[...] muito mais a trajetória de muitas mudanças, do que o desdobramento linear de uma identidade permanente, estável, resolvida.”⁶¹

O golpe foi apoiado pela FSP, que passava por problemas financeiros e dependeria do apoio do capital estrangeiro, estando em alinhamento ideológico com o empresariado, colocando-se dentro do discurso anticomunista. Ao consolidar-se o Regime Militar Brasileiro, procurou manter uma relação amigável com o governo, tendo recebido inclusive

⁵⁹ FONSECA, Francisco. **Liberalismo autoritário**: discurso liberal e práxis autoritária na imprensa brasileira. São Paulo: Hucitec, 2011. p. 147.

⁶⁰ Algumas referências de pesquisas que debruçaram-se para compreender o jornal FSP ,principalmente durante o Regime Militar brasileiro:

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de S. Paulo (1921-1981)**. São Paulo: Impres, 1981; SILVA, Sônia Maria de Meneses. **A operação midiográfica**: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o golpe de 1964. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. SEVCENKO, Nicolau. O rosto do mundo. In: **Folha de S. Paulo**: primeira página 1925-1985. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1985; DIAS, André Bonsanto. “64 - Brasil continua”: história, memória e as impressões da Folha de S. Paulo sobre o golpe militar de 1964. **Revista Brasileira de História da Mídia** (RBHM). v. 2, n. 1, jan. / jun. 2013.

⁶¹ SEVCENKO, Nicolau apud DIAS, André Bonsanto. “64 - Brasil continua”: história, memória e as impressões da Folha de S. Paulo sobre o golpe militar de 1964. **Revista Brasileira de História da Mídia** (RBHM). v. 2, n. 1, jan. / jun. 2013. p. 50.

apoio financeiro:

Neste período, a empresa manteve importantes relações com o Estado, sendo ele um dos seus principais anunciantes. Disto decorre o fato de que a grande expansão tecnológica da empresa, momento em que o jornal obtém lucros expressivos, se deu exatamente durante o período caracterizado pelos “anos de chumbo” do regime. No entanto, as lembranças da Folha que mais predominam, em especial aquelas rememoradas por seus donos e principais jornalistas – e que repercutem em pesquisas e interpretações sobre o tema -, estão mais preocupadas em legitimar a ideia de uma “revolução tecnológica”, momento em que o jornal apenas se preocupou em consolidar-se financeiramente, sem que, para isso, segundo tais lembranças, necessitasse de inúmeros acordos com o Estado, um de seus principais financiadores de fato.⁶²

Data também de 1925 a fundação do jornal *O Globo*⁶³ pelo jornalista Irineu Marinho. O nome do jornal foi escolhido através de um concurso popular. Com a morte de Irineu Marinho e, posteriormente, de seu sócio, Eurycles de Mattos, em 1931, foi a vez de Roberto Marinho, filho de Irineu, assumir a direção do jornal, cargo que ocupou até a sua morte, em 2003.

Quanto ao posicionamento político adotado por *O Globo*, em sua trajetória, o jornal carioca esteve alinhado às grandes oligarquias. Opôs-se à candidatura de Getúlio Vargas em 1930 e conseqüentemente ao seu governo. Por fazer duras críticas, o jornal teve sua sede apedrejada em 1954, quando Vargas se suicidou. Com as candidaturas de Juscelino Kubitschek e Jango, em 1955, o jornal posicionou-se de forma contrária à chapa, reforçando mais uma vez o seu alinhamento com as elites oligárquicas.

Quando Jânio Quadros foi eleito presidente da República nas eleições de 1960, houve uma aproximação em seus primeiros momentos de governo, mas com a política externa de Jânio, o apoio do jornal logo foi retirado.⁶⁴ No breve governo de Jânio Quadros, começou a ser pautada a construção da Política Externa Independente (PEI), que incentivava a liberdade do Estado para estabelecer relações comerciais com outros países da maneira que desejasse, rompendo as barreiras econômicas entre o mundo capitalista e o socialista, o que gerou

⁶² SEVCENKO, Nicolau apud DIAS, André Bonsanto. “64 - Brasil continua”: história, memória e as impressões da Folha de S. Paulo sobre o golpe militar de 1964. *Revista Brasileira de História da Mídia* (RBHM). v. 2, n. 1, jan. / jun. 2013. p. 51.

⁶³ Algumas referências de pesquisas que debruçaram-se para compreender o jornal *O Globo*, principalmente durante o Regime Militar brasileiro: BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007; COSTA, Edwaldo. **Meia Culpa**: O Globo e a ditadura militar. Florianópolis: Insular, 2015; HONS, André Séguin des. **Os diários do Rio de Janeiro**: 1945-82. Dissertação (Mestrado) Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1982.

⁶⁴ Conf. COSTA, Edwaldo. **A ditadura brasileira no tempo**: um estudo dos discursos do jornal *O Globo* em 1964/1985 e 2014. 338p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://sapiencia.pucsp.br/handle/handle/4672>. Acesso em: 6 jun. 2021.

desconforto nas oligarquias conservadoras, já que todos os Estados passavam a ter a possibilidade de entrar no cenário comercial internacional.

Sobre o período que estou estudando, percebo que a postura do jornal carioca era similar à dos jornais paulistas, ou seja, favorável à deposição do presidente João Goulart. Contudo, *O Globo* definia-se como:

totalmente independente, na medida em que não desejava a intervenção de nenhuma força externa a seus próprios quadros: isento de “afinidade com governos”, livre de “interesses conjugados com os de qualquer empresa”, o jornal tampouco se ligaria “a grupos capitalistas ou a plutocratas isolados.”⁶⁵

Os jornais selecionados representam, portanto, o que chamamos de grande mídia, aqui entendida como:

Qualifica-se de grande imprensa - e aqui o termo aparece em oposição a uma imprensa de menor porte - os órgãos de divulgação cuja veiculação pode ser diária, semanal ou mesmo que atuem em outra periodicidade, mas cuja dimensão, em termos empresariais atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para a sua sobrevivência. A grande imprensa, como aliás, de modo geral, à toda imprensa convencional de conotação liberal (de pequeno, médio ou grande porte), não se permite viver somente com a venda em bancas ou com as assinaturas, dado que costuma atingir um grande estado da federação ou, na maior parte das vezes a quase totalidade do país. [...] A grande imprensa conta com esquemas de distribuição nacional e mesmo, às vezes, com uma veiculação que abrange algumas praças internacionalmente.⁶⁶

Suas produções que eram amplamente difundidas, causando assim grandes impactos e influências na construção da sociedade brasileira:

Os impressos que por aqui circulam em duzentos anos não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país. Em outras palavras, a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto-explicam, alimentam-se reciprocamente, interagindo-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa e nas instituições.⁶⁷

Para selecionar as edições dos jornais a serem analisadas, visto que o recorte temporal definido envolve um grande período (1964–1968), decidi, após conversas com a orientadora, utilizar a seleção por amostras como critério de escolha. Busquei assim construir um panorama geral para as fontes em análise, adotando como critério para a seleção das fontes os dias da semana em que os jornais impressos têm maior circulação e a edição é mais completa.

Nesse sentido, a metodologia utilizada foi a mesma criada por Maria Aparecida de

⁶⁵ MONTALVÃO, Sérgio. *O Globo*. CPDOC-FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GLOBO.%20O.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2021.

⁶⁶ AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, imprensa, Estado Autoritário (1968–1978): O exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de S. Paulo e Movimento. Bauru: Edusc, p.37

⁶⁷ DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 8

Aquino em seu trabalho *Censura, imprensa e Estado Autoritário (1968–1978)*: o exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de S. Paulo e Movimento, por se debruçar sobre material de imprensa como fonte histórica. Sendo assim, o melhor dia para selecionar o material de análise seria o domingo ou sábado, por serem as edições que trazem retrospectivas da semana e onde são reverberados os assuntos considerados mais relevantes da semana. O segundo ponto que levamos em consideração para definir os critérios de amostragem foi buscar pela edição que tivesse maior circulação no decorrer do mês. Por isso, optou-se pela edição mais próxima da data de pagamento usual da maior parte da população brasileira, o quinto dia útil do mês.

Desta forma, foi possível construir uma amostragem para os jornais impressos que dessem conta das edições com maior circulação e mais informações mensais. Para os jornais OESP e FSP delimitamos a pesquisa à edição referente ao segundo domingo de cada mês. Para GLO, contudo, escolhemos a edição referente ao segundo sábado do mês porque o diário carioca não circulava aos domingos. Todas as fontes documentais encontram-se disponibilizadas em plataformas digitais dos próprios veículos de divulgação.

A presente dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro, “1964: A articulação do golpe”, aborda o ano de 1964, focando os meses que antecedem o golpe civil-militar. Divido nas seguintes seções: “O pré-golpe: últimos ajustes”, onde apresento o panorama teórico da construção da narrativa anticomunista; “A radicalização dos sujeitos” que evidencia as narrativas mais alarmistas; “A ‘comunicação’ das esferas sociais” que retrata a “infiltração comunistas” em instituições públicas e “O perigo na presidência” que retrata as editoriais sobre Jango.

O segundo capítulo, intitulado “O inimigo é meu vizinho: 1965-1968”, traz uma análise dos editoriais que abordam o anticomunismo sob o viés das políticas interna e externa. Está subdividido em: “Os primeiros atos” para retratar os primeiros meses do regime, especificamente de abril a dezembro de 1964; “A política interna” e a “A política externa”. Por fim, “A sombra do mal: 1965-1968” é o terceiro capítulo. Nele, são abordadas as questões que permearam o anticomunismo em seus aspectos relacionados ao cotidiano, ou seja, além das questões políticas diretas, a construção dessa narrativa que adentrava o campo da Educação, Cultura e Religião, especificamente da Igreja católica. Esses aspectos eram pontos discutidos pela lógica da DSN dentro da chamada expressão psicossocial do poder.

CAPÍTULO 1: 1964 - A ARTICULAÇÃO DO GOLPE

*“Chamada Geral
Reunião monstro contra a legalização do partido comunista
e pela solidariedade ao bravo povo mineiro”⁶⁸*

Neste capítulo inicial enfoco os meses que antecederam a consolidação do golpe de 1964 a partir da ótica jornalística. Desta forma, são apresentadas as análises dos editoriais de *O Estado de S. Paulo* (OESP), *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Globo* (GLO) nos três meses que antecederam o golpe, ou seja, de janeiro a março de 1964, quando é possível observar o crescente tom de alarmismo desenvolvido naquele momento. Ao mesmo tempo, nota-se um sentimento de urgência para a construção de uma resolução organizacional contra o “perigo” que estaria ameaçando o país.

Com base na leitura e análise das fontes selecionadas sobre o período pré-golpe, notei alguns temas recorrentes por meio dos quais foi possível observar a formulação do discurso de condenação do “inimigo interno”. São eles: a corrupção, a “infiltração comunista” nos órgãos públicos e, principalmente, a imagem do presidente e do governo de João Goulart.

Foi possível verificar se a construção e como teria ocorrido a criação de uma atmosfera de insegurança e medo em solo brasileiro e sua relação com a presença de um “perigo” ainda maior que pairaria sobre o mundo no contexto da Guerra Fria. O presente capítulo está dividido em três partes: a primeira trata dos ajustes políticos realizados para a consolidação do golpe; a segunda, sobre a suposta infiltração comunista nas esferas públicas e o perigo que esses elementos comunistas representariam para as instituições e, por fim, a figura de Jango, destacando as narrativas que buscavam colocá-lo como um representante do comunismo em solo brasileiro, assim como suas ideias governamentais seriam a expressão de suas “ideias comunistas”.

1.1 O pré-golpe: últimos ajustes

O fim da Segunda Guerra Mundial, em 2 de setembro de 1945, marcou o aumento das tensões entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) resultando na chamada Guerra Fria (1947-1991). Era o início da ordem bipolar, onde o mundo estava dividido em capitalistas, comandados pelos EUA, e comunistas, sob liderança da URSS. O clima de incertezas pairava entre as populações, assombradas com a

⁶⁸ Trecho do editorial *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 de março de 1964, p. 3.

possibilidade de um novo conflito direto. No entanto, segundo historiadores como Eric Hobsbawm, essa possibilidade não existia de fato, pois, na prática, ambos os lados aceitavam o controle e a hegemonia do outro:

A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência.⁶⁹

O grande marco desse momento foi a construção do Muro de Berlim, erguido em 1961, separando concretamente a Alemanha Ocidental (comandada pelo lado capitalista) e a Oriental (vinculada à URSS). Esse acontecimento demonstra a intensidade dos conflitos entre dois projetos políticos antagônicos, que foram o ponto central da guerra. Nesse sentido, a utilização do termo “comunismo” passou a ser cada vez mais recorrente. A construção da imagem do que é o comunismo e de quem são os comunistas começava a fazer parte do imaginário da população, como explica René Armand Dreifuss:

Um clássico exemplo de um modo mais vil de guerra psicológica era a publicação regular de *O Gorila*, distribuído dentro das Forças Armadas. Em uma das edições, depois de apresentarem o que consideravam os dogmas básicos do marxismo, os autores comentavam o que consideravam que o programa parecia ser bom. No entanto, tudo não passaria de uma isca, pois “Atrás da aparente beleza, estão os assassinatos em massa, a abolição da dignidade, os campos de trabalho forçado, a rejeição de toda a noção de liberdade e fraternidade”. Caracterizam então, o comunista: “Ele é aparentemente inofensivo... nunca se trai, sempre trairá outros. Ele fala de paz e amor fraternal”. “Ele será o seu mais querido amigo, o mais sincero, o mais leal... até o dia em que ele o assassinará pelas costas friamente... Eles matam frades, violam freiras, destroem igrejas.”⁷⁰

A formulação de novos sentidos, como nesse exemplo, foi disseminada em diversas instâncias sociais com o objetivo de criar um distanciamento cada vez maior entre o imaginário que contradiz e o significado teórico do comunismo, enquanto um movimento político social que pode ser entendido tal como explicado no *Dicionário de conceitos históricos*:

O *Dicionário do pensamento marxista* oferece duas definições para Comunismo: primeiro, ele seria o movimento político da classe operária dentro da sociedade capitalista, iniciado com a Revolução Industrial. Esse sentido do termo surgiu na década de 1830, com o crescimento da classe operária na Europa Ocidental. Em segundo lugar, o Comunismo seria a sociedade criada pela classe trabalhadora em sua luta com as classes dominantes na sociedade capitalista. Esses dois sentidos foram propostos por Karl Marx e estão intimamente relacionados: assim, o Comunismo é ao mesmo tempo o movimento político e a sociedade que dele emerge. Podemos entendê-lo ainda como uma ideologia, um conjunto

⁶⁹ HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 224.

⁷⁰ DREIFUSS, René Armand. **A conquista do Estado**: ação política e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 237.

articulado de princípios teóricos que fundamentam um tipo de sociedade e uma ação política.⁷¹

Portanto, nos discursos que circulavam nos países capitalistas no contexto da Guerra Fria, nota-se que o sentido de “comunismo” passou a ser compreendido como “o grande” representante dos males da sociedade, muito diferente da sua dimensão humana e política, configurando-se como um “monstro” em crescimento.

Nesse sentido, a utilização do termo “comunista” no decorrer desse trabalho está muitas vezes associada ao imaginário que se difundiu sobre ele, mais do que ao seu sentido de projeto político. Isso porque, dentro da construção do Estado Autoritário brasileiro, toda e qualquer ação que se aproximava de ideias progressistas visando a construção de um Estado de Direito burguês, ou de práticas de oposição, eram logo identificadas como “comunistas”. A construção desse “inimigo interno”, então, é compreendida nesta pesquisa como uma ferramenta de coerção que se descola do significado “real” da construção política social comunista atrelada a um mecanismo de controle e medo. Fato observado por Ananda Simões, que retrata:

O conceito de “inimigo interno” é fundamental na concepção das “fronteiras ideológicas”. Assim como na sua matriz, na variante brasileira da DSN ele também pode atingir qualquer pessoa, sendo flexibilizado constantemente para poder enquadrar todos que, de uma maneira ou outra, possam questionar, se opor e, de alguma forma, levar à desestabilização da ditadura de Segurança Nacional. O “inimigo interno” foi utilizado para a elaboração de toda doutrina de segurança readaptada pela ESG: guerra revolucionária, geopolítica, política externa, segurança nacional, desenvolvimento econômico. Não há uma definição de “inimigo”; o importante é que toda a população vira suspeita, podendo ser controlada, perseguida e eliminada.⁷²

Não significa que não existia uma luta organizada pelas *esquerdas*. Ressalto a utilização do plural por compreender que a esquerda não é homogênea, mas abrange diversos projetos políticos, há resistências mesmo no interior desses projetos políticos que coexistem dentro da construção da sociedade civil. No entanto, quero chamar a atenção para o fato de que toda essa construção do inimigo interno se aproveita da existência de tensões de classe para criar uma atmosfera de medo que permitiria o uso da força, como explica Maria Helena Moreira Alves:

Esta ênfase na constante ameaça à nação por parte de “inimigos internos” ocultos e desconhecidos produz, no seio da população, um clima de suspeita, medo e divisão que permite ao regime levar a cabo campanhas repressivas que de outro modo não seriam toleradas. Dessa maneira, a dissensão e os antagonismos de classe

⁷¹ SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 70-71.

⁷² FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, v. 2, n. 4, jul./dez. de 2009, p. 848.

podem ser controlados pelo terror. Trata-se de uma ideologia de dominação de classe que tem servido para justificar as mais virulentas formas de opressão classista.⁷³

A disseminação da ideia de presença de “inimigos internos” era feita nos jornais analisados a partir de uma construção narrativa sobre os problemas gerados pelo “mal comunista”. Desse modo, inconscientemente, era possível aos leitores estabelecer associações de ideias que transmitissem a percepção de que o “perigo” estava chegando. Desse modo, os jornais davam o enfoque que julgavam necessário para a construção do golpe dentro da perspectiva do “inimigo interno”.

Para o início de toda guerra é antes necessário definir seu adversário. Nenhum conflito é iniciado sem antes ser possível pontuar os motivos pelos quais se está submetendo à desavença. É preciso construir a imagem do seu inimigo, expor seus maus hábitos, ridicularizar seus preceitos, construir uma base de apoio capaz de compreender os motivos geradores de conflito até que se consolide um estopim capaz de canalizar todas as tensões pré-existentes.

É justamente essa construção de batalha que busquei vislumbrar nos momentos que antecederam o golpe de 1964. Além da organização de forças para que a tomada do poder fosse eficaz, existiu a construção imaginária do adversário que deveria ser derrotado e, para tanto, foi feita a exposição dos seus males e dos perigos que representava.

A construção de um tão poderoso “inimigo” foi uma parte imprescindível para a destituição do então presidente João Goulart e para a construção do regime conservador-autoritário que iria perdurar longos 21 anos. Sem ela não teria sido possível promover uma coalizão de forças sociais tão distintas a ponto de esquecerem suas divergências para derrotar “o mal” em comum. No entanto, é importante ressaltar que ao longo da história brasileira é possível vislumbrar a perpetuação de um pensamento autoritário cujos meandros tomam formas e sentidos diversos ao longo do espaço temporal, mas que se colidem sempre dentro dos preceitos elitistas. Paulo Sérgio Pinheiro retrata que:

No caso brasileiro predomina o que se poderia chamar de um “autoritarismo socialmente existente” que precede e ultrapassa os regimes políticos autoritários e independe da periodização da história política [...]. Parece estar inscrito numa grande continuidade autoritária que marca a sociedade brasileira (e sua “cultura política”) diretamente dependente dos sistemas de hierarquia implantados pelas classes dominantes e reproduzidos regularmente com o apoio dos instrumentos da opressão, da criminalização da oposição política e do controle ideológico sobre a maioria da população.⁷⁴

⁷³ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. Petrópolis: Vozes, 1984, pp. 26-27.

⁷⁴ PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e Transição. **Revista USP**, n. 9, 1991, p. 55-56.

O Regime Militar brasileiro, portanto, evidencia e extrapola as problemáticas existentes na sociedade brasileira. Sua implantação foi fruto de problemas internos e de pensamentos autoritários presentes na sociedade brasileira. Encontra-se nele uma possibilidade de externalizar e utilizar a força que outrora estava apenas no discurso, saindo do campo das ideias para a temerária realidade sócio-política. Tendo ainda a mídia desempenhado função principal nessa articulação:

Sem a desestabilização (propaganda ideológica, mobilização da classe média etc.) o golpe seria bastante difícil; sem a iniciativa militar, impossível. Portanto, é preciso bem distinguir a atuação desestabilizadora (a propaganda do IPES e outras agências) da conspiração golpista civil-militar, que em muitos momentos não passou de retórica radical e somente se consolidou às vésperas do 31 de março. Assim, creio não ser abusivo afirmar o acerto histórico da leitura segundo a qual a “desestabilização civil” foi bastante articulada, mas a ação militar não foi inteiramente planejada, com segurança e sistematicidade, ficando à mercê de iniciativas de algum modo imprevistas.⁷⁵

No entanto, a tomada de poder não pode ser compreendida como algo desconexo da realidade existente. De acordo com Maria Aparecida de Aquino,⁷⁶ o Estado *não está posicionado acima* das relações humanas, ele *faz parte* dessas relações, portanto, nenhuma ideia vigora acima das concepções da sociedade. Ou seja, toda constituição de poder político é resultado de problemáticas sociais internas. Nesse sentido, é importante observarmos o Estado dentro de uma ótica que também o transforma em produto de determinada sociedade, sendo que nele tudo se encontra e se organiza para que se torne o elo entre a sociedade civil e política.

O filósofo italiano Antonio Gramsci, em seus estudos sobre a estrutura de Estado, divide a sociedade em duas esferas: de um lado, a sociedade política e, do outro, a sociedade civil. A vida social estaria organizada a partir de um equilíbrio entre as duas esferas. Assim, a “sociedade política” representa, na sua perspectiva, a sistematização dos aparatos de coerção pela classe dominante, os controles burocráticos da estrutura social. Enquanto a “sociedade civil” é constituída pelas instituições, as organizações que garantem a propagação dos ideais e pensamentos dentro dessa estrutura social. É justamente nela que temos o palco das pressões e debates da estrutura social, uma vez que, a incursão dos ideais e preceitos das classes dominantes na “sociedade civil” é necessário para a sua perpetuação:

É dentro da sociedade civil que as classes “buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso,

⁷⁵ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004. p. 55.

⁷⁶ AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, Estado Autoritário (1968–1978): O exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de S. Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.

por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma ditadura, ou mais precisamente, uma dominação mediante a coerção.”⁷⁷

A aceitação dos ideais sempre se dá dentro dos aspectos da “sociedade civil”. No entanto, a execução do controle desses ideais se dava dentro da sociedade política”pela imposição da disciplina:

Sociedade política: é o aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente mas que é por toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção [nos aparelhos privados de hegemonia] quando fracassa o consenso espontâneo.⁷⁸

Pensando nisso, o Estado não seria uma organização estática, mas construída dentro de uma lógica de trocas entre seus agentes. Olhando para a estruturação do Regime Militar brasileiro, as funções das mídias estariam justamente relacionadas à propagação dos ideais do Estado para dentro das esferas da “sociedade civil” que se tornaria território de disputa.

Podemos compreender ainda que todo sistema político funcionava como uma representação de conflitos sociais internos, compreendida dentro da relação ambivalente que serve tanto para apresentar determinada situação, quanto para manter a ordem sistêmica de um ato. De acordo com o historiador Roger Chartier:

Representar é, pois, fazer conhecer as coisas “pela pintura de um objeto”, “pelas palavras e gestos”, “por algumas figuras, por marcas” – como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias. Representar no sentido jurídico e político é também “manter o lugar de alguém, ter em mãos sua autoridade”.⁷⁹

Tais representações são frutos da busca por espaço e legitimação de determinados grupos sociais, à medida que também exercem poder dentro da sociedade, podendo contribuir ou participar de meios de controle:

Os grupos criam representações que objetivam agir nas experiências históricas. Desta forma, o mundo social é representação e vontade, e existir socialmente é ser percebido como distinto. As representações estão localizadas no tempo e são social e historicamente construídas pelos sujeitos e seus respectivos grupos.⁸⁰

Nesse sentido as representações compõem a visão social desses grupos, o modo como se enxergam nessa estrutura social, como desejam ser vistos e, mais do que isso, mecanismo

⁷⁷ COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 77.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 78.

⁷⁹ CHARTIER, Roger. **À Beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 165.

⁸⁰ COELHO, F. Conceitos “cultura” e “representação”: contribuições para os estudos históricos. **Fronteiras**, v. 16, n. 28, p. 87-99, 2014. p. 96.

de controle ideológicos sob outros grupo, as chamadas “lutas de representações”, termo apresentado por Chartier em *História Cultural: entre práticas e representações*:

Assim, “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio” perspectiva do conceito de cultura como “mecanismos de controle”, parte do pressuposto que o pensamento humano é tanto social como público. Assim, o pensar se revela por meio dos símbolos significantes – as palavras, gestos, sons musicais, desenhos, objetos, artifícios mecânicos como o relógio, “qualquer coisa que esteja afastada da simples realidade e que seja usada para impor um significado à experiência”.⁸¹

Podemos compreender ainda que todo sistema político funcionava como uma representação de conflitos sociais internos, estruturado a partir do Estado se entranhou na sociedade, como afirma Joseph Comblin (1978):

De qualquer modo, todo sistema político moderno tem a pretensão de influir sobre a sociedade e de mudá-la. Depois de alguns anos de determinado regime, é justo atribuir-lhe uma parcela de responsabilidade pelo estado da sociedade, mesmo se esse regime é, em última análise, apenas o *factórum* da estrutura social estabelecida que se tenta manter.⁸²

É justamente essa ambivalência que me interessa observar quando analiso as questões que permeiam o Regime Militar de 1964. Isso porque a expressão do pensamento e poder de uma parcela da população existente na sociedade de 1964, que apoiou o golpe, nega a autonomia da sociedade civil e concorda que sobre ela ocorra a sobreposição dos anseios de um Estado autoritário que busque eliminar os dissensos através da coerção.

Durante duas décadas a democracia esteve retirada de cena, sob o pretexto de ser a única maneira de a defender. Operadores do regime argumentavam que o seu sufocamento era necessário para que ela pudesse ser desfrutada pelo povo novamente em momento oportuno.

A formulação de um discurso “em nome da democracia” sustenta posicionamentos que conclamam pela “Revolução de 1964”, como os agentes envolvidos na conspiração de 1964 se referem ao golpe, ignorando todas as características de um regime que tomava decisões sem o consenso da população, impunha censura e repressão para contê-la. Além disso, cerceou os direitos individuais existentes na sociedade brasileira, com o agravante de uso do poder coercitivo para buscar um poder estrutural.

Os últimos suspiros da democracia antes do golpe de 1964 foram marcados pelo governo de João Goulart, o Jango, então presidente do Brasil. Em seu plano de governo,

⁸¹ CHARTIER, Roger *apud* COELHO, F. Conceitos “cultura” e “representação”: contribuições para os estudos históricos. *Fronteiras*, v. 16, n. 28, p. 87-99, 2014. p. 96.

⁸² COMBLIN, Joseph. *A ideologia de Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 91.

Jango visava principalmente a concretização das denominadas reformas de base, que foram tentativas de alterações na estrutura da sociedade brasileira propostas pelo então presidente da República, João Goulart, para estimular o crescimento econômico e o aumento da participação política da população. As reformas foram divididas em: administrativa, agrária, bancária, eleitoral, capital estrangeiro, universitária e da educação, urbana e tributária. Seus principais pontos eram: aumento dos poderes do Banco Central de modo que todos os bancos da iniciativa privada deveriam responder ao BC; revisão a taxação de impostos de acordo com os proventos recebidos; controle e regulamentação do capital estrangeiro aplicado em solo brasileiro; ampliação do voto às pessoas não alfabetizadas; reorganização das grandes propriedades de terra que estavam inutilizadas, alterando o processo de desapropriação de terras, criando inúmeros pequenos produtores e acabando com os monopólios de produção. Suas propostas não agradaram os setores mais altos da sociedade brasileira, acarretando uma grande instabilidade política que facilitou a consolidação do golpe de Estado.

A construção da tomada de poder com o golpe de 1964 estava relacionada com a recusa, por parte da elite, das crescentes transformações estatais, que manifestaram grandes objeções para com a ampliação de direitos e a ampliação da participação política da população. Desse modo, tornou-se uma urgência para a elite brasileira atravancar a construção do Estado de Direito, ou seja, um Estado baseado em um conjunto de leis através das quais todos deveriam ser ouvidos e ter participação nessa sociedade:

Um fio condutor parece ser, segundo Krygier, o de que o Estado de Direito se apresenta como a instância de controle da arbitrariedade no manejo do poder, mas não apenas isto, que se some a tal o fato de que o direito é um empreendimento argumentativo e que, por isto mesmo, não pode permitir que aqueles submetidos à lei sejam silenciados ou ignorados na sua digna capacidade de se opor.⁸³

Dentro desse processo, a desestruturação da imagem de João Goulart era parte fundamental para a construção de um novo governo que se colocava de forma totalmente adversa ao Estado de Direito. Mesmo com as passeatas realizadas a favor do golpe, é necessário compreender qual parcela da sociedade era representada pelo regime, o local onde estão posicionados dentro da pirâmide social. Nesse caso, estavam relacionadas às classes alta e média alta.

Logo, a construção do golpe parte de uma realidade específica da sociedade civil e ocorreu através da articulação de setores das Forças Armadas e da elite conservadora

⁸³ MEYER, Emílio Peluso Neder. Crimes contra a Humanidade, Justiça de Transição e Estado de Direito: Revisitando a Ditadura Brasileira. **Brasília: Journal for Brazilian Studies**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 208-242, 2015.

brasileira, que utilizaram como principal argumento a suposta existência de uma revolução comunista que estaria prestes a ser executada no Brasil. Sob essa alegação depôs-se do poder o então presidente João Goulart dando início a um regime marcado pela privação de liberdade da população e pela ascensão do autoritarismo. Após a consumação do golpe, houve um processo de exclusão da participação civil nas tomadas de decisão governamental, o que resultou em um regime conduzido por militares.

Para que a manobra ocorresse da maneira desejada, foi necessária a construção de um discurso que, fundamentado em parâmetros teóricos, fosse capaz de unificar as diversas frentes que se articularam naquele momento, para que pudessem somar forças frente a um objetivo em comum: derrotar a ameaça comunista, o “inimigo interno”.

É justamente por existir tal relação que se tornou imprescindível a construção de uma análise que estudasse os meandros do Estado, seu norteador teórico, ao mesmo tempo verificando as estruturas sociais presentes na sociedade que poderiam legitimar a postura adotada. Assim se torna possível verificar que a expropriação desse Estado evidenciou uma crise política e de autoridade que resulta num regime pautado pelo uso da força e da coerção como meio de se legitimar.

A busca de legitimação se deu pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), formulada na Escola Superior de Guerra (ESG), que ofereceu ao regime a fundamentação teórica para justificar as suas ações, muitas delas voltadas contra a população brasileira. A DSN entrou em cena justamente para apresentar um referencial teórico e discursivo que garantisse apoio e legitimidade aos propósitos golpistas. A própria criação da ESG, em 1949, representou a junção de setores militares e da elite, criando uma relação orgânica entre ambos, à medida em que, através da ESG, se estabeleciam objetivos e pressupostos convergentes nessas classes.

Visava-se desta forma estimular o desenvolvimento capitalista dependente, sem alteração da ordem social vigente e dentro da lógica bipolar da Guerra Fria, que dividiu o mundo em dois: capitalista, liderado pelos EUA, e comunista, liderado pela URSS. O Estado passava a assumir assim um caráter tutelar frente à sociedade brasileira. Segundo Francisco Alves Ferraz (1994):

Esta confluência de aspirações entre elites militares e civis pôde fazer da recém-implantada Escola Superior de Guerra um espaço privilegiado para a moldagem de um projeto político comum. Estavam assim cada vez mais distantes as reservas existentes entre os membros das Forças Armadas e algumas frações burguesas em ascensão, o que acabaria permitindo um relacionamento mais equilibrado. A Doutrina da Segurança Nacional, ideologia aglutinadora desses interesses, contribuía para a ação política de classe, gestando estrategicamente um

planejamento com fins específicos, voltado para a construção de uma sociedade industrial plenamente articulada ao capitalismo mundial.⁸⁴

As ideias da DSN foram então amplamente divulgadas na esfera militar pela ESG e na sociedade como um todo pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e pela Sociedade Brasileira Civil de Planejamento e Consultas Técnicas (Consultec) na sociedade civil. A criação e o papel dessas instituições no golpe civil-militar de 1964 foi estudado por René Armand Dreifuss.⁸⁵

No final do governo Juscelino Kubitschek, em 1961, surgiram os primórdios das associações empresariais brasileiras que contavam com parceria internacional. Essa nova postura adotada pelos grupos empresariais nacionais, configurou-se na criação de órgãos responsáveis pela gestão dos interesses dessa classe que, naquele momento, estavam totalmente direcionados ao anticomunismo e ao combate às intervenções do Estado nas questões econômicas, lançando-se no cenário político para manter seus interesses. A Consultec e o complexo IPES/IBAD surgem dentro desse contexto.

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi criado no ano de 1959, por Ivan Hasslocher, e tinha como objetivo combater o comunismo em solo brasileiro produzindo materiais e apoiando financeiramente organizações anticomunistas. O IBAD mantinha a revista *Ação democrática* que divulgava conteúdo anticomunista direcionado ao público específico que, segundo Hassolcher, poderia aderir o movimento. O instituto mantinha ainda um programa radiofônico intitulado *A Semana em Revista* e, na televisão, o *Congresso em Revista*. Apoiou financeiramente campanhas políticas. No ano de 1962, suas ações influenciaram diretamente os resultados eleitorais, recebendo inclusive capital estadunidense. Futuramente confirmou-se que o órgão possuía relação estreita de comando com agentes estadunidenses. Esse escândalo levou à abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que culminou no fechamento oficial do IBAD em 1963. No entanto, sua atuação continuaria por outras vias.

O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), criado em 1962, marcou forte oposição ao governo de Jango. Fundado por grupos de empresários, buscava desenvolver ações de cunho educativo, realizando propagandas anticomunistas, produzindo artigos publicados em jornais como OESP e *O Globo*, produção de filmes e eventos. Foi um grande apoiador do golpe de 1964 e, durante o regime, seus membros ocuparam cargos significativos,

⁸⁴ FERRAZ, Francisco César Alves. **À sombra dos carvalhos**: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis (SP), 1994. p. 44.

⁸⁵ DREIFUSS, René Armand. **A conquista do Estado**: ação política e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

falava sobre si que sua ideia inicial era “defender a liberdade pessoal e da empresa, ameaçada pelo plano de socialização dormente no seio do governo João Goulart”, através de um “aperfeiçoamento de consciência cívica e democrática do povo”. Foi extinto em 1972 devido a problemas financeiros e alegando que sua missão inicial havia sido cumprida de modo integral.

A Consultec foi responsável por garantir o caráter técnico desse conglomerado empresarial. Por meio desse escritório, garante-se a consulta de ações que deveriam ser tomadas.

Esses escritórios de consultoria tecno-empresarial doravante denominados escritórios técnicos, surgiram como consequência lógica de consciência empresarial da necessidade de planejamento, perícia técnica e administração eficiente, o que parecia poder ser obtido através dessas agências especializadas. A sua função ostensiva era providenciar a perícia técnica e orientações necessárias, executar os estudos de viabilidade e dar consultoria legal. Os escritórios técnicos serviam também como firmas de consultoria para os interesses multinacionais e associados os quais, penetrando em um novo mercado, tinham de lidar com o que parecia ser uma legislação populista complicada e uma burocracia difícil.⁸⁶

O complexo IPES/IBAD surgiu oficialmente em 1961, fruto de uma junção de grupos de empresários, que se posicionaram em uma campanha anticomunista. Sua atuação foi uma das grandes responsáveis pela descaracterização e depreciação da imagem de Jango. Para tanto, o grupo criou grandes campanhas midiáticas, produziu artigos, reuniões, que visavam obter apoio entre os empresários e a sociedade civil sob o argumento de que havia a necessidade de uma mudança de postura, visto que, segundo os integrantes desse complexo, havia uma crescente onda comunista avançando no país. Segundo Dreifuss, o “IBAD agia como uma unidade tática e o IPES operava como centro estratégico.”⁸⁷ O complexo mantinha, ainda, relações estreitas com as Forças Armadas sob o discurso de defesa democrática. Nesse sentido, explica Dreifuss:

O complexo IPES/IBAD não apenas desenvolvia uma campanha ideológica visando suas próprias fileiras de empresários, militares e categorias funcionais, mas também doutrinava o bloco burguês em geral, em uma operação de dentro do IPES se conhecia por “projeção de doutrina” [...]. A mensagem que a elite orgânica disseminava de marcantes tom anticomunista e objetivos sócio-econômicos modernizantes, envoltos em uma aura profissional-tecnocrata, exercia uma grande atração sobre novos recrutas entre os empresários, militares e as classes médias. Ela servia ao propósito de sustentar e fomentar a legitimidade do envolvimento antigovernista das Forças Armadas na política.⁸⁸

⁸⁶ DREIFUSS, René Armand. **A conquista do Estado: ação política e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 83.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 164.

⁸⁸ DREIFUSS, René Armand. **A conquista do Estado: ação política e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 252.

Nos momentos que antecederam o golpe, a DSN apresentou um caráter dualista. Primeiramente, podemos entendê-la como a utilização do corpo doutrinário consolidado para obtenção de apoio a partir de seus pressupostos referenciais, visto que, ao modificar as estruturas democráticas, seria necessário o apoio de setores civis capazes de endossar tais medidas, assegurando às Forças Armadas a tarefa de dirigir e assegurar o novo *status quo*. Isso implicava uma ampla campanha para criar um clima de insegurança e medo capaz de justificar os atos antidemocráticos. A tarefa de promover essa campanha ficou a cargo do IPES, que a organizou e direcionou, tendo como objetivo a necessidade de cooptar cada vez mais frentes de apoio. Arlindo Corrêa, que foi dirigente do IPES, em um trecho em que é citado na obra de Dreifuss, reafirma: “[...] Finalmente, a classe média deve ser usada como um instrumento de pressão política do mesmo modo e pelo mesmo meio que as classes trabalhadoras: operários, portuários, ferroviários, etc.”⁸⁹

O segundo aspecto do caráter dualista da DSN foi posto em prática após a instauração do Regime Militar e utilizado para justificar as diversas atitudes tomadas no decorrer dos 21 anos, tornando-se então ponto importante para entender a estruturação do governo naquele momento. Desta forma, a DSN se tornou o ponto principal para assegurar o crescimento da nação, visto que: “Nesse sentido, a sintonia entre os princípios da ideologia de Segurança Nacional e o Estado era condição primordial para o desenvolvimento da nação. Sem ela, o Estado se tornava acéfalo, refém de interesses e grupos estranhos aos objetivos nacionais.”⁹⁰

A organização da DSN está dividida no binômio de Segurança e Desenvolvimento que expressa o objetivo de promover o desenvolvimento do capitalismo de subserviência à economia estadunidense. Neste sentido, estava fundada dentro da visão geopolítica do general Golbery do Couto e Silva.⁹¹

Nesse ideário, percebe-se a posição classista ao atribuir um caráter messiânico à elite brasileira e às Forças Armadas que, de acordo com essa visão, teria o papel de inculcar as suas próprias aspirações na sociedade brasileira, reforçando ainda a sua função dentro desse projeto. Conforme consta na Doutrina básica da ESG:

Nem sempre o povo, como um todo, se apercebe da necessidade ou da importância de um determinado interesse para transformá-lo em uma aspiração generalizada. Nesse caso cumpre à elite dirigente, através de recursos pedagógicos, inculcar na comunidade nacional o sentimento daqueles valores, para que ela os aceite e incorpore a necessidade de seu entendimento.⁹²

⁸⁹ DREIFUSS, René Armand. **A conquista do Estado**: ação política e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 292.

⁹⁰ OLIVEIRA, Nilo Dias de. Os primórdios da Doutrina de Segurança Nacional: a Escola Superior de Guerra. **História**, São Paulo, v. 29, n. 2, pp. 135-157, dez. 2010. p. 147.

⁹¹ Conf. SILVA, Golbery do Couto e. op. cit.

⁹² BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Doutrina Básica**. Rio de Janeiro, 1979. p. 7.

Desse modo, às demais classes sociais caberia apenas “passar o bastão” e dar o “aceite” a tais lideranças que, segundo o projeto golpista, representariam a melhor opção para a sociedade. À DSN caberia garantir que o Estado estaria consolidado de forma coesa. No entanto, o que se verificou com essa postura foi justamente a afirmação do seu caráter classista e autoritário, que visava cercear os direitos e a participação política da população. Do mesmo modo, almejava o silenciamento de possíveis divergências e reivindicações que apontassem para a alteração do chamado *status quo*. Para que houvesse sua sustentação seria necessário criar mecanismos de repressão capazes de legitimar seu poder através da força, visto que em determinadas situações seu poder não era reconhecido, portanto, caberia à “ordem do discurso” assegurar uma configuração social capaz de forjar uma legitimidade, ordem essa compreendida dentro da perspectiva apresentada por Foucault em seu livro *A Ordem do discurso*. Nessa obra o filósofo apresentou a funcionalidade do discurso, que é “ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos”⁹³. Através dele, as relações de poder se organizam dentro de uma perspectiva segundo a qual seria possível controlar os discursos para determinados fins dentro da estrutura social:

Desta vez, não se trata de dominar os poderes que eles têm, nem de conjurar os casos de sua aparição; trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam. Ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo.⁹⁴

Nesse sentido, o discurso, além de buscar exercer poder sobre os que o recebem, também é fruto de um controle prévio que busca manter ou incutir determinadas questões.

Com base no mundo polarizado pela Guerra Fria, a Escola Superior de Guerra, ao elaborar sua DSN, apostou na ideia de uma guerra revolucionária na qual o comunismo deveria ser combatido para que fosse assegurado o “bem comum”. Esse conceito presente na DSN marca a influência da Doutrina Francesa, criada após a guerra da Indochina, que buscava compreender os mecanismos de um conflito que, segundo eles, não era bélico, mas possuía perigos e características próprias. Trata-se da existência de uma nova ferramenta de guerra que aconteceria através da inserção de ideias comunistas dentro do território nacional. Segundo os defensores da existência dessa “Guerra Revolucionária” (GR) existiria o

⁹³ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France. Tradução de Laura de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996. p. 9.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 36.

financiamento por parte do comunismo internacional de grupos infiltrados que estariam organizando um golpe de Estado para instaurar o comunismo:

Esta doutrina Francesa, criada por militares franceses após a derrota na guerra da Indochina, se baseava nas táticas da guerra irregular, fluída, guerra não convencional, sem exércitos, mas insuflada no seio social, onde todos poderiam ser suspeitos e inimigos. Pois a D.S.N. já pregava a criação do inimigo interno e as fronteiras a serem protegidas já não eram as do Estado, mas sim as ideológicas. E neste contexto, muitos indivíduos podem ser suspeitos e incriminados. Pois segundo (GODOY, 2014, p. 404) “Na guerra revolucionária as ideias são armas e quem as tem e as organiza seria tão legítimo da violência estatal quanto os que decidiram defendê-las na ponta de um fuzil”. Ou seja, um panfleto, uma fala poderia ser similar a um canhão, um jornal ser equiparado a um tanque de guerra, os pensamentos se transformam em armas”.⁹⁵

Nesse sentido, para combater essa suposta guerra era preciso criar mecanismo de defesa específicos que fossem capazes de cercear o avanço comunista, a GR é utilizada então como uma justificativa para o golpe de 64 e outros golpes militares do Cone Sul, uma vez que o avanço desses “agentes subversivos” representaria a ineficiência do governo vigente:

Em segundo lugar, e talvez mais importante, um dos pressupostos fundamentais da doutrina francesa era a ideia de que, se o controle das informações é o elemento decisivo da guerra revolucionária, seria impossível combater esse tipo de inimigo sem um comando político-militar unificado. Assim, essa doutrina entra no campo das relações civis-militares. Ao fazê-lo, não hesita em afirmar que, se a sociedade democrática é incapaz de fornecer ao Exército o apoio necessário, então seria preciso mudar a sociedade, não o Exército. Na expressão de um de seus principais teóricos, o comandante Hogard, “é tempo de perceber que a ideologia democrática tornou-se impotente no mundo atual” (Paret, 1964, p. 28) [...] Em outras palavras, a doutrina da guerre révolutionnaire trazia subjacente um projeto de intervenção militar na sociedade.⁹⁶

A Guerra Revolucionária era construída para que fosse possível definir um perfil amplo daqueles que eram compreendidos como um perigo à subversão, para que fosse factível abarcar grupos sociais distintos:

Nesse quadro, o inimigo era definido de forma ampla o suficiente para servir às mais variadas situações nacionais. A ideia geral era de que a civilização cristã estava envolvida numa guerra permanente e mundial, em que as distinções tradicionais entre guerra e paz passavam a ser insignificantes, assim como – na expressão de um analista – as diferenças entre anticolonialismo, nacionalismo anti Ocidente e comunismo. Vale dizer, o esquema francês era genérico o suficiente tanto para permitir que o Exército argentino definisse como seu principal inimigo o peronismo, que nada tinha a ver com o comunismo, como para dar ao Exército brasileiro uma justificação a mais para combater os nacionalistas ou os católicos radicais, além dos comunistas de várias feições.⁹⁷

⁹⁵ FERREIRA, Moisés Carlos. A implantação da D.S.N - Doutrina de Segurança Nacional e a Operação Condor no Brasil e Argentina. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA [Anais]. São Paulo, USP, 2016. p. 3.

⁹⁶ MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 23, n. 67, p. 40-67. 2009. p. 41.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 42.

O modo encontrado para conter os grupos de oposição, dentro da ótica da GR, seria através do uso das ferramentas dos seus opositores, uma das quais, justamente, as ações psicológicas. Neste ponto, podemos compreender novamente a importância dos jornais nesse processo de construção do anticomunismo, do discurso que buscava gerar a insegurança e o medo na sociedade pela exposição dos ideias desse Regime:

A importância da Ação Educacional e de Instrução contra a Guerra Revolucionária tem sido ressaltada pelo Estado-Maior do Exército, através de Diretrizes, Programas e Conferências, com o objetivo de preparar o Exército, psicológica e materialmente para opor-se a qualquer tipo de ação subversiva”. Ao mesmo tempo, salientava-se que as Forças Armadas estavam “alertas e vigilantes, irmanadas pelo mesmo ideal democrático”, mas era “imprescindível que estejam esclarecidas sobre as bases da ideologia comunista e sobre os processos e técnicas utilizados para a consecução de seus objetivos”. Nesse quadro, o objetivo desse tipo de estágio seria elevar o padrão de instrução, “com a criação de reflexos e atitudes adequadas”.⁹⁸

Para tanto, seria necessária a ampla atuação na sociedade brasileira a respeito dos pilares político, psicossocial, econômico e militar, resumidos no binômio segurança e desenvolvimento.

O ponto central de toda a construção da DSN é a guerra contra o “inimigo interno”, inserida no contexto de Guerra Fria, surgindo como proposta para combater a “ameaça comunista” no Ocidente. É precisamente este o ponto que me interessa dentro desta temática da pesquisa.

Existe a definição deste “inimigo”, que agora não estava no exterior, mas estava presente no país e se relacionava com todas as esferas da sociedade brasileira, ou seja, de acordo com a DSN, sua inserção na sociedade brasileira era evidente, logo, todo foco construído pelos comunistas em território brasileiro deveria ser combatido.

Para tanto, dentro do discurso contra o “inimigo interno”, o argumento usado deveria ser o de que não se estaria combatendo brasileiros, mas sim elementos que se tornaram um risco para a estrutura da sociedade brasileira porque associados ao comunismo internacional, tornando-se representações dos mesmos em terras brasileiras. Dessa maneira, a estratégia dos conspiradores era dissociar a oposição construída de forma autônoma dentro do território brasileiro, transformando-a em representações de um “mal maior”, ou seja, o comunismo, não de uma insatisfação com as relações da sociedade brasileira, mas com uma manipulação externa, o que fica evidente no trecho a seguir da Doutrina Básica:

O inimigo político não é necessariamente um ser mau, nem se confunde com a simples concorrência econômica. O inimigo é o outro, o estrangeiro, e basta

⁹⁸ MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 23, n. 67, p. 40-67, 2009. p. 46.

essa evidência para que, em casos extremos, as relações que com ele se mantêm possam degenerar-se no conflito, às vezes irreconciliável.⁹⁹

A associação entre o comunismo nacional e internacional, sendo este inserido no ambiente brasileiro, de acordo com a DSN, era a raiz de todos os males. Daí então, a criação de um discurso estabelecido para legitimar a definição deste “inimigo” que, agora, estava em toda a parte. Todas as manifestações populares como greves, protestos e quaisquer críticas acabavam por externalizar e representar a chamada “ameaça comunista”, o que causava a perturbação da ordem e por isso deveria ser contida, ainda que não fosse de forma rápida e eficaz.

Ao definir seu “inimigo”, a DSN traçou também as formas de exterminá-lo. Estas, podem ser divididas em dois preceitos: o de repressão propriamente dita e a de a criação de uma cultura política capaz de ser disseminada na sociedade brasileira, em meio à qual se estimulava a aversão ao pensamento político baseado no comunismo, assim como a manutenção de ideias morais. Essa estratégia de ação seria efetivada através do chamado “poder psicossocial”, que tratava-se das ações realizadas nas experiências humanas dentro da sociedade civil, apresentando nelas o poder das relações, deste modo buscava-se compreender as relações do cotidiano para mapear ações que poderiam ser tomadas dentro desses aspecto a fim de legitimar não apenas apoio como aceitação das ideias defendidas pelo regime:

Atuar no âmbito subjetivo era, sem dúvida, considerado pelos condutores da ditadura essencial no processo de sua manutenção, uma vez que garantia as condições psicossociais da segurança nacional. A tarefa dos setores dirigentes tornar-se-ia cada vez mais fácil à medida que os objetivos e desígnios da ditadura fossem internalizados pela maioria da população brasileira, a qual deveria passar a acreditar de maneira absoluta que a liberdade não poderia ultrapassar os limites traçados pelos seus condutores, pois ela poderia conduzir a sociedade a uma verdadeira barbárie.¹⁰⁰

Podemos ver essa preocupação e projeção nos seguintes trechos do *Manual Básico* da ESG: “Como combater a Guerra Revolucionária [...] Realizar eficiente ação psicológica associada ao correto emprego da comunicação social, objetivando a afirmação democrática e o fortalecimento moral da sociedade.”¹⁰¹ Continuando em: “A cultura política constitui fator ponderável do Poder Nacional à medida que sua influência se faz sentir no comportamento das instituições, entre governantes e governados.”¹⁰²

⁹⁹ BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Doutrina Básica**. Rio de Janeiro. 1979. p. 69.

¹⁰⁰ REZENDE, Maria José. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984**. Londrina: Eduel, 2001. p. 45-46.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 363.

¹⁰² *Ibidem*, p. 87.

Nesse sentido, a chamada “cultura política” pode ser compreendida como “o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos”.¹⁰³ Nada mais é do que a representação dos anseios presentes, derivados dos da DSN, transmitidos para o público em geral de forma que se tornaria possível a aproximação de um público diferente daquele presente nos quartéis. Sendo assim, a necessidade da construção de uma base política-civil aparece mais uma vez como um fator primordial para a consolidação de uma nova ordem. A “cultura política”, segundo a ESG, teria chegado ao seu ponto de consolidação quando fosse possível, a partir dela, a persuasão e o domínio de grupos: “[...] Penetra na consciência dos indivíduos e dos grupos, influenciando a conduta dos indivíduos e dos grupos, influenciando a conduta individual e coletiva, diz-se que a comunidade possui apreciável grau de cultura política.”¹⁰⁴ No decorrer da leitura dos manuais da ESG pude verificar uma grande preocupação em relação à necessidade de conservação da ordem, ou seja, apostava-se na supressão das aspirações individuais colocando o “bem comum” e as necessidades da nação acima de vontades pessoais, sendo atributo da elite garantir esse entendimento junto à população.

Para a construção dessa cultura era necessária a construção de argumentos e a difusão dos mesmos. Arlindo Corrêa, um dos diretores do IPES, retrata que: “[...] a conquista da classe média tem de ser feita através de uma atividade de propaganda que mescle argumentos racionais com argumentos emocionais. Dessa forma, a liderança dessa classe será alcançada.”¹⁰⁵

É justamente por isso que se torna necessária a análise do papel das mídias na construção do “inimigo interno”, pois torna-se evidente, mediante a DSN, a preocupação do regime em fazer desse corpo doutrinário seu norteador, a necessidade de inserir seus preceitos político-ideológicos nas esferas sócio-culturais da sociedade brasileira. O uso das grandes mídias faz parte dessa estratégia, portanto, pode-se dizer que seu papel durante o regime não foi simplesmente para evitar críticas ou conflitos dentro do cenário público.

Tanto a prática da censura, como a da inserção de conteúdos de caráter anticomunistas nas páginas de alguns jornais mostram o alinhamento dos mesmos com preceitos autoritários. Sendo assim, a construção e disseminação do medo em relação ao “inimigo interno” esteve inserida dentro do ideário da DSN, que visava fazer do comunismo um “alvo” para justificar

¹⁰³ SANI, Giacomo. Cultura política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (Orgs). **Dicionário de Política**, v. 1. Brasília: Universidade de Brasília, 2000. p. 306.

¹⁰⁴ Ibidem.

¹⁰⁵ DREIFUSS, René. **A conquista do Estado: ação política e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 292.

todo tipo de atrocidade cometida pelo Estado Autoritário sob a justificativa de que o perigo que estes representavam era duplamente devastador. Por isso, o olhar direcionado às mídias é inevitável quando existe o anseio de compreender a formação do imaginário anticomunista, gerado no momento do Regime Militar.

A seguir, são apresentadas as análises desenvolvidas sobre a construção do discurso anticomunista e de construção do “inimigo interno” e como foram disseminados nas páginas dos jornais analisados.

1.2 A radicalização dos sujeitos

Os momentos que antecederam o golpe foram extremamente importantes tanto para compreender os seus ajustes finais, assim como para verificar as narrativas construídas naquele momento que apontaram para a sua consumação. A atuação da mídia, durante todo esse percurso de conspiração até o golpe, conforme se lê nos jornais, reafirma os preceitos da ESG expostos na DSN: a defesa dos interesses da classe que representava e, com o advento do golpe de Estado, continuaria representando, mas agora receberia uma nova condição construída e colocada pelo próprio Regime Militar: a necessidade de conquistar o apoio popular, de modo a buscar a sua reafirmação enquanto representantes da sociedade brasileira.

Nesse sentido, a construção de narrativas inflamadas contra o comunismo era cada vez mais latente. Os jornais OESP e FSP possuíam laços próximos com o IPES, tanto que nas suas redações havia jornalistas mantidos por esse órgão. O IBAD, por sua vez, foi criado especificamente para combater o comunismo e também constituiu diversas frentes de atuação nos meios jornalísticos, segundo Dreifuss:

O IBAD operava como um centro de propaganda e unidade de ação política no campo, coletando informações sobre a organização camponesa e sobre as pessoas envolvidas como ativistas, participando de campanhas intimidadoras contra os militantes de esquerda e estimulando o temor ao “comunismo”.¹⁰⁶

Ao ler os jornais de janeiro a março de 1964 foi possível verificar de forma mais intensa e explícita a construção do discurso em torno do suposto “perigo” existente na sociedade brasileira. A visão radicalizante dos sujeitos que se colocaram à esquerda na esfera política tornou-se cada vez mais latente. Os textos publicados contribuíram para a disseminação de uma visão pejorativa e periculosa que procurava induzir o leitor a acreditar na necessidade de uma intervenção responsável, capaz de equilibrar a balança social interna.

¹⁰⁶ DREIFUSS, René. **A Conquista do Estado**: ação política e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 301.

“Guerra Psicológica - 4” é um texto de opinião, publicado em OESP e assinado por Dr. Antônio Carlos Pacheco e Silva, que traz uma extensa explicação sobre a existência de uma “guerra comunista” que estaria adentrando o país e conquistando novos espaços, causando danos terríveis em um cenário caótico de guerra. Como se lê neste trecho:

A guerra subversiva ou revolucionária, que é uma das modalidades da guerra fria, conhecida e empregada desde a mais remota antiguidade, tem sido largamente utilizada nas suas conquistas pelos russos, que a aperfeiçoaram e sistematizaram.

Ocultas, manhosas, sub-reptícias e clandestinas, antes de ser posta em execução é estudada e planejada por técnicos experimentados e perfeitos conhecedores das condições do país em que se vai desencadear. Tem ela por objetivo implantar a indisciplina, quebrar a hierarquia, incitar a revolta e a insurreição, graças a uma propaganda bem conduzida, pela exploração das massas. Objetiva principalmente a desorganização e a desintegração da estrutura social do país, pelo enfraquecimento do potencial nacional, desprestígio das instituições e das autoridades legalmente¹⁰⁷ constituídas de aniquilamento das classes produtoras, vingando a implantação do comunismo em todo o mundo.¹⁰⁸

O autor desse editorial, Antônio Carlos Pacheco e Silva (1898-1988) foi uma figura importante da construção do pensamento intelectual anticomunista brasileiro. Médico, formado em 1920 e militar de carreira, chegou à patente de major em 1947. Tornou-se grande influência no ramo da psiquiatria como defensor e propagador de ideias racistas através da pseudociência eugenista. Filiado à Liga Brasileira de Eugenia e fundador da Liga Paulista de Higiene Mental, chegou a defender a esterilização compulsória de pessoas pretas:

A defesa dos princípios da Eugenia, aliás, tais como a esterilização compulsória de degenerados, a obrigatoriedade do exame pré-nupcial, a seleção racial dos imigrantes que aportavam no país e a educação moral da população foi uma das principais marcas da trajetória de Pacheco e Silva.¹⁰⁹

Em 1958, Antônio Carlos Pacheco e Silva tornou-se professor da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) na área de Psiquiatria e Segurança Nacional. Teve grande influência intelectual no golpe de 1964, uma vez que era grande difusor das ideias de “guerra psicológica”, conceito formulado nos seus escritos com base em preceitos políticos e da psiquiatria. Segundo o autor, existiriam artifícios mentais utilizados pelos comunistas para potencializar a sua infiltração, configurando ainda a existência de uma “patologia social” que deveria ser combatida.

¹⁰⁷ DREIFUSS, René. **A Conquista do Estado**: ação política e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 301.

¹⁰⁸ SILVA, Antônio Carlos Pacheco. Guerra Psicológica - 4. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 2 de fevereiro de 1964. Primeiro Caderno, p. 114.

¹⁰⁹ TARELOW, Gustavo Querodia. **Antonio Carlos Pacheco e Silva**: psiquiatria e política em uma trajetória singular (1898-1988). Tese (Doutorado em Medicina) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. p. 59.

Propaganda

Guerra Psicológica — 4

DR. ANTONIO CARLOS FACHINO E SILVA

A guerra subversiva ou revolucionária, que é uma das modalidades da guerra fria, conhecida e empregada desde a mais remota antiguidade, tem sido largamente utilizada, nas suas conquistas, pelas rusas, que a aperfeiçoaram e sistematizaram.

Oculto, manhoso, sub-reptício e clandestino, antes de ser posta em execução é estudada e planeada por técnicos experientados e perfetos conhecedores das condições do país em que se vai desenvolver. Tem ela por objetivo implantar a indisciplina, quebrar a hierarquia, incitar a revolta e a insurreição, graças a uma propaganda bem conduzida, pela exploração das massas. Objetivos principais são a desorganização e a desintegração da estrutura social do país, pelo enfraquecimento da potencial nacional, desprestígio das instituições e das autoridades legalmente constituídas e aniquilamento das classes produtoras, visando a implantação do comunismo em todo o mundo.

O extraordinário progresso das técnicas usadas na difusão do pensamento, na propagação das ideias e na transmissão das imagens, permite hoje a penetração, a captação e a exploração das massas, pela utilização de métodos psicológicos da propaganda. Sergie Tchakhotine estudou minuciosamente os diversos processos utilizados na violação das massas pela propaganda política e subversiva.

A guerra insurrecional tem um campo de ação cada vez maior e novas possibilidades. É indiscutivelmente uma arma terrível e letal, sobretudo porque age de forma sutil, insidiosa, disfarçada, dissimulada, é difícil de ser localizada e combatida. Menos dispendiosa que as outras armas, vale-se de uma série de circunstâncias propícias ao seu desenvolvimento. Utiliza-se de elementos recrutados entre os próprios inimigos, sobretudo das personalidades psicopáticas, dos extremistas e desajustados, os quais, destituídos de sen-

ção de certas precauções para despertar queridas, a cooperação de redes de espões e esbocadores que recebem instruções de Moscou facilitam enormemente a tarefa".

CONQUISTAS DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

Os resultados dessas técnicas subversivas, como a superincubação já demonstrou sobejamente, são soberbamente eficazes e seguros. Especialistas competentes e bem treinados se aperfeiçoam constantemente, adaptando-as às condições específicas do país visado. Basta, para se equilar dos resultados já conseguidos pelas soviéticas, dar um balanço na situação atual: o equilíbrio estratégico do mundo, após a última guerra, foi radicalmente modificado por meio da técnica revolucionária. As conquistas obtidas por esse processo superam as conseguidas durante as duas grandes guerras por qualquer país, e que é fácil de se comprovar. Em superfície, cerca de um terço da humanidade passou para o campo comunista e muitos povos viram-se forçados a colaborar com os soviéticos. Em profundidade, as posições do Ocidente vão sendo progressivamente minadas, ameaçadas do interior e do exterior, na maioria das vezes por processos de ambos os lados. Com o advento, a guerra revolucionária não se limita a estimular movimentos subversivos isolados, que ocorrem aqui e acolá, mas tem abrangência muito maiores e visa uma guerra total, universal e permanente para a implantação de sua ideologia. Idealizada e planeada de acordo com as ideias de Hegel, Marx, Engels e sobretudo de Clausewitz, já foram os seus métodos aplicados por Lenin, Stalin, Errocher, Mao Tsé-tung, Tito e tantos outros em varias partes do mundo.

TÉCNICAS E FASES DA GUERRA SUBVERSIVA

toda a parte, nas assembleias, nas organizações nacionais e internacionais, nas administrações, nos organismos públicos e privados. Tais atividades são, por vezes, passivas; mas, com maior frequência, se desenvolvem de forma velada e dissimulada.

A ação desenvolvida pelos encarregados da chamada "limpeza", por exemplo, foi traçada de forma clara e precisa em texto da Lenina relativo à conduta que todos os parlamentares comunistas deviam pôr, também em relação nas assembleias nacionais ou internacionais: "Todo deputado comunista deve, por decisão do Comité Central do Partido, unir o trabalho legal ao trabalho ilegal. No país onde os deputados comunistas ainda se beneficiam das leis burguesas e de certa liberdade parlamentar, esta deverá ser utilizada na organização e na propaganda ilegal do partido. Os deputados comunistas devem subordinar toda sua atividade parlamentar à ação extraparlamentar do partido. A votação regular dos projetos de lei perante os monarcas não deve ser feita tendo em vista a sua adoção pela maioria burguesa, mas visando a propaganda e a agitação. A organização deve obedecer às indicações do partido e do seu Comité Central. Todo deputado comunista deve lembrar-se não ser ele um "legislador", que emprega a linguagem comum ao inimigo para forçar decisões. O deputado comunista é responsável não perante a massa dispersa dos eleitores, mas ante o partido comunista legal ou ilegal.

Na guerra subversiva, a atividade comunista utiliza-se, sobretudo, de que Lenin denominou de "corrente de transmissão". Essa corrente abrange todas as organizações, jornais etc., que permitem transmitir as mensagens às instâncias do partido. Existem muitas organizações desse gênero, cada vez mais numerosas, abrangendo formações de massas internacionais e nacionais, disseminadas sob varias deno-

Imagem 1: O Estado de S. Paulo, 2 de fevereiro de 1964. Primeiro Caderno, p. 114.

Esta outra matéria exemplifica o clima construído no período que antecedeu o golpe. Ao longo dos meses de janeiro a março de 1964 é possível verificar, através da leitura dos jornais, que há uma radicalização e esta se divide entre agentes internos e externos, ou seja, traça-se um paralelo do comunismo internacional com as ações da esquerda em terras

brasileiras. Além disto, através da grande campanha desenvolvida principalmente pelo complexo IPES/IBAD de fomento anticomunista, nesse sentido dentro da lógica da guerra psicológica, que seria:

A guerra psicológica consiste essencialmente no manejo da palavra falada e escrita com o propósito de abalar a moral do inimigo e abreviar as operações bélicas. Levada a cabo com destreza poderá poupar muitas vidas. Caso contrário, repercutirá negativamente sobre o adversário, irritando-o e robustecendo a sua capacidade de resistência. Em tempo de paz, o emprego criterioso de métodos e conceito de guerra psicológica é de suma importância para impedir a eclosão de um conflito armado. Usados com fins escusos ou sem a devida cautela agravarão sobremaneira as latentes tensões internacionais, pondo em risco a coexistência pacífica entre os povos (BRANT, 1967, p. 8)¹¹⁰

Em todos os editoriais, por exemplo, notei a construção dessa narrativa. A princípio, apresenta-se uma realidade imposta pela URSS ou alguma ação relacionada ao “teorismo” comunista internacional. Em seguida, fala-se sobre algum movimento da esquerda brasileira, para criar no leitor uma associação imediata, basicamente uma conta de “ $2 + 2 = 4$ ”, uma associação lógica e simples. Algo como: se no cenário internacional existe o caos reinando e este é causado por essas instituições que estão se emaranhando na realidade nacional, então é necessário combatê-lo para que o mesmo mal não ocorra em terras brasileiras. Essa construção estava alinhada à visão militar de associação à bipolaridade dentro do contexto da Guerra Fria. Fato também observado no livro *Visões do golpe*, que reuniu entrevistas com militares para compreender seus pontos de vista. O trecho reproduzido a seguir evidencia o que também percebemos nas páginas jornais:

Os depoentes inserem-no na conjuntura internacional do pós-guerra, quando a estratégia comunista conquista o ocidente e passa a concentrar-se na chamada guerra subversiva ou revolucionária, desenvolvida na chamada guerra subversiva ou revolucionária, desenvolvida no interior dos países capitalistas.¹¹¹

Essa narrativa pode ser percebida em matérias com formulações explícitas e, ao mesmo tempo, em suas expressões mais sutis. As notícias que evidenciaram a URSS foram inúmeras, em grande parte construídas para explicitar sua realidade violenta, sua má gestão ou seu avanço pelo mundo. O Muro de Berlim, erguido em 1961 para separar a Alemanha Ocidental (capitalista) da Alemanha Oriental (socialista), tornou-se um tema explorado para criticar a URSS. Os noticiários transmitiam cenas trágicas como na matéria “Morte de jovem

¹¹⁰ BRANT, J. E. Segredos da guerra psicológica: reminiscência da 2ª guerra mundial *apud* TARELOW, Gustavo Querodia. **Antonio Carlos Pacheco e Silva**: psiquiatria e política em uma trajetória singular (1898-1988). Tese (Doutorado em Medicina) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. p. 267.

¹¹¹ D'ARAÚJO, Maria Celina Et alii (orgs.) **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 12.

por policiais comunistas no muro de Berlim”, apresentada pelo *Repórter Esso* em 4 de janeiro de 1964:

Um rapaz de dezenove anos de idade que os policiais comunistas de Berlim Ocidental assassinaram no Dia de Natal, quando ele tentava escapar para o lado ocidental, desde então, os berlinenses da zona oeste passaram a prestar homenagens diárias à memória de Carl Schultz.¹¹²

Para comentar os problemas enfrentados pela população sob dominação comunista, a matéria de OESP, “A sombria realidade do outro lado do ‘muro da vergonha’”,¹¹³ traça uma relação entre os meios de transporte do lado ocidental e oriental, mas as críticas ao “lado comunista” são tão ferrenhas que nem o uniforme dos militares do lado oriental são poupados de insultos, já que eram uma “farda mal talhada, sem gostos”. A burocracia e o controle estatal também são o tempo todo lembrados de forma pejorativa: “Toma novamente nosso passaporte, a guerrinha de nervos continua. Francamente não esperávamos tanta burocracia”. Chama-se ainda a atenção do leitor para a “desmistificação” do seguinte ponto:

Leitor amigo: Você acredita naquela história de marco, paridade monetária, etc? Saiba que do lado de cá do muro há 168 cruzeiros de pessoas que viviam do lado oriental e foram metralhadas ao pular o obstáculo? Isso, sem contar as que morreram do lado de lá, cujo número segundo cálculos falhos anda pela casa dos dois mil. E sem falar das 13 mil mulheres separadas de seus maridos.¹¹⁴

Tal matéria foi apresentada aos leitores em página única, o que revela a importância atribuída ao tema, procurando mostrar uma realidade além do muro. É sabido que a URSS apresentava seus problemas internos. Não é nosso intuito negar esse fato. No entanto, a exposição das características negativas do regime soviético era construída de maneira a distorcer a realidade, potencializando inclusive uma possível investida e alertando sobre a presença da mesma em terras brasileiras.

¹¹² Notícia apresentada pelo *Repórter Esso* em 4 de janeiro de 1964. Trecho presente na página 12 do roteiro.

¹¹³ A sombria realidade do outro lado do “muro da vergonha”. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 2 de fevereiro de 1964. Primeiro Caderno, p. 93.

¹¹⁴ *Ibidem*.

VIDEO	T	PROJ.	AUDIO
<p>CÂMERA 2-LOC</p> <p>FILME POSITIVO</p> <p>12995.08</p> <p><i>over</i></p>	43 ^o		<p>A passagem de ano foi impregnada de alegria e tristeza no...</p> <p>...Muro de Berlim. Tristeza pela morte de Carl Schultz, um rapaz de dezasseis anos de idade que os policiais comunistas de Berlim Oriental assassinaram no Dia de Natal, quando ele tentava escapar para o lado ocidental. Desde então, os berlinenses da zona oeste passaram a prestar homenagens diárias à memória de Carl Schultz, colocando inclusive uma cruz no ponto exato do muro onde o jovem berlinense tentou a fuga. Os sentimentos de alegria foram motivados pela possibilidade que os berlinenses ocidentais tiveram de rever seus parentes e amigos de Berlim Oriental, pela primeira vez desde que o muro foi erigido, em agosto de mil novecentos e sessenta e um.</p>

Imagem 2: Repórter Esso, 4 de janeiro de 1964, p. 12 (roteiro).

Fato este que não pode ser considerado uma vez que a esquerda brasileira não possuía força suficiente para uma manobra com tamanha relevância. Notícias sugerindo tamanha força da oposição de esquerda serviam para a construção de uma perspectiva segundo a qual a atuação da esquerda seria responsável por todos os males do mundo. Explicados como resultado dessa posição política, o modo de evitar tantos males apenas poderia ser a partir do expurgo desse ideário ou não seria possível a construção de um mundo mais coeso. Esse pressuposto pode ser entendido, no mínimo, como injusto e alarmista, além de ser uma reação de um grupo que reunia empresários e militares e temia a perda de controle sobre a classe trabalhadora.

5.º

O ESTADO DE S. PAULO

DIÁRIO, 2 DE FEVEREIRO DE 1964

Além disso, mais 28 - 29

A sombria realidade do outro lado do "muro da vergonha"

RADIO ELDORADO - 700 quilociclos

FRANCIS STAVROV
"Além do muro da vergonha"

É a história contada de um homem que viveu no Brasil, mas que não viveu no Brasil. É a história de um homem que viveu no Brasil, mas que não viveu no Brasil. É a história de um homem que viveu no Brasil, mas que não viveu no Brasil.

... (text continues) ...

CARNAVAL BOSSA NOVA

É COM TRAJES EXCLUSIVOS DA CLIPPER!

USE O CREAMOSO PARA FICAR MAIS TÃO!

CLIPPER
tem mais novidades!

3.450

1.950

670

Imagem 3: O Estado de S. Paulo, 2 de fevereiro de 1964, p. 93.

No entanto, em meio a esse cenário catastrófico que encontramos nas páginas dos jornais, que se incorpora e busca adentrar nas esferas governamentais, surgem também vozes políticas consideradas capazes de combater esse mal, como a figura bastante heroicizada de Carlos Lacerda.

Carlos Frederico Lacerda é uma personagem muito emblemática da política brasileira. No princípio de sua vida, sua atuação política chegou a manter uma relação com a esquerda, participando da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e do Partido Comunista Brasileiro

(PCB). Contudo, devido à sua postura, no decorrer de sua caminhada política, mudou de forma radical o seu posicionamento dentro do espectro político, passando inclusive a atacar aqueles que, em outro momento, foram seus companheiros e companheiras de luta. Filiou-se então a União Democrática Nacional (UDN) lançando uma série de candidaturas a cargos políticos, ficando posteriormente conhecido como “demolidor de presidentes” pela sua ação durante o Governo de Vargas e posteriormente pelo movimento criado para impedir a posse de Juscelino Kubitschek e seu vice, João Goulart, em 1955. Sua figura torna-se tão forte que nasce o chamado *Lacerdismo* dado tamanho apoio a sua figura:

Em decorrência de sua trajetória de oposição sistemática a todos os governos federais desde 1945 (Lacerda romperia com Jânio Quadros poucos meses após a vitória deste), durante as crises do início dos anos 60, já como governador do Estado do Guanabara, Lacerda recebeu um novo apoio que o acompanharia até o final de sua vida: “O demolidor de Presidentes”. Alcinha popular inclusive na imprensa europeia antes mesmo da realização do golpe de março de 1964, ela tornou-se uma nova marca do jornalista, ao lado do já indelével “corvo”. O lacerdismo nasce assim na imprensa e ganha vida na esfera pública brasileira. Dependente de uma figura carismática, o lacerdismo ficou marcado por uma estratégia política que buscava o confronto, a luta, a disputa. Nele não havia espaço para a conciliação, a negociação, o recuo tático, a capitulação.¹¹⁵

Lacerda foi um símbolo desse pensamento conservador, que ganhou ainda mais força nos momentos que antecederam o golpe de 1964. Segundo Marly Mota: “Lacerda ocupa um lugar especial no imaginário político nacional e carioca, já que encarna, ao mesmo tempo, o tribuno incendiário, ‘demolidor de presidente’, e o administrador competente, o ‘construtor da Guanabara’.”¹¹⁶

Lacerda tornou-se a voz da moral e dos bons costumes, ferrenho opositor das práticas comunistas, assim como da figura de Jango. OESP lançou uma enorme campanha pela sua vitória na corrida eleitoral. Trechos de seus discursos, feitos e ideias tornam-se recorrentes nas edições de OESP. Nos outros jornais havia matérias sobre sua figura, mas não com tanta ênfase. O fato é compreensível, pois Lacerda era figura próximo dos dirigentes de OESP, “de propriedade de Júlio Mesquita Filho, amigo e admirador confesso do governador udenista”.¹¹⁷

¹¹⁵ DELGADO, Márcio de Paiva. **O “golpismo democrático” de Carlos Lacerda e o jornal *Tribuna da Imprensa* na quebra da legalidade (1949-1964)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2006. p. 134.

¹¹⁶ MOTTA, Marly Silva da. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de Estado. **Nossa História**. Rio de Janeiro, n. 19, p. 72-25, maio, 2005. p. 5.

¹¹⁷ DELGADO, Márcio de Paiva. **O “golpismo democrático” de Carlos Lacerda e o jornal *Tribuna da Imprensa* na quebra da legalidade (1949-1964)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2006. p. 129.

A matéria “É preciso organizar a sociedade brasileira para a vida democrática”¹¹⁸ ocupou quase uma página inteira de OESP para trazer os principais destaques do discurso realizado por Lacerda, que denunciava “o esforço do comunismo esterilizador de consciências”, compreendido como “líder democrático”. Em subtítulo, a matéria lança uma pergunta ambígua: “Por que Lacerda?”, referindo-se à escolha do mesmo como paraninfo da turma de jornalismo da Universidade Católica em Curitiba, mas podendo ser compreendido como a explicação pela qual o apoio a Lacerda seria a melhor escolha, já que, nos discursos do orador da turma do jornalismo, enaltece-se a seguinte questão:

O governador Lacerda disse ainda hoje, não só é lembrado como o ex-deputado federal que se tornou governador de Estado, mas muito por sua brilhante atuação dentro da imprensa, como verdadeira bandeira de democracia e liberdade contra a corrupção do poder público.¹¹⁹

No discurso como paraninfo, Lacerda enaltece ainda a figura do presidente estadunidense John Kennedy:

O presidente John Kennedy cuja vida foi roubada pela sanha do totalitarismo e fanatismo, representa para nós brasileiros símbolo de esperança na democracia e nos ideais de liberdade. E mais particularmente, para nós jornalistas, de um mundo livre, onde não há muros, nem ideologias, únicas, representa a imagem e o poder da democracia.¹²⁰

Assim, em um tom solene, começa-se a traçar a solução contra as ameaçadoras “garras comunistas”. Além das Forças Armadas, o papel político de Lacerda se tornava uma resposta para essa questão. Os discursos de Lacerda, sempre construídos em tons alarmistas, ganharam força com a mensagem de outros políticos que demonstram apoio à sua figura, assim como nas matérias evidenciavam o apoio popular atrelado a esse personagem.

As acusações sobre a esquerda, nesse sentido, nos meses que antecedem o golpe, foi construída em duas frentes: de uma perspectiva externa, com o “bombardeio” de notícias que potencializam e extrapolam cenas de violências e ameaça por parte da União Soviética e, internamente, surge a salvação atrelada às FA e, naquele momento, mais expressivamente canalizadas na figura de Carlos Lacerda, que estava então ligada aos interesses das FA e dos setores golpistas.

¹¹⁸ É preciso organizar a sociedade brasileira para a vida democrática. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 8 de março de 1964. Primeiro Caderno, p. 8.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 8.

¹²⁰ *Ibidem*.

Povo e governo saudam Lacerda no Paraná; liberdade

FLAVIO GALVÃO
de São Paulo

CURITIBA, 7 — Uma festa popular marcou a chegada de Lacerda ao Paraná. O governador paranaense recebeu o governador paulista em uma recepção que contou com a presença de milhares de pessoas. Lacerda foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas. Ele chegou ao Paraná às 10 horas da manhã e foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas. Ele chegou ao Paraná às 10 horas da manhã e foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas.



Em Congonhas

O governador Carlos Lacerda conversa com o governador do Paraná, Roberto Lacerda, no aeroporto de Congonhas, pouco antes de sua partida para Curitiba. Segurando nas mãos o governador do Paraná, Roberto Lacerda, e o governador paulista, Carlos Lacerda.

Quatro mil pessoas, frio e garoa

Um grande grupo de pessoas se reuniu no aeroporto de Congonhas para saudar o governador paulista. O governador paranaense recebeu o governador paulista em uma recepção que contou com a presença de milhares de pessoas. Lacerda foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas. Ele chegou ao Paraná às 10 horas da manhã e foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas.

Em Curitiba, o governador paulista foi recebido por milhares de pessoas. O governador paranaense recebeu o governador paulista em uma recepção que contou com a presença de milhares de pessoas. Lacerda foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas. Ele chegou ao Paraná às 10 horas da manhã e foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas.

Confiança no êxito da candidatura

Com muita confiança, o governador paulista acredita no êxito de sua candidatura. O governador paranaense recebeu o governador paulista em uma recepção que contou com a presença de milhares de pessoas. Lacerda foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas. Ele chegou ao Paraná às 10 horas da manhã e foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas.



“É preciso organizar a sociedade brasileira para a vida democrática”

Em seu discurso de chegada ao Paraná, o governador paulista afirmou que é preciso organizar a sociedade brasileira para a vida democrática. O governador paranaense recebeu o governador paulista em uma recepção que contou com a presença de milhares de pessoas. Lacerda foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas. Ele chegou ao Paraná às 10 horas da manhã e foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas.

O governador paulista afirmou que é preciso organizar a sociedade brasileira para a vida democrática. O governador paranaense recebeu o governador paulista em uma recepção que contou com a presença de milhares de pessoas. Lacerda foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas. Ele chegou ao Paraná às 10 horas da manhã e foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas.

Por que Lacerda

Por que Lacerda? O governador paulista afirmou que é preciso organizar a sociedade brasileira para a vida democrática. O governador paranaense recebeu o governador paulista em uma recepção que contou com a presença de milhares de pessoas. Lacerda foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas. Ele chegou ao Paraná às 10 horas da manhã e foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas.

O governador paulista afirmou que é preciso organizar a sociedade brasileira para a vida democrática. O governador paranaense recebeu o governador paulista em uma recepção que contou com a presença de milhares de pessoas. Lacerda foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas. Ele chegou ao Paraná às 10 horas da manhã e foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas.

O governador paulista afirmou que é preciso organizar a sociedade brasileira para a vida democrática. O governador paranaense recebeu o governador paulista em uma recepção que contou com a presença de milhares de pessoas. Lacerda foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas. Ele chegou ao Paraná às 10 horas da manhã e foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas.

CONTINUA

O governador paulista afirmou que é preciso organizar a sociedade brasileira para a vida democrática. O governador paranaense recebeu o governador paulista em uma recepção que contou com a presença de milhares de pessoas. Lacerda foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas. Ele chegou ao Paraná às 10 horas da manhã e foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas.

O governador paulista afirmou que é preciso organizar a sociedade brasileira para a vida democrática. O governador paranaense recebeu o governador paulista em uma recepção que contou com a presença de milhares de pessoas. Lacerda foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas. Ele chegou ao Paraná às 10 horas da manhã e foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas.

O governador paulista afirmou que é preciso organizar a sociedade brasileira para a vida democrática. O governador paranaense recebeu o governador paulista em uma recepção que contou com a presença de milhares de pessoas. Lacerda foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas. Ele chegou ao Paraná às 10 horas da manhã e foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas.

CONCLUSÃO

O governador paulista afirmou que é preciso organizar a sociedade brasileira para a vida democrática. O governador paranaense recebeu o governador paulista em uma recepção que contou com a presença de milhares de pessoas. Lacerda foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas. Ele chegou ao Paraná às 10 horas da manhã e foi recebido no aeroporto de Curitiba por milhares de pessoas.



Imagem 4: O Estado de S. Paulo, 8 de março de 1964, p. 8. Primeiro Caderno.

A década de 1960 foi marcada pela intensificação da perseguição contra o comunismo identificado com o “inimigo interno”, como preceituava a DSN, cujos conceitos encontravam-se profundamente imersos nos quartéis e nos setores golpistas da sociedade.

Os conflitos internacionais se intensificaram dentro da lógica de bipolaridade da Guerra Fria, o discurso anticomunista se nutria então das relações internacionais nas realidades nacionais. Desse modo, existia uma busca por representantes do comunismo externo aqui, que eram identificados como fruto da “infiltração” desse comunismo

internacional e construtores desse preceito ideológico. O sentimento anticomunista pode ser entendido, nesse sentido, de acordo com Daniel Trevisan Samways, como:

[...] oposição à ideologia e aos objetivos comunistas; assim como existem forças sociais e posições políticas antifascistas, anticapitalistas, anticlericais, etc., também há as anticomunistas. Na realidade, após a Revolução de Outubro, o comunismo entrou na cena mundial, não só como um movimento organizado e difuso, senão também como uma alternativa política real em relação aos regimes tradicionais. Por isso, o Anticomunismo assumiu necessariamente valores bem mais profundos que o de uma simples oposição de princípios, contida, não obstante, na dialética política normal, tanto interna como internacional. [...] Trata-se, no entanto, de definições genéricas e limitativas, sendo o Anticomunismo um fenômeno complexo, ideológico e político ao mesmo tempo, explicável, além disso, à luz do momento histórico, das condições de cada um dos países, e das diversas origens ideais e políticas em que se inspira.¹²¹

Esse sentimento revela outra faceta para os militares cuja maior insatisfação era em relação a essa corrente política está relacionada ao questionamento da instituição militar como a conhecemos, quando da presença de infiltrados comunistas nos quartéis, fato exposto no livro *Visões do golpe*:

Desta forma, o anticomunismo militar não dizia respeito apenas à possibilidade de instauração de um governo socializante. Dizia respeito, sobretudo, à ameaça que o comunismo representava dentro da própria instituição militar, ao introduzir uma obediência paralela e concorrente.¹²²

Os autores afirmam ainda que: “O pecado capital da esquerda para os militares entrevistados foi a violação dos princípios ‘sagrados’ da hierarquia e da disciplina, sem os quais a própria instituição militar, como a conhecemos, deixa de existir.”¹²³

Nos momentos que antecederam o golpe, essa “preocupação anticomunista” pode ser verificada dentro da lógica interna ao buscar traços do comunismo na estruturação da sociedade brasileira. Nesse sentido, buscavam-se eventos e agentes identificados como “comunizantes”. Nos primeiros meses de 1964 essas problemáticas apareceram nos jornais de forma bastante latente.

A respeito dessa temática, separei exemplos dos casos mais recorrentes reportados na grande mídia em que identifiquei certa lógica binária e maniqueísta presente nos discursos das matérias que eram veiculadas na grande imprensa: interno/ externo, perigo/ esperança, vilão/ herói, corrupção/ salvação, reforçando a ordem bipolar.

¹²¹ SAMWAYS, Daniel Trevisan. **Inimigos imaginários, sentimentos reais**: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973). 253p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. p. 17.

¹²² D'ARAÚJO, Maria Celina Et alii (orgs.) **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 12.

¹²³ *Ibidem*, p. 13.

Até a ineficiência de políticas públicas foi lida como resultado dessa “comunização”. A matéria a seguir traz a reprodução de um panfleto produzido pelo IPES, o que evidencia a proximidade de *O Globo* com este agente conspirador. Sob o título “Aumentar a miséria é o modo de implantar o Comunismo, diz IPES”, o texto evidencia a construção do comunismo ante a política do desmonte:

O plano do comunismo no Brasil consiste em aumentar nossas dificuldades, sofrimentos e pobreza, até que o povo esteja em ponto de estourar, pois então qualquer pretexto servirá como estopim para fazer rebentar a revolução [...] “Você está pensando não haver perigo de implantação do comunismo no Brasil porque o nosso povo é bom e ordeiro, religioso e não quer o regime vermelho? O povo russo também o é.

A matéria continua em parte destacada com subtítulo “Como Agem”:

Acrescenta que, no governo, os comunistas tratam de aumentar a inflação, e os não-comunistas ajudam de boa vontade para obter votos e dinheiro. E criam dificuldades de suprimento de gêneros alimentícios, a fim de desmoralizar o sistema de governo democrático. A atuação dos simpatizantes do regime vermelho junto ao povo consiste em espalhar o descontentamento, pois motivos sempre há, em promover greves, notadamente nos transportes, em promover aglomerações para que os agitadores possam iniciar os movimentos de “quebra-quebra”.¹²⁴

Segundo a perspectiva dos golpistas, a sociedade brasileira estava sendo submergida por uma construção tendenciosa que buscava criar uma atmosfera de caos de modo a se incorporar em várias vias de vida social.

1.3 O perigo na Presidência

O presidente João Goulart e seu governo tornaram-se alvo de crescentes ataques que partiam tanto por arranjos políticos de oposição, quanto de matérias produzidas pela grande mídia com o objetivo de minar o seu apoio popular. Isso porque seu projeto de governo nacional-desenvolvimentista, lido como a continuidade do pensamento varguista, desagradou setores das classes médias e altas. Além de suas ações políticas enquanto presidente da República, aspectos pessoais do cotidiano de Jango foram motivo das mais diversas construções e projeções. O fato é que todos os seus passos estavam sendo televisionados para que o menor deslize pudesse ser utilizado para potencializar o discurso que já estava pronto: Jango representava a “ameaça vermelha”, na expressão dos conspiradores. Toda essa

¹²⁴ Aumentar a miséria é o modo de implantar o Comunismo, diz IPES. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1964. Primeira Seção, p. 2.

estratégia de desestabilização foi fundamental para garantir a eficácia do golpe de Estado. Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado, mesmo deposto, os ataques persistiram:

Antes e depois do golpe de 1964 não foram poucas as iniciativas que provocaram e induziram à desqualificação do presidente João Goulart e de sua trajetória política. [...] Estenderam-se, com vigor, à conjuntura pré-1964 e ganharam fôlego nos anos seguintes ao golpe que o depôs. A elas se somou um silêncio que urdiu um esquecimento consoante com o objetivo dos responsáveis pelo regime autoritário de legitimar suas ações. A grande imprensa também acabou por contribuir com essa linha de ação. Por muitos anos desconsiderou a possibilidade de trazer à tona qualquer notícia referente ao presidente Goulart.¹²⁵

A desfiguração da imagem de Jango pelos meios de comunicação ocorreu em duas vias: tanto na dimensão do público, ou seja, no que se refere à sua postura e ao seu posicionamento político, quanto do privado, o que engloba suas características individuais. Dessa forma, gradativamente a imagem de João Goulart foi desmerecida por completo passou a ser encarada como um elemento necessário para a construção do discurso anticomunista. A dicotomia entre Jango e o comunismo tornou-se cada vez mais tênue.

Matérias da FSP como “JG concursos e a de matar o tempo”¹²⁶ e “Desorientações do Governo”¹²⁷ são exemplos nos quais é possível verificar a construção de subseqüentes “falhas” no governo de Jango. Enfatizam o que seria desinteresse do presidente em promover alterações e se posicionar frente aos problemas. Ao mesmo tempo em que acusam o presidente de promover “alterações ilusórias” ou mesmo viver a “matar tempo”:

A arte de matar tempo é das mais com [ilegível]. Enquanto vigiavam o prédio em que Brigitte estará escondida, os repórteres e fotógrafos da [ilegível] carioca resolveram eleger uma “Miss BB” [ilegível] moças belas e docemente exibicionistas que [ilegível] nas calçadas da avenida Atlântica. [ilegível] idêntica acontece nos meios políticos. Enquanto [ilegível] que o presidente João Goulart encerre sua temporada de verão, em Petrópolis, os jornalistas políticos que estão em Brasília telefonam para se encontrar no Rio. Estes, prontamente, ligam para Belo Horizonte, São Paulo ou Recife. Todos [ilegível] apenas:

- Alguma novidade?
- A resposta é sempre a mesma:
- Nenhuma.¹²⁸

¹²⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo** [online]. 2010, vol.14, n.28, pp.123-143. ISSN 1413-7704. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042010000100006>. p. 127

¹²⁶ JG concursos e a de matar o tempo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 de janeiro de 1964. Primeiro Caderno, p. 3.

¹²⁷ Desorientações do Governo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 de março de 1964. Primeiro Caderno, p. 4.

¹²⁸ JG concursos e a de matar o tempo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 de janeiro de 1964. Primeiro Caderno, p. 3.

Em “Cassações de credenciais de jornalistas: novos protestos”,¹²⁹ também publicada na FSP em 9 de fevereiro de 1964, narra-se a cassação de credenciais de jornalistas estadunidenses que estavam fazendo uma cobertura contrária a Jango, enaltecendo a personalidade autoritária de Goulart e dizendo que a cassação ocorreu porque o jornalista teria verificado a presença de “marxistas conhecidos no governo”:

O Governo do Sr. Goulart cancelou - disse a SIP- a credencial de imprensa de Stein em março de 1963, depois de haver enviado o correspondente uma informação no sentido de que naquele governo havia vários marxistas conhecidos. A informação, cuja veracidade jamais se impugnou, contrariou as autoridades porque foi publicada em Washington precisamente quando esse governo estava fazendo gestões com vistas à ajuda econômica dos Estados Unidos.

A mais inusitada matéria que encontramos durante nossas consultas aos acervos dos jornais tem como figura central Maria Thereza Goulart, a esposa do então presidente, e foi publicada na seção intitulada “Ela” do jornal *O Globo*. A matéria trazia um extenso relato de uma maquiadora que costumava atender a primeira-dama, ressaltando seus gostos e suas escolhas para a maquiagem. Enfatizando a postura da primeira-dama, os atendimentos demorados realizados de noite, falava-se de maneira sutil das escolhas de produtos estadunidenses por parte da primeira-dama assim como de sua postura distante das “agitações que a rodeiam”:

Sua maior queixa é a de não viver como gostaria, sendo ela própria, e distante da agitação que na maior parte do tempo a rodeia. Mas nos dias calmos, longe das pessoas e dos problemas da Primeira Dama, consegue ser Maria Teresa. Diferente daquela moça séria que aparece nas fotos das ocasiões formais que enfrenta aqui fora.¹³⁰

No entanto, as maiores produções jornalísticas que evidenciaram a figura de Goulart associavam a sua imagem com ideias comunistas, de modo a construir narrativas que apontassem traços explícitos do perfil “tendencioso” do líder da nação. Uma delas foi uma entrevista reproduzida pela FSP, em 8 de março de 1964. O então governador de São Paulo, cuja trajetória política estava associada à expressão “rouba, mas faz”, nascida como forma de defesa ao governador, onde seus apoiadores ao ouvirem que o mesmo estava envolvido em corrupções, não negavam os atos, mas diziam que o mesmo executava ações importantes para o Estado:

Durante o périplo, era rotineiramente chamado de ladrão pelos adversários, que lembravam escândalos financeiros de suas antigas administrações. Em São

¹²⁹ Cassações de credenciais de jornalistas: novos protestos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 de fevereiro de 1964. Primeiro Caderno, p. 3.

¹³⁰ Primeira-dama vista de perto. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1964. Ela, p. 3.

Paulo, as referências ofensivas tornavam-se particularmente intensas. Numa singular forma de defesa, os seguidores de Adhemar assimilaram e repetiram um argumento emblemático, respondendo que ele roubava mas fazia. Em seguida, citavam a execução de obras como o Hospital das clínicas e a rodovia Anchieta. Como consequência, em âmbito nacional, Adhemar ganhou rapidamente fama como um político empreendedor que não primava pela honestidade em relação aos cofres públicos. Inspirado nele, a frase “rouba, mas faz”, se fixou indelével na memória popular.¹³¹

Adhemar de Barros,¹³² defensor fervoroso da intervenção das Forças Armadas e autor de discursos totalmente favoráveis ao golpe de Estado e à defesa nacional contra a “ameaça comunista”, o governador paulista, na entrevista, despertava um clima de alerta sobre as investidas do presidente para as Reformas de Base. “Ideológicas e Míope” foi o título da matéria em questão:

Ouvi dizer que esse negócio de “reforma” pode degenerar e depois irá parar a ideologia? Voltou meio reumático do convescote dos governadores na Bahia, alegando que queriam sair da técnica e entrar na teoria, isto é, bolar reformas, essas ideologias de satanás. Porém, a esperteza sagrada de S. Ex^a, livrou a pátria de mais uma investida vermelha. O bom é que os horizontes se restringem: para vista que fica curta.¹³³



Imagem 5: O Globo, 8 de fevereiro de 1964, p. 1. Primeiro Caderno.

“Discurso errado para ouvidos certos”¹³⁴ é uma matéria de *O Globo* que reporta a trechos de um dos discursos feito por João Goulart, o Jango, sob uma construção crítica que procura evidenciar que todos os problemas elencados pelo presidente são consequências do

¹³¹ COTTA, Luiza Cristina Villaméa. **Adhemar de Barros (1901-1969): a origem do “rouba mas faz”**. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.p.7

¹³² Adhemar Pereira de Barros (1901-1969) era médico de formação, mas descobriu na vida política sua profissão de fato. Iniciou sua carreira pública participando da Revolução Constitucionalista de São Paulo, 1932, contra o governo de Getúlio Vargas. Foi eleito deputado, em 1934, e cassado logo depois pelo Estado Novo, em 1937. Tempos depois, foi convidado por Vargas para ser interventor do estado de São Paulo. Foi governador paulista durante dois mandatos e pretendia concorrer à Presidência da República nas eleições previstas para acontecer em 1965. Contudo, teve seus direitos políticos cassados por dez anos, em 1966, após fazer duras críticas à continuidade no poder por parte do general Castelo Branco.

¹³³ Ideológicas e Míope. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 de março de 1964, Primeiro Caderno, p. 5.

¹³⁴ Discurso errado para ouvidos certos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1964. Primeiro Caderno, p. 1.

próprio Poder Executivo. Nesse sentido, o discurso e as críticas feitas pelo presidente seriam inconsistentes, segundo o diário carioca. No entanto, o ponto máximo da matéria está em se colocar contrária ao direito a voto dos analfabetos alegando se tratar de mais uma manobra de Goulart para ganhar as eleições, o que comprovaria os traços de sua “ideologia vermelha”. Diz a matéria:

Imagine-se agora, explicar a 20 milhões de analfabetos que o Presidente se excedeu em sua oração, que foi dominado pela animação que sempre lhe provoca a presença de líderes sindicais, que não existe “terrorismo ideológico” algum. Seria uma tarefa praticamente impossível. Se estivéssemos às vésperas de eleições e os analfabetos pudessem votar, iriam todos agora às urnas, desagrar o Presidente “vítima” de ataques injustos, apoiar a Petrobrás, a cujo respeito os adversários do Governo “inventaram” escândalos, enfrentar o “terrorismo ideológico” dos inimigos do País, que em suas mentes seria como é óbvio, todos aqueles que se opõem ao governo camarada, amigo dos trabalhadores e... irresponsável.¹³⁵

As atitudes de Goulart eram incorporadas cada vez mais na ordem bipolar capitalismo *versus* comunismo. A mídia golpista atrelou intensamente a seu posicionamento de modo alinhado aos ideais comunistas. Em “Mar de lama”¹³⁶, publicada por OESP, a crise política e econômica era compreendida como resultado de uma “construção comunista” por parte do Poder Executivo:

De outro lado, o crescente predomínio das forças comuno-nacionalistas na máquina do governo confere à política geral do Executivo, no plano interno e no externo, matrizes ideológicas que inexistiam há 10 anos atrás. A transformação de numerosas entidades sindicais em instrumentos ao serviço da subversão comunista é uma realidade indelével. E ela é dramaticamente agravada pela insistente preocupação demonstrada pelo Executivo em expurgar sistematicamente as Forças Armadas dos elementos que, patrioticamente, vêm denunciando os dispostos a defender a Democracia e a Constituição.¹³⁷

Somente na edição do dia 12 de janeiro de OESP localizamos quatro matérias direcionadas contra Jango. Todas apresentam o “perigo” que o presidente representava ao país atrelado ao seu caráter “subversivo”. Ora aponta-se traços de “subversão”, ora afirma-se a existência de um plano golpista por parte do presidente uma vez que as propostas apresentadas por Jango, principalmente pautada na reforma agrária, foram utilizadas como provas de sua tentativa de “comunizar” o país através de alterações sociais. No entanto, sabemos que as medidas adotadas por Jango buscavam desenvolver capital nacional, mais do que subvertê-lo:

Ao contrário do que avaliavam os setores reacionários dos proprietários rurais, da alta hierarquia da Igreja católica, da UDN e do PSD, muito longe das intenções de Goulart estava a abolição da propriedade privada que daria início à

¹³⁵ Ibidem.

¹³⁶ Mar de lama. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 2 de fevereiro de 1964. Primeiro Caderno, p. 3.

¹³⁷ Ibidem.

“comunização” do país... Como sinceramente declarou em várias oportunidades, Goulart entendia ser possível — com as reformas sociais — consolidar o capitalismo industrial brasileiro e torná-lo mais humano e patriótico. Ou seja, nos anos 60, o mito de um capitalismo nacional e civilizado — tal como ainda hoje aparece no debate ideológico — era alimentado por Goulart e por alguns setores progressistas e nacionalistas. A manutenção do latifúndio e as profundas desigualdades sociais no campo eram, assim, fatores decisivos para a manutenção de uma democracia política muito distante das aspirações e necessidades das classes populares. Democracia profundamente limitada, pois incapaz de superar o clientelismo, o mandonismo, os currais eleitorais e o poder incontestável do latifúndio e dos coronéis.¹³⁸

“Crítica a Goulart”¹³⁹, adicionada abaixo na íntegra, retrata desde o título o seu intuito:

O lema “quanto pior, melhor” foi adotado pelo governo João Goulart, disse o deputado federal Ivan Luz, presidente do PRP do Paraná.

A política nacional vai seguindo a técnica do abismo, acrescentou: “Tenho poucas esperanças - disse - de que atravessaremos o ano normalmente. A mazorca organizada sob as vistas do governo, que a estimula ou nela consente, mas nunca a reprime seguindo seus interesses vai [ilegível] crescendo de audácia como jamais se viu neste País. A inquietação tomou conta de todos os espíritos, os artifícios da ruína nacional trabalham incessantemente”. E concluiu “o lema quanto pior, melhor” já não é somente do Partido Comunista, mas está sendo adotado oficialmente.¹⁴⁰

“Os planos subversivos do presidente”¹⁴¹ é o título de uma matéria cuja leitura foi realizada de forma parcial já que várias partes do arquivo encontram-se ilegíveis, uma vez que os documentos encontram-se digitalizados e partes de sua escrita estão comprometidas. Mesmo assim, notamos o uso de expressões como “não há a menor dúvida”, para referir-se à existência de um “plano de subversão”, e “planos para atrapalhar a normalidade eleitoral” são recorrentes na matéria, o que nos leva a outra abordagem significativa na construção da imagem de Jango nas mídias. Apresenta-se uma ameaça golpista por parte do presidente que não iria aceitar o decorrer normalista do processo eleitoral.

O quadro “A nação em uma semana”¹⁴² foi ainda mais taxativo sobre a questão, trazendo nomes e estratégias dos conspiradores da esquerda, que seriam parceiros de Goulart, afirmando que o movimento poderia eclodir naquele mês de janeiro. A matéria trazia a fala de Leonel Brizola,¹⁴³ cunhado e um dos principais apoiadores do presidente, como forma de

¹³⁸ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia: Brasil do ensaio ao golpe (1954-1964). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004. p. 11.

¹³⁹ Crítica a Goulart. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 de janeiro de 1964. Primeiro Caderno, p. 4.

¹⁴⁰ Crítica a Goulart. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 de janeiro de 1964. Primeiro Caderno, p. 4.

¹⁴¹ Os planos subversivos do presidente. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 de janeiro de 1964. Primeiro Caderno, p. 4.

¹⁴² A nação em uma semana. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 de janeiro de 1964. Primeiro Caderno, p. 8.

¹⁴³ Leonel Brizola (1922-2004) foi um político extremamente influente dentro do cenário político brasileiro. Considerado herdeiro do varguismo, era membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Defensor das Reformas de Base, esteve ao lado de João Goulart e, com o golpe de 1964 se exilou no Uruguai, até 1979. No período da redemocratização assumiu novamente uma posição de destaque no cenário político. Concorreu duas

reafirmar o conhecimento do Poder Executivo. “João Calmon denuncia manobras de Goulart e fracassos de Brizola”¹⁴⁴ e “Goulart poderá falar antes do dia 13 para tranquilizar o país”¹⁴⁵ são reportagens que endossam o “caráter golpista” de Goulart.

Mesmo que os argumentos apresentados pelos veículos de comunicação analisados endossassem o discurso golpista, pregavam constantemente a defesa da democracia. Alegava-se, nesse sentido, que todas as ações tomadas, por mais extremadas que fossem, estariam envoltas à necessidade de defender a Constituição e a vida democrática. Contudo, hoje sabemos, que esses foram os primeiros direitos retirados da população após a consumação do golpe.

A bibliografia sobre o governo de João Goulart atribui ao presidente deposto uma série de culpas, visões e leituras. Há aqueles que julgam que o presidente manteve uma postura de passividade ante as crescentes investidas dos golpistas, como Moniz Bandeira: “Mas o Governo, embora consciente da trama, não adotou medidas mais eficazes para desbaratá-la, Goulart acreditava que, com o apoio popular, neutralizaria qualquer tentativa de golpe de Estado.”¹⁴⁶ No entanto, mesmo atribuindo ao presidente Jango grande parcela de culpa pelo sucesso do golpe de 1964, outros autores, acreditando que o golpe era inevitável, não viam meios de combatê-lo. No entanto, algo perceptível e consensual em ambas as abordagens é que a imagem de Jango sofreu inúmeras distorções e críticas ferrenhas, construídas em sua maioria pela grande mídia. Toda essa construção alimentou o discurso golpista que permeava a sociedade brasileira. No entanto, pesquisas recentes apontam que Jango tinha apoio popular e seu índice de aprovação superava o de rejeição¹⁴⁷:

Nos últimos dez dias de governo civil antes do golpe militar de 1964, o Ibope creditava ao presidente João Goulart um apoio significativo dos eleitores da maior cidade do País: o governo era considerado ótimo por 7% dos quinhentos entrevistados, bom por 29% e regular por 30%; era mau apenas para 7%, péssimo para 12% e 9% não sabiam responder. Foram índices colhidos na capital paulista entre 20 e 30 de março, sob encomenda da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

No entanto, é importante ressaltar o paradoxo existente quanto às pesquisas de opinião realizadas durante os momentos pré-golpe, mesmo Jango possuindo maioria do apoio popular,

vezes à Presidência da República, em 1989 e 1994, e à vice-Presidência em 1998, sem êxito em nenhuma das empreitadas. No entanto, sua figura sempre foi de grande relevância na história da política brasileira.

¹⁴⁴ João Calmon denuncia manobras de Goulart e fracassos de Brizola. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1964. Primeiro Caderno, p. 6.

¹⁴⁵ Goulart poderá falar antes do dia 13 para tranquilizar o país. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1964. Primeiro Caderno, p. 11.

¹⁴⁶ BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p. 129.

¹⁴⁷ SUGIMOTO, Luiz. O golpe que deu Ibope. **Jornal da Unicamp**. Campinas, n. 204, fev./mar. 2003.

de acordo com os trabalhos produzidos por Rodrigo Patto Sá Motta,¹⁴⁸ que analisou as pesquisas do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), é possível verificar um contingente populacional em 54% que acreditava no aumento do comunismo e 81% que ele representaria um perigo, no entanto quanto à influência comunista no Brasil as porcentagens se dão de modo igual para aqueles que acreditam existir e para o que não acreditam. Podemos compreender que as narrativas anticomunista e a realidade presente da Guerra Fria, contribuíram para criar certo medo que pairava na sociedade brasileira através da constatação de Rodrigo Patto, que enfatiza o seguinte ponto:

Os dados mostram que o apoio a Goulart continuou elevado e que a grande maioria permanecia favorável às reformas. No entanto, como se verá também, a pesquisa apontou notável repúdio ao comunismo e, mais ainda, registrou a sensação de que o “perigo vermelho” estava crescendo, exatamente o tema principal da campanha da direita.¹⁴⁹

Entretanto, foram os escândalos envolvendo a Petrobrás que fizeram esta empresa estatal se tornar alvo de discursos irados por parte de grupos representantes do pensamento conservador-autoritário. As disputas em torno da Petrobrás se tornaram palco e ofereceram subsídios para a narrativa anticomunista, ao apresentar um caso específico na figura do então presidente da República. Nos três meses que antecederam o golpe houve uma enxurrada de matérias direcionadas ao “perigo” que a estatal representava e o que o episódio significava. Destaco a seguir duas matérias que me chamaram a atenção.

“Trama Diabólica” com esse nome sugestivo, a matéria vincula os problemas enfrentados pela Petrobras à imagem de Jango, assim como à peça de uma engrenagem maior, onde torna-se responsável por permitir e omitir-se ante uma investida “comunista” na empresa:

[...] O senhor General Albino Silva, por exemplo, que ainda há poucos meses afiançava ser mentira que houvessem agitadores dentro da Petrobrás, apresenta-se agora com ar de vítima a prevenir a Nação de que os comunistas estão criando uma atmosfera de terror dentro daquela empresa, perfeitamente igual à que procuraram criar por esse País afora.¹⁵⁰

Na matéria de *O Globo*, “Sombra Alongada I”,¹⁵¹ além das ideias similares às retratadas em “Trama diabólica”,¹⁵² de OESP, publicada uma semana antes, construiu-se mais um ponto chave dentro da narrativa golpista: a incapacidade do Estado, personificado na

¹⁴⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo nas pesquisas de opinião: Brasil, 1955-1964. In: COLÓQUIO LAS DERECHAS EN AMÉRICA LATINA EN EL SIGLO XX: PROBLEMAS, DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS. Sección 1 – El liberalismo y sus enemigos. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.68817>. Acesso em: 18 mar. 2023.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 6.

¹⁵⁰ Trama Diabólica. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 2 de fevereiro de 1964. Primeiro Caderno, p. 3.

¹⁵¹ Sombra Alongada I. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1964. Geral, p. 2.

¹⁵² Trama diabólica. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 2 de fevereiro de 1964. Primeiro Caderno, p. 3.

figura de Jango. As estruturas públicas, bem como o então presidente da República foram retratados como incapazes de gerir tais problemas. Esta incapacidade, segundo essa narrativa disseminada pelos jornais, estaria estritamente ligada aos “serviços ideológicos”, estabelecendo assim ligação entre a suposta assimilação ao comunismo pelo presidente e a grande presença da corrupção.

Na realidade tudo que está na dependência do Estado sofre do mesmo mal, que é o mal do compadrio, da politicagem, da ausência de critério, da falta de espírito público. Esta triste Nação está incapacitada de possuir organizações no gênero da Petrobras, porque falta o mínimo de sentido de responsabilidade de seus dirigentes. [...] No Governo João Goulart mais do que em nenhum outro em toda a História do Brasil, reina o arbítrio, a ausência de qualquer orientação que não seja a do desmando - voluntário ou não - a do pequeno rendimento da politicalha e ultimamente - é cada vez mais clara, evidente a intenção de colocar tudo a serviço de supostas ideologias, quando não em proveito pessoal dos ideológicos, ou que assim se intitulam.¹⁵³

As produções jornalísticas possibilitaram a compreensão de que os articuladores do golpe se aproveitaram do imaginário de medo, associada à figura de Jango.

Por meio da leitura e da análise da narrativa a respeito da “ameaça comunista” construída por grandes jornais de circulação nacional, como OESP, FSP e *O Globo*, foi possível identificar diferentes formas pelas quais houve participação de setores da sociedade civil na articulação do golpe de Estado realizado em abril de 1964, assim como no aceite e na disseminação dos discursos conservadores-autoritários anticomunistas através da construção do “inimigo interno”. Finalizo este capítulo com as palavras de Patto:

O medo de ameaças à ordem foi ingrediente central na crise política de 1964 e expressou-se, sobretudo, por meio do imaginário anticomunista. Mobilizações anticomunistas faziam parte do repertório do Estado e de grupos de direita desde o início do século, mas, entre 1961-1964, elas alcançaram picos elevados, graças à combinação de fatores internos (incremento nas reivindicações e protestos sociais) e externos (Guerra Fria, revoluções no Terceiro Mundo). Na derrubada de Goulart, em 1964, as representações anticomunistas tiveram um papel-chave.¹⁵⁴

¹⁵³ Sombra Alongada I. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1964. Geral, p. 2.

¹⁵⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. *Revista Tempo*, 2014. p. 8.

CAPÍTULO 2: O INIMIGO É MEU VIZINHO (1964-1968)

As narrativas construídas dentro do imaginário anticomunista adotaram diversos meandros somados em sua construção, como mostra Rodrigo Patto Sá Motta:

Essencialmente, o comunismo foi identificado à imagem do “mal”, tal qual as sociedades humanas normalmente entendem e significam o fenômeno, ligando-o à ideia de sofrimento, pecado e morte. A ação dos comunistas trariam formas de sofrimento como fome, miséria, tortura e escravização; a nova organização social por eles proposta levaria ao pecado, pois questionava a moral cristã tradicional defendendo o divórcio, o amor livre e o aborto, e a morte estariam sempre acompanhando o rastro dos bolcheviques, a quem se acusava de assassinar em massa seus oponentes e de provocar guerras sangrentas.¹⁵⁵

Nesse sentido, os termos utilizados não são gratuitos, uma vez que a língua é a representação viva do nosso saber. Através dela nos comunicamos, criamos laços e partilhamos o sentimento de pertencimento. No entanto, em nossas relações cotidianas muitas vezes não percebemos que a escrita não é mera representação da nossa língua falada. Seu cerne é composto por sentidos pensados, internalizados e projetados no outro, para que, nessa relação, seja possível garantir a interlocução e a construção com o externo e se fazer entender através das construções de discursos carregadas de silêncios e rearranjos. Em *A Ordem do discurso*¹⁵⁶ Michel Foucault evidencia a questão:

Dir-se-á que, hoje, tudo isso acabou ou está em vias de desaparecer, que a palavra do louco não está mais do outro lado da separação; que ela não é mais do outro lado da separação; que ela não é mais nula e não-aceita que, ao contrário, ela nos leva à espreita: que nós aí buscamos um sentido, ou o esboço ou as ruínas de uma obra; e que chegamos a surpreendê-la, essa palavra do louco, naquilo que nós mesmos articulamos, no distúrbio minúsculo por onde aquilo que dizemos escapa. Mas tanta atenção não prova que a velha separação não voga mais, basta pensar em todo o aparato do saber mediante o qual deciframos essa palavra; basta pensar em todo o aparato de saber mediante o qual deciframos essa palavra; basta pensar em toda rede de instituições que permite a alguém - médico, psicanalista - escutar essa palavra que permite ao mesmo tempo ao paciente vir trazer ou reter suas palavras.

Durante a análise dos jornais, além de compreender a sua estruturação, tornou-se necessário verificar os termos amplamente utilizados, uma vez que são os pequenos fragmentos do discurso que carregam, em si, inúmeras intencionalidades na construção do imaginário no qual estavam inseridos, sobretudo na composição do sentido que se gostaria de

¹⁵⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 372p. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000. p. 74.

¹⁵⁶ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France. Tradução de Laura de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996. p. 12.

alcançar. Parafraseando José Batista de Abreu: “a palavra constitui, com certeza, o menor fragmento do discurso jornalístico e, muitas vezes, o mais revelador”.¹⁵⁷

Neste capítulo analiso as alterações e permanências do tom anticomunista nos editoriais posteriores ao golpe, de 1964 a 1968, enfocando a temática alimentada sobre o pretexto da existência comunista tanto em solo brasileiro, como em solo estrangeiro, uma vez que a construção do “inimigo interno” está relacionada a lógica do perigo externo.

2.1 Os primeiros atos

Os primeiros meses que sucederam o golpe militar foram extremamente importantes para compreendermos a estruturação do regime. Analisando os jornais foi possível verificar os ajustes do discurso anticomunista, assim como as manobras de estruturação política para “fazer caber” a nova métrica do regime autoritário. Os ajustes de tons ao pensamento anticomunista foram feitos uma vez que o “perigo” não estava na Presidência, mas deveria ser “expurgado” de todas as esferas sociais. Nos primeiros momentos, o anticomunismo apresenta-se em outra faceta, diferente do caráter explícito adotado nos meses que antecederam o golpe. Posteriormente, passa a haver uma busca pela legitimação da nova estrutura política, contudo o anticomunismo permaneceu nas sutilezas da construção da legitimidade e proteção da nação.

Nesse sentido, o tema com maior incidência nos jornais, no decorrer desses meses, esteve relacionado justamente à estruturação do regime. Os editoriais expressaram a necessidade de manter a “Revolução” para o bem da nação, assim como reforçaram a justificativa das ações tomadas como meio de proteção e manutenção do Estado brasileiro. O termo “revolução” se refere ao processo de rompimento com a ordem político-social vigente, ou seja, decreta ou busca decretar o fim das autoridades constituídas, criando um novo conjunto estrutural que altera grandes questões sociais, econômicas e políticas, trazendo mudanças profundas no núcleo da sociedade. Os militares, ao adotarem o termo “Revolução” para mencionar o golpe de 64, buscaram trazer o sentido de que esse processo teria como intuito, não somente conter o suposto avanço comunista em solo brasileiro, como também alterar as estruturas políticas que já estariam corrompidas pelo comunismo, utilizando o mesmo argumento para justificar as alterações construídas na estruturação política. No entanto, as mudanças não alterariam o *status quo* da sociedade e partiriam daqueles que já

¹⁵⁷ ABREU, José Batista de. **As manobras da informação**: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979). Rio de Janeiro: Mauad, 2000. p. 23.

possuíam uma relação de poder. Nesse sentido, o que vemos é a apropriação do termo pelo discurso do regime, resignificando o seu sentido para afastar a constatação de golpe de Estado e justificar a estruturação do aparato autoritário.

“O único poder revolucionário”¹⁵⁸ retrata a nova configuração do Poder Legislativo, enaltecendo os rumos tomados e, ao mesmo tempo, pontuando os “problemas e riscos” do pré-golpe e as corrupções desmascaradas:

Seríamos inexatos se nos disséssemos surpresos com o que aconteceu. Verdadeiros seríamos com a confissão do que era exatamente isso que esperávamos da maioria parlamentar. Não deixamos jamais de reconhecer a cooperação prestada por correntes ponderáveis da política individualmente e até mesmo pela unanimidade de algumas agremiações partidárias, ao Movimento revolucionário que se propôs reconduzir o País ao caminho das suas aspirações tradicionais. Mas nunca nos escapou também que sobre os fatores positivos do idealismo prevaleceram, na maioria dos políticos que assumiram tal posição, os fatores negativos do medo, provocando inicialmente pelos perigos inerentes à subversão extremista que se delineava no País, e posteriormente, quando já vitorioso o Movimento democrático, pelos característicos mais nitidamente revolucionários da nova situação implementada entre nós e que se traduziam em especial no artigo 7º do Ato institucional. Não foram sentimentos pessoais de simpatia ou antipatia e muito menos divergências intelectuais ou ideológicas que nos aconselharam, ao se consumir a queda do situacionismo que vinha convulsionando e anarquizando o Brasil, a sugerir a temporária implantação de um Estado autenticamente revolucionário entre nós.

A edição do dia 10.05.1964, de OESP, contém o editorial intitulado “A política da Revolução” em que há a apresentação do primeiro discurso proferido pelo Marechal Castelo Branco, primeiro presidente militar a ocupar a Presidência da República após o golpe, direcionado à população:

De início preocupou-se o presidente Castelo Branco em frisar bem o seu caráter anticomunista. Mas pouco depois, a tônica de seus discursos passou a ser a intenção do governo em fortalecer cada vez mais o princípio da propriedade privada como elemento primacial sobre o qual se ergueria o novo Estado brasileiro. [...] Fez questão de salientar que de fato, como justamente observara o orador oficial dos combatentes “o Brasil está combatendo a ideologia comunista como a FEB soube combater a ideologia nazista nos campos de batalha.” S. Exa. deixou assim perfeitamente esclarecido um dos pontos capitais da nossa Revolução: “em 1943 a Força Expedicionária Brasileira partiu para terras da Itália com o fim de dar combate aos extremismos da direita que então ameaçavam destruir em todo o mundo de conquistas individuais: hoje nossas forças armadas lutam dentro do próprio território pátrio pela eliminação das organizações que ameaçavam aqueles mesmos princípios que há dezenove anos atrás defendemos nos campos de batalha europeus.”¹⁵⁹

Nesse período, verificamos uma reconfiguração do temor: o que antes era latente e precisava ser retirado, agora estava presente no subterrâneo, tentando encontrar meios de “tomar” o poder para si. Apesar de contido, ainda presente. Essa estratégia era utilizada como tentativa de não deixar “esquecida” tal ameaça e, de certo modo, reafirmar os motivos para a

¹⁵⁸ A política da Revolução. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 de outubro de 1964, p. 3.

¹⁵⁹ *Ibidem*.

construção e perpetuação do regime. No editorial “Diversas adversas”, de 09.08.1964, O ESP retrata o “problema” que acompanha o retorno de exilados:

Exilados que regressaram clandestinamente ao País preparavam plano terrorista, descoberto e desarticulado a tempo pela Marinha. Outros exilados, ou seus pombos-correios, traçam as fronteiras em idas e vindas ao Uruguai e do Uruguai com recados e mensagens.¹⁶⁰

O texto continua apresentando qual seria a tarefa principal da “Revolução”:

A tarefa principal da Revolução - é essa. À sua realização deveriam ser dedicados os melhores esforços de todos os que dela participam. Este é o momento mais favorável à realização desta antiga aspiração nacional. E um homem da integridade, da lucidez e da larga visão dos problemas nacionais que tem mostrado o presidente Castelo Branco, possui condições excepcionais para o melhor desempenho da missão histórica do governo atual.

Por isso mesmo, não é possível admitir que ele se deixe perturbar, no seu trabalho reconstrutivo, por quaisquer considerações não revolucionárias, que facilmente se tornam antirrevolucionárias. Porque, neste período que vivemos, tudo que não for pela Revolução, será inevitavelmente contra a sua finalidade e seus objetivos.

Sua conclusão acaba por potencializar a necessidade de total acordo com o Regime. Em consonância com as ideias da DSN, prega o cerceamento e desencorajamento dos espaços de críticas e posições contrárias, transformando-os em “inimigos da pátria”.

“A quem interessa a intranquilidade?”, editorial do *O Globo* de 14.11.1964, faz coro ao “Diversas adversas” ao retratar a existência de pessoas que se colocam contra a “revolução” e que espalham o medo desmedido. Aqui apresentamos esse editorial na íntegra:

A quem pode interessar, neste momento, intranquilizar o País, seja com sucessivas ondas de boatos, seja com denúncias de articulações terroristas ou mesmo com a colocação de uma bomba em cinema de grande movimento, levando o sofrimento a pessoas inocentes e revoltando a população?

A intranquilidade, é lógico, só serve aos que estão descontentes com a Revolução, àqueles que foram derrubados por ela e aos que não se conformam com o seu sentido de restauração da normalidade jurídico-constitucional, em face de preferências indefensáveis pelos regimes de exceção ou de frustrações lamentáveis.

Aos primeiros agradaria tornar impossível, pelo clima de perturbação da ordem que procuram fomentar, a obra de recuperação encetada pelo Governo Castelo Branco, a fim de que pelo fracasso administrativo se desgaste a Revolução, beneficiando-se eles, politicamente, deste resultado. Os segundos estimaram obter o Poder sem ter que aguardar o veredicto das urnas de 66, partindo do raciocínio errado e fatal de que a Revolução não deveria ser isenta, nem apartidária, nem superior às facções, nem tendente a restabelecer no mais curto prazo o pleno funcionamento das instituições. Queriam uma Revolução facciosa extremada, minoritária, destinada a servi-lhes às ambições e às ideias.

Para uns e outros cabe um apelo ao bom-senso. Os vencidos de 31 de março que inconformados com a queda acreditam lucrar criando dificuldades ao Governo ou tranquilizando o País - (e certos boatos, de intenções punitivas que alguns setores militares alimentariam em relação a determinados governadores, não têm outra origem) - que precisam compreender que é o futuro do Brasil que está em jogo e não se pode arriscar o destino da Pátria, em função de interesses político-partidários.

¹⁶⁰ Diversas adversas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 de agosto de 1964. Primeiro Caderno, p. 3.

Aos que apoiaram o movimento de 31 de março, mas se sentem frustrados achando, que não era essa a Revolução de seus sonhos e que gostariam de reabrir o processo revolucionário, para colocá-lo a serviço de suas posições, deve-se alertar para o crime que estão cometendo contra os ideais que puseram em ação as Forças Armadas, na gloriosa madrugada do último dia de março com o objetivo de restabelecer a ordem, ferida pela subversão, a decência da vida pública, desafiada pela corrupção, e a economia nacional, destruída pelo surto inflacionário.

Os militares saíram de seus quartéis para salvar o Brasil do pior, visando àqueles três objetivos. Jamais teriam conseguido unir-se, tornando possível a deposição, sem derramamento de sangue, do Governo comprometido com a corrupção e a subversão, se o movimento a ser deflagrado tivesse sentido partidário ou pretendesse ser útil a este ou àquele prócer político. Pois as Forças Armadas brasileiras são democráticas, mas não são partidárias.

O atual Governo tem o apoio cerrado do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, a cuja atuação revolucionária se deveu a sua instalação, precisamente porque não tem colorido político. É uma administração formada por homens de bem e técnicos respeitados, para servir ao País como um todo e não para agradar a qualquer partido ou candidato.

No cumprimento desta missão o Governo se expõe a incompreensões, conforma-se em receber críticas que na maioria das vezes não são justas, impõe e aceita sacrifícios. Deve, assim, ser auxiliado e não combatido pelos que desejaram a Revolução. Enganam-se muitos aqueles radicais que imaginam ser factível, pela formação de uma atmosfera de inquietude é pela promoção de atos violentos, lograr a substituição do governo Castelo Branco por outro mais do seu gosto ou por eles mesmos formados.

Deixem os radicais da esquerda e da direita, o Governo trabalhar em paz. Desistam de tumultuar a vida nacional com boatos de futuras medidas contra governadores com notícias de planos terroristas ou com atentados revoltantes, incompatíveis com a nossa maneira de ser. O Governo não sairá da linha que se traçou, pois a desenvolve consciente de que está servindo ao Brasil, aos seus reais interesses e da maneira que mais convém ao restabelecimento, total da normalidade institucional e à recuperação completa da economia e das finanças.¹⁶¹

O editorial revela a existência de denúncias contra o Regime Militar desde os seus primeiros momentos. É possível verificar que ocorria uma tentativa de apresentar a crítica a estruturação desse Estado Autoritário. No entanto, o jornal busca evidenciar a sua posição como resultado de ações de pessoas que não teriam compreendido a chamada “revolução”, contribuindo desse modo para a estruturação do regime e a tentativa de sufocamento das oposições. Nesse sentido, o tom adotado nos primeiros meses do regime buscava reforçar os motivos que desencadearam a tomada de poder e justificá-los. O comunismo agora estaria sob controle e caberia à população depositar sua confiança e esperança nessa nova estrutura. Era necessário a aceitação dos atos, que pudessem inclusive ultrapassar os limites inicialmente aceitos, para que o futuro da nação estivesse seguro. A construção anticomunista nesses meses estava para o louvor da “vitória da revolução” e principalmente para a aceitação do “mal necessário” para conter o perigo que ainda rondava o país.

¹⁶¹ A quem interessa a inquietude? **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1964. Primeiro Caderno, p. 1.

2.2 A política interna

A segurança interna era um preceito prioritário na DSN. Sua manutenção era peça fundamental para a sequência da capacidade estrutural do governo, nela se travam os maiores embates da “subversão”. Segundo o *Manual básico* da doutrina, o processo subversivo aconteceria “tanto em nível político como estratégico, em decorrência da ação desencadeada pelo mundo comunista para a propagação da revolução marxista-leninista.”¹⁶² Assim, caberia à segurança interna estruturar-se de maneira forte, para proteger o Poder Nacional e consequentemente os interesses do “bem-comum”.

Na DSN, a segurança interna seria a “garantia proporcionada à nação contra os antagonismos e pressões, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem no âmbito interno do País.”¹⁶³ Portanto, toda ação investida deveria ser direcionada para amenizar o “processo subversivo” que representava o maior problema em solo nacional. Ainda segundo o *Fundamentos da Doutrina*:

O problema está ligado ao processo subversivo praticado por grupo minoritário que procura conturbar a vida nacional, para a conquista do poder, ou por ação direta, ou , o que é mais comum, por via indireta. Neste caso, o processo subversivo assume a forma de atos de terrorismo, assaltos, sequestros e uma série crescente de tentativas de perturbação da ordem, que possam conduzir à eclosão de luta interna. Busca também conquistar as populações pela destruição dos princípios morais em que repousa a sociedade nacional.¹⁶⁴

O governo deveria, portanto, segundo os fundamentos da DSN, escolher qual atitude tomar ante os atos subversivos de acordo com a sua natureza, cuja operacionalização poderia ser de caráter preventivo, repressivo ou operativo.¹⁶⁵ Atitudes *preventivas* deveriam ser empregadas constantemente; *repressivas* são ações que ferem a “ordem pública” por vias políticas ou militares e, por fim, as *operativas* têm caráter ainda mais violento, ou seja, trata-se de ação violenta de cunho militar.

Abaixo apresento o quadro criado pela DSN, para quantificar os atos e consequentemente as ações necessárias para cada ação subversiva:

¹⁶² BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Doutrina Básica**. Rio de Janeiro, 1979. p. 213.

¹⁶³ BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Fundamentos da Doutrina**, 1981. p. 215.

¹⁶⁴ *Ibidem*.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 217.

SITUAÇÃO DO PROCESSO SUBVERSIVO	ATITUDE	FINALIDADE DA AÇÃO	MEDIDAS	EXPRESSÕES PARTICIPANTES	DIREÇÃO
Perturbação da Ordem	Preventiva	Evitar	<ul style="list-style-type: none"> — Preventivas — Preponderantemente as do processo de desenvolvimento — Atuam sobre as causas 	Todas	Expressão Política
Grave Perturbação da Ordem	Repressiva	Impedir	<ul style="list-style-type: none"> — Repressivas — Policiais e Militares — Atuam sobre os efeitos e os agentes 	Basicamente: Política e Militar	Da Expressão Política até a Expressão Militar
Luta Interna	Operativa	Eliminar	<ul style="list-style-type: none"> — Operativas — Caracterizam a luta armada 	Prevalentemente: Militar	Expressão Militar

Imagem 6: BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Doutrina Básica**. Rio de Janeiro. 1979. p. 221.

Pensando nisso, o uso das mídias também pode ser compreendido como parte das estratégias utilizadas para combater as supostas “ações subversivas” dentro da categoria de ações “Preventivas” que buscavam através de uma ação política e constante em todos os meios cercear ideias que poderiam gerar maiores “danos”, a compreensão do inimigo interno e sua propagação nos veículos de informações tornou-se necessária para cumprir os preceitos de segurança interna apresentados pela DSN.

O ano de 1965 marcou o primeiro ano do Regime Militar brasileiro. É possível observar nesse período inicial a busca por sua perpetuação, assim como a constante estruturação desse novo *modus operandi*. Os editoriais desse período refletem essa busca, uma vez que, os jornais analisados ao longo daquele ano, em sua maioria, falavam sobre as questões eleitorais e as estruturações políticas do regime. Há a constante construção do discurso acerca do comunismo internacional, mantendo-se a sua sombra constante que estaria tentando abarcar-se do cenário brasileiro.

Após 1965, vemos uma constância de assuntos e narrativas que seguem até 1968, adotando a mesma lógica ao longo do período escolhido como nosso recorte temporal (1964-1968). Notei a existência de pequenas alterações de tons ao longo dos anos, que serão destacadas ao decorrer das análises. De modo geral, a visão sobre o anticomunismo criada sob os preceitos da política interna e externa apresentou uma construção linear.

Entre os editoriais que abordam de forma direta as ideias anticomunistas em solo brasileiro, “Boatos e intrigas contra a Nação” é o nome dado ao editorial do *O Globo*, publicado no dia 13.03.1965, tendo como ponto principal a Guerra do Vietnã. O texto retrata os boatos criados para desqualificar a postura do Brasil diante da Guerra e utiliza esse evento para destacar novamente a presença do “perigo comunista” em solo brasileiro:

Por ocasião da guerra da Coreia, o Partido Comunista Brasileiro, que havia sido colocado na ilegalidade mas continuava manobrando através de seus ativistas espalhados em setores-chaves como os sindicatos, os jornais e as entidades estudantis, procurou levantar a opinião pública contra o Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra. Afirmavam os vermelhos, e houve muita gente que neles acreditou, ser intenção do Governo, para agradar a Washington, enviar uma força militar à zona conflagrada. Por mais que as autoridades da época desmentissem estar nas cogitações governamentais a remessas de tropas à Coreia, os boatos não cediam, proporcionando aos que os propalavam o clima conveniente às campanhas publicitárias contra o Governo Dutra e contra os Estados Unidos, feitas evidentemente com o intuito de prejudicar a consolidação democrática, intranquilizando a Nação e gerando temores.

Quinze anos transcorreram desde então e novamente vemos os ativistas do P.C. usarem em suas manobras contra a Revolução e o Governo Castelo Branco, o mesmo tipo de intriga com a opinião pública, que lhes rendeu dividendos em 1950. Agora não é mais à Coreia, porém a outro país oriental, o Vietnam do Sul, que seriam enviados brasileiros. [...]

Mas chega de explorações! Não é possível continuar permitindo a esses intrigantes, sejam eles comunistas ou apenas odientos, prejudicar o conceito do País e intranquilizar o povo, difundindo notícias inverídicas.¹⁶⁶

No mesmo jornal, no dia 08.05.1965, o editorial de capa “Adiamento da conferência” retoma a ideia da existência de uma articulação de esquerda no Brasil, mas que essa ainda não encontrou forças suficientes para conter a “Revolução”. No entanto, pede que o regime posicione-se rapidamente e realize uma conferência de alinhamento:

Insistimos: o Governo precisa ponderar bem a oportunidade da Conferência do Rio. Menos pelos motivos temáticos, os quais em parte já são objeto de discussões e resoluções pela OEA em Washington, em consequência da crise dominicana. A segurança do Continente ameaçado pela guerra revolucionária e a criação da força multilateral já são temas vivos, que normalmente, continuariam a ser discutidos no Rio. Mais por motivos de ordem interna. Não tenhamos dúvidas de que no debate da política latina-americana, as esquerdas comunizantes poderão encontrar meios e modos para a tão almejada mobilização no Brasil. Os meios e modos de mobilização não foram achados no debate sobre a política econômica simplesmente porque essa política, no fundo, reúne o consenso da consciência

¹⁶⁶ Boatos e intrigas contra a Nação. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 de março de 1965. Primeiro Caderno, p. 1.

nacional, firmemente disposta a chegar à estabilização dos preços. Por isso, sobre a controvérsia da política econômica não foi possível montar, até agora, qualquer dispositivo eficiente de mobilização esquerdista que ameace a segurança da Revolução.¹⁶⁷

Nesse sentido, o anticomunismo tornou-se ferramenta de controle do regime e sua presença constante nos jornais se fez necessária para justificar atos e, de certo modo, aplicar um controle sobre a população, nutrir as instabilidades políticas, dos movimentos sociais para dobrar fatos dentro da narrativa de controle desejado, ou seja, a partir de episódios que, em sua maioria, representavam insatisfações sociais construía-se um narrativa de que estes seriam a representação do comunismo em solo brasileiro, dentro dessa lógica toda oposição tornara-se um agente subversivo.

Esse controle foi possível graças à ampliação da compreensão do “inimigo interno”, fato constatado: “[...] O anticomunismo se tornou evidente mecanismo de controle das sociedades nacionais latino-americanas por meio da construção e aplicação permanente do conceito de “Inimigo Interno”.¹⁶⁸ Segundo os jornais estudados, a presença comunista ainda era frequente nas instituições políticas, por isso alguns nomes começaram a ser utilizados como exemplo. Esse é o caso de Carlos Lacerda. O editorial de capa do dia 08.08.1965 do *O Globo* traçou um paralelo entre o perfil de Lacerda e de Fidel Castro. Com um título sugestivo - “As razões do ódio” - se propôs a mostrar os motivos e as paixões enraizadas no “perigo da esquerda” frente às “eleições”. Questões explicitadas no trecho reproduzido abaixo:

Entre Havana de Fidel Castro e a Guanabara de Lacerda, no que tange aos abusos do poder e às ofensas à liberdade individual, as diferenças vão ficando cada vez menores. Vão diminuindo à medida que o candidato a ditador de cá vê desaparecer suas possibilidades de chegar ao Poder através do engodo de milhões de brasileiros, que hoje já percebem que estavam enganados quanto ao juízo que dele faziam. Felizmente, ao contrário do povo cubano, que iludido auxiliou Castro a obter o mando constatando, depois, que ele era um tirano tão cruel e despuorado como o antecessor, nosso povo se dá conta, quando ainda é tempo, de que o atual Governador da Guanabara não passa de um mistificador.¹⁶⁹

Em “Dois pesos duas medidas”, editorial de 08.08.1965, de OESP, a personalidade política apresentada é outra, mas a temática é a mesma. Apresentam-se pessoas que são uma “ameaça comunista” iminente no processo eleitoral, utilizando-se das falas ditas pelo presidente Castelo Branco:

Em seu discurso no Tribunal Superior Eleitoral, o sr. presidente da República chamou a atenção do País para o caráter indisfarçavelmente

¹⁶⁷ Adiamento da conferência. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 de maio de 1965. Primeiro Caderno, p. 1.

¹⁶⁸ RIBEIRO, Marcos Vinicius. Anticomunismo e Inimigo interno: uma avaliação da Doutrina de Segurança Nacional a partir dos sujeitos e manuais de repressão durante as ditaduras do Cone Sul. *História, debates e Tendências*. Passo fundo, v. 9, n. 3, p. 384-401, 2019. p. 389.

¹⁶⁹ As razões do ódio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1965. Primeiro Caderno, p. 1.

contrarrevolucionário que está tomando a campanha eleitoral. Na análise que faz da situação, S. Exa. denuncia o aspecto francamente subversivo que vai ganhando aquilo que deveria ser um embate leal entre os partidários de candidatos que deveriam aceitar como um fato irreversível o movimento de 31 de março. São visíveis - afirmou o sr. presidente Castelo Branco - “os sinais de violência praticada por elementos cujo objetivo não é propriamente o pleito eleitoral, mas a subversão contrarrevolucionária. Nem é difícil constatar - acrescentou - que, entre eles, figuram muitos dos que apoiaram os motins militares de Brasília e do Sindicato dos Metalúrgicos, bem como o motim presidencial do Automóvel Clube, ao mesmo tempo em que corruptos e subversivos em passeios no estrangeiro já ocorrem a aplaudir os amotinados de hoje. Não há, em tudo isso, simples coincidência - são ainda palavras de S. Exa, - mas sim agitações e provocações coordenadas; e, mais ainda, em conexão com o plano internacional de domínio antidemocrático do Brasil.[...] Em Minas e Goiás, a dita guerra assume a sua forma mais branda, pois não aparecem nela os sinais de violência a que se refere o presidente Castelo Branco. Já o mesmo não ocorre na ex-Capital da República, onde o lançamento da candidatura Lott se revestiu de todas as características de uma tomada de posição contra a Revolução vitoriosa. A presença do comunismo nos acontecimentos evidenciou-se na irrupção de comandos agressivos no recinto onde decorreram os trabalhos da convenção petebista. Não há, pois, como negar ao sr. marechal Castelo Branco carradas de razão quando denuncia a existência de “um movimento antirrevolucionário no País, cujo objetivo imediato seria a conquista do poder nas próximas eleições estaduais.” Acharo-nos, assim, em face do mesmo fenômeno geral cujos componentes têm unicamente a distinguir-lhes a intensidade correspondente ao meio em que se manifestam, mas todos visando iniludivelmente o mesmo objetivo. Como nos acontecimentos que antecederam o 31 de março, não são homogêneos os grupos que o integram. Mas em conjunto voltam a constituir-se coordenadamente num dispositivo de ação contrarrevolucionário. E, se analisarmos mais profundamente o que vem acontecendo, não vemos como se possa pretender, como a simples recusa de inscrição a certos nomes indicados pelo PTB ou pelo PSD esteja resolvido o problema. É aqui que discordamos formalmente do sr. presidente da República.¹⁷⁰

Em ambos os casos, o que temos como pano de fundo são as eleições. No ano de 1965, deveriam acontecer as eleições para governadores de onze estados brasileiros. No entanto, com o golpe de 1964, instalaram-se grandes instabilidades internas no meio civil e principalmente militar, uma vez que o marechal Castelo Branco havia assumido o compromisso de permitir a regularidade eleitoral. Mesmo com a realização do processo eleitoral é preciso destacar que este não se deu dentro das normalidades, uma vez que estávamos sob o domínio de um Estado Autoritário. Assim, diante da possibilidade da vitória de opositores do regime, foi criada a Lei de inelegibilidade, redigida de modo completo para cercear e impossibilitar a candidatura de opositoristas:

Cabe frisar aqui que estas leis introduziram no Estado de Segurança um modelo de gestão de crise política. Passou-se a redigir e aplicar leis, especialmente eleitorais, para resolver crises políticas específicas e eliminar candidatos individuais ou focos de oposição, o que dotou de um certo caráter ad hoc o processo de construção das instituições; destinadas a enfrentar os problemas do momento, tais medidas integraram-se ao quadro legal permanente do Estado. [...] Passou assim a reformular permanentemente a legislação eleitoral, para garantir que os candidatos

¹⁷⁰ Dois pesos, duas medidas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 8 de agosto de 1965, p. 3.

indesejáveis seriam eliminados e que os do partido governamental venceriam sempre. Ao fazê-lo, entretanto, o Estado subverteu a função legitimadora das eleições, diminuindo assim a cada enfrentamento eleitoral sua própria legitimidade.¹⁷¹

A realização desse processo eleitoral pode ser compreendida como a necessidade do regime em manter a retórica de defesa democrática e, assim, as medidas poderiam ser executadas dentro da lei de inelegibilidade, sem a necessidade de perder as eleições. Fato este que, mesmo nos estados estratégicos, em que a oposição garantiria a vitória - Guanabara e Minas Gerais - o regime rapidamente cria um acordo no qual a posse seria concedida, mas a controle da Segurança estaria sob comando no poder federal uma vez que o conselheiro seria indicado por Castelo. As eleições de 1965 fizeram parte de mais um arranjo desse Estado Autoritário que nada tem a ver com as instituições democráticas.

Pensando nisso, o que podemos através desses jornais é a construção de uma narrativa que visava colocar em cheque a sequência eleitoral, assim como a necessidade de uma escolha direta pelos “agentes revolucionários”. Para tanto, os jornais se utilizam das narrativas da insegurança para perpetuar as ações do regime. Não contei grande número de editoriais que apresentam essa temática de forma direta, o que anda em consonância com o ideal de tranquilidade interna buscado pelo regime no ano de 1965, uma vez que, ao assumir as rédeas do país, sua missão de “salvar a pátria” deveria ser bem-sucedida. Caso notado no editorial de 10.07.1966, de OESP, “Notícias de cassação geram divergências”. Em uma tentativa de justificar as cassações realizadas, o diário paulista buscou justificar os motivos de tais ações, assim como o adiamento do processo eleitoral:

Mas a operação de limpeza, reduzida ao escalão inferior, não teria objetivos políticos, enquadrando-se nas medidas moralizadoras da Revolução. Visa evitar a reeleição de corruptos e subversivos e não assegurar maioria para a ARENA naquelas assembleias em que a situação é de equilíbrio ou de inferioridade para a legenda oficial.¹⁷²

O clima que se seguia era da necessidade de tranquilidade ante o processo de “reestruturação econômica e recuperação política”, buscando uma unidade de pensamento pelo “bem-comum”. “Bispos e Militares” é um exemplo dessa questão, suavizando possíveis desentendimentos entre o setor religioso e os militares, esse editorial do *O Globo* de 13.08.1966 trazia a ideia de uma convergência de ideias:

O mais elementar sentimento de patriotismo, ajudado por um mínimo de bom-senso e de serenidade, indica, neste instante, que todo empenho deve ser empregado para que não se crie na família brasileira, já envolta nas naturais aflições

¹⁷¹ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 87.

¹⁷² Notícias de cassação geram divergências. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 8 de agosto de 1965, p. 3.

de um doloroso processo de reestruturação econômica e recuperação política, uma nova fonte de inquietações, de expectativas as mais graves [...]. O episódio desencadeado em torno do pronunciamento público do Bispos do Nordeste vai, aos poucos, transformando-se em constrangedor exemplo de como um autêntico desentendimento de linguagem, já que todos estamos convencidos de que os generosos propósitos coincidem, passa a servir de campo à exploração dos inimigos da Pátria e foco de novas e desnecessárias ansiedades exatamente num dos pontos do território nacional que se notabilizou pela preferência de agitadores: o Nordeste [...] As duas posições - do clero e dos militares no Nordeste - não são em essência conflitantes, até porque se completam, no delineamento harmonioso de uma conduta política inspirada nos mais altos propósitos humanos. Só um equívoco semântico pode tornar antagônicas as duas atitudes. Divergem nos termos e certamente, na experiência de vida, uma necessariamente marcada pela ordem, pela disciplina, e a outra dominada pela tônica do contato com o sofrimento, do amor entre os homens, mas ambas afinal se interpenetrando e se complementando.¹⁷³

“De Debret a Debray”, publicado pelo *O Globo* no dia 09.12.1967, retrata a presença no Brasil do francês Guy Michel Camile Thibault, chamado de “diácono guevarista” pelo jornal, em relação ao qual recomenda as atitudes que deveriam ser tomadas pelo governo. Abaixo a transcrição completa deste editorial de capa:

Tem havido negociações diplomáticas e consulares por parte de funcionários franceses no Rio em favor do diácono guevarista de Volta Redonda. Em nossa opinião o agitador deve ser mesmo recambiado para o seu país de origem. Claramente. Às escancaras.

Não há motivos para qualquer “cerimônias” e rapapés por parte do Itamaraty e Ministério de Justiça. O Sr. Guy Michel Camile Thibault pregava, por meio de panfletos, a luta insurrecional no Brasil. Portanto, cabe-nos dar-lhe nossos “adieux” e votos de “bon voyage”.

A Bolívia está às voltas com Monsieur Régis Debray, igualmente francês e guerrilheiro “par excellence”. Não há necessidade de qualquer “J’accuse” para demonstrar que M. Debray é uma autêntica “fleur du mal”.

Não queremos que se dê ao “diácono” “rouge” o mesmo tratamento que o General De Gaulle costuma reservar aos extremistas. Lembrem-se de que a França, na hora de capturar Ben Bella, não fez cerimônias, nem olhou para conveniência. Foi buscá-lo pela gola em ares estrangeiros.

Os subversivos da Organização do Exército Secreto pagaram, muitos deles com a vida, diante de pelotões de fuzilamento gaullistas, os crimes que praticaram. Não desejamos penas de morte. Apenas que exportem “Che” Thibault sem mais delongas.

Entretanto, reclamamos do nosso Governo firmeza e poucas medidas diante das pressões diplomáticas que vêm nas últimas horas recebendo. Nós somos credores de desculpas do Quai d’Orsay por esses “chevaliers” que nos chegam de Paris e que são aqui recebidos, infelizmente, com açúcar e com afeto.

Gostaríamos de que a França enviasse para cá, tal como no século passado, cientistas e artistas. Preferimos Debret a Debray.¹⁷⁴

Na nossa leitura, tal questão implica justamente no momento em que o regime estava inserido, uma vez que, nos dois anos iniciais era necessário trazer à mente, ao imaginário da população, a existência de figuras consideradas comunistas por eles, mas com certa dosagem, para assegurar ao golpe seu caráter vitorioso, justificando as ações tomadas até então.

¹⁷³ Bispos e Militares. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1966, p. 1.

¹⁷⁴ De Debret a Debray. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1967, p. 1.

Durante os anos de 1965 a 1967 se buscou apresentar um clima de tranquilidade e segurança à população. As matérias publicadas sobre o anticomunismo retratavam a sua presença em solo brasileiro, de um modo não muito alarmante, mas que ao mesmo tempo mostrasse que o perigo tinha sido neutralizado graças às benesses do regime. Essa era a estratégia utilizada, parece-me, para manter no imaginário da população as justificativas das ações do golpe e reforçar a sensação de vitória política-institucional do Regime Militar.

É no ano de 1968 que as narrativas tomam outro tom. É possível perceber nos meses que antecederam a publicação do AI-5, o ato que abriu caminho para as ações violentas e ainda mais extremadas e institucionalizadas, a tentativa de justificar as ações que viriam a acontecer, num chamamento para a mudança de percurso da “Revolução”.

No dia 10.03.1968, OESP publicou o editorial “Magalhães deseja a Revolução autêntica”,¹⁷⁵ em que o ministro do Exterior, Magalhães Pinto, alerta para a necessidade de alterar os rumos da “Revolução” e buscar uma “pacificação” para que a “Revolução volte a ser do povo”, introduzindo a alteração de posição do governo.

Em abril de 1968, a FSP publicou editorial em que apresentou uma ação efetiva dos chamados “terroristas”, com um nome explícito “Bombas”¹⁷⁶ que relata a explosão de bombas no consulado estadunidense:

Bombas

Depois que uma bomba danificou instalações do Consulado norte-americano em São Paulo, ferindo gravemente dois estudantes, varias ocorrências de teor semelhante se verificaram. A ultima foi no quartel-general da Força Publica, onde quarta-feira ultima ocorreu uma explosão de pequeno efeito, pelo que se informou. Das outras vezes, ou o engenho não chegou a explodir, ou tambem poucos danos causou. A frequencia desses fatos faz muita gente pensar numa calculada ação terrorista, ligada às agitações de rua das semanas anteriores. Como o terrorismo — felizmente — não se inclui entre os nossos habitos de luta politica, essa historia de bombas causa a maior estranheza e merece investigações cuidadosas. De qualquer forma, parece ser obra de irresponsaveis, mesmo porque o primarismo com que vêm agindo (bombas que não explodem, pavlos que se apagam com o vento ou a chuva, colocação dos artefatos em lugares onde suas consequencias são minimas, etc.) não dá idéia de coisa feita para valer. Justamente esse primarismo é que autoriza a suposição de que não seja tarefa muito difficil identificar e localizar os responsaveis; sua ineptia é tão grande que é impossivel que não deixem atrás de si muitos rastros. O que se espera é que as autoridades concentrem todos os seus esforços para esclarecer esses casos: preso um dos “engraçadinhos”, aprendizes desastrados de terroristas, possivelmente a onda passará.

Imagem 7: **Folha de S. Paulo**, 14 de abril de 1968, p. 4.

¹⁷⁵ Magalhães deseja a Revolução autêntica. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 de março de 1968, p. 3.

¹⁷⁶ Bombas, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 de abril de 1968, p. 4.

É possível verificar a preocupação com a intensificação dos discursos ditos “radicais”. No dia 13.10.1968, os jornais OESP e FSP publicaram matérias que, em tom de alerta, buscavam apresentar às leitoras e aos leitores os riscos de “uma agitação em processo de agravamento, produzida por minorias extremadas da direita e da esquerda”¹⁷⁷ cobrando pulso do governo. Em editorial, OESP afirmou:

O procedimento do governo peca pela fraqueza da autoridade, diante de um esquema de agitação dirigido, alimentado por organizações extremistas e se revela ainda mais condenável, quando ele próprio promove a crise, acumulando erros políticos com a suspeita de regularidade.¹⁷⁸

A FSP, por sua vez, publicou a seguinte charge:¹⁷⁹



Imagem 8: **Folha de S. Paulo**, 13 de outubro de 1968, p. 4.

Tal charge está em consonância ao seguinte trecho publicado por OESP: “Para a fogueira que se acendeu no País e que está crepitando a uma altura razoável, o governo ou parte dele tem contribuído no abastecimento da lenha”.¹⁸⁰

Percebe-se que, mesmo narrando uma “radicalização”, existe cobrança de atitudes do regime ao qual não há atribuição de atos extremados. Muito pelo contrário, coloca-se como a existência de agentes externos, igualando ainda as ações da extrema-direita pela esquerda.

¹⁷⁷ A maioria do povo deseja a paz. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 de outubro de 1968, p. 3.

¹⁷⁸ Ibidem.

¹⁷⁹ Radicalização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 de outubro de 1968, p. 4.

¹⁸⁰ A maioria do povo deseja a paz. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 de outubro de 1968, p. 3.

No mês seguinte, os editoriais retomaram o tom de alerta para a presença de “subversivos”. Em “Sofistas no poder”,¹⁸¹ de novembro de 1968, criticava-se a postura amena do regime ante aos casos subversivos em solo brasileiro:



Imagem 9: *O Globo*, 9 de novembro de 1968, p. 1.

Seguindo os mesmos rumos, a FSP, em “Recrudescimento”, fala sobre a não especificação desses “elementos subversivos”, uma vez que, “O que se sabe é que há grupos empenhados em tumultuar a vida do país, tranquilizando-o e criando talvez condições para um endurecimento político, mas até hoje as autoridades não conseguiram identificar com precisão tais grupos”.¹⁸²

Durante o levantamento das fontes, os editoriais reunidos na categoria “Política Interna”, apesar de estarem presentes ao longo do recorte temporal escolhido, modificaram sua dinâmica de acordo com a estruturação do regime, apresentando um grau de constância menor. Esse fato está relacionado ao discurso construído pela DSN, uma vez que, ao ter o país sob o controle dos militares, as ameaças estariam amenizadas. A narrativa dos jornais mostra a presença dessas questões para mantê-las vivas no imaginário da população. Evidenciam, porém, o controle imposto. Combate-se o comunismo por desalinhar o sistema do Estado capitalista e o sistema de coerção e questionar a posição dos dominados, construindo uma

¹⁸¹ Sofistas no poder. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1968, capa.

¹⁸² Recrudescimento. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 de novembro de 1968, p. 4.

narrativa constante de diferenciação do que seria o “nós” contra “eles”, fato retratado por Guillermo O’Donnell:

O interesse geral ao qual o Estado se refere é um interesse de classe, que por isso mesmo inclui um papel de custódia na reprodução da classe dominada enquanto dominada. Mas o discurso do aparelho estatal postula-se servidor de um interesse geral indiferenciado: não o das classes na sociedade, mas sim o da Nação. Nação é o arco englobante de solidariedades que postula a homogeneidade de um “nós” frente ao “eles”, de outras Nações.¹⁸³

Para a proteção dessa nação e a delimitação do que seria “outro” era ainda necessário estabelecer uma relação com o exterior. É nesse sentido que entramos no próximo tópico deste capítulo, que buscou apresentar a construção narrativa do inimigo interno relacionado à política externa.

2.3 A política externa

Na América Latina, dentro dos termos bipolares adotados pela Guerra Fria, estando sob influência estadunidense, a população sofria uma incursão do medo por parte das elites que se aproveitavam do cenário internacional para barrar avanços sociais lançados preceitos autoritários, nesse sentido a segurança externa torna-se assunto de relevância e presença contínua no cenário público.

No Brasil, a DSN, em sua construção teórica, apresenta-se como a garantidora da ordem interna, definindo a segurança externa como: “a garantia proporcionada à Nação para a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais, a despeito de antagonismos e pressões de qualquer forma ou natureza, que se manifestem ou possam manifestar-se no domínio das relações internacionais.”¹⁸⁴

De acordo com a DSN a segurança externa estava relacionada à construção histórico-cultural do país. Nesse sentido, toda ação tomada no plano internacional estava relacionada com aquilo que internamente se desejava para a nação. As ações do governo no âmbito externo deveriam então ser tomadas para fortalecer e manter o “Poder Nacional”:

Uma política de Segurança Externa com um conceito defensivo de utilização do Poder Nacional pode inclinar-se para qualquer uma dessas orientações, mas não deverá esquecer que a fuga aos problemas não pode evitá-los perenemente e que as soluções externas para o reforço do poder e de segurança enfraquecem o controle nacional sobre decisões *citius*. Recai-se, assim, na solução comum ao problema básico: embora não represente um imperativo universal, só o Poder Nacional preparado e aplicado por uma Estratégia de Segurança Externa realista,

¹⁸³ O’DONNELL, Guillermo. **Análise do autoritarismo burocrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 27.

¹⁸⁴ BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Fundamentos da Doutrina**. Rio de Janeiro: ESG, 1981. p. 229.

oportuna e flexível representa efetivamente o alicerce de garantia necessária a uma nação.¹⁸⁵

Dessa forma, a política externa tornou-se palco principal para construção de narrativas e justificativas para tomadas de decisões durante o Regime Militar brasileiro. Assim, quando o assunto é essa política externa e a ameaça comunista em terras estrangeiras, notei crescente presença do tema no decorrer do período estudado. Os editoriais analisados apresentaram de forma recorrente as ações realizadas pelos EUA na tentativa de conter os “avanços comunistas” em contrapartida às “investidas subversivas”, tendo como palco principal a URSS e Cuba assim como os conflitos enfrentados no Vietnã, China e os atos considerados sutis em Paris, tomados pelo então presidente que estaria sendo leviano com as supostas investidas comunistas, retratando ainda os problemas do comunismo presentes na América Latina. A matéria “O 20º aniversário do fim da guerra”¹⁸⁶ faz menção direta à Guerra Fria em suas primeiras linhas, chamando-a de “Terceira Guerra Mundial”, trazendo trechos do discurso do presidente Lyndon Johnson:

“Ainda vivemos em um mundo de incerteza”, pois “os homens ainda não puseram fim à guerra”. Apontou também as razões dessa incerteza: “Antes mesmo que as cinzas esfriassem, a sombra da ambição soviética estendeu-se pela Europa”. As sombras que os soviéticos projetaram sobre a situação mundial de hoje começaram a agigantar-se já durante a guerra, e os soviéticos, agindo em função dessas sombras, fazem o possível para depreciar a contribuição dos aliados ocidentais para a vitória.

Após colocar essas questões, o editorial apresenta uma aproximação de Stalin com Hitler, traçando-os como aliados e colocando o líder soviético ainda como impulsionador para o regime nazista, criando uma narrativa segundo a qual a URSS se aproveita, desde esse momento, do rompimento do *status quo* para se consolidar e expandir “para dentro e fora da Europa”, colocando em xeque a organização mundial, conforme se lê neste trecho:

Stalin, de 2 de setembro de 1939 até 8 de maio de 1945, permaneceu como o árbitro da situação europeia, conseguindo, em seguida, pelo estabelecimento da hegemonia russa no Velho Continente, abolir o “sistema europeu”. A Rússia, mesmo depois da Revolução de Outubro, fez parte essencial do “sistema europeu” de forma que Hitler necessitava da proteção da sua retaguarda por Stalin para poder romper o equilíbrio, como também as potências ocidentais necessitavam da proteção da sua retaguarda por Stalin para manter o equilíbrio europeu. Aconteceu assim que o rompimento do “status quo” europeu, que Hitler, encorajado e auxiliado pela cumplicidade ativa de Stalin, executou com uma violência e rapidez sem par, e que resultou logo no início do aniquilamento do “cordão sanitário” constituído por Estados-tampões - como era a Polônia - estabelecido no fim da Primeira Guerra Mundial, libertou a União Soviética do seu isolamento e abriu uma brecha no “cerco capitalista” no seu ponto mais vital. A porta através da qual poderiam entrar na Europa desde então lhe estava aberta. O tipo da guerra total combatida desde o início até o fim, incondicionalmente só podendo terminar com a capitulação incondicional de um dos beligerantes, não permitiu que a porta, uma vez aberta,

¹⁸⁵ BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Fundamentos da Doutrina**. Rio de Janeiro: ESG, 1981. p. 233.

¹⁸⁶ O 20º aniversário do fim da guerra. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 9 de maio de 1965, p. 3.

fosse de novo fechada. Assim, a União Soviética de Stalin, desde o começo, estava perfeitamente consciente das enormes vantagens que poderia tirar não apenas do rompimento do “status quo” europeu, mas também do desfecho da guerra, qualquer que fosse a parte que dela saísse vitoriosa. Fez, portanto, sempre seu próprio jogo, procurando preservar sua relativa liberdade de movimento, não obstante as alianças políticas e militares que concluiu sucessivamente com as duas partes beligerantes do “campo capitalista”, visando obter por meio delas antes a reação de seus fins específicos do que a vitória da causa comum. Seu objetivo específico, certamente, não era o restabelecimento do equilíbrio europeu, mas sim a manutenção e a sistematização do desequilíbrio, graças ao qual pode expandir-se e consolidar suas novas posições de poder, russo e comunista, dentro e fora da Europa. Não apenas manteve o que conquistou graças à colaboração com Hitler, mas pela aliança com os ocidentais, conquistou novas presas que Hitler não lhe concedera.

Esse editorial coloca em caráter igualitário os ideais comunistas e nazistas, contribuindo para as discussões do cotidiano cultural que relativizam os feitos da Alemanha sob a liderança de Hitler.

“Lembramos que há poucos meses, Fidel Castro num ímpeto de sinceridade brutal, definiu seu regime como a ‘democracia dos fuzis’”. Essa foi a frase de abertura do editorial que apresentou, através de trechos do discurso do líder cubano, o alerta à população e a crítica ao regime cubano. “Os fuzis de Castro” foi o nome alcunhado pelo editorial para reforçar, mais uma vez, um caráter de risco e violência. Apresenta-se uma nova métrica dentro de cultura política na sociedade cubana

Fidel Castro ensinou seu povo a substituir as cédulas eleitorais por fuzis. O povo parece ter aprendido essa lição esclarecida. Não dispondo de cédulas eleitorais, está disposto a votar com fuzis. Fidel Castro, portanto, apressa-se em retirar as armas que antes distribuía entre os milicianos. O povo nunca teve armas, só os seus janízaros as possuíam. Graças a essas armas, assegurou-se que a vontade do povo coincidissem sempre e perfeitamente com a vontade do ditador. Os fuzis substituíram as cédulas eleitorais, substituíram sentenças dos juizes, junto ao “paredon”. Substituem as penas dos escritores e asseguraram a “liberdade” nas universidades. Criaram, também, o bem-estar social, pois graças a eles não há mais greves nas fábricas.

O povo nunca teve armas e jamais praticou a “democracia de fuzis”. Ele exerceu seu direito de voto, pelo êxodo maciço.¹⁸⁷

O perigo cubano não estava condicionado apenas àqueles que estavam dentro do seu território, existia um plano que ultrapassava os limites geográficos. “A resposta adequada a Castro”, de OESP, exemplifica a questão:

O verdadeiro objetivo da estratégia Castrista, portanto, não seria só o de criar um dois, três ou muitos Vietnãs na América Latina, mas, e sobretudo, o de conseguir manter os países deste Continente, por ele agredidos, divididos entre si, fechados nas categorias estreitas do conceito já ultrapassado da soberania nacional absoluta, esquecidos de agir e de reagir em função da grande lei contemporânea, originalmente americana, que é de segurança coletiva.¹⁸⁸

¹⁸⁷ Os fuzis de Castro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 de setembro de 1965, p. 3.

¹⁸⁸ A resposta adequada a Castro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 de agosto de 1967, p. 3.

O editorial continua em tom de alerta, cobrando medidas mais duras e sérias ante a ameaça iminente, reduzindo Cuba à uma nação fantoche, requerendo que a URSS a discipline. Explicita assim o caráter imperialista do editorial que aceita o controle externo a uma nação latina-americana:

O que nos preocupa diante deste desafio é que enquanto foi concebido e está sendo executado nos termos do internacionalismo proletário, os nossos países só se dispõem a enfrentá-lo nos termos de um nacionalismo anacrônico e provinciano. [...] Eis a razão por que Castro ridiculariza atrevidamente as ações da OEA e os governos que dela fazem parte. A única estratégia efetiva contra ele seria enfrentar seu desafio no plano em que ele foi lançado, que é o plano internacional, intercontinental, transformando-o num problema mundial. [...] Por esse motivo é que a agressão castrista deve ser tirada do seu contexto continental e transformada num problema mundial, obrigando a Rússia a se definir claramente ou abandonando seu irrequieto títere cubano ou enquadrando-o em rígida disciplina. Para isso, porém, a América Latina necessita de uma liderança de clara visão, decidida e dinâmica, o que no momento lhe falta.

Se Cuba é o exemplo latino, a URSS é o fator primordial e propulsor. São várias as menções às suas influências.

Ao longo dos anos, além das questões que implicam atos de violência atrelados à União Soviética, o que ganha notoriedade nos editoriais estudados é a busca por desconstruir um preceito que aparece no próprio nome da URSS: a união, somadas à desorganização e instabilidade do bloco oriental.

Em “*Sic transit Gloria Mundi*”¹⁸⁹, alegando que o contexto externo contribui para uma derrocada dos ideais e estruturas da URSS, devido às indigestões entre a URSS, China e Cuba e o aumento de força dos EUA, para o jornal seria o “fim de um mito”:

A História não tolera mitos, mas somente verdades que refletem as realidades. A Nação é uma realidade; a solidariedade internacional de classe é apenas um mito que, contraditória mas significativamente, foi criado para servir os interesses imperialistas de uma nação, de uma grande potência - primeiro a russa, depois a chinesa. A Rússia Soviética, que até agora, em nome do mito da solidariedade internacional proletária, procurou submeter aos seus interesses nacionais imperialistas um grande número de nações tradicionalmente soberanas e soberanamente tradicionais, agora vê-se na necessidade de lutar contra quem, em nome do mesmo mito da solidariedade internacional proletária, que desta vez serve aos interesses nacionais imperialistas de um país socialista “irmão”, pretende afastá-la dos caminhos traçados pelos interesses da sua própria soberania nacional.[...] Essa situação do comunismo internacional oferece possibilidades e oportunidades para que o mundo ocidental tire vantagens táticas.

“De faca nos dentes” alerta inclusive para uma possibilidade de “intercâmbio de guerrilheiros” e cobra para a que os riscos não sejam “minimizados”

Haverá largo intercâmbio de guerrilheiros na América Latina, Fidel Castro assim falava ontem: “A solidariedade faz parte da luta comum dos povos em resposta à estratégia continental repressiva do imperialismo e exige o impulso à luta

¹⁸⁹ *Sic transit Gloria Mundi*. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 de março de 1965, p. 3.

armada mediante um apoio firme e decidido, manifestado com a presença de combatentes revolucionários de qualquer país em cada um dos pontos onde a luta se desenrole.”

Não é lícito minimizar os riscos. Que a OLAS não seja pretexto para um surto de direitismo. Entretanto é erro, e criminoso, considerar a conferência dos desesperados de Havana como episódio neutro. Trata-se, ao contrário, de um acontecimento marcante na vida política desse Continente. É com seriedade que deve, portanto, ser encarado. Não o tratem com afetada fleuma caricatura e subdesenvolvida.

A migração de terroristas e guerrilheiros começou provavelmente de forma intensa, André Malraux, um perito na matéria, pintou como ninguém o revolucionário profissional, para quem o país onde irá bailar-se “é apenas uma matéria-prima”. Um dos personagens da galeria de Malraux assim divagava: “Não amo os homens. Não amo sequer a gente pobre - o povo, aqueles, em suma, por quem vou combater.” São estes os que vêm por aí. Com faca entre os dentes.¹⁹⁰

Os editoriais que apresentam os conflitos externos dando ênfase às questões políticas, especificamente de um ponto de vista ideológico, são recorrentes nos editoriais de 1965 que li nos três jornais estudados. Caracterizam a ideia caótica gerada pelo comunismo soviético, assim como o perigo crescente ante a crescente comunista. A preocupação com a política internacional e a postura do Brasil dentro da lógica da bipolaridade aparece com bastante frequência. A necessidade do alinhamento brasileiro aos interesses estadunidenses nos desdobramentos do regime são evidentes. No entanto, buscando traçar uma linha de política externa autônoma, com liberdade de escolhas, a afirmar que as atitudes do governo brasileiro seriam meramente fruto de manipulação estadunidense, mas uma postura necessária ante a realidade enfrentada pelo mundo. As autoridades internacionais que buscavam uma nova postura ante a bipolaridade, eram retratadas de modo crítico como é o caso de Robert Kennedy, então senador estadunidense, e Eduardo Frei, presidente chileno. Ambos são personagens centrais do editorial de 11.07.1965, de OESP. Eles estariam representando uma corrente de pensamento denominada “Humanismo Cristão”. A ideia era assegurar um novo modo de conter o “avanço comunista” sem a utilização da força:

De acordo com o nosso correspondente de Paris, o presidente Frei - “que se destaca como quem aparece representar na América Latina uma opinião oposta à do Brasil” - “declarou várias vezes em Paris que é hostil a qualquer força armada interamericana permanente”, pois “considera que já existem soldados demais na América Latina e acredita que o perigo comunista real, não poderá ser enfrentado com a força armada.” Frei falou também da “terceira posição” que a Democracia Cristã presente adotar, “como antagonista do comunismo em nível popular, não para praticar uma política anticomunista puramente verbal, que hoje não impressiona mais ninguém, mas para construir um sistema que prove ao povo que existe outra solução, além do comunismo”.¹⁹¹

¹⁹⁰ De faca nos dentes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1967, p. 1.

¹⁹¹ Kenedy, Frei e o desafio comunista. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 de julho de 1965, p. 3.

O jornal traça uma crítica a essa postura alegando que seria insuficiente para conter os avanços subversivos:

O que é falacioso, profundamente falacioso, na argumentação humanista destes dois políticos, é que eles pretendem que a aplicação de força contra o desafio armado e militar comunista significa, nos intuítos e na ação dos seus executores, a substituição de uma política e do exército. [...] Cai, portanto, num vazio, num abismo sem fundo, essa bela mas abstrata, nem mais humanista mas suicida, pregação de Frei e de Kennedy, pois inutilmente vão “construir casas, satisfazer estômagos vazios, educar crianças, curar enfermos” e “mostrar ao povo, com palavras e ações, que existe outra solução além do comunismo” - que povo nenhum escolheu livremente como solução - se permitem que os comunistas destruam com as armas tudo que eles possam construir com as reformas e com seu humanismo cristão e não o defendem com bombas, com fuzis, com artilharia pesada e napalm, armas que os comunistas usam, e, sobretudo, se não defendem a pura, e simples possibilidade de construir com reformas democráticas, humanistas e cristãs.¹⁹²

A função de país satélite defendida por Golbery e presente nos preceitos da DSN, pode ser observada no editorial “A Integração das nações americanas”, publicado em OESP em 08.09.1968. Nele, o diário paulista apresenta a proposta do presidente chileno de criar uma rede de integração político-econômica na América Latina. Segundo o editorial, a unidade só não é possível devido à presença das ideias comunistas em solo latino, mas seria necessário manter o que resta, no que o Brasil teria então função primordial:

Quanto ao mais, pensamos com S. Exa.o sr. presidente da República do Chile que temos realmente um importantíssimo papel a desempenhar na conquista daquela unidade de propósitos sem a qual a desintegração e o desequilíbrio da América Latina serão o desequilíbrio e a desintegração do que mais nos importa defender. [...] Tudo isso concorre para que se acumulem em favor do Brasil as condições necessárias ao desempenho daquele papel que na elevação do seu espírito o Sr. Eduardo Frei reserva ao nosso País. A ausência de ressentimento de qualquer espécie em relação a toda e qualquer nação do continente Americano aquilo que constitui a nossa singularidade. Tratemos, portanto, de a utilizar em prol do bem comum do Hemisfério.¹⁹³

Nesse sentido, ao pensar a política externa, o Regime Militar buscava estabelecer, com relação à realidade brasileira, justamente a postura de capitalismo dependente e subserviente na qual o Brasil se colocava. O anticomunismo foi construído dentro de uma lógica interna-externa, de modo direto por meio do combate às “ameaças” em solo brasileiro, mas também de modo indireto, ao apresentar à população, como uma realidade internacional, os problemas gerados pelos países comunistas.

Desse modo, foi construído um fio relacional que, ao mostrar o que estava acontecendo fora, aguçava o temor quanto ao que poderia vir a acontecer internamente. Pensando nisso, o “inimigo interno” só poderia existir sob a sombra de uma realidade

¹⁹² Kenedy, Frei e o desafio comunista. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 de julho de 1965, p. 3.

¹⁹³ A Integração das nações americanas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 8 de setembro de 1968, p. 3.

presente no campo internacional. Assim foi elaborado o discurso em torno da ameaça comunista. Afirmo isso com base no expressivo número de editoriais que verifiquei dedicados à temática. Pois, mesmo nos momentos em que se buscou destacar a vitória do Regime Militar sobre aqueles considerados “inimigos da pátria”, foi necessário manter viva e presente no imaginário da população, a realidade externa, para justificar e perpetuar as ações autoritárias.

No entanto, além das questões políticas, era necessário também apresentar como os jornais analisados mostravam os meandros do pensamento anticomunista nas relações cotidianas.

CAPÍTULO 3: A SOMBRA DO MAL (1965-1968)

*“O cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada”*¹⁹⁴

O fator psicossocial era um tema importante para o Regime Militar. Estava relacionado a questões além das políticas, ou seja, revelava a preocupação de construir os preceitos ideológicos e compreender a organização da sociedade dentro dos aspectos cotidianos e da educação. Nesse sentido, de acordo com os preceitos da DSN, era importante compreender como esse poder era usado para promover os chamados “Objetivos Nacionais”:

Expressão Psicossocial do Poder Nacional é o conjunto de meios predominantemente psicológicos e sociais de que dispõe a Nação para assegurar a plena realização da pessoa humana, com vistas à conquista e à manutenção dos Objetivos Nacionais.¹⁹⁵

Além de compreender as nuances desse “poder psicossocial” seria necessário criar meios para que os fatores considerados importantes para a execução dos objetivos nacionais estabelecidos pela DSN circulassem na sociedade brasileira, seguindo um caráter não apenas de aceitação como de orientação promovido pela classe dominante e principalmente pelos militares.¹⁹⁶ Pensando na importância dada pela DSN a esses preceitos, acreditamos que a mídia tornou-se um meio de explicitar as expressões desse suposto poder. Este capítulo, então, apresentará as questões em torno da cultura, educação e religião.

A religião compõe um dos pilares do anticomunismo. De acordo com Patto:

O comunismo seria apenas o inimigo mais recente, para uma instituição que se sentia acostumada a grandes desafios e se imaginava vítima da perseguição dos adversários de Deus. A História, porém, demonstraria a força da Igreja: todas as batalhas foram vencidas e os perseguidores dos cristãos destruídos pela divina providência, o que se constituiria na maior prova do caráter verdadeiro da religião.¹⁹⁷

Ainda segundo o historiador, o afastamento da figura humana era constante de modo a dar ao comunismo uma dimensão sobrenatural:

O demônio, encarnação do mal, desde o início dos tempos (pecado original) vinha tentando o homem e provocando perturbações para enfraquecer as forças do bem, capitaneadas pela Igreja de Deus. A provação final seria o comunismo, última artimanha engendrada pelo “antigo tentador” para desviar o homem do bom caminho.¹⁹⁸

¹⁹⁴ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**, 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2014. p. 38.

¹⁹⁵ BRASIL. Escola Superior de Guerra. Fundamentos da Doutrina. Rio de Janeiro, 1981. p. 146.

¹⁹⁶ Ibidem, p. 147.

¹⁹⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 372p. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000. p. 42.

¹⁹⁸ Ibidem, p. 75.

A educação foi outro território de disputa dentro da lógica do regime. Nesse campo se encontrava a possibilidade de construção da cultura política. Os editoriais de 1965 que abordaram o tema da educação podem ser compreendidos a partir de dois pilares: o problema da educação e a “real funcionalidade” do educar. Dessa maneira, ao longo daquele segundo ano, os jornais passaram a apresentar os “percalços esquerdistas” na educação e a sua “potência transformadora”, considerando seu “real significado”.

Destaco alguns aspectos daquilo que a DSN chamou de “Poder Psicossocial do Poder Nacional” e, mais especificamente, os fatores que expressam esse *modus* de poder. O poder psicossocial seria a aplicabilidade das ideias desse modelo no cotidiano, ou seja, sua presença no dia a dia, sua inserção na cultura. No *Manual da Doutrina Básica*, a definição dada à expressão desse poder psicossocial é: “A expressão psicossocial do poder nacional deverá conter elementos vinculados à capacidade da pessoa humana de produzir e utilizar, voluntariamente, meios psicológicos e sociais, com vistas à consecução e à manutenção dos objetivos nacionais.”¹⁹⁹

O poder psicossocial estaria estruturado em três fundamentos: 1) a população, que diz respeito ao estudo e a compreensão da formação populacional; 2) o ambiente, que se preocupa em compreender a relação do ser humano com o meio ambiente e como o meio ambiente influencia a construção humana e, por fim, 3) as instituições, que são compreendidas dentro da DSN como os “padrões de forma de vida consagrados pela sociedade.”²⁰⁰

Era necessário o fortalecimento da expressão do poder psicossocial uma vez que é através dele que seria possível a “formação humana e dinamização do progresso nacional.”²⁰¹ Esse poder se expressaria em onze fatores: 1) Cultura e Educação; 2) Saúde e Saneamento; 3) Trabalho e Previdência Social; 4) Habitação; 5) Caráter Nacional; 6) Moral Nacional; 7) Ética e Religião; 8) Integração Social; 9) Comunicação Social; 10) Ecologia; 11) Urbanização e Ciência e Tecnologia.

Este capítulo apresenta três fatores de expressão do poder psicossocial: cultura, educação e religião, uma vez que esses foram temas recorrentes nos editoriais.

¹⁹⁹ BRASIL. Escola Superior de Guerra. Fundamentos da **Doutrina**. Rio de Janeiro: ESG, 1981, p. 145.

²⁰⁰ Ibidem.

²⁰¹ Ibidem, p. 161.

3.1 Educação

*“E a que se cuidar do broto
Pra que a vida nos dê flor e fruto.”²⁰²*

A educação é tema relevante sempre no cenário público. Através dela se busca construir uma sociedade diferente daquela em que estamos vivendo, nela apostamos nossas esperanças no que virá. A conhecida e repetida frase de Paulo Freire “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” sintetiza a função da educação, o seu caráter revolucionário e potente. No entanto a educação formal pode ser compreendida como uma das ferramentas de cristalização das ideias das classes dominantes, podendo através da mesma perpetuar ou inserir novas percepções, Gramsci compreende que o processo de ensino-aprendizado passa por questões de classe e suas intencionalidades, “reconhece a escola como uma estrutura ideológica importante envolvida em guerra de posição que reflete a disputa pela hegemonia na esfera da sociedade.”²⁰³:

Gramsci compreende a transmissão tradicional do conhecimento, não como um tipo ideal, mas como parte de um processo político de construção de uma outra hegemonia ou de uma contra-hegemonia. Este teórico compreende que toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica: processo de aprendizado pelo qual a ideologia da classe dominante se realiza e se transforma em senso comum, mas como pedagogia política pode permitir a transmissão de um saber prático.²⁰⁴

O potencial da educação, enquanto arcabouço de ideias, também foi observado e posto a favor da construção de um governo autoritário. O manual da DSN apresenta a seguinte definição para a Educação: “o processo de aperfeiçoamento do ser humano no sentido de se facultar a realização de suas potencialidades, bem como a transmissão e assimilação de conhecimentos e valores culturais do grupo social.”²⁰⁵

À Educação caberia o caráter de “transmitir” os ensinamentos e aspirações dessa nova estrutura, ela seria o grande potencializador e perpetuador, uma vez que o ensinar está voltado para o futuro:²⁰⁶

As pessoas necessitam, portanto, adquirir e incorporar os significados da educação, certos recursos de pensamento, os vários instrumentos de ação, a bagagem comum de sentimento, os vários instrumentos e crenças, bem como a

²⁰² Trecho da canção Coração de estudante. CORAÇÃO DE ESTUDANTE, [Milton Nascimento]: Milton Nascimento ao vivo. São Paulo: Universal Music International, 1983. LP (47min).

²⁰³ CUNHA, Marcus Vinicius Silva Ferreira. **A disciplina escolar educação moral e cívica e o projeto educacional hegemônico da ditadura empresarial militar (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. p. 66.

²⁰⁴ CASTRO, Michele Corrêa de; RIOS, Valdir Lemos. Escola e educação em Gramsci. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 7, n. 3, p. 221-228, 2007. p. 222.

²⁰⁵ BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Doutrina Básica**. Rio de Janeiro. 1979. p.147

²⁰⁶ BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Fundamentos da Doutrina**. Rio de Janeiro. 1981. p.151

compreensão do sistema de valores, a correlata orientação as tendências e as expectativas de comportamento vigente nos grupos sociais de que participam.

A atenção dada ao ensino se dava dentro dessa lógica e principalmente, na estruturação tecnicista do saber que negligenciava as relações humanas enfocava os aspectos técnicos voltado para o mercado de trabalho sobretudo para a construção de uma classe trabalhadora, a educação estaria condicionada aos desejos do mercado econômico, o ensino tecnocrata seria um braço da construção que o regime buscava:

Neste contexto, a ideologia tecnicista serviu como um invólucro mistificador do projeto “Brasil Grande Potência” que os governos dos gerais-presidentes utilizaram para justificar a supressão das liberdades democráticas e, por conseguinte, a repressão política que se abateu contra as tendências oposicionistas. Assim, a propensão em transformar o Estado aos moldes de uma grande empresa, gerenciada por técnicos que absorvessem as funções da política pela dita eficiência que eles representavam, constituiu-se no leitmotiv da ideologia tecnicista que embalou o regime militar.²⁰⁷

A grande questão é que na mesma intensidade que o regime buscava introjetar seus preceitos no ambiente educacional, existia a construção de movimentos estudantis que, com suas pautas a favor da pluralização do ensino e da universidade pública, começaram a provocar temores e indigestões ao aparato repressivo.

Dentro da lógica do anticomunismo, os movimentos estudantis apresentam demandas e questões que se colocam contra o *status quo*, além de existir a proximidade com a esquerda. Nesse sentido, a necessidade de monitorar, conter e descaracterizar os movimentos estudantis era necessário para a manutenção do regime:

O anticomunismo, aplicado a definição de “Inimigo Interno”, foi esgarçado a ponto de considerar perigosa toda atividade que pudesse “colocar em risco” a segurança interna dos países que orbitam em torno de interesses capitalistas, com especial atenção à educação como forma de contraposição das transformações sociais que pudessem colocar em risco o *status quo* capitalista.²⁰⁸

O bravo “Coração de Estudante”²⁰⁹ se tornaria perseguido pelo aparato repressivo que não hesitaria em utilizar a força para conter suas ações, sofreria também com as crescentes narrativas que tomariam conta dos jornais, a construção do imaginário anticomunista, chegaria à aqueles que buscavam apenas a “nova aurora a cada dia”, mas, ao apresentar que

²⁰⁷ BITTAR, Marisa; FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008. p. 343.

²⁰⁸ RIBEIRO, Marcos Vinicius. Anticomunismo e Inimigo Interno: uma avaliação da Doutrina da Segurança Nacional a partir de sujeitos e manuais da repressão durante as ditaduras do conesul. **História Debates e tendências**. Passo Fundo, v. 1, n. 3, p. 384-401, set./dez., 2019, p. 392.

²⁰⁹ CORAÇÃO DE ESTUDANTE, [Milton Nascimento]: Milton Nascimento ao vivo. São Paulo: Universal Music International, 1983. LP (47min).

“há de se cuidar do broto para que a vida nos dê flor e fruto”, mesmo que fosse com “alegria e muito sonho”. deveriam ser tratados como ervas daninhas para que suas raízes não brotassem.

Foram inúmeras as construções narrativas encontradas nas páginas dos jornais consultados que procuram mostrar as raízes do comunismo nos ambientes escolares, nos movimentos estudantis. Através delas, buscava-se elementos para subsidiar os argumentos do discurso segundo o qual, ao retratar as grandes vicissitudes geradas por esse movimentos no âmbito estudantil, afirmava que qualquer tipo de reivindicação relatada por esses agentes da imprensa era automaticamente relacionada ao comunismo. Essa prática era exercida de modo a gerar uma coisificação dos atores históricos envolvidos nessas manifestações narrativas, retirando o seu caráter humano, aproximando-os a um mal incorporado na sociedade. Ao mesmo tempo, tornando-se a personificação do “inimigo”, ou seja, a real representação. Coisifica-se para retirar a caracterização humana e de modo ambivalente personalizado para ter um exemplo prático.

As universidades tornam-se o principal palco de confronto, uma vez que eram áreas de interesse dos movimentos sociais, que em sua pauta reivindicavam a ampliação do acesso, dos setores conservadores e o Estado, uma vez que acreditava que nela existia a chave para o progresso dentro dos moldes dessa nova estrutura autoritária:

A universidade, por sua vez, foi valorizada por parte do governo militar como uma peça chave para os seus planos de desenvolvimento e modernização do país. E para tal, primeiro era necessário fazer isso mesmo com as próprias instituições de ensino superior. Este era um sentimento partilhado por todos os setores da universidade, desde os progressistas radicais, até aos liberal-conservadores. Todos consideravam que era necessário potenciar a investigação, de modo que a universidade fosse capaz de gerar e disseminar conhecimento útil e necessário para o progresso nacional.²¹⁰

Os conflitos nesse espaço tornaram-se frequentes, um episódio que envolveu uma mobilização de estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) e que teve ampla cobertura jornalística exemplifica essa estratégia. Grande parte das repercussões da notícia dava conta de um levante comunista que se entranhava nos meios universitários, ou seja, um agente externo que tentava se infiltrar. Mesmo reconhecidos enquanto estudantes, eram classificados em uma categoria à parte e específica: “alunos comunistas”. Fato verificado na capa, veiculada no editorial *O Globo*, no dia 11 de janeiro de 1964, o que reafirma o destaque dado a esse acontecimento.

²¹⁰ HUERTA, José Luis Hernández. Representações dos movimentos estudantis brasileiros na imprensa diária durante o ano de 1968. *Revista História da Educação*, v. 22, n. 54, abr. 2018. p. 52.

Na mesma edição de GLO existem outras duas matérias dedicadas aos acontecimentos envolvendo a manifestação dos estudantes. A primeira matéria, intitulada “O Conselho Universitário resolveu fechar a FNFi por tempo indeterminado”,²¹¹ relata em tom alarmista os grandes problemas enfrentados pelo corpo docente e pelo diretório estudantil da Faculdade Nacional de Filosofia. Segundo a matéria, um grupo pequeno de alunos associados ao diretório acadêmico ocupou um dos anexos do prédio da faculdade e se recusou a sair causando uma série de danos às instalações do edifício.

Na matéria, contudo, não são reportadas quais eram as reivindicações do grupo de estudantes. Cita-se apenas que existe a pauta de dissolução do diretório acadêmico. Assim, não ficam claros os motivos que levaram os estudantes a essa mobilização, ao leitor é explicitado apenas que as ações do Diretório Acadêmico são altamente danosas, além de cooptar alunos dentro da universidade para formar uma base de apoio mediante o curso pré-vestibular oferecido pela instituição de ensino no qual são responsáveis pela contratação de professores

que darão as aulas, e ele o faz entre aqueles que têm formação marxista acentuada. Ora, estes professores vão impregnando nas mentes dos vestibulandos com as teorias comunizantes. Quando os alunos chegam ao primeiro ano da Faculdade, já estão preparados para continuar a missão de expandir as teses aprendidas nos cursos pré-vestibulares, e na sua inconsciência se tornam elementos da mais alta importância no processo de desmoralização do regime democrático.²¹²

Ante um cenário apresentado de forma tão caótica, a única solução sugerida seria suspender as aulas até que o clima de ordem fosse instaurado novamente. A solução para essas problemáticas poderia ter sido alcançada de maneira simples, mas houve, segundo essa construção narrativa da matéria, uma recusa por parte dos estudantes que ocasionou a continuidade do problema.

O assunto é novamente abordado em uma segunda matéria cujo título, “Prestes negou-se a interceder para que os comunistas da FNFi não agitem o meio universitário”,²¹³ aparece em letras garrafais com chamada na primeira página da edição.

Luís Carlos Prestes foi um dos principais líderes da esquerda no Brasil, presidente do Partido Comunista Brasileiro por mais de 50 anos. Iniciou sua trajetória pública enquanto era militar, durante o movimento conhecido como “Coluna Prestes”, em 1924, contra o governo de Artur Bernardes. Converteu-se ao marxismo após o movimento. Anos mais tarde,

²¹¹ O Conselho Universitário resolveu fechar a FNFi por tempo indeterminado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1964. Primeiro Caderno, p. 2.

²¹² **O Globo**, 11 de janeiro de 1964, p. 2. Primeiro Caderno.

²¹³ Prestes negou-se a interceder para que os comunistas da FNFi não agitem o meio universitário. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1964. Primeiro Geral, p. 7.

comandou o Levante Comunista de 1935. Com o fracasso desse movimento contrário ao Governo de Vargas, foi preso juntamente com sua esposa Olga Benário que era militante e grande atuante nos movimentos sociais. Olga, que era judia, foi entregue aos nazistas e assassinada morta em um campo de concentração, em 1942. Na ocasião estava grávida e sua filha, Anita Leocádia Prestes, nasceu na prisão da Alemanha. Prestes foi um dos principais líderes do movimento comunistas brasileiro, obrigado a viver na clandestinidade em 1947 uma vez que o PCB foi colocado na ilegalidade e, em 1964, com o advento do Regime Militar brasileiro. Em 1971, exilou-se na União Soviética, retornando ao Brasil apenas em 1979. Prestes faleceu em 1992, no Rio de Janeiro. O texto deixa bem expresso que a proposta do Conselho Universitário foi recusada pelos estudantes, a leitura desenvolvida sobre o acontecimento e a penalização ao principal líder do partido comunista brasileiro.

O GLOBO ☆ 11-1-64 ☆ Página 2

O Conselho Universitário Resolveu Fechar a FNFi Por Tempo Indeterminado

O CONSELHO Universitário, que se reuniu, ontem, das 12 às 17 horas, no gabinete do Reitor Pedro Calmon, resolveu determinar o fechamento da Faculdade Nacional de Filosofia por tempo indeterminado, até que volte a reinar um entendimento cordial entre professores, alunos e a administração da Faculdade. Decidiu, também, remeter à Comissão de Legislação do Conselho o problema das punições a serem impostas aos alunos que participaram dos últimos acontecimentos na escola.

Caberá ao Reitor Pedro Calmon executar as determinações do Conselho Universitário. Outra proposta apresentada na reunião foi a de fechar a Faculdade pelo prazo de trinta dias, até que fossem esclarecidos os principais detalhes e identificados os participantes mais destacados dos tumultos que ali ocorreram.

Dissolução

A proposta para a dissolução do Diretório Acadêmico não chegou a ser debatida na reunião, mas ficou assentado que também a Comissão de Legislação do Conselho, após estudar os fatos e a participação do DA em todos os acontecimentos da FNFi, elaborará um relatório, quando a matéria voltará novamente a ser discutida.

Ainda nesta reunião, o Professor Faria Göts falou cerca de duas horas sobre as vantagens da divisão da atual Faculdade Nacional de Filosofia em Faculdade de Ciências, englobando as cadeiras de Física, Química, Matemática e História Natural, ficando a Faculdade de Filosofia com as demais disciplinas.

Proposta

A maior parte dos professores catedráticos da FNFi não recebeu bem a proposta do seu diretor, entendendo que a simples divisão da Faculdade não é a medida ideal para solucionar

os graves problemas que vêm turvando a vida da escola, tornando-a palco de disputas ideológicas.

Estes professores asseguram, mesmo, que não é o grande número de alunos a causa preponderante dos desordens, e, sim, a indisciplina de uma minoria, principalmente dos ligados ao DA, o que somente poderá ser resolvido com medidas disciplinares muito severas. Argumentam, ainda, que a proposta, além de não resolver o problema, tem o inconveniente de criar outro, que é o da aquisição de novo prédio para a instalação da Faculdade de Ciências.

Ocupado

Enquanto isso, os alunos ligados ao DA continuam ocupando o anexo da Faculdade, e afirmam que somente estão dispostos a obedecer às ordens do presidente do Diretório Acadêmico.

A comissão de vistoria, por sua vez, ainda não entregou o laudo de suas observações sobre os danos que sofreu o prédio da Faculdade. Informou que o fará na segunda-feira. Enquanto a comissão não entregar o laudo ao Reitor, o prédio continuará guardado pelos soldados da Aeronáutica.

Pré-Vestibular

O Professor Ezequiel Viana acusou os cursos pré-vestibulares existentes na Faculdade como os principais responsáveis pela difusão e propagação das idéias subversivas que aos poucos estão empolgando todo o corpo docente da FNFi.

— Estes cursos — explicou — não são oficiais e funcionam sob a orientação direta do DA. Cabe a este contratar os professores que darão as aulas, e ele o faz entre aqueles que têm formação marxista acentuada. Ora, estes professores vão impregnando as mentes dos vestibulandos com as teorias comunistas. Quando os alunos chegam ao primeiro ano da Faculdade, já estão preparados para continuar a missão de expandir as teses aprendidas nos cursos pré-vestibulares, e na sua inconsciência se tornam elementos, da mais alta importância no processo de desmoralização do regime democrático.

Cortou e Usou Como "Tira-Gôsto" a Oreilha do Gato

RECIFE, 10 (O GLOBO) — José

Imagem 10: O Globo, 11 de janeiro de 1964, Primeiro Caderno, p. 2.



Imagem 6: O Globo, 11 de janeiro de 1964, p. 7.

A associação realizada pelo jornal carioca com a imagem de Prestes seguiu a exposição ao público de trechos do documento enviado a Prestes solicitando que interviesse para o fim desse movimento e a sua recusa sobre tal pedido. Além de trazer a carta enviada a Prestes na íntegra, o jornal deixa claro que a mesma foi compartilhada entre os meios de comunicação na tentativa de trazer a público a real faceta dos autores.

Ao fim da extensa apresentação das cartas trocadas entre o professor Sobral Pinto endereçadas a Prestes, ao ministro Abelardo Jurema e ao I Exército e da resposta de Prestes, o jornal faz uma chamada direcionada ao leitor intitulada “O que a Nação fica sabendo”. Abaixo a transcrição de um trecho da reportagem que é parte da carta do professor Sobral Pinto:

O que a Nação vai saber agora, através da documentação que ora estou divulgando, é que V. Ex^a e mais o Senhor Ministro da Educação e mais o Comandante do I Exército, colocaram a Política do Exército Nacional à disposição de estudantes comunistas que deliberaram, atrevida e petulantemente desacatar o diretor e professores da Faculdade por eles cursada. Depois desse episódio, nenhum chefe militar tem mais o direito de dizer amanhã ou depois, o País está livre do despertar sob o domínio de um regime de índole comunista. O que se passou na Faculdade Nacional de Filosofia não é apenas um episódio esporádico e insignificante, é pelo contrário, um acontecimento de alta e sombria significação, que mostra, de um lado a desagregação da hierarquia universitária e, de outro, a segurança que os elementos comunistas podem manejar, com a participação direta de ministro de Estado e de altos comandos militares das forças militares do País, para colocá-las à disposição daqueles que querem derrubar o regime republicano e democrático que ainda nos rege. Esta é a dolorosa e dramática lição dos acontecimentos de 30 de dezembro último que ainda perduram com todas as suas funestas consequências.²¹⁴

²¹⁴ O que a Nação fica sabendo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1964. p. 7

Finalizando assim a reportagem, o jornal não faz nenhum comentário sobre as cartas expostas e limita-se a destacar frases com que chamam a atenção do leitor para a visualização de trechos específicos. Em “O que a Nação Fica Sabendo” o jornal deixa clara a sua posição sobre o acontecimento.

Essas não foram as únicas matérias sobre a temática relacionada ao meio estudantil na edição do *O Globo* de 11 de janeiro de 1964. Também compoendo a capa lemos a manchete: “Professores dizem que o governo fala em educar enquanto comuniza o povo”, que imprime tom de alerta quanto à construção de uma atmosfera comunista por parte do próprio governo.



Imagem 11: *O Globo*, 11 de janeiro de 1964, p. 2.

O jornal faz isso trazendo trechos de três entrevistas, duas delas com profissionais da educação e uma do deputado Hamilton Nogueira, da UDN. Todos, em suas falas, demonstram preocupação com os rumos do que chamam de “educação ideológica”. O professor Gondim Neto, cátedra da Faculdade Nacional de Direito, chega a dizer que:

O plano de alfabetização do Governo Federal, com todas as inovações e atividades neste setor e em outros tem exclusivamente um fim: servir por todos os meios à comunização ou à cubanização do País. [...] Nenhum Ministério se acha mais anarquizado, no atual Governo do que o da Educação e Cultura [...] Não tenho dúvida de que, com o tal processo de alfabetização, o povo continuará tão ignorante como dantes, embora agitado por novas ideias deletérias e subversivas, que constituem na verdade, o verdadeiro resultado a ser alcançado pelo Governo. [...] Chegamos a um ponto em que é justo perguntar o que devemos fazer para que os “outros” não façam do Brasil aquilo que ele não quer que seja feito.²¹⁵

A constante construção de uma crescente ameaça comunista no seio dos ambientes educacionais também ganhou notoriedade nas mídias naquele momento. Notícias direcionadas à crítica do ensino básico também foram a público no dia 11 de janeiro de 1964. O jornal carioca não foi o único a retratar o acontecimento. Os diários paulistas OESP e FSP também reportaram. No entanto, empregaram um tom diferente, visto que ambas as edições

²¹⁵ Professores dizem que o governo fala em educar enquanto comuniza o povo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1964. Capa e p. 2.

são do dia 12 de janeiro, um dia após as matérias do *O Globo* terem sido divulgadas. Esse curto período foi suficiente para modificar o tom em ambas as construções jornalísticas.

A FSP dedicou três matérias ao assunto. A primeira, intitulada “(Calmon): Enquanto houver baderna, não se abre a FNFi”, aborda a escolha da instituição de fechar as dependências da Faculdade para tentar conter o movimento gerado pelos estudantes que estavam insatisfeitos com a possível presença do governador Carlos Lacerda em um evento. A justificativa para essa medida extrema foi feita através de uma nota que procurava ressaltar o clima “subversivo” nas dependências universitárias:

O conselho Universitário decide: 1) fechar a Faculdade Nacional de Filosofia até que se restabeleça, em sua plenitude, o clima de tranquilidade e respeito necessários ao seu funcionamento normal. 2) reafirmar a sua decisão inabalável de resistir a todas as tentativas e processos de envolvimento da Universidade do Brasil em disputas político-partidárias e em conflitos ideológicos.²¹⁶

Como fez o *O Globo*, também a FSP reafirmou que a medida só foi necessária porque não se conseguiu selar um acordo com os estudantes. Ao final da mesma matéria, o jornal paulista afirma que a universidade será reaberta na semana seguinte, mas não será possível a presença de Carlos Lacerda na cerimônia de formatura de que ele participaria.

Outra matéria, “FNFi: Sobral Pinto critica Abelardo Jurema”,²¹⁷ presente na mesma página da matéria acima, apresenta-se diferente da construção da matéria de *O Globo*, que possuía mais um forte apelo ao leitor e uma exposição de conversações privadas ao apresentar as cartas na íntegra. A matéria da FSP apresenta a síntese da crítica de Sobral Pinto ao ministro e ao Exército segundo a qual, pelo que se lê, compactuavam com “acontecimentos de sombria significação”, enfatizando também a recusa de Prestes em intervir na mobilização.

A segunda matéria, presente na mesma edição, recebeu o título de “Estudantes e Agitação” e se trata de uma coluna de opinião na qual foi retratada em tom de pesar e temor a realidade das universidades brasileiras. Os professores são acusados de exercer um papel de doutrinação modificando a funcionalidade da universidade e passando, inclusive, por operações tendenciosas por parte do governo onde:

Nos últimos tempos, entretanto, o fenômeno se agravou. Alguns ministros da Educação tentaram fazer da mocidade estudantil uma brigada a serviço do comunismo ou pelo menos da desintegração nacional. Pegaram em termos indiscutivelmente antidemocráticos e levaram para congressos estudantes, patrocinados e organizados praticamente pelos governo, a semente da radicalização esquerdista.²¹⁸

²¹⁶ (Calmon): Enquanto houver baderna, não se abre a FNFi. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 12 de janeiro de 1964. Primeiro Caderno, p. 3.

²¹⁷ FNFi: Sobral Pinto critica Abelardo Jurema. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 de janeiro de 1964. Primeiro Caderno, p. 3.

²¹⁸ Estudantes e Agitação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 de janeiro de 1964. Primeiro Caderno, p. 4.

FNFi: Sobral Pinto critica Abelardo Jurema

RIO, 11 (FOLHA) — Respon-
dendo à nota com que o sr. Abe-
lardo Jurema comentou, pelos
jornais, a carta que enviara so-
bre os acontecimentos do dia 30
na Faculdade Nacional de Filo-
sofia, o prof. Sobral Pinto fez
severas críticas à atuação dos
ministros da Justiça e da Edu-
cação e ao comandante do I
Exército, acusando-os de colabo-
rarem num acontecimento de
"sombria significação".

Na carta de oito laudas datilo-
grafadas que enviou ao sr.
Abelardo Jurema, o prof. Sobral
Pinto revela ainda que o sr. Luís
Carlos Prestes se recusou a aten-
der a um apelo que ele, Sobral
Pinto, lhe fez, para que orien-
tasse os alunos esquerdistas da
FNFi para que não desrespeitas-
sem a lei, impedindo a forma-
tura dos seus colegas de jorna-
lismo. Segundo a carta, o sr.
Carlos Prestes se negou a im-
pedir a atuação dos estudantes por
considerá-la "parte das profun-
das contradições sociais em nos-
so país".

Imagem 12: Folha de S. Paulo, 12 de janeiro de 1964, Primeiro Caderno, p. 3.

Estudantes e agitação

Atemos, na decisão de fechamento da Faculdade Nacional de Filosofia, do Rio, por tempo indeterminado, partida do Conselho Universitário, uma consequência natural do processo de utilização dos estudantes como elementos de agitação política.

Não é de hoje que esse processo se vem desenvolvendo. Conhecido educador, que aqui esteve observando nossa vida universitária e profissional, escreveu com muita surpresa e respeito desse desvio dos estudantes de suas tarefas para as de utilização da escola e da universidade como centros políticos.

Infelizmente os mestres têm, no caso, grande parcela de culpa, porque muitos deles, esquecendo sua missão educativa, têm feito de suas cadeiras verdadeiras tribunas de pregação política. E quem percorrer, atenciosamente e procurando chegar às raízes, as muitas crises que nas universidades têm sido aparentemente criadas pelos estudantes encontrará como causa delas seja a omissão dos mestres seja a sua participação desorientadora.

Nos últimos tempos, entretanto, o fenômeno se agravou. Alguns ministros da Educação tentaram fazer da mocidade estudantil uma brigada a serviço do comunismo ou pelo menos da desintegração nacional. Pregaram em termos indistintamente antidemocráticos e levaram para congressos de estudantes, patrocinados e organizados praticamente pelo governo, a semente da radicalização esquerdista. Chegaram mesmo a preconizar a união de estudantes, sargentos e suboficiais e camponeses para implantar no Brasil as reformas de que muito se tem falado ultimamente, sem que se lhes haja dado qualquer conteúdo.

Na Faculdade Nacional de Filosofia, ao que se informa, deixou de existir clima de tranquilidade e respeito. É lamentável que tal aconteça. Como é lamentável que o Conselho Uni-

versitário tenha de declarar que resistirá às tentativas de envolvimento da Universidade do Brasil em conflitos ideológicos.

Vale a pena, mais uma vez, repetir que, sem negar aos estudantes o direito e o dever de participação ativa na vida política do país, é preciso que se separe essa atividade política da escolar. A Universidade existe para cultivar livremente todas as manifestações do pensamento e para transmitir às gerações mais novas o legado de sua cultura e de conhecimento técnico especializado que seus mestres devem representar.

Essas atividades, de pesquisa e ensino, exigem, porém, enorme dedicação, tanto dos professores quanto dos alunos, aos seus trabalhos escolares. Não podem ser perturbadas pelo clima de agitação, que bem se pode dizer criminosa, daqueles que preferem ver, na mocidade que estuda, ou que deve estudar, uma simples força política, na mão de políticos ambiciosos ou de habéis agentes da desordem.

Bem pouco adiantará criar a multidão de escolas superiores que o governo federal vai erigindo por todo o país, com ou sem propósito, e à custa de pesado tributo pago por uma grande massa que pouco se beneficia diretamente de qualquer escola, se desse trabalho se colherem, tão frequentemente, frutos tão apodrecidos como os que representa a agitação política dentro das escolas.

Inflação se vence com trabalho e aumento da produtividade. Também nas escolas é preciso muito trabalho e muito esforço que vise a uma produtividade maior. Que disso se capacitam não apenas o governo, mas também os conselhos universitários e todos os órgãos dirigentes das universidades, assim como os estudantes.



Imagem 13: Folha de S. Paulo, 12 de janeiro de 1964, Primeiro Caderno, p. 4.

Ao fim da matéria, admite-se a possibilidade dos jovens terem uma participação política, mas que não deveria ser realizada da maneira como foi feita na Faculdade Nacional de Filosofia, sendo a universidade livre para apresentar as correntes políticas. Ao terminar com a seguinte observação: “liberdade política sadia” o jornal deixa claro que o direito à participação política seria então apenas aquele que representasse os anseios da direita brasileira.

Na mesma edição, páginas depois, na *Ilustrada*, lê-se uma narrativa acerca da importância da universidade na construção da cultura, “A Universidade e a cultura brasileira”. O texto, assinado pelo escritor e crítico literário Tristão de Ataíde, fala da influência exercida pela universidade na sociedade e ainda defende a tese de que à ela cabe a propagação da cultura:

Universidade tem por finalidade suprema investigar e transmitir a Cultura Geral. [...] Não nego a existência de quatro finalidades concomitantes na função universitária: a transmissão do saber adquirido pelo ensino; a especialização profissional; a investigação pessoal ou pesquisa e a cultura geral. Cada uma dessas três não terá caráter universitário, se não receber esse complemento fundamental da formação cultural.²¹⁹

O autor reforça, portanto, a ideia de que há necessidade de verificar de modo mais próximo a realidade presente nas universidades brasileiras, já que ela seria em grande medida responsável, não apenas pela formação de profissionais, mas pelo futuro cultural da nação.

Em OESP, a única matéria sobre o assunto adotou um novo tom, “Estudantes abandonam o prédio da FNFi”,²²⁰ como a dizer: “já passou, tudo acabou bem”.

A matéria apresenta uma realidade já diversa daquela mencionada por *O Globo* e FSP. OESP parece preocupado em informar que o movimento foi contido e não houve necessidade do emprego de força. Nela ainda não há a associação dos estudantes a comunistas. Dos três jornais analisados, OESP é o único que não faz essa associação. No entanto, silenciou-se ao não retratar as reivindicações dos estudantes nesta edição.

²¹⁹ Ataíde, Tristão de. *A Universidade e a cultura brasileira*. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 de janeiro de 1964. *Ilustrada*, p. 4.

²²⁰ *Estudantes abandonam o prédio da FNFi*. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 de janeiro de 1964. Primeiro Caderno, p. 4.

Letras e Problemas Universais

A Universidade e a cultura brasileira

QUAL o papel da Universidade nessa formação de uma cultura brasileira, baseada nas linhas essenciais de nossa tradição histórica, nas experiências luso-brasileiras de nossa realidade nacional, na participação de nossa cultura no movimento universalista de que somos cada vez mais participantes e em nossa projeção para o futuro?

Reportando-nos ao que de muito conhecemos, a função própria da cultura é a passagem da informação e formação, da instrução à educação, do educando ao educado, tanto no sentido individual como no sentido social. Essa passagem se opera em todos os graus de desenvolvimento da personalidade e da sociedade. Não, portanto, uma tarefa puramente na plana primária, como se muitas vezes se supor e universalizar. A tarefa cultural não é privilégio da Universidade, é concomitante com todas as fases e tipos de educação, inclusive a chamada imprimeiramente profissional.

O que se pode dizer é que nos estágios pré-universita-

ria e que ocorre é também uma pré-cultura, no sentido intelectual comparado. Pois no sentido moral essa dimensão intelectual é secundária. O saber não tem o fim em si e a marca da soberbia, contudo quando se trata de conhecimento que é seu domínio um caminho para a sabedoria, é o poder, que é quase sempre um perigo sério...

Em todos os estágios anteriores há uma função informativa e uma função formativa e portanto cultural. No estágio primário referimo-nos ao discernimento tanto da informação como da formação. No estágio médio, mediante os instrumentos desta dupla finalidade. No estágio superior ou universitário referimo-nos ainda ao discernimento, de uma e outra, marcados pelas três questões fundamentais que formam a base da instituição universitária: a verdade, a humanidade e a universalidade.

Permiti que vos diga o que há alguns anos tivemos ocasião de escrever a propósito desse triplo aspecto da verdadeira espírito universitário.

TRISTÃO DE ATAÍDE

«Universitas, como a própria etimologia da palavra nos indica, supõe a ideia de toda unidade na variedade, mas não uniformidade. O que a Universidade de tipo ocidental nos apresenta, como unidade de espírito, é apenas a sua contração como uniformidade, estereotipagem, negação da liberdade. A verdadeira unidade universitária consiste no agrupamento orgânico dos estudos, segundo uma harmoniosa teoria de valores. É um processo geral de evolução, baseado sobre a natureza das coisas, classificando as áreas de conhecimento segundo uma ordem ascendente, na medida do alargamento do seu conteúdo material e espiritual, mas tendo sempre como norma fundamental a busca da verdade. Não se trata de modo algum, a autonomia de cada estado ou de cada grupo de estados. No prelo da Universidade de Harvard está escrita uma só palavra. Não esta palavra refere realmente a ciência da espécie universitária: Veritas. Universitas também não pode comunidade. É a vida em comum de alunos e professores das diferentes faculdades, não com os outros e de todas com o meio social. Muito moderno é o termo internacional. Individualismo, particularismo, regionalismo, nacionalismo, parochialismo, claudismo — tudo isso está fora do verdadeiro espírito universitário... A vida universitária não é mera coexistência e muito pouco simples paralelismo de escolas, professores e estudantes. Deve ser uma existência orgânica. Deve ser uma comunidade de estudantes e professores, de ciência, de filosofia, de tecnologia, de belas-artes. Deve ser, ao mesmo tempo, educativa e prática, científica e literária, especializada e de cultura geral, dedicada tanto à pesquisa como ao ensino, à transmissão do passado e à procura do futuro, ao espírito crítico e ao espírito criador, autonomia e, ao mesmo

tempo, integrada na vida do povo, dentro e fora das fronteiras. Deve ser, em suma, essencialmente comunitária. Finalmente, como Newman tão justamente se refere, a vida característica de uma Universidade é a sua universalidade. A Universidade deve ser, naturalmente, dividida em várias faculdades, pois sua essência é ao mesmo tempo de especialização e de generalização. Se a especialização, estritamente, predominar de modo exagerado, desaparece o próprio espírito universitário. Se a generalização, pelo contrário, se confundir com a particularidade, como há de ser sempre, também se perde o espírito universitário. Tanto uma como outra são essenciais à configuração de uma verdadeira Universidade. Mas se passo que a especialização é uma condição anterior à vida universitária, a generalização é a própria essência da Universidade, cuja finalidade é dar corpo e vida ao conhecimento, desde os níveis até à transcendência. A Universidade tem por finalidade expressa investigar e transmitir a Cultura Geral. (O Espírito universitário. Agr. Esp., 1954, pag. 1810).

Como se dizamos desde tempo que tomamos a liberdade de vos comunicar, a função universitária é propiamente cultural. Não nega a existência de questões finalísticas concomitantes na função universitária: a transmissão do saber adquirido pelo aluno; a reconstrução profissional; a investigação pessoal ou coletiva e a cultura geral. Cada uma das três pessoas citadas, anteriormente, não tem caráter universitário, se não receber este complemento fundamental da formação cultural, tanto do futuro

como do meio. A Universidade é guardã e transmissora do saber adquirido. O ensino de é concomitante. Sem esse processo de vida é essencialmente preservadora do passado. Também prepara ao aluno caminhos para a vida profissional especializada. Sua função, nesse sentido, é programática. E por via própria procura ligar ao espírito, ao meio social, às necessidades locais, ao ritmo do mundo contemporâneo, à vida cotidiana. É uma instituição, portanto, eminentemente participativa. Deve levar ao conta, por exemplo, as particularidades dos planos culturais e das áreas culturais, de nossa civilização, como anteriormente procuramos indicar. E com isso permite aos seus alunos ignorar a Universidade à sua vida particular. Como ligar, à vida pública nacional e internacional, a situação de ocorrência de uma verdadeira situação com plano atemporal. Não nega, tampouco, que a universidade é um instrumento de pesquisa científica, em todos os terrenos, preparando especialistas e alargando o domínio dos conhecimentos. Nesse ponto a Universidade é pioneira e avanguardista. E por sua instituição e departamentos especializados transmite de muitas a tarefa preservadora e orientadora do ensino. Sua vida se volta, então para o futuro e não para o passado.

Mas que vida de tudo isso se não fosse a finalidade própria da Universidade, a função cultural, tanto em relação à própria tradição como em relação à nacionalidade e à civilização universal?

Essa função avanguardista, avulsidade, avulsidade, em suma, está sempre de natureza, que transcende o saber e a pesquisa, é que constitui a dignidade e a finalidade da instituição universitária. É de que se trata a função da Universidade de fazer parte de nossa evolução cultural.

Os estudantes abandonam o anexo da FNF

RIO, 11 ("Estado") - Os estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia resolveram abandonar o anexo do estabelecimento às primeiras horas de hoje. A decisão dos representantes foi tomada depois de várias reuniões mantidas com o reitor Pedro Calmon, o diretor da Faculdade, prof Faria Gues, e representantes dos ministros da Justiça e Educação.

A comissão chefiada pelo reitor Pedro Calmon parliamentou por quase 24 horas com o diretório acadêmico da FNF. Alguns alunos não concordaram, de início, com a decisão dos seus representantes, mas depois de algumas discussões resolveram acatar a ordem e abandonar a faculdade.

SEM INCIDENTES

A saída dos estudantes do anexo da FNF verificou-se sem qualquer incidente. De início, contudo, pensava-se que, em virtude da determinação do diretório acadêmico, de não abandonar a faculdade, seria necessário o emprego da força. O reitor Pedro Calmon já havia, inclusive, avisado ao ministro da Justiça que solicitaria o auxílio de tropas federais.

O diretor da FNF, prof Faria Gues, disse que não concordou com a decisão do Conselho Universitário, de fechar a Faculdade Fundamental, seu ponto de vista no fato de a congregação do estabelecimento não se ter reunido para analisar a questão. O fechamento sumário da FNF, segundo ainda o sr Faria Gues, não resolveria qualquer problema, visto que na sua reabertura o diretório acadêmico voltaria a dirigir os estudantes da mesma maneira.

Apenas um soldado da Aeronáutica monta guarda à porta do anexo da Faculdade Nacional de Filosofia, para evitar qualquer tentativa de invasão da estrutura.

Imagem 15: O Estado de S. Paulo, 12 de janeiro de 1964, Primeiro Caderno, p. 4.

A construção de um ambiente pautado no medo através da constante inserção da percepção do comunismo como um mal dentro das esferas educacionais também é observável nas notícias dentro do âmbito internacional. É o caso da matéria “Equador reprime o governo de tentativa de subversão”²²¹ em que é possível perceber a necessidade de adoção de medidas enérgicas por parte do governo para reprimir uma onda de “subversão” dentro da universidade, enfatizando que aqueles problemas não estavam acontecendo apenas em solo nacional, como fora retratado no episódio da FNFi, no mês anterior.

Tais questões revelam a tentativa de potencializar o clima do medo na sociedade através de narrativas anticomunistas que visavam apresentar as reivindicações estudantis como fruto da suposta presença comunista em solo brasileiro. Para tanto, foi importante o apoio das grandes mídias para propagar a um grande público essas narrativas. A reivindicação dos estudantes passou então a ser interpretada como resultado de uma crescente influência do pensamento comunista, e a exposição das necessidades e das pautas dos estudantes não foi considerada. Assim, os jornais simplesmente se utilizam de suas manifestações não para noticiá-las, mas para evidenciar a retórica já presente na sociedade brasileira: a de existe um “processo comunizante” dentro das esferas educacionais sob apoio inclusive de meios governamentais. Uma vez que vemos a presença de um movimento anticomunista em solo brasileiro desde 1917.²²²

No cenário pós-golpe a educação continuou sendo território de disputa e terreno de criação de narrativas dentro da lógica do inimigo interno. Logo nos primeiros meses do regime há a publicação de editoriais que apresentam histórias e fatos do governo Jango buscando evidenciar “rastros comunistas” na educação, através de personalidades importantes dentro do cenário educacional, como é o caso retratado em “O reitor recebe a comunista”, editorial publicado pelo *O Globo* no dia 09.05.1964, a mensagem passada ao leitor em seu título é clara e sem floreios, existe uma presença comunista em contato com o mais alto grau hierárquico de uma universidade. A “Comunista” em questão era a historiadora Maria Yedda Linhares, conhecida por sua luta em dinamizar o ensino acadêmico superior e o apoio à cultura. Foi duramente perseguida pelo regime desde seus primeiros meses de instauração, fato este observado neste editorial publicado pouco mais de um mês após o golpe. Uma vez que Maria Yedda, em sua atuação na rádio MEC, utilizou-se desse espaço para levantar e

²²¹ Equador reprime o governo de tentativa de subversão. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 2 de fevereiro de 1964, p.11.

²²² Conf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 372p. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

apresentar pautas culturais, fato este que incomodou os agentes do Estado e apoiadores do regime, como podemos verificar no editorial que apresento abaixo, na íntegra:

São muitos os casos de conluio e de ativa participação no processo de entrega do Brasil ao comunismo internacional - que se vinha fazendo com a convivência do Governo deposto - que ainda não foram corrigidos pela revolução vitoriosa. São muitos, mas, esperamos, não se eternizaram. Pois como compreender que aqueles que vendiam a Pátria e que se colocaram em linha de agressiva participação antidemocrática não venham a encontrar a justa correção dos seus atos criminosos?

Estas considerações vêm a propósito de uma das figuras que mais tristemente se notabilizaram na tumultuada vida do Governo que se foi. Referimo-nos à Sra. Maria Ieda Linhares, guindada à direção da Rádio Ministério da Educação e Cultura por ato de um dos mais irresponsáveis titulares que ocupavam aquela Pasta - O Sr. Paulo Tarso. Sob a direção da Sra. Maria Ieda Linhares a rádio que Roquete-Pinto criou e fundou “pela cultura dos que vivem em nossa terra, pelo progresso do Brasil”, passou a ser um dos focos de agitação pelego-comunista mais em evidência, desvirtuando-se de sua missão cultural e aplicando-se a fundo na satisfação dos apetites subversivos que se localizavam de forma acintosa no MEC de então.

A Sra. Maria Ieda Linhares passada a revolução, esteve alguns dias desaparecida, mas já reapareceu. Já recebeu o seu ordenado no Ministério da Educação e já foi vista em palestra com o Magnífico Reitor Pedro Calmon da Universidade do Brasil, que a recebeu em seu gabinete, talvez muito pressuroso de revelar mais um lance de sua celebrada isenção de espírito. Acreditamos que a ex-diretora comunista da Rádio Ministério de Educação e Cultura não foi levar ao Magnífico Reitor o relatório de sua direção desastrada à frente daquela rádio oficial, num subsídio à história futura dos tempos atuais que o Reitor poderá escrever. Estamos certos, entretanto, que o seu tranquilo reaparecimento - no guichê do Ministério e no gabinete do Reitor - alertará lembranças esquecidas e concitará à adoção de medidas necessárias e urgentes.²²³

A professora Maria Yeda Linhares, em entrevista concedida em 1992, à revista *Estudos Históricos*, deixou claro que nunca teve filiação partidária e que na realidade os próprios membros do Partido Comunista a olhavam com desconfiança por ter estudado nos Estados Unidos, fato que assegura mais uma vez o esvaziamento do termo “comunista” atrelando a todos os que se colocavam de algum modo como oposição do governo como “comunistas”. Na mesma entrevista ela retrata a sua experiência na Rádio e a sequência de acontecimentos gerados pelo Regime Militar nos momentos pré-golpe, o que nos mostra as tensões causadas pela sua presença à frente da Rádio, ao responder a pergunta: “A Rádio MEC tinha algum envolvimento político naquela época?”:

Tinha sim. Por que é que Carlos Lacerda ficou tão meu inimigo, a ponto de dizer que a anarquia no Brasil se devia, entre outras pessoas, a Maria Yedda Linhares? Porque eu desmontei todo o mecanismo de atuação política dele na Rádio MEC. Quem estava lá, e saiu quando eu entrei, era o Murilo Miranda, pessoa dele. O jornal da rádio era altamente vinculado à preparação do golpe, e isso eu descobri logo. José, meu marido, percebeu que a rádio estava a serviço de um clima de guerra psicológica e escreveu um documento magistral sobre isso. Mostrou a várias pessoas em Brasília, mas ninguém deu bola. Eu então desmontei a igreja dos golpistas. A rádio passou a ter um jornal de uma hora ao meio-dia e outro de uma

²²³ O reitor recebe a comunista. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 de maio de 1964, Geral, p. 1.

hora à meia-noite, uma maravilha. Quem coordenava era Décio Leal Pereira de Sousa, conhecido como Décio Luís. Era o melhor jornal de rádio que havia, pedagógico, com tudo muito bem redigido. Quando Lacerda inaugurava aqueles viadutos dele, nós dizíamos com que recursos: tanto do governo federal e tanto de bancos internacionais, a juros de tantos por cento durante tantos anos. Não havia um centavo posto pelo governo Guanabara. Desmontávamos as jogadas políticas de Lacerda, mostrando que ele estava fazendo badalação com dinheiro de fora e endividando o Estado. É claro que ele fez boas obras. Mas quando fazia propaganda, mostrávamos a realidade histórica. Ele passou a me odiar. Era o governador aqui, mas a rádio era do Ministério da Educação. Só quem podia dar ordens lá dentro eram o ministro e o presidente da República. Nunca aceitei a intromissão de mais ninguém.

Quando houve o golpe de 64, eu liguei a rádio à cadeia da legalidade. Só saí de lá quando os militares tiraram a rádio do ar. Vim para casa, José tinha fraturado o colo do fêmur, não podia andar, e decidi levá-lo para uma casa de saúde, porque eu não sabia o que ia ser da minha vida. Chegando ao hospital, meu médico, Helson Cavalcanti, me deu uma injeção muito forte para dormir. Quando acordei, no dia seguinte, ouvimos no rádio de pilha que Eremildo tinha assumido a Rádio MEC. Ele entrou lá com agentes do DOPS e um grupo de estudantes armados, com caminhonetes esperando embaixo. Disse à minha secretária, Sandra Ribeiro da Costa, que tinha vindo tomar a rádio em nome do alto comando revolucionário, mas ela se recusou a entregar sem uma ordem escrita. Telefonou para o pai, Orlando Ribeiro da Costa, que era ministro do Superior Tribunal Militar, e ele foi imediatamente para lá. Exigiu o documento escrito, que Eremildo afinal providenciou, e percorreu a rádio com ele para fazer a entrega. Passado um tempo, um jornalista do *Globo* veio me perguntar o que tinha acontecido afinal na Rádio MEC. Porque Eremildo tinha telefonado para lá avisando que ia tomar a rádio e passar em primeira mão o material subversivo encontrado, mas depois não tinha entregado material algum. Eu disse: “Não entregou porque o material subversivo estava nas caminhonetes lá embaixo, e ele não pôde colocá-lo lá em cima porque a entrega da rádio foi feita com testemunhas.”

Foi essa a história da tomada da Rádio MEC, que ficou célebre. A partir daí fui alvo de inúmeras investigações, se não me engano foram sete IPMs. Fui muito perseguida, foram os momentos mais difíceis da minha vida. Pouco depois do golpe, o governo inglês me convidou a visitar a Inglaterra, para conhecer várias instituições. Devia partir em setembro, para Londres, por um mês, e depois Paris, por um ano, mas só consegui ser liberada de um IPM uma hora antes do embarque. Nem a mala eu fiz. Foi muito bom na Inglaterra, e na França dei aulas no Instituto de Altos Estudos da América Latina, participei dos seminários do professor Braudel, e tive a excelente companhia da professora Célia Freire. Tive também o primeiro contato com a Universidade de Toulouse. Foi muito interessante, mas eu estava muito deprimida. Depois me convenci de que tinha que sair daquele estado e voltei para o Brasil animadíssima, em agosto de 1965. Aí retomei meu trabalho na Faculdade de Filosofia, mas moderadamente. Depois de uma interrupção de dois anos, tudo havia se desmontado muito. A cadeira nunca mais foi a mesma.²²⁴

Outro nome que aparecia nas páginas de editoriais relacionados à Educação era o do governador do estado de São Paulo, Adhemar de Barros, acusado de ligação comunista e culpado pela “Revolução” não apresentar tantas vitórias em solo paulista. Fato importante é destacar que Adhemar foi ferrenho defensor do Golpe de 1964, articulando-se com os outros governadores juntamente com Lacerda para a retirada de Jango do cargo de Presidência da

²²⁴ Entrevista com Maria Yedda Linhares. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 232-233. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1946/1085>. Acesso em: 7 jan. 2023.

República, com a extinção do pluripartidarismo que sua postura altera, uma vez que começa a perder espaço no cenário político, passando a tecer críticas ao regime, culminando na cassação de seus direitos político em 1966. Nesse sentido, o editorial estaria relacionado ao processo de desarticulação da figura de Adhemar. No editorial publicado em 12 de junho de 1966 por OESP, “A educação em S. Paulo e a revolução”, relaciona-se a sua figura com os rumos da educação e para além disso, comemora-se a sua saída uma vez que “A Revolução, só agora tem oportunidade de chegar ao nosso Estado”:

A presença do Sr. Ademar de Barros à frente do governo de S. Paulo, até há poucos dias atrás, impossibilitava, nesse Estado, a realização de qualquer objetivo revolucionário, ligado aos ideais do movimento de março de 1964. Feita para combater a corrupção e a subversão comunista, a Revolução de março não poderia dar frutos num Estado em que a corrupção campeava, governado por um administrador ímprobo, sem ideais ou convicções. O próprio combate à subversão, para essa lamentável figura, só poderia ser um pretexto, afinal, não fossem os comunistas e o Sr. Ademar de Barros teria sido alijado da vida pública desde 1917, pois foi nesse ano que, com o apoio negociado dos asseclas de Moscou, se guidou pela primeira vez à governança do Estado que já maltratara como interventor da ditadura.²²⁵

No mesmo editorial vemos o valor atribuído à educação e qual seria a sua funcionalidade nessa nova organização social, além da esperança de agora “[...] levar os ideais revolucionários para o domínio do ensino paulista”:

Obviamente, o sr. Abreu Sodré, que é um revolucionário, deverá formular uma sadia política de educação democrática para o nosso Estado, na qual deverá estar integrado o Conselho Estadual de Educação. Essa política, estamos certos, estará desvinculada de pequenos interesses extra-educacionais e visará a expandir equilibradamente o nosso sistema de ensino, resolvendo de vez o problema da escola primária, melhorando substancialmente a escola média e reformulando a orientação do ensino superior, dando-lhe os meios necessários para cumprir o seu papel insubstituível de formador das elites intelectuais e técnicas.²²⁶

Há editoriais que buscam apresentar a “grandeza” que estava sendo construída na educação ante o “passado desordeiro e de colapso” que existia antes do golpe militar, fato apresentado no editorial “Educação e Planejamento”, de OESP, em 14.02.1965, sobre as novas regras orçamentárias para a educação. A matéria apresenta os avanços e mais do que isso, a reorganização criada para aprimorar o sistema educacional brasileiro:

[...] Esta triste situação é o resultado do descaso crônico com que os problemas do ensino foram tratados nas sucessivas administrações do período republicano. A obra que agora se impõe ao governo revolucionário não é apenas de reconstrução, mas sim, no sentido exato do termo de autêntica construção do sistema escolar.²²⁷

²²⁵ A educação em S. Paulo e a revolução. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 de junho de 1966, p. 3.

²²⁶ *Ibidem*.

²²⁷ Educação e Planejamento. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 de fevereiro de 1965, p. 3.

“Desenvolvimento científico” foi publicado pela FSP no dia 09 de maio de 1965, seguindo a mesma linha de avanço e problemas passados gerados pela política na educação. O editorial apresenta a necessidade de se consolidar o poder científico do país uma vez que isso estaria relacionado ao desenvolvimento da nação: “[...] Tema importante esse, porque ninguém hoje admite verdadeira soberania política sem ciência e tecnologia e porque a ciência brasileira se acha em vários de seus setores ferida pelas incompreensões dos que pretenderam misturar ciência e política.”²²⁸. Além dessas questões abordadas no ano de 1965, há um chamado para o diálogo entre as instituições educacionais e o governo, há editoriais que criticam as ações extremadas do governo e pede-se para olhar com atenção para as necessidades e ações das Universidades para que o desenvolvimento seja efetivo.

As críticas em relação às posturas adotadas pelo regime são presente, mas as mesmas não eximem a existência da ameaça comunista, fato que pode ser observado no editorial de 09.01.1966, de OESP, intitulado “Que se preserve a Revolução”, onde o jornal coloca se contrário a decisão de Castelo Branco em modificar o ministro da educação, mostrando o não alinhamento total do jornal ao regime mas ao mesmo tempo frisa novamente as “amarras comunistas” e os avanços no combate a essa ideologia:

[...] De um lado, com efeito, impunha-se a reformulação, na sua quase integridade, dos problemas educacionais do País, agravados tanto pela incompetência quanto pela má fé do situacionismo subversivo apeado pela Revolução do Poder; e urgia, de outro, dismantelar a perigosa e poderosa máquina subversiva instalada pelo extremismo esquerdista nos meios universitários e cuja deletéria influência vinha fazendo sentir sobre toda a nossa mocidade estudiosa. Todo o nosso futuro como sociedade democrática dependia desse trabalho renovador e saneador, pois nada se poderia esperar de um País obstinado na desfiguração do ensino e empenhado no envenenamento da mentalidade juvenil com doutrinas e ideologias alienígenas em choque com as tradições nacionais e contrárias às naturais aspirações populares. Pois bem, foram dessa ordem os problemas que o Sr. Suplicy de Lacerda enfrentou e nenhum favor lhe faremos, reconhecendo a energia com que os atacou e a lucidez com que os resolveu ou com que encaminhou a solução. A extinção da UNE como sociedade civil, depois do seu dismantelamento como entidade representativa da juventude universitária, foi o último e grande serviço que lhe ficamos a dever. [...] Tememos que a paixão da política, sempre avassaladora, não se limite a perturbar a continuidade revolucionária, indo além e anulando até mesmo o pouco que revolucionariamente até agora se fez. Seria esta uma evolução desastrosa em especial nos negócios da pasta da Educação e Cultura. Só nos resta esperar, assim, do descortino que porventura demonstre neste campo o novo ministro da Educação, que alcance o significado da obra já realizada, sobretudo na Universidade de Brasília, e a preserve da destruição.²²⁹

“Que se preserve a revolução” traz o desfecho de tensões prévias existentes do ocupante do cargo de ministro da educação e a sua empreitada que buscava a extinção da

²²⁸ Desenvolvimento científico. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 de maio de 1965, p. 3.

²²⁹ “Que se preserve a Revolução”. **O Estado de S. Paulo**, 9 de janeiro de 1966, p. 3.

UNE. No dia 12.12.1965 OESP havia publicado o editorial “Caminho errado” onde defendia a atuação do então ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, e colocava-se contra as falas do ministro da Justiça, Luis Vianna Filho, que chamava a atenção para estabelecer um diálogo com a UNE e principalmente ouvir a classe estudantil. De modo que é possível verificar que há uma fidelidade aos preceitos defendidos pelo jornal que apresenta a pauta da educação com frequência mas busca a sua “descomunização” colocando-se em algumas vezes em leve tom crítico aos rumos do governo.

As denúncias com o infiltração comunista na educação não param por aí, mesmo após o golpe e durante o regime há várias matérias dentro dessa temática, o meio universitário torna-se um dos principais palcos narrativos dos problemas “comunistas” relacionados a educação.

Além do alarmismo, agora com os editoriais enaltecem as atitudes bem tomadas pela “revolução”, os ganhos e acertos na busca da “descomunização” das universidades, como podemos verificar em “O governo e a Universidade de Brasília, editorial publicado por OESP no dia 08.10.1967:

A Universidade de Brasília, todos estão lembrados, passou por uma crise terrível depois da Revolução de 31 de março de 1964. Assentada em bases fictícias, instrumento que fora dos desígnios do governo Goulart e, particularmente, da pregação ideológica do Sr. Darcy Ribeiro, ela vivia da propaganda comuno-goulartista, que teimava em apresentá-la como algo de notável e inusitado. Numa série de reportagens publicadas por esta fôlha em fevereiro de 1966, mostramos como toda essa propaganda era falsa e como, na realidade, só depois do movimento de março, mais particularmente a partir da gestão do reitor Laerte Ramos de Carvalho, aquela instituição começou a tomar forma de universidade. Para isso, foi necessário que o reitor Ramos de Carvalho enfrentasse a resistência organizada dos que não se conformavam com a queda do comuno-goulartismo e que preferiam o fechamento da instituição à sua transformação em universidade; voltada agora para o ensino e a pesquisa e não mais para a propaganda ideológica, primária e deletéria. O reitor enfrentou a indisciplina e, aos poucos foi dando uma nova fisionomia à vida da Universidade. Hoje, em lugar dos mil e poucos alunos que a instituição contava em 1965, ela abriga mais de quatro mil. Já não se trata de uma pequena “soi-disant” Universidade, mas de um núcleo universitário em franco desenvolvimento, que começa a prestar serviços reais ao País.²³⁰

O ano de 1968 é marcado pela eclosão dos movimentos sociais em grande parte do globo: a busca por alterações sociais tomam corpo e voz ativa²³¹:

Os movimentos de estudantes universitários que se desenvolveram à escala planetária durante o longo 68 foram um exemplo significativo das formas que adotaram os novos movimentos sociais e uma genuína manifestação dos jovens em ação, de uma “nova geração” capaz de ouvir “o tic-tac” do futuro-presente, caracterizada em todas as partes “pela sua pura coragem, por uma surpreendente vontade de agir e por uma não menos surpreendente confiança na possibilidade da

²³⁰ O governo e a Universidade de Brasília. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 8 de outubro de 1967, p. 3.

²³¹ HUERTA, José Luis Hernández. Representações dos movimentos estudantis brasileiros na imprensa diária durante o ano de 1968. **Revista História da Educação**, v. 22, n. 54, abr. 2018. p. 49.

existência mudanças” e pelo que fez da revolução global dos estudantes “um dos acontecimentos totalmente imprevistos” do século XX: o feito de se tratar de uma “revolução estudantil quase exclusivamente inspirada por considerações morais”.

A métrica encarada em solo brasileiro adotaria meios diferentes, uma vez que estávamos em meio a um regime autoritário, o movimento estudantil torna-se o carro-chefe de questionamento do *status quo*, do autoritarismo e da luta pela ampliação do acesso e qualidade do ensino público, principalmente das universidades públicas. O mês de março marca o início da potencialização das reivindicações estudantis, a morte do secundarista Edson Luís²³², vítima das forças repressivas do Estado, marcaria o início de inúmeras marchas ao redor do país, contra o cerceamento de liberdade e a violência praticada pelo Estado. No entanto, toda pressão estudantil é silenciada com a promulgação do AI-5 em 13 de dezembro de 1968. Com esse ato institucional, a nova postura adotada pelo regime endurece ainda mais as estruturas promovendo uma grande onda de censura, tortura, perseguição e exílios. Ao movimento estudantil coube a desarticulação e seus remanescentes muitas vezes compuseram a falida tentativa da guerrilha. No entanto, mesmo com a derrota em termos gerais do movimento, é importante compreender seu valor histórico assim como sua relevância ao trazer para o debate questões educacionais e mais do que isso, organizar-se contra as forças repressivas do Estado, nesse sentido o ano de 1968 coloca-se em uma condição de importância:

Como se vê, o 1968 brasileiro integrou a onda de revoltas mundiais, mas não deve ser compreendido fora do contexto específico nacional, de luta contra a ditadura e afirmação de interesses de estudantes, dos operários, das classes médias intelectualizadas e outros setores de oposição.

Já se afirmou, com propriedade, que os acontecimentos históricos de 1968 não devem ser mistificados, mas sua importância não pode ser minimizada. Ainda são discutidas a extensão e a profundidade das marcas deixadas na História pelas contestações daquele ano emblemático, sem que se chegue a conclusões unívocas. Os movimentos de 1968 prometiam construir um novo mundo, mas os grilhões do passado viriam a mostrar-se muito mais pesados do que os militantes de 1968 supunham – a ponto de vários ativistas da época passarem para o campo conservador vitorioso, chegando a ocupar cargos importantes em governos que adotam medidas neoliberais em várias partes do mundo e também no Brasil.²³³

²³² Edson Luis de Lima Souto era um jovem estudante secundarista de apenas 18 anos que foi assassinado pelas forças repressivas do Regime Militar brasileiro. Edson Luís estava no restaurante central dos estudantes, conhecido como Calabouço. No dia 28 de março de 1968 os estudantes realizaram um protesto que reivindicava melhores condições e o preço das refeições do Calabouço, que era um restaurante para estudantes de baixa-renda. No entanto, foram surpreendidos pelas forças policiais que dispararam contra os manifestantes, deixando seis feridos. Edson Luís foi atingido de modo fatal, falecendo no local. A morte de Edson Luís se tornaria um propulsor para uma série de manifestações que se uniam em um coro contrário ao regime e suas ações ostensivas. Foram inúmeras pessoas que, ao velar o corpo de Edson, realizaram protestos e transformaram a missa do sétimo dia em um ato político que acabou sob ação repressiva de agentes do regime. A morte de Edson endossou o discurso contrário ao regime.

²³³ ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações*, v. 12, n. 2, p. 78-89, jul/dez. 2007. p. 87.

Neste sentido, no ano de 1968, verifiquei uma mudança no tom dos editoriais o que antes traçava um vitória da “descomunização” das esferas educacionais agora apresenta os “comunistas remanescentes” e suas novas investidas. Tudo isso, fruto da intensificação das tensões no meio estudantil que estava efervescente. Vários protestos e manifestações estudantis contrárias ao regime tomaram o cenário público. Os meios de comunicação não poderiam deixar de noticiar os acontecimentos, mas o fizeram a partir de uma perspectiva ideológica, traçando um perfil que busca desarticular a imagem dos estudantes, como podemos verificar no editorial “Cangaceiros do asfalto”, publicado no dia 10.08.1968 pelo *O Globo*. Com um título bem sugestivo, o editorial reforça a ideia de que as manifestações organizadas por “agentes subversivos”:

Repetiram-se ontem no Rio cenas isoladas de arruaças promovidas por minorias extremistas cerca de setecentos rapazes e moças saíram por aí, em ruas centrais da cidade pedindo nada menos do que uma “guerra popular” contra o Governo.

Nada mais alienado do que essa iniciativa caricata de extremistas andarilhos - alguns autênticos velocistas - que se dedicam a brincar de “pique” com as autoridades, objetivando perturbar a vida da população que os encara com crescente antipatia e mesmo desprezo.

[...] Ontem a esmagadora maioria dos estudantes cariocas estudava. As escolas de todos os níveis funcionaram normalmente com grande afluência de alunos. Portanto, a empreitada à que nos referimos não pode, a rigor, ser caracterizada como movimento estudantil. Houve, sim, tropelias praticadas por baderneiros.²³⁴

E continua traçando um sentido para as manifestações, que seriam brigas das “lideranças subversivas”:

[...] O grande público ignora uma das causas dessas mini-mazorcas. Trava-se, atualmente, nos meios estudantis extremistas, uma feroz batalha pelo “poder”. Pela conquista de posições na ex-UNE, na extinta UME e sucedâneos. Não nos esqueçamos de que os comandos de tais agências subversivas são disputadíssimas, pois os seus dirigentes estão ligados a opíparas organizações internacionais. A ex-UNE possui permanentemente em Havana um “representante”, o Sr. Jarbas Cerqueira, que é, pois, agitador profissional que vive às custas de um Estado estrangeiro com o qual o Brasil não tem sequer relações diplomáticas. [...] Repelidas quase todas as universidades essas “lideranças” anarquistas passaram a operar no campo das escolas secundárias, onde a imaturidade de ginásianos oferece vantagens aos aliciadores. Por esta razão o papel das famílias torna-se decisivo. Os pais precisam exercer com zelo a missão de esclarecimento dos filhos atraídos pelos maliciosos convites dos aventureiros. [...] Mas os atuais “protestos” confinaram-se a pequenas brigas de candidatos a guerrilheiros, que são repudiados pela quase totalidade dos estudantes - que a elas não se junta - e pela totalidade do resto da população.

A desarticulação desse núcleo ligado a agências internacionais da subversão é tarefa prioritária dos responsáveis pela manutenção da ordem pública. A Nação não tolera mais esses arreganhos totalitários de cangaceiros de asfalto.²³⁵

²³⁴ Cangaceiros do asfalto. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1968, p. 1.

²³⁵ *Ibidem*.

No dia seguinte os editoriais publicados continuam retratando as manifestações, mas, dessa vez buscam atribuir as ações do governo em consonância à vontade popular, fato observado em “Povo contra perturbações”, publicado por OESP em 11.08.1968:

O governo está convencido de que, ao tomar medidas contra a realização de passeatas ou manifestações estudantis, defende não só os altos interesses do País, cuja política econômico-financeira é a que mais sofre com esses movimentos, mas interpreta, também, o pensamento da maioria esmagadora da população, que não gosta de perturbações da ordem e nem de depredações de patrimônios públicos e particulares.²³⁶

Continua o editorial traçando o perfil daqueles que compunham a manifestação, descaracterizando a imagem de estudantes passando a ter “infiltrados agitadores profissionais”:

[...] Mas sabe, igualmente, que as manifestações legítimas são usadas como pretexto por pequeno grupo infiltrado de agitadores profissionais, que não está interessado em nenhuma reforma de ensino, mas simplesmente em contestar o governo. Contra esse grupo o governo continuará agindo com rigor.²³⁷

“Continuaremos assim?” foi o editorial publicado pela FSP no mesmo dia com a mesma temática das manifestações, mas nesse editorial vemos um tom diferente. O jornal coloca-se a pedir uma abertura política e diminuição da violência para tentar conter os atos, mas assegura que há excessos em ambos os lados:

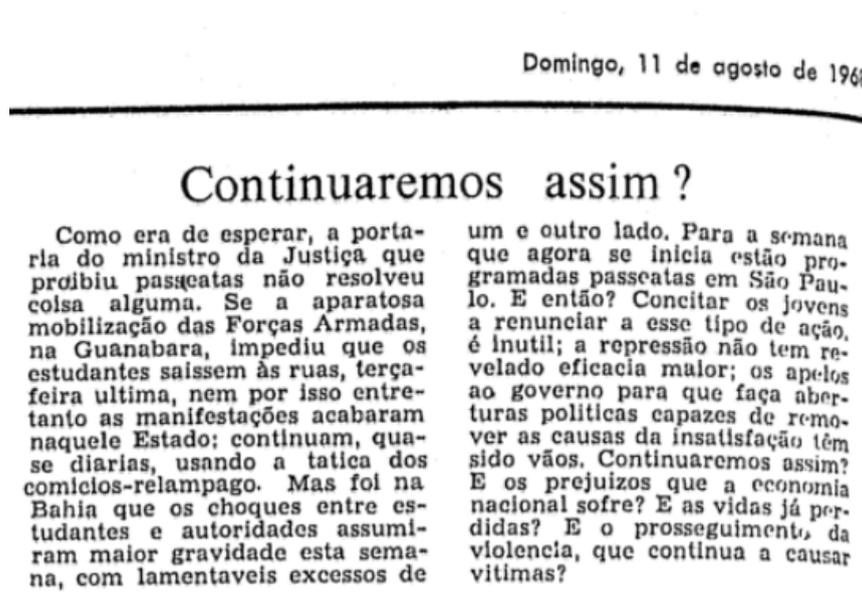


Imagem 16: Folha de S. Paulo, 11 de agosto de 1968, p. 4

²³⁶ Povo contra perturbações. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 de agosto de 1968, p. 3.

²³⁷ *Ibidem*.

Na mesma página temos a coluna intitulada “Política na opinião alheia” o jornal traz um recorte sobre o que está sendo falado em outros jornais e suas perspectivas. Nesse dia todos traziam a mesma temática: as manifestações estudantis. Há inclusive um recorte do editorial de *O Globo* que mencionei acima:

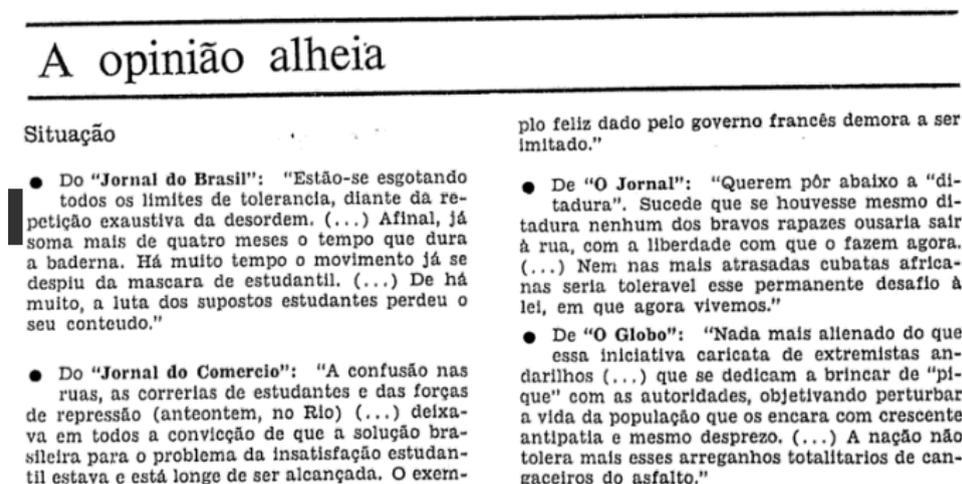


Imagem 17: *O Globo*, 11 de janeiro de 1964, A opinião alheia, Primeiro Caderno, p. 4.

Para reforçar os novos perigos gerados pelas manifestações, editoriais se referiam a elas como um “levante comunista” que estaria em curso dentro das universidades. “Terrorismo Cultural”²³⁸ apresenta os riscos dessas ações alegando que esse “terrorismo cultural” enfrentado pelas universidades “[...] tende a alastrar-se pelo País inteiro, se as nossas omissas autoridades não tomarem séria medidas contra ele...”, e continua alegando para o “levante comunista”:

E assim, quatro anos após uma revolução feita contra a corrupção e a subversão comunista, o esquerdismo totalitário não só volta a levantar a cabeça, mas o faz como se a sua próxima ascensão ao poder fosse questão resolvida, já que o poder de fato, nas universidades - que são o seu objetivo imediato - está passando para as suas mãos.

Estamos diante de uma questão política - voltemos a dizê-lo - embora os governos da República e do Estado, teimem em mascarar o verdadeiro problema, fazendo tudo para crer que se trata, meramente, de uma pacífica e progressista reivindicação de reforma da educação brasileira, que poderia ser atendida mediante a adoção de medidas técnicas, financeiras e pedagógicas. E até nisso se enganam, porque a escalada totalitária contra a universidade inutilizará qualquer esforço seriamente reformista, que tenda a elevar o nível de ensino e de pesquisa da instituição, a pô-la mais eficazmente a serviço da comunidade. Porque não é possível reformar aquilo que foi destruído - e a universidade está sendo destruída. Porque a esquerda totalitária, a caminho da tomada do poder universitário, não está interessada em que a Universidade, reformada, seja uma verdadeira universidade, mas sim um simples instrumento ideológico, uma espécie de “escola de guerrilhas” e quartel-general comunista.[...] Serão as nossas autoridades governamentais, da União e do Estado, tão infensas aos reais e grandes problemas da política que só

²³⁸ Terrorismo Cultural. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 de setembro de 1968, p. 3.

elas não o percebam ou não queiram perceber? Da sua resposta a essa pergunta pode depender, em grande parte, não só o futuro da universidade como o da própria Nação.²³⁹

Chamo atenção para como OESP passou a se referenciar à esquerda no ano de 1968: “esquerdismo totalitário”. A expressão foi utilizada para frisar que a ditadura só existiria se estivesse “à esquerda”, uma vez que nos editoriais percebe-se a defesa do regime em contraposição à fala da esquerda, que alegava tratar-se de uma ditadura.

A leitura dos jornais permite perceber que, quanto à educação, existe uma construção ambivalente, onde compreende-se a sua funcionalidade e importância para o desenvolvimento da nação, mas dentro de uma lógica de conhecimento tecnicista. Ao mesmo passo em que, através dela, estão eram “introjetados” preceitos “comunizantes”. Ao longo dos anos, verificamos a mudança do tom nos editoriais, que acompanham as mobilizações dos movimentos estudantis, ao passo que, ao se tornar mais presentes e intensos, o tom de alarmismo se intensifica. Existe ainda, um silenciamento das demandas sociais e de luta estudantil, onde toda as mobilizações realizadas passam a ser encaradas apenas como fruto da política de esquerda, descolada da realidade e sem motivos. Os editoriais não apresentam as pautas ou motivos que levaram a classe estudantil ocupar as ruas e espaços, ao contrário disso, aproveitam essa mobilização para atestar o perigo comunista e conclamar para um ensino que correspondesse aos desejos daqueles que estavam no poder e a classe que os apoiavam.

3.2 Cultura

A cultura no singular impõe sempre a lei de um poder²⁴⁰

Na vida cotidiana é comum ouvirmos a frase: “Nossa, essa pessoa não tem cultura!” ou o oposto: “Ela tem muita cultura!” A hierarquização da cultura com “C” maiúsculo, para as produções da erudição em contraposição à cultura popular compõem o nosso dia a dia. Em 2003, Gilberto Gil, então ministro da Cultura do Brasil, faz a seguinte declaração sobre a cultura: “Precisa acabar com essa história de achar que cultura é uma coisa extraordinária. Cultura é ordinária. Cultura é igual feijão com arroz.” A declaração de Gil é extremamente importante, pois traz ao debate público a ampliação da compreensão da cultura.

²³⁹ Terrorismo Cultural. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 8 de setembro de 1968, p. 3.

²⁴⁰ CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995. (Travessia do Século). p. 241.

As primeiras menções do termo “cultura” estavam relacionadas ao caráter agrícola, à plantação e ao cultivo. Com o tempo, seu sentido originário perdeu espaço para a compreensão social do termo. A primeira definição de cultura é Edward Tylor (1832-1917), que afirma: “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. Para Tylor, cultura teria um caráter natural. A partir de então, passou a ser compreendida como o conjunto de práticas, vivências e frutos das produções e sentidos da humanidade.

A cultura seria o conjuntos de sentidos criados e compartilhados por determinados grupos “pode ser comparada com essa arte, condicionada pelos lugares, regras e dados; ela é uma proliferação de invenções em espaços circunscritos”²⁴¹, possuindo uma relação ambivalente de criação e preservação de preceitos²⁴²:

A cultura oscila mais essencialmente entre duas formas, das quais uma sempre faz com que se esqueça da outra. De um lado ela é aquilo que ‘permanece’; do outro aquilo que se inventa. Há, por um lado, as lentidões, as latências, os atrasos que se acumulam na espessura das mentalidades, certezas e ritualizações sociais, via opaca, inflexível, dissimulada nos gestos cotidianos, ao mesmo tempo os mais atuais e milenares. Por outro lado, as irrupções, os desvios, todas essas margens de uma inventividade de onde as gerações futuras extrairão sucessivamente sua ‘cultura erudita’. A cultura é uma noite escura em que dormem as revoluções de há pouco, invisíveis, encerradas nas práticas -, mas pirlampos, e por vezes grandes pássaros noturnos, atravessam-na; aparecimentos e criações que delineiam a chance de um outro dia

A cultura deve ser compreendida dentro da lógica do poder, uma vez que o poder está relacionado e construído no cotidiano. Nesse sentido, através das expressões culturais torna-se possível manter-se ou impor-se a medida que “A cultura no singular impõe sempre a lei de um poder”²⁴³ criando-se espaços e mecanismo para a sua perpetuação:

Para emprendermos a inversão na perspectiva de abordagem da diferença nos diversos contextos culturais cotidianos compreendendo-a como afirmativa e criadora de outras possibilidades para a existência e para o conhecimento, precisamos pensar o poder como um exercício, uma relação de forças, uma luta travada todo dia por indivíduos e grupos sociais, em todos os espaços tempos em que os seres humanos se encontram e se relacionam. Em meio a esse exercício, para manter ou conquistar reconhecimento e os benefícios que dele advêm, os praticantes inventam-se a si mesmo e criam cultura.²⁴⁴

²⁴¹ CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995. (Travessia do Século). p. 19.

²⁴² Ibidem, p. 239.

²⁴³ Ibidem, p. 241

²⁴⁴ FERRAÇO, C. E.; SOARES, M. C. S.; ALVES, N. Cotidiano, cultura, alteridade e a criação permanente de diferença. In: **Michel de Certeau e as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em educação** [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 71-88, 2018. p. 78. ISBN 978-85-7511-517-6. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575115176.0005>. Acesso em: 16 mar. 2023.

Nessa relação de poder, construída através da cultura, mesmo existindo mecanismos e meios de propagação de ideias em larga escala que visavam potencializar determinadas situações e que poderiam influenciar determinadas ações, havia uma relação de simbiose para com aquele que sofria o exercício desse poder, pois, de certo modo, na estrutura cultural se utiliza de seus preceitos:

Pensando por esse prisma, ao invés de passivo e manipulado pelas autoridades culturais, o praticante da cultura age, joga o jogo da conveniência em benefício próprio, conserva-se atrás de uma máscara para sair-se bem em seu papel social e altera com seus movimentos as regras do jogo.²⁴⁵

É justamente nessa linha do caráter cotidiano simbólico e de construção do indivíduo que compreendo a cultura, fator primordial na construção da sociedade uma vez que ela garante a sobrevivência de saber de determinados povos.

Visão um pouco diferente está descrita na DSN, que compreende a importância da cultura na estruturação da sociedade a define como “o acervo espiritual, material e não material dos homens dos grupos sociais. É o modo de pensar, agir e sentir do povo” e a ela atribui a seguinte função: “é o melhor meio para alcançar e manter os objetivos nacionais, de modo particular aqueles mais diretamente ligados à expressão psicossocial.”²⁴⁶

Nos editoriais analisados foi possível verificar justamente essa tentativa de perpetuar saberes e criar símbolos. Na construção cultural elaborada pelos jornais, os estadunidenses aparecem como norte e são louvados. Revelando estar de acordo com os preceitos da DSN, a figura do presidente dos EUA ganha destaque no editorial do dia 12.12.1965, de *O Globo*, assinado por Augusto Frederico Schmidt. “O encontro secreto” trata do relato de um sonho do autor durante o qual assistiu ao encontro de Castelo Branco com o presidente Lyndon B. Johnson. No sonho, o presidente estadunidense se coloca como grande admirador de Castelo, conhecendo suas qualidades secretas:

O Presidente Johnson: Só não me foi possível preparar um tempo melhor para Vossa Excelência. Está muito frio e cinzento aqui, em Washington. Gostaria que Vossa Excelência pudesse ter vindo antes: em maio, por exemplo.

À noite passearíamos os dois às sombras das cerejeiras. Sei que Vossa Excelência tem certa inclinação para a poesia. Estou informado de que vossa Excelência é amigo de poetas, embora os afaste docemente da atividade pública. Não terá porventura Vossa Excelência feito versos, algum dia em sua vida? Eu nunca consegui escrever uma linha de poesia. Trabalhei, lutei, fiz política, fui sempre homem de atividade. Nada de literatura em minha vida, mas confesso-lhe que isso me faz falta. E se conhecesse algum poeta disposto a agir, dar-lhe-ia o estribo, como dizemos no Texas.²⁴⁷

²⁴⁵ Ibidem, p. 83.

²⁴⁶ BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Fundamentos da Doutrina**. Rio de Janeiro, 1981. p. 151.

²⁴⁷ SCHMIDT, Augusto Frederico. O encontro secreto. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1965, p. 2.

A ideia do texto parece ser a de fortalecer a imagem do ditador brasileiro, ao mesmo tempo enaltecer a grandeza estadunidense sem deixar de criar críticas às relações internacionais estadunidenses. As falas de Castelo conduzem a conversa e apontam questões: “Nós, brasileiros, fomos sempre muito pouco compreendidos pelos estadunidenses. Na verdade, os Estados Unidos nada sabem em relação ao Brasil”. Continua em outro trecho:

Devo apenas informar à Vossa Excelência que um país com os dramas do Brasil não pode libertar-se com leite em pó, bicas d’água, casas populares, etc. Necessitamos de investimentos para criação de riqueza. Somos uma nação em condições de industrializar-se. Já temos um bom número de empresários e não há na América Latina, técnicos como existem no Brasil. Possuímos campos de pouso para o desenvolvimento e isto é fundamental. Explorar desenvolvimento é o que importa. Temos muitos braços disponíveis. E o nosso homem paciente e bom. O Brasil dispõe de uma população imensa, necessitada, esfomeada por trabalho. Quem nos quiser ajudar, que dê auxílio para que haja trabalho, pois só assim teremos leite - não o leite em pó, que é menos nutritivo mas um leite substancial, generoso: o mesmo que bebem as crianças dos países ricos. Precisamos de fábricas e de resolver em termos técnicos os nossos problemas. Não queremos nação modelada por teóricos que pretendem “moeda forte e país paupérrimo”. Sabemos, Sr. Presidente, que é o enriquecimento nacional que logrará pôr termo à nossa inflação. Deus é grande. Os “missionários monetaristas” que saem daqui pregam em favor de um país organizado mas destituído de ação. Uma das razões deste encontro secreto, Sr. Presidente, é pedir-lhe que não consinta que partam para a nossa terra pregadores do Brasil Pequeno, do Brasil passado a limpo e erradíssimo. Estes homens nos fazem mal.²⁴⁸

A finalização da matéria e do sonho do autor carrega uma poética e uma crítica subentendida:



U...
O Presidente Castelo Branco: — A neve caindo sobre o parque é espetáculo de grande beleza. As vezes sinto remorso por ser tão inflexível para com os poetas. Não acha Vossa Excelência que os homens que dirigem as nações deveriam valer-se, algumas vezes, dos poetas? Seria, ao que me parece, bom que temperássemos os técnicos com os poetas.

O Presidente Johnson olha o Presidente Castelo bem nos olhos:

O Presidente Johnson: — Veja Vossa Excelência aqueles ágeis esquilos que procuram aproximar-se da Casa Branca. São ariscos e, ao mesmo tempo, graciosos.

E então que acordo e começo a trabalhar neste texto.

Imagem 18: **O Globo**, 12 de dezembro de 1965, p. 2.

²⁴⁸ SCHMIDT, Augusto Frederico. O encontro secreto. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1965, p. 2.

O sonho sugestivo do autor, em um contexto de Guerra Fria, coloca claramente a busca de alinhamento do Brasil com os EUA e, ao mesmo tempo, a defesa de uma soberania nacional, trazendo força e grandeza ao Regime Militar. Nota-se ainda a necessidade de apresentar a presença comunista no cotidiano, não apenas nas questões políticas. Suas manifestações se davam nas menores sutilezas, por isso o alerta era necessário em todas as esferas. “O fedelho passou a filósofo, a ‘Miss’ lê Joyce, Platão, Kafka...”, editorial presente na segunda seção de *O Globo*, assinado por Renato Bittencourt no dia 10.09.1968, retrata o seu contato e percepção dos jovens “rebeldes” que encontrou durante sua estada em Rotterdam, na Holanda, traçando em seguida um paralelo com os chineses. A descrição dos jovens é extremamente pejorativa, como podemos notar no trecho abaixo:

De repente, como que saídos da pré-história, vi surgirem bandos de adolescentes, cabelos longos, aspecto sujo a grunhir, berrar, galopar, fazer momices de toda sorte. Eram os “provos”²⁴⁹ que eu já conhecia, de anos atrás, em Amsterdão. Agora, depois das depredações e tumultos recorrentes, tornaram-se “vedetes” internacionais, olhados com curiosidade senão respeito.²⁵⁰

E continua em tom de alerta:

Os chineses, com seu senso prático, canalizaram a vitalidade dos transviados. Lá, a bagunça serve aos fins do Estado. Os “provos” ou “hooligans” adquiriram um “status” imponente e chamam-se “guardas vermelhos”! Fazem depredações, mas não à toa, e sim contra as residências dos “corruptos”; molesta os passantes mas esses passantes não são pessoas insignificantes, e sim diplomatas soviéticos culpados de perigoso “revisonismo”; raspam a cabeça de gente, não por farrá, mas para liquidar os vestígios burgueses da vaidade com os penteados; mexem, enfim, nos sinais de trânsito, não pelo prazer de destruir, mas para que o vermelho não continue a ser o sinal de “stop”, visto que é símbolo do progresso socialista...

As autoridades chinesas sorriem diante dessas atividades úteis ao Estado. Amanhã, se necessário, saberão domar os irrequietos jovens. O Estado é que conta. Na China só se endeusa a Mao Tse-tung que, diga-se de passagem, não é nenhuma criança.²⁵¹

Os costumes e modos de comportar são explorados para identificar os comunistas que estariam introjetados na sociedade, inclusive presentes na linguagem, fato ressaltado em “Linguagem comunista cinquenta anos depois”. Esse editorial de *O Globo* criou uma espécie de dicionário para termos que teriam sofrido alteração de significado depois de 1917, com a Revolução Russa. O intuito desse levantamento seria compreender o que os comunistas estavam dizendo: “[...] Os comunistas de fato desenvolveram uma linguagem própria. Deste

²⁴⁹ O termo faz menção ao movimento de contracultura da Holanda, conhecido como “provo”.

²⁵⁰ BITTENCOURT, Renato. O fedelho passou a filósofo, a “Miss” lê Joyce, Platão, Kafka... *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1968. Segunda seção, p. 1.

²⁵¹ Ibidem.

modo, uma compreensão da semântica torna-se essencial para se compreender o que dizem quando se dirigem à audiência não-comunista.”²⁵²

O fato mais curioso é que o editorial apresenta o “Dicionário” como fruto de um estudo de tradução: “[...] Seguem-se alguns dos termos mais frequentemente usados pelos comunistas com as respectivas traduções fornecidas por experimentados intérpretes da linguagem marxista-lenista.”²⁵³

Os comunistas estariam tão fora da normalidade que necessitavam de tradutores para serem compreendidos e também para que os “não-comunistas” não fossem lesados por eles. Na realidade, esse “dicionário” era uma satirização, um escárnio para sugerir que os comunistas distorcem o significado das palavras. A palavra “agressão”, por exemplo, no verbete deste “dicionário”, traria o seguinte significado: “ato ou atividade de um governo não-comunista em defesa de seus direitos: mais frequentemente usado em casos onde esses direitos são defendidos contra ações ou ameaças comunistas.”²⁵⁴

A palavra “paz” também tomaria outro sentido: “Palavra geralmente atrelada à propaganda comunista contra o chamado ‘imperialismo’. O tema da ‘paz’ é o preferido por organizações comunistas tais como o Conselho Mundial da Paz.”²⁵⁵

Além dessas palavras, o editorial apresenta os seguintes termos: Coexistência Pacífica; Liderança Coletiva; Coletivização; Colonialismo; Culto de Personalidade; Revolução Cultural; Democracia; Centralismo Democrático; Desviacionismo; Materialismo Dialético; Ditadura do Proletariado; Dogmatismo; Frente Política; Imperialismo; Internacionalismo; Marxismo, Marxismo-Lenismo; Neo-Colonialismo; Neutralismo; Povo; Popular; Progressista; Proletariado; Propaganda; Reacionário; Revanchista; Revisionismo e, por fim, Guerra de Libertação.

O editorial apresenta um material extremamente rico para compreender as ideias construídas sobre os comunistas, e o desprezo com que eram vistos pelos apoiadores do Regime Militar, a partir das principais reivindicações e críticas das esquerdas. É escancarada a redução das suas lutas ao mesmo tempo em que há uma distorção dos seus anseios sociais, transformando-se em combustível para alimentar o temor e o anticomunismo.

Na mesma linha que buscava garantir uma “compreensão” do que seriam os comunistas, está o editorial “O que quer dizer ‘subversivo’?” Após receber a alegação que o

²⁵² Linguagem comunista cinquenta anos depois. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 de abril de 1967. Segunda seção, p. 1.

²⁵³ *Ibidem*.

²⁵⁴ *Ibidem*.

²⁵⁵ *Ibidem*.

termo “subversivo” era “vago e controvertido”, Gustavo Corção decidiu exemplificar o que de fato significava este termo. Segundo ele, “todo mundo sabe mas finge não saber”. Para o autor, existe uma questão específica para caracterizar um “ato subversivo”:

Não basta ferir a lei natural, mesmo gravemente para haver subversão é preciso que se observe o intento, que de algum modo se manifeste o desejo de estabelecer um novo regime, um novo estilo de vida fundado numa sistemática e entusiástica desobediência. É subversivo, em suma, quem quer virar de pernas para o ar a lei natural. Não basta a infração, não basta o crime: para haver subversão é preciso haver o sistema e o alcance social de tal revolução. E todos os atos que convergem para esse resultado serão intrinsecamente maus, e de consequências muito mais funestas do que o crime isolado.²⁵⁶

Na sequência desse editorial são apresentados exemplos de investidas subversivas, mas o ápice está em defender a ideia de que existiria um “determinismo psicológico ou biológico” para os comunistas, ou seja, existiria uma característica natural, de nascença que legitimaria suas ações. Seria desse modo compreendida como uma espécie de patologia. Defende-se a ideia de que se trata de uma patologia, relacionada ainda à homossexualidade, como se ambas tivessem um caráter biológico patológico, trazendo um exemplo para “comprovar” tal afirmação:

Nesse sentido, diria que há comunistas natos, como também homossexuais natos. Querem um critério para discernir essas predisposições ou esse caráter subversivo congênito? Tomem a “revolução” juvenilista de Paris e perguntem ao analisado involuntário o que acha do fenômeno. Para qualquer pessoa de mediano bom-senso foi uma desordem mal começada “em Nanterre” e terminada por apodrecimento prematura. Ouso dizer que foi um dos fenômenos mais torpes dos últimos cem anos de história. Começou com reivindicações de livre amor - digo mal de livre fornicação, porque amor é outra coisa cada vez mais peregrina e diáfana; e chegou ao apogeu quando diante dos velhos inspiradores desfilou um grupo de jovens revolucionários com o seguinte estandarte: “Comité des Pédéraste Français”. Torno a dizer que um homossexual não é um subversivo é apenas um pobre diabo. Torna-se subversivo quando passa da humilhação escondida à passeata [...] Em palavras mais sóbrias torno a dizer que subversão é afronta, e afronta sistemática e orgulhosa, à lei natural e ao seu autor. Deles fala o profeta Isaías onde diz: “Vai qui dicitis bonum malum et malum bonum”. Sim, ai dos que chamam de bem o mal e mal o bem.²⁵⁷

O movimento de contracultura hippie, marcado pela busca por uma construção social diferente, plural e libertária, passou a ser utilizado como adjetivo no editorial de 12.10.1968, de *O Globo*, agora o termo usado era “esquerda hippie”. Segundo o editorial, o movimento da esquerda se entranhava nas questões culturais e cotidianas, além da “rebeldia” jovial. Por este motivo alcunhava essa nova nomenclatura, chegando a defender a tese de que “Talvez

²⁵⁶ O que quer dizer “subversivo”? *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1968, p. 2.

²⁵⁷ *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1968, p. 2.

nela esteja a origem de todos os demais surtos deploráveis de radicalismo de diversos matizes que trafegam por aí na contramão da democracia”²⁵⁸.

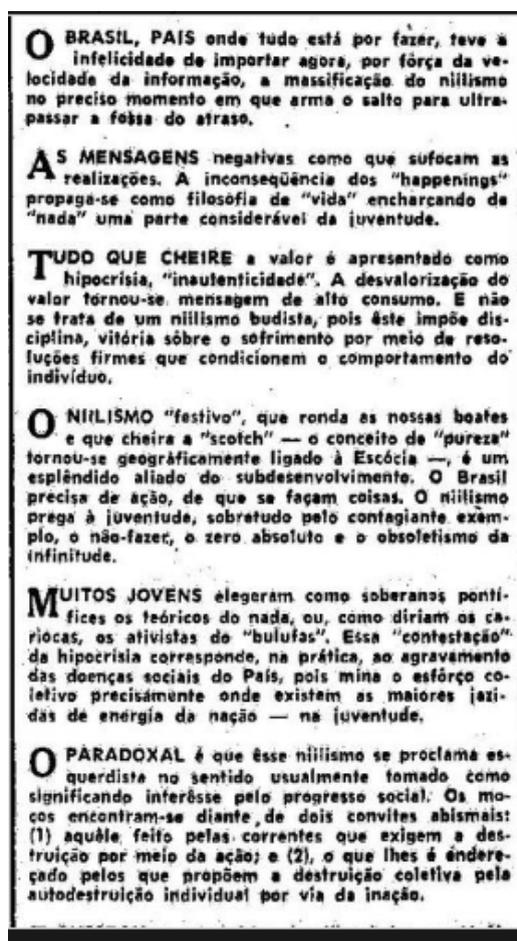


Imagem 19: *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1968, p. 1.

A literatura também foi utilizada como meio para traçar críticas às esquerdas. “*O Capital, cem anos depois*”, editorial de OESP, de 10.09.1967, menciona a principal obra produzida por Marx para apresentar os motivos para a escolha em direção oposta à esquerda. Ainda apresentar as falhas das predições marxistas:

A polarização prevista por Marx não ocorreu. As classes intermediárias, que deveriam ser proletarizadas e desaparecer mudaram muito de caráter e se multiplicaram. A classe trabalhadora industrial ganhou força, por meio dos sindicatos, mas perdeu em números relativos para a população total. As atividades de serviços que, com desprezo aristocrático, Marx tratou de classe escrava, servidores parasitas de parasitas, aumentaram constantemente em número e variedade e ultrapassando o proletariado industrial sociedades prósperas nas quais o peso relativo desse último está diminuindo e se tornando servidores também da população trabalhadora. Em uma palavra, o mundo de Marx não é o nosso e pouca coisa tem a ver com ele. [...] Posto de parte o fantasma do marxismo, mera capa ideológica para vestir o expansionismo ou a vontade ditatorial, o problema político

²⁵⁸ A esquerda hippie. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1968, p. 1.

central de nosso tempo, que “torna obsoletos os termos capitalismo e socialismo” é o de saber “se o governo deve continuar como um instrumento da sociedade ou se, ao contrário, é a sociedade que se deve tornar um instrumento do governo, fazendo-se igualmente instrumentos do Estado organizações não-governamentais como partidos, uniões, igrejas, associações de artistas e de escritores. Em uma palavra, concluímos nós, o grande problema é o de opção entre a democracia liberal e o totalitarismo” [...] Porque, para quem não se tenha divorciado da inteligência crítica não há dificuldade em escolher entre um sistema dinâmico e aberto e eficiente a um sistema arcaico, enredado nos equívocos de uma ideologia serôdia que não tem qualquer solução criadora para um mundo que não pode caber nos seus esquemas.²⁵⁹

A classe trabalhadora torna-se ponto chave para a ampliação dessa discussão, há uma tentativa de mostrar que as esquerdas lhes vendem ilusões. Trazendo uma defesa do que seria o “real” sindicalismo e sua função para a sociedade paulista em oposição ao que seria um sindicalismo de manobra comunista:

Por isso mesmo, deve estar perfeitamente lembrada de que enquanto na Guanabara, na capital da República e um pouco na orla do nosso Estado se dispunha o operariado, sob a sua participação num movimento destinado a transformar a estrutura política do País em alguma coisa parecida com uma ditadura das esquerdas, já entre nós o mesmo não se dava. Aqui, os que tinham por missão orientar e dirigir os trabalhadores paulistanos mantiveram-se constantemente alheios à desordem que tudo parecia avassalar e até mesmo prontos a colaborar com as autoridades civis e militares na defesa das instituições e na repulsa a quanto pudesse tentar o comuno-nacionalismo para a generalização do Estado de anarquia em que já mergulhara Brasília e o ex-Distrito Federal.²⁶⁰

Trazendo em seguida uma série de porcentagens de associações sindicais da classe trabalhadora, apresenta-se que a categoria da metalurgia é com menor atuação, mas segundo o jornal a que apresenta tradição “comunista”:

E não obstante isso, paradoxo curioso, são exatamente às entidades sindicais com menor índice de filiados, como a dos metalúrgicos, aquelas consideradas mais fortes como grupo de pressão política e social, aquelas que tradicionalmente se têm prestado em nosso País a segunda a agitação demagógica dos pelegos criados à sombra do Ministério do Trabalho pelo sr. Getúlio Vargas. Essa anomalia tem a sua origem no famigerado Imposto Sindical instituído pelo ditador e até agora ainda mantido, contribuição que todos os trabalhadores sejam ou não sejam filiados são em nome da lei obrigados a desembolsar ao Sindicato, ainda que não queiram nem concordem com a ação dos dirigentes da entidade. Corrompidos pelos cultos cabedais que a própria lei lhes propicia, não tardam esses falsos líderes em perder a consciência da classe a que pertencem e em aliar-se com todos os seus inimigos desde que nesse conluio vislumbra uma possibilidade de continuarem a usufruir os privilégios a que já se habituaram.²⁶¹

Nesse sentido o sindicalismo deveria ser compreendido como algo positivo e que as agitações não se passavam de ervas daninhas, frutos de um passado de ideias comunistas que deveria ser combatido para que o “real” sindicalismo, provado por São Paulo, fosse usufruído

²⁵⁹ *O Capital*, cem anos depois. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 de setembro de 1967, p. 3.

²⁶⁰ O sindicalismo em S. Paulo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 de março de 1967, p. 3.

²⁶¹ *Ibidem*.

em sua totalidade. Ainda dentro do universo do trabalho, OESP publicou no dia 09.06.1968 “Trabalho e imaginação”. Traçando um paralelo de Brasil e França, o editorial buscava apresentar os perigos das imaginações criadas pela esquerda nas conquistas trabalhistas, pois não passa de ilusão:

Não se iludam. Porém, os franceses, nem nos iludamos nós com meros reforços salariais ou um maior alargamento no plano das vantagens. Tudo está a demonstrar que, se é exato que a participação crescente dos trabalhadores nos benefícios de uma sociedade em pleno desenvolvimento esvazia o proletariado do seu impulso revolucionário - desmentindo, desse modo, os vaticínios apocalípticos de Marx - não é menos certo que o “Estado do bem estar social” tem deixado de corresponder a profundos anseios éticos do homem. Gesta-se antes um senso inexplicável de enfado quando se cuida apenas dos valores da abundância ou do conforto, sem se saber que destino dar às horas vazias, ao tempo incolor destituído de vibração e de empenho.

Num mundo jungido às exigências da técnica, e modelado dia a dia pelas imposições econômicas de consumo padronizado e dirigido; numa sociedade que parece transformar as consciências no epifenômeno das gigantescas estruturas burocráticas ou empresarias, surge o acabrunhante sentimento de estar se à disposição de forças alheias a nossa vontade, sobrevivendo o temor, o tédio a angústia, em que fermenta a explosão dos jovens. Daí o imprevisto ressurgir do anarquismo, inspirado em vagos ensinamentos de Sartre ou de Marcuse, que procuram transladar o baricentro da revolução social do plano da “luta de classes” para o da “luta de gerações”, como consequência natural do aburguesamento do proletariado urbano. Nenhum sintoma mais eloquente dessa mudança do que a atitude dos estudantes de Belgrado, lançando um brado que, meses atrás, poderia constituir o máximo dos paradoxos: “Abaixo a burguesia vermelha!”.

Mas, se os jovens deram o sinal de alerta, revelando os males da “sociedade bem vestida e bem alimentada”, que é o sonho dos tecnocratas do capitalismo, assim como as deficiências paralelas das estruturas burocráticas do mundo socialista, eles não nos podem dizer qual o caminho a seguir, ou pelo menos não podem descobri-lo sozinhos, aventurando-se como Ícaros descuidados ao sol do futuro.²⁶²

O termo “guerra psicológica” aparece no título do editorial de 14.07.1968 da FSP.²⁶³ Segundo a DSN, a “guerra psicológica” se refere ao “[...]emprego planejado da propaganda e da exploração de outras ações, com o objetivo de influenciar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos adversos ou neutros, de modo a apoiar a consecução dos Objetivos Nacionais.”²⁶⁴ No entanto, o editorial citado discorda desse posicionamento e cria novamente um alerta para as narrativas anticomunistas que estariam sendo propagadas.

²⁶² Trabalho e imaginação. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 9 de junho de 1968, p. 3.

²⁶³ Guerra psicológica. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 de julho de 1968. p. 4

²⁶⁴ BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Doutrina Básica**. Rio de Janeiro, 1979. p. 228.

Guerra psicológica

Nestes poucos dias que nos separam da nova reunião do Conselho de Segurança Nacional, pode-se esperar o recrudesimento das pressões cuja finalidade é levar o presidente da República à adoção de medidas drásticas para fazer face aos problemas que o país enfrenta. Informa-se que, na reunião de quinta-feira, relatórios lidos para o chefe da nação falavam num processo de guerra psicológica já instalado no Brasil, destinado a derrubar o governo por meios violentos. É difícil saber se essa guerra existe; o que não é

difficil é identificar uma ofensiva psicológica, que busca criar o clima propício às medidas de exceção. Na verdade o país está em paz, embora prejudicado pela instabilidade política; mas a indústria do alarmismo continua em funcionamento, espalhando boatos, tirando conclusões assustadoras de fato, sem maior importância e sobretudo empenhada em semear a desconfiança nas hostes governistas. O presidente da República, que outras vezes já resistiu a ofensivas deste tipo, deve mais uma vez repeli-las.

Imagem 20: Folha de S. Paulo, 14 de julho de 1968. p. 4

Procurei mostrar como se pode perceber nos editoriais estudados a busca para abarcar o cotidiano e suas sutilezas em textos que exploraram as experiências da vida sob a perspectiva relacional com objetivo de vislumbrar as facetas do anticomunismo a partir de uma lógica diferente daquela apresentada nos editoriais com temática política. Enquanto lá se faz uma crítica dura e direta, aqui se criou um ambiente de estranheza e cautela ante o “outro”, a partir de seus costumes, falas e ações. No entanto, é interessante verificar o uso da mesma estratégia no ano de 1968 para denunciar os caminhos que a narrativa anticomunista estava tomando, invertendo a lógica, onde agora o perigo poderia ser justamente esse anticomunismo extremado.

3.3 Igreja Católica

O anticomunismo foi amplamente divulgado e propagado pela Igreja, que era uma das grandes responsáveis pela construção de tal ideário. Dentro da temática religiosa, o comunismo representava a personificação dos males existentes assim como a contrariedade da moral e ética católica.

A Igreja Católica tornou-se então uma grande combatente do pensamento comunista, colocando-se nas trincheiras pela defesa de sua fé contra aquilo que julgava representar grave ameaça:

Contra a Igreja, no decurso dos séculos, se levantaram a Sinagoga, Império Romano, Arianismo, os Bárbaros, a Renascença, a Reforma Protestante e a Revolução Francesa; todos esses inimigos foram vencidos, também será da

undécima hora -o Comunismo Ateu. Aguardemos o soar da hora marcada pela providência.²⁶⁵

As constantes tensões entre comunistas e religiosos remontam à década de 1930, quando a preocupação com o aumento comunista em solo brasileiro ganhou uma grande notoriedade após o Levante Comunista, em 1935. Em reação ao aumento do eleitorado do Partido Comunista Brasileiro (PCB), as lideranças católicas no país optaram por defender sua postura contrária ao avanço da influência comunista de modo mais enérgico, evidenciando uma narrativa que pressupunha a incompatibilidade entre o comunismo e o catolicismo.

Contudo, somente na década de 1960 passou a existir uma mudança quanto à preocupação com a infiltração comunista dentro das instituições religiosas com ampliação da “esquerda católica”, composta pela Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC), o Movimento de Educação de Base (MEB) e Ação Popular (AP).

A Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC) faziam parte da mobilização civil católica. A JUC tinha como objetivo disseminar os ensinamentos católicos dentro do meio universitário, enquanto cabia a JEC se dedicar à sua propagação no ensino secundário. No entanto, na década de 1960, houve uma mudança de postura entre ambas organizações. A ampliação das pautas sociais e a chamada “consciência histórica”, termo amplamente utilizado nos documentos da JUC, alterando a atuação que ultrapassava os objetivos iniciais de disseminar os ensinamentos católicos. Esse fato foi retratado no episódio em que a JUC realizou uma aliança com a Frente de Esquerda para ocupar a presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Essa alteração do caráter organizacional e das pautas sociais culminou ainda na formação da Ação Popular (AP), um movimento político que visava a construção de um sistema socialista no Brasil, tornou possível uma atuação que não dependesse da hierarquia eclesiástica, o que ultrapassa os limites de membros da JUC e JEC. No entanto, todas as mudanças nessas organizações estudantis católicas geraram desconfiança por parte dos setores conservadores e anticomunistas, ocasionando conflitos com a própria liderança eclesiástica, que endureceu sua postura.

Já o Movimento de Educação de Base (MEB) foi reconhecido no âmbito legal a partir do decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961 que definia:

Dispõe sobre um programa de educação de base, e adota medidas necessárias à sua execução através de Escolas Radiofônicas nas áreas

²⁶⁵ CABRAL, José Maria *apud* MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 372p. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000. p. 36.

subdesenvolvidas do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste do País a ser empreendida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.²⁶⁶

Tinha como pauta o plano quinquenal, que previa o aumento das Escolas Radiofônicas nas localidades com dificuldades no acesso à educação, como meio de combater o analfabetismo. Cabia a essa organização toda a estruturação dos programas educacionais, sua atuação era nas áreas do território nacional mais precárias, sua atuação foi ampliada em pouco tempo de atuação, trabalhando para além da alfabetização e conscientização das camadas baixas. Toda essa construção religiosa contribuiu para a disseminação do pensamento anticomunista entre as camadas populares da sociedade que seguiam seus líderes de fé e confiavam nas suas falas e discursos.

Sendo assim, nesse período, tais preceitos foram amplamente divulgados através de uma constante associação do comunismo ao ódio, contrário aos preceitos religiosos. Dentro dessa ótica, o comunismo defenderia o ateísmo em detrimento das outras crenças. Assim, os grupos anticomunistas se aproximaram de um outro grupo de apoiadores de ordem religiosa. Tendo em vista que o Brasil tem uma população de católicos em sua grande massa, as acusações inflavam e reanimavam medos e aflições em relação aos ideais políticos comunistas. Todos esses preceitos criaram formas em outras esferas dentro da construção social, ultrapassando os limites dos templos:

O compromisso dos religiosos para com o anticomunismo não se restringiu ao espaço interno da igreja, ou seja, às possibilidades de doutrinação oferecidas pelas missas. Nos momentos críticos os líderes religiosos usaram seu prestígio e força política para atingir a população através de outros meios, ocupando espaços sociais externos à igreja.²⁶⁷

Na DSN a religião aparece como um fator da expressão do poder psicossocial, definida como: “um ou vários entes sobrenaturais e de suas relações com os seres humanos”²⁶⁸. É justamente pela existência das Doutrina religiosas que externalizam princípios e parâmetros esta mesma se torna importante aliada na luta anticomunista e na expressão do poder psicossocial.

Nesse ponto, me reporto às produções jornalísticas que foram utilizadas como mecanismo de propagação de grande alcance de aspirações anticomunistas, cujas reproduções

²⁶⁶ BRASIL. **Decreto nº 50.370**, Brasília, de 21 de março de 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50370-21-marco-1961-390046-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 jun. 2021.

²⁶⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 372p. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000. p. 36.

²⁶⁸ BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Doutrina Básica**. Rio de Janeiro. 1979, p. 160.

foram uma temática recorrente nos momentos pré-golpe. O que pode ser compreendido como uma das frentes que impulsionaram e incutiram a aprovação popular para a tomada de poder.

As encíclicas papais, que eram documentos direcionados aos bispos e cardeais, começaram a abordar a questão comunista. Não se poderia esperar uma postura diferente do Papa em suas falas direcionadas aos fiéis. “Novas esperanças e responsabilidades”: assim foi noticiado o discurso do Papa Paulo VI, no dia 12 de janeiro de 1964, por OESP, no qual o jornal afirmava a necessidade dos países cristãos se unirem para combater “o mal”. De forma implícita, ao comentar sobre o comunismo, entende-se que é este o “mal” a que o Papa se referia.



Imagem 21: O Estado de S. Paulo, 2 de fevereiro de 1964. Primeiro Caderno, p. 1.

Em tom de resposta, aos discursos realizados pelo Papa no dia 2 de fevereiro de 1964, OESP publicou uma matéria sobre a insatisfação do Partido Comunista Italiano (L’Unitá) com o modo de fazer política do Papa, que traz evidências de que o líder máximo da Igreja Católica estava sendo tendencioso em suas palavras. No entanto, ao trazer essa resposta, a matéria adota tom irônico. O título da matéria ““L’Unitá’ acusa Paulo VI de ‘fazer’ política”²⁶⁹ evidencia as questões ao fazer menção ao partido entre aspas, assim como à sua

²⁶⁹ “L’Unitá” acusa Paulo VI de “fazer” política. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 2 de fevereiro de 1964. Primeiro Caderno, p. 1.

constatação em relação ao Papa. A linguagem adotada reduz a importância do alerta feito pelo partido. Ao fim da matéria, ainda foi reproduzida na íntegra a resposta do Vaticano. A construção do pensamento anticomunista religioso, intensificado pelas mídias, contribuiu para potencializar a atmosfera do medo entre as camadas sociais da sociedade brasileira. Isso porque, se o movimento comunista ganhasse força, de acordo com essa concepção da Igreja Católica, poderia significar uma profunda alteração das estruturas políticas, sociais e religiosas. Daí, segundo Rodrigo Patto Sá Motta, a necessidade de proteger as instituições clericais cada vez mais latentes. Diz o historiador:

A representação do comunismo como inimigo absoluto não derivava apenas do medo de que conquistasse as classes trabalhadoras. A questão central, na ótica dos responsáveis católicos, no que não estavam desprovidos de razão, é que a nova doutrina questionava os fundamentos básicos das instituições religiosas. O comunismo não se restringiria a um programa de revolução social e econômica. Ele se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral.²⁷⁰

É possível verificar esse receio através de um exemplo presente na matéria “Denúncia de perseguição a igrejas protestantes pelo governo de Castro”²⁷¹, publicada em OESP, no dia 2 de fevereiro de 1964, sobre as dificuldades enfrentadas pelas Igrejas Católica e Protestante presentes em Cuba, que vivia desde 1959 sob regime comunista. A matéria destaca as inúmeras restrições que levaram até à alteração da configuração formal dessas Igrejas, que passariam a ser associações, devendo assim constar inclusive o nome dos fiéis que doaram dinheiro à instituição e a quantidade doada. Ao evidenciar os problemas enfrentados pelas Igrejas dentro de um sistema comunista, o jornal sugere o que aconteceria em outros países caso o comunismo fosse implantado.

Semanas antes, em 11 de janeiro de 1964, *O Globo* já havia traçado um paralelo com a realidade internacional em “A União Soviética face à religião”.²⁷² O jornal carioca também procurava evidenciar a incompatibilidade entre o comunismo e o cristianismo retratando a realidade de restrição à religião no dia a dia soviético.

O comunismo é fundamentalmente oposto a toda crença e prática religiosa e considera a religião o “ópio do povo”. O sentimento religioso é, portanto, incompatível com a doutrina comunista. Mal triunfou a Revolução de 1917, os bolchevistas decretaram a separação da Igreja do Estado. Suas terras e bens foram nacionalizados, ficando as congregações com o encargo de manter as igrejas e o clero. O ensino religioso é proibido nas escolas e a doutrinação do ateísmo faz parte

²⁷⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 372p. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000. p. 38.

²⁷¹ Denúncia de perseguição a igrejas protestantes pelo governo de Castro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 2 de fevereiro de 1964. Primeiro Caderno, p. 2.

²⁷² A União Soviética face à religião. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1964, Caderno Geral, p. 1.

do currículo. Aos que desejam ingressar no Partido Comunista exige-se a abjuração da fé.²⁷³



Imagem 22: **O Estado de S. Paulo**, 8 de março de 1964. Caderno Geral, p. 9.

O aumento de tom alarmista alcançou seu ápice no mês de março, justamente nos últimos ajustes para a construção do golpe. A matéria de OESP, de 8 de março de 1964, “Bispos da Bahia denunciam clima de subversão no País”, reproduziu trechos da carta redigida pelos bispos da Bahia e dirigida aos fiéis sobre a temática da crescente onda subversiva presente no país, além de reafirmar a necessidade de defender as instituições religiosas assim como a democracia:

Ainda há tempo para uma volta decidida e heroica ao fervor democrático e cristão, repudiando o comunismo e seu ameaçador avanço nas terras do Brasil [...] No momento de angustiante tormenta por que passam o mundo, é natural que todos esperem a palavra orientação e conforto para que não sejamos acusados de omissos e desinteressados na luta do bem contra o mal, da luz contra as trevas, do heroísmo contra a covardia. A presente geração enfrenta horas graves de entrechoques ideológicos, no fragor das estruturas fisiológicas sociais e políticas em desafio, premidas pela importância dos índices evolutivos da comunidade humana.²⁷⁴

As tensões não se encerraram por aí. É possível observar a construção cada vez maior de um clima denunciativo por parte dos movimentos religiosos que culminaram nas conhecidas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que marcaram o período pré-golpe. As Marchas tiveram início em São Paulo, no dia 19 de março de 1964, quando cerca de 500 mil pessoas participaram dessa mobilização. Logo a Marcha foi reproduzida em outras cidades do interior do estado de São Paulo. Um grande ato estava sendo organizado para acontecer no Rio de Janeiro. No entanto, com a consolidação do golpe de Estado, em 31 de março, o caráter reivindicatório assumiu o tom de comemoração. Calcula-se que no período de março a junho de 1964 foram realizadas cerca de 1969. Essas “Marchas” foram resultado

²⁷³ A União Soviética face à religião. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1964, Caderno Geral, p. 1.

²⁷⁴ Bispos da Bahia denunciam clima de subversão no País. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 8 de março de 1964. Caderno Geral, p. 9.

de uma mobilização dos setores médios, tendo como liderança, principalmente, parte do clero e das associações femininas que ganharam grande destaque organizacional. Muitas pessoas saíram às ruas contra o “perigo comunista”, em defesa da família, mesclando questões cívicas e religiosas, conclamando ajuda para as Forças Armadas. O próprio termo “Marcha” utilizado para intitular o movimento carregava significado nesse processo:

Tal qual a ideia de cruzada, o conceito de marcha traz em seu bojo uma série de elementos deveres úteis ao empreendimento de luta pelo poder. Traz em si, primeiramente a ideia de uma luta ativa, com a participação de fato do indivíduo, criando a ideia da coluna que caminha junta, unida, formando um só corpo. Além disso, não é uma marcha de cristão independentes: trata-se de uma marcha da *família*, ou seja, um grupo que forma um outro grupo, caminhando junto, unido, coeso, em um mesmo ritmo. E eis aí outro elemento essencial na ideia de marcha: a noção de coesão. Criar um mecanismo que dissipe diferenças, gerando a noção de que todos estão juntos, em um mesmo compasso, a caminhar para o mesmo alvo, com o mesmo desígnio. A ideia de marcha possui também um tom triunfalista, representa um símbolo prévio de vitória, ou ainda a comemoração da vitória como foram as “Marchas” que aconteceram após o golpe de 1964.²⁷⁵

As Marchas da Família com Deus pela Liberdade representam um grande ponto de tensão de uma população que, em seu cotidiano, foi levada a acreditar nesse “perigo comunista”. Segundo Aline Alves Presot:

O percurso apresentado revela a existência de uma comunidade de imaginação unida por certo conjunto de valores, normas e crenças de naturezas diversas como morais, religiosos ou sociais, que a conduziu a protagonizar determinado fenômeno político, qual seja, a participação nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade no ano de 1964.²⁷⁶

A pesquisadora continua sua argumentação:

Contudo, a existência de uma comunidade de imaginação que permitiu que diversos setores da sociedade se mantivessem coesos em torno deste “discurso” mostrou sua fragilidade diante de mudanças em trajetórias políticas e individuais, revelando a característica de seletividade da memória, uma vez que parcela da sociedade que protagonizou o acontecimento das Marchas da Família com Deus pela Liberdade fez a opção por silenciar-se diante do fato de haverem endossado uma intervenção nas instituições democráticas que acabou por culminar num regime de exceção, o que pode trazer em si algo de culpabilidade.²⁷⁷

Faz-se importante compreender esses movimentos como resultados da construção de um imaginário anticomunista que se consolidou dentro de preceitos de ordem religiosa e moral. Ainda segundo Presot: “evidenciou-se sobretudo a realização desse acontecimento

²⁷⁵ SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. **A “mulher brasileira” em ação**: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p.75

²⁷⁶ PRESOT, Aline Alves. **As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe de 1964**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. p. 105.

²⁷⁷ *Ibidem*, p. 107.

como um momento de produção e difusão de sentido, expressão de sentidos até então velados”.²⁷⁸ A Marcha teria nesse sentido uma dupla finalidade demonstrar a insatisfação com o comício realizado por Jango e o “conclamar do despertar da nação”, fato esse debatido e apresentado por Dharana Pérola:

Dessa forma, a “Marcha” ganha uma fase muito mais ampla do que mero instrumento de protesto- imbui-se de uma face conscientizadora -ampliando-se assim o objeto para quem se dirige. Se por um lado o movimento tinha uma função representativa da opinião pública, demonstrando a indignação com as propostas aludidas na semana anterior, no Comício do Brasil, tinha também a “Marcha” o objeto de despertar a gente e a pátria para o perigo que rondava, imperceptível para muitos. Deste modo, absolutiza-se o mal comunista- o mal só não é percebido pelos que dormem- e elitiza-se o movimento ao transformar a “Marcha” em um movimento de indignação para um encontro de esclarecidos na missão de despertar os que perecem no sono.²⁷⁹

Noticiado em vários meios de circulação sob o mesmo pretexto, sua estruturação era a de um movimento para a defesa da democracia e da família, pautados em seus valores morais e cristãos que estariam sob grande ameaça. As menções da Igreja ao comunismo retornam aos editoriais apenas no ano de 1967. Antes disso, na minha amostragem, não localizei nenhum editorial que fizesse relação direta a essa questão. Em “O apelo do Papa à China”, de 08.01.1967, OESP se apoia no pedido do Papa para a liberação do catolicismo em solo chinês para tecer uma análise sobre a perseguição religiosa, aproveitando o espaço para construir o ideário comunista anticristão:

O Pontífice está perfeitamente consciente disso e da dura realidade que força sua voz, a ser, em relação à China, como a de João Batista - “Vox clamantis in deserto” - ele mesmo pintou um quadro bem realista da situação, dizendo: “Os fatos são bem conhecidos: a liberdade religiosa na China Continental encontra graves obstáculos; nossas comunicações com os fiéis chineses estão impedidas; todos os missionários foram expulsos; o Concílio Vaticano não viu presente qualquer membro daquela hierarquia e a Igreja e a Sé Apostólica foram acusadas de hostilidade ao povo chines.

Toda essa situação não é senão a coroação de um processo de perseguição religiosa iniciada logo que os comunistas tomaram o poder, no Continente, e desde então conduzido com inexorável e brutal coerência. [...] O Pontífice não ignora que, na atual situação mundial, a China representa um grave perigo para a paz, não só por ser a principal artífice e personagem do conflito que hoje preocupa toda a Humanidade, mas também porque sua extraordinariamente grande população está sendo submetida a uma impiedosa “lavagem cerebral” que, sob os auspícios do pensamento de Mao, ameaça transformá-la em uma massa fanatizada capaz de ser usada como simples instrumento em perigosas aventuras de âmbito mundial.²⁸⁰

²⁷⁸ PRESOT, Aline Alves. **As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe de 1964**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. p. 105.

²⁷⁹ SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. **A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964**. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p.87

²⁸⁰ O apelo do Papa à China. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 8 de janeiro de 1967, p. 3.

No final de 1967 é possível ver uma nova maneira de apresentar a Igreja e o comunismo. Não se trata mais de um alerta da organização religiosa sobre o perigo comunista, mas a infiltração desse “mal” no âmago da própria instituição religiosa. Esse novo tom do discurso esteve presente nos editoriais analisados por todo o ano de 1968. As críticas à nova estruturação da Igreja são diversas. Localizei um, específico, que aponta com fervor os problemas das novas estruturas das celebrações e posturas dos novos padres. Com título sugestivo de “Necessidade dos contrastes”, assinado por Gustavo Corção, que era professor de religião de Carlos Lacerda chegando a contribuir com a escrita de matéria no jornal mantido por Lacerda, chamado *Tribuna da Imprensa*. Colaborava também com editoriais para OESP. O editorial em questão apresentou os conflitos de uma sociedade que não estavam em total acordo com os novos debates e culturas da Igreja, como o próprio nome sugere. Conclamando para a necessidade de diferenciar a Igreja de outros espaços, que, segundo o autor, estava se aproximando da realidade de um bar:

Tempos atrás, dez anos apenas, havia uma sensível diferença entre o ambiente de um botequim e o de um templo católico na hora da missa. A diferença atenuou-se, e certos padres jovens estão caprichando para tornar desprezível a diferença. Já me queixei, mais de uma vez, da vulgarização do linguajar usado nos sermões dos “novos padres”. [...] Por enquanto não se usam palavrões nem se injuria a mão do sacerdote. Isto virá com o tempo. As freiras já lêem Marcuse e já vão no teatro ouvir os palavrões de Roda Viva. [...] Estou prevendo debates sobre amor livre e sobre a pílula em plena missa ou explosão de ódio contra os Estados Unidos na hora em que o padre falar em paz.²⁸¹

Buscando explicar os motivos das novas posições tomadas, tudo se deu, principalmente com a ruptura da Igreja com o Regime. Os editoriais começam a acusar lideranças religiosas de associação comunista, como no caso de Dom Helder Câmara, que sofreu duras críticas ao se colocar na defesa das nordestinas e nordestinos:

Diante dos fatos trazidos aqui a público, já ninguém poderá deixar de ter o contumaz agitador na conta de quem se dispõe a formar no que a extrema esquerda tem de mais radical no seu propósito de não dar tréguas ao que resta ainda de nossas reservas democráticas.

Para S. Exa. Revma. não custa sonegar dados e omitir fatos, pois o que visa é apresentar aos olhos das multidões ignaras um regime em que o mínimo do que pode ser acusado é o haver-se convertido na arma de que serve o capitalismo para, reduzindo as massas à mais extrema indigência, aumentar cada vez mais a opulência da oligarquia dominante.

[...] Está agora o País em condições de perguntar: diante de uma complexidade tal dos fatores que atuam no Nordeste, que é que pretende o grande demagogo com o seu Movimento de Ação, Justiça e Paz? Haverá num campo em que só a mais apurada técnica científica poderá obter resultados positivos, lugar para que venha a falar S. Exa. Revma. em descaso ou omissão em face do que acabamos de relatar? E que pensa das decisões tomadas sr. ministro Jarbas Passarinho, de ir bater às portas do sr. dom Helder Câmara para com ele discutir,

²⁸¹ CORÇÃO, Gustavo. Necessidade dos contrastes. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1968, p. 2.

segundo noticiam os jornais, problemas referentes ao desenvolvimento econômico da Nação?!²⁸²

“Aberrações ensinadas pelo ISPAC em Belo Horizonte”, assinado por Gustavo Corção, relata a existência de “esquerdistas” entre os bispos brasileiros:

O episcopado brasileiro conta com muitos bispos sábios e veneráveis. Posso até afiançar, e poderia provar, que é uma pequena minoria a famosa ala de bispos esquerdistas ou progressistas. [...] Torno a dizer: graças a Deus constitui minoria (e só não digo inexpressiva minoria porque esses poucos são excessivamente expressivos) a parte do episcopado que mais se interessa pela promoção de suas ideias do que mais se interessa pela promoção de suas ideias do que zelo de boa doutrina.²⁸³

O cerne do editorial, entretanto, é de crítica aos “modernistas” ensinados no Instituto Superior Pastoral Catequética (ISPAC), em Belo Horizonte, e chega a transcrever trechos de estudos emitidos pelo ISPAC sobre a necessidade de construir novos caminhos para o cristianismo. Ao terminar a transcrição, o editorial expõe seu desconforto e repúdio:

Agora eu torno a pedir desculpas ao leitor pelo mau português e pelo bestialógico. Feitos desses descontos, o que sobra é simplesmente o seguinte: o ISPAC, Instituto Superior Pastoral Catequética, em Belo Horizonte, como aliás no Rio e em outros pontos do país, está ensinando os caminhos da apostasia, da blasfêmia, da negação de Deus, da recusa do cristianismo a umas pobres freiras apatetadas, ou a uns jovens inebriados pelo incenso com que são adorados.²⁸⁴

Mesmo não apresentando de modo explícito, é possível compreender que a presença desses ditos “esquerdistas” no episcopado geravam e fermentavam as modificações na estruturação religiosa, levando-a a caminhos que estariam na contramão do evangelho. No entanto, existe também uma defesa criada à Igreja, de que não se exclui o fato de existirem em seu meio “elementos subversivos”, mas não seria coerente generalizar. Em “Retratos sem retoques”, que apresenta as impressões sobre a reunião dos bispos latinos e suas posturas ante os problemas sociais, é possível notar a defesa das bandeiras levantadas pelos bispos ao mesmo tempo que deixa claro que não se trata de “subversão”:

Não faltará quem sinta cheiro de subversivo nesse documento. Alguns padres e bispos já são tachados de comunistas e falta apenas um passo para estender a todo episcopado latino-americano que tão corajosamente assume papel de vanguarda na denúncia das injustiças vigentes no continente e se propõe a lutar contra elas. O que não se quer entender - ou não querem entender os partidários de uma Igreja contemplativa, alheia aos problemas sociais, bem como todos os defensores do “status quo” existente na América Latina - é que essa nova posição é

²⁸² D. Helder e o Ministro Passarinho. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 de outubro de 1968, p. 3.

²⁸³ CORÇÃO, Gustavo. Aberrações ensinadas pelo ISPAC em Belo Horizonte. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 de junho de 1968, p. 2.

²⁸⁴ *Ibidem*.

justamente o que antepõe ao comunismo e aos extremismos de qualquer natureza.²⁸⁵

Nesse editorial podemos ver uma mudança na retórica que era defendida até então. Podemos verificar indícios de uma fragilização do elo entre o Regime e OESP, marcando o início do rompimento, uma vez que agora começavam a ser sentidas as ações mais intensas do regime.

Seguindo as mesmas defesas e críticas, três meses depois, a mesma FSP publicou “Crise religiosa”, em que afirmava: “[...] Que tenham razão as autoridades que afirmam [ilegível] a missão espiritual desvirtuada por alguns padres, [ilegível] em instrumento de pregação e ação subversiva, [ilegível] é leigo permitir generalizações apressadas.” Verifico aqui um alerta construído pelo diário paulista, alegando que a narrativa do anticomunismo passava a ser utilizada de modo tendencioso:

Quaisquer que sejam os erros que elementos vinculados a um ou a outra cometam, as áreas mais responsáveis de ambas as partes têm o dever de tudo fazer para impedir que as divergências se tornem insanáveis. Infelizmente, não é o que se está vendo; tudo serve de pretexto para, sob alegação de reprimir atividades subversivas, tentar evitar que a Igreja participe mais ativamente dos grandes problemas sociais da nossa terra. O conservadorismo mais retrógrado aproveita-se dos desacertos ou exageros de um ou outro sacerdote, para com isso procurar negar a validade das teses que a Igreja vem sustentando, a partir das últimas encíclicas papais e da recente Conferência dos Bispos Latino-Americanos. É com tais elementos que se cria uma questão religiosa; e é para que não haja essa questão, com todas as suas delicadas implicações, que se deseja que o bom senso se instale na cabeça de todos quantos têm responsabilidade pelos destinos da nação.²⁸⁶

Este editorial apresenta uma percepção sobre a realidade da sociedade brasileira evidenciada nesta dissertação, onde há a criação de uma atmosfera do medo, do anticomunismo, que foi utilizada para o controle e manutenção do *status quo*. Ao passo que o mesmo jornal que contribuiu para a construção dessa narrativa anticomunista, agora, apresenta os exageros criados nessas tensões, especificamente relacionados à Igreja Católica. A mudança de postura da FSP aconteceu muito próxima à promulgação do AI-5, quando o Regime passou a adotar uma posição repressiva ainda mais atroz, ao passo que representou os últimos momentos das redações jornalísticas sem a presença de censores de modo direto.

Nesse capítulo, mostrei como pude verificar durante a leitura dos editoriais estudados, que o discurso em torno da Igreja Católica adotou tons diferentes no decorrer do período estudado. A princípio, no início do Regime Militar, os editoriais apresentavam as ideias da Igreja unida ao coro anticomunista, denunciando os “perigos” e dificuldades enfrentadas ante a realidade vermelha. Com o passar dos anos e a conseqüentemente a mudança da postura a

²⁸⁵ Retratos sem retoques. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 de setembro de 1968, p. 4.

²⁸⁶ Crise religiosa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 de dezembro de 1968, Primeiro Caderno, p. 4.

própria Igreja, que acontece de modo paulatino, os editoriais começaram a apontar para a infiltração comunista dentro da própria instituição religiosa, que passou a ser vista como doente, pois havia sido acertada pelas flechas do “perigo vermelho”, servindo de exemplo para alimentar o temor anticomunismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das análises dos editoriais dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo* foi possível compreender sobre o período estudado (1964-1968) mais uma faceta da estruturação do aparato repressivo do Estado Autoritário brasileiro pós-1964. Além das forças de coerção física, o novo governo utilizou-se, desde a conspiração para o golpe em abril de 1964, da fundamentação teórica presente na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e da função social e do grande alcance das mídias para disseminar narrativas anticomunistas com a intenção de espalhar o medo na sociedade brasileira.

Os jornais estudados, todos pertencentes à grande imprensa, por sua vez, a princípio, compactuaram com o ideário do regime para criar narrativas anticomunistas. Através dessas práticas, de gerar medo na sociedade, o governo, com o apoio das mídias, buscou justificar suas ações repressivas e de controle social. O discurso anticomunista esteve presente durante todo o período estudado, mas não de forma descolada da realidade político-social vivenciada pela população brasileira. Assim, mesmo estando presente em todo espaço temporal estudado, o discurso anticomunista, nas páginas dos jornais, adotou diferentes tons que visavam seguir as questões do cenário político interno e, mais do que isso, correspondiam às vivências do cotidiano das brasileiras e brasileiros trazendo sentido e justificativa para as ações do aparato repressivo. Com isso, buscavam produzir uma espécie de sufocamento dos movimentos oposicionistas que passaram a ser lidos como a representação do “perigo comunista” presente em solo brasileiro.

A organização da pesquisa em temáticas, permitiu mostrar a preocupação desse discurso em apresentar extensão da suposta “ameaça comunista” na educação, na cultura e até no meio religioso, tentando criar sentidos e proximidade ao cotidiano. Desse modo, se a realidade política, às vezes, podia ser compreendida como distante da população brasileira, as vivências na área da educação e nos ambientes religiosos eram vivenciadas constantemente, o que criava a ideia e a sensação de que havia um “perigo” cerceando a todas as pessoas.

Os jornais estudados, portanto, por um momento, tornaram-se parte dessa retórica construída pelo regime. À medida em que as ações autoritárias do Regime Militar se intensificaram, houve o rompimento dessa ligação por não representar mais os interesses das classes representadas pelos meios de comunicação. Mesmo notando algumas diferenças de enfoque durante o período estudado, os três jornais adotaram uma postura convergente em relação às narrativas do “medo anticomunista” e formaram um só coro endossando as

experiências em matérias produzidas dentro de uma ótica similar, uma vez que foi possível notar a presença de matérias sobre o mesmo assunto com a mesma percepção nos três jornais.

Nesse sentido, pode-se afirmar que as narrativas construídas e reproduzidas pelos meios de comunicação no período estudado funcionaram como um “braço” do poder do regime que partia da sociedade civil, tal como definida por Gramsci, para exercer coerção entre seus próprios pares. Essa extensão do poder autoritário que saía das esferas da sociedade política estabeleceu uma relação simbiótica com a civil. Nesse sentido, o imaginário anticomunista se entrelaçou ao cotidiano da população brasileira, como descreve Michel Foucault em *Vigiar e punir*:

Em suma, faz com que o exercício do poder não se acrescenta de fora, como uma limitação rígida ou como um peso, sobre as funções que investe, mas que esteja nelas residente bastante sutilmente, para aumentar-lhes a eficácia aumentando ele mesmo seus próprios pontos de apoio. O dispositivo panóptico não é simplesmente uma charneira, um local de troca, entre um mecanismo de poder e uma função; é uma maneira de fazer funcionar relações de poder numa função e uma função para essas relações de poder.²⁸⁷

As mídias analisadas adotaram, em determinados momentos, a função de “fazer funcionar as relações de poder” ao compartilhar os ideais anticomunistas. Contribuíram assim para a perpetuação do Regime Militar compondo o que Foucault chamou, na mesma obra, de “exílio dos leprosos”, ou seja, ao delimitarem o “inimigo interno” contribuíram para a sua desarticulação e fragmentação na sociedade.

Judith Butler, em seu livro *A vida psíquica do poder*, retrata que: “O indivíduo se forma, ou melhor, formula-se como prisioneiro por meio de sua ‘identidade’ constituída discursivamente. A sujeição é literalmente a feitura de um sujeito, o princípio de regulação, segundo o qual um sujeito é formulado ou produzido.”²⁸⁸ Esse imaginário é forjado e nutrido por questões identitárias historicamente construídas, impulsionando ou fomentando momentos autoritários.

À medida em que tais discursos foram produzidos e reproduzidos durante toda a realidade autoritária, houve, em determinada medida, a introjeção desse pensamento na sociedade e, às vezes, a própria sensação de medo, em determinados momentos, na sociedade brasileira.

²⁸⁷ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 230.

²⁸⁸ BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 90.

Para finalizar esta dissertação lembro de Walter Benjamin, que em “O Anjo da História”, estabeleceu uma analogia do que poderia ser compreendido como a representação do guardião da História:

Há um quadro de Klee intitulado *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece preparar-se para se afastar de qualquer coisa que olha fixamente. Tem os olhos esbugalhados, a boca escancarada e as asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Voltou o rosto para o passado. A cadeia de fatos que aparece diante dos nossos olhos é para ele uma catástrofe sem fim, que incessantemente acumula ruínas sobre ruínas e lhas lança aos pés. Ele gostaria de parar para acordar os mortos e reconstituir, a partir dos seus fragmentos, aquilo que foi destruído. Mas, do paraíso, sopra um vendaval que se enrodilha nas suas asas, e que é tão forte que o anjo já não as consegue fechar. Esse vendaval arrasta-o imparavelmente para o futuro, a que ele volta as costas, enquanto o monte de ruínas à sua frente cresce até o céu. Aquilo a que chamamos progresso é este vendaval.²⁸⁹

Estaria a História fadada a apresentar atrocidades e caos enquanto está impulsionada a viver o novo sem acertar suas contas com o passado? É possível verificar o caráter cíclico da história e, mais do que isso, sua potência para vislumbrar um novo horizonte.

Usando as palavras de Emicida, em seu álbum *AmarElo*: “Existe um provérbio africano que diz: Exu só matou o pássaro ontem com a pedra que só lançou hoje. Ou seja, todas as nossas chances de consertar os desencontros do passado moram no agora.”²⁹⁰

²⁸⁹ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. **Walter Benjamin: obras escolhidas** - Magia e técnica, arte e política. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

²⁹⁰ AMARELO, [Emicida]: Emicida. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019. CD (49min).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

ABREU, José Batista de. **As manobras da informação**: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979). Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**: 1964-1984. Petrópolis: Vozes, 1984.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, Estado Autoritário (1968–1978)**: O exercício cotidiano da dominação e da resistência *O Estado de S. Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.

BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Fé na luta**: a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, da ditadura à democratização. São Paulo: Lettera.doc, 2009.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (Orgs). **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 2000. 2v.

BRETON, Philippe. **A utopia da comunicação**. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Tradução de Rogério Bettoni, Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo, Contexto, 1988.

_____, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino – imprensa e ideologia**: O Jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa – Omega, 1980.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2014.

_____. **A cultura no plural**. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995. (Travessia do Século).

CHARTIER, Roger. **À Beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHOMSKY, Noam. **Mídia**: propaganda política e manipulação. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia de Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

- COSTA, Edwaldo. **Meia Culpa**: O Globo e a ditadura militar. Florianópolis: Insular, 2015.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- D'ARAÚJO, Maria Celina et alli (orgs.) **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DREIFUSS, René. **A conquista do Estado**: ação política e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERRAÇO, C. E.; SOARES, M. C. S.; ALVES, N. Cotidiano, cultura, alteridade e a criação permanente de diferença. In: **Michel de Certeau e as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em educação** [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 71-88, 2018. p. 78. ISBN 978-85-7511-517-6. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575115176.0005>. Acesso em: 16 mar. 2023.
- FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FONSECA, Francisco. **Liberalismo autoritário**: discurso liberal e práxis autoritária na imprensa brasileira. São Paulo: Hucitec, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France. Tradução de Laura de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1990.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- MORAES, Leticia Nunes de. **Leituras da revista Realidade (1966-1968)**. São Paulo: Alameda, 2007.
- MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de S. Paulo (1921-1981)**. São Paulo: Impres, 1981.
- O'DONNELL, Guillermo. **Análise do autoritarismo burocrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- REZENDE, Maria José. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984. Londrina: Eduel, 2001.
- SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica e poder**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

Capítulos de livros

ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo. Mídia: um aro, um halo e um elo. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera. **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 43-60, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/8657394/M%C3%ADdia_um_aro_um_halo_e_um_elo. Acesso em: 16 mar. 2023.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. **Walter Benjamin: obras escolhidas - Magia e técnica, arte e política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica. In: **O Beijo de Lamourette**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

FONTANA, Josep. Marx e o materialismo histórico. In: **A história dos homens**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

GOZZI, Gustavo. Estado Contemporâneo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (orgs.). **Dicionário de política**, v. 1. São Paulo; Brasília: Imprensa Oficial; Editora da UnB, 2000. 2 v.

MONTALVÃO, Sérgio. *O Globo*. CPDOC-FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GLOBO,%20O.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2021.

SAES, Décio. O conceito de Estado Burguês. In: **Estado e democracia: ensaios teóricos**. Campinas, SP: IFCH, 1994

STOPPINO, Mario. Ideologia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (orgs.). **Dicionário de política**, v. 1. São Paulo; Brasília: Imprensa Oficial; Editora da UnB, 2000. 2 v.

SEVCENKO, Nicolau. O rosto do mundo. In: **Folha de S. Paulo: primeira página 1925-1985**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1985.

Artigos de periódicos

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações**, v. 12, n. 2, p. 78-89, jul/dez. 2007.

APARECIDA, Nágila; DIAS, Edmundo Fernandes. A questão da ideologia em Antonio Gramsci. **Trabalho & Educação**, v. 16, n. 2, julho-dez 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8770/6275>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BARROS, José D' Assunção. O conceito de alienação no jovem Marx. **Tempo Social: Revista de sociologia da USP**, v. 23, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/zBsXjnRDZrJVgbwKDTf9btn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BALDI, Luiz Agostinho de Paula. A categoria ideologia em Marx e a questão da “falsa consciência”. **Katálisis**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 631-640, set./dez, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p631>. Acesso em: 16 mar. 2023.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Y59LVTRh6zQ8WCyXYkkRGQt/?lang=pt>. Acesso em: 19 mar. 2023.

CASTRO, Michele Corrêa de; RIOS, Valdir Lemos. Escola e educação em Gramsci. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 7, n. 3, p. 221-228, 2007.

CHIRIO, Muad. A “primeira linha dura” do regime militar: trajetórias de oficiais do Exército nos anos de 60 e 70. **Militares e política**, n. 6, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/mp/article/view/33847>. Acesso em: 16 mar. 2023.

COELHO, F. (2014). Conceitos “cultura” e “representação”: contribuições para os estudos históricos. **Fronteiras**, v. 16, n. 28, p. 87-99, 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/4544>. Acesso em: 15 mar. 2023.

DIAS, André Bonsanto. “64 - Brasil continua”: história, memória e as impressões da Folha de S. Paulo sobre o golpe militar de 1964. **Revista Brasileira de História da Mídia** (RBHM). v.2, n. 1, jan./jun. 2013. p. 50. Disponível em: <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.2120133844>. Acesso em: 18 mar. 2023.

ENTREVISTA com Maria Yedda Linhares. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 216-236. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1946/1085>. Acesso em: 7 jan. 2023.

FELIPPE, Márcio Sotelo. Ditadura militar, crimes contra a humanidade e a condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Diké: Revista Jurídica do Curso de Direito da UESC**. Ilhéus, v. 17, p. 89-113, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/dike/article/view/1790>. Acesso em 14 mar. 2023.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, v. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>. Acesso em: 14 mar. 2023.

GOMES, Edgar da Silva. Censurado: o jornal *São Paulo* e a Ditadura Militar 1964-1985. **Revista de Cultura teológica**, v. 13, n. 50, jan./mar. 2005, p. 137-155. Disponível em: <https://doi.org/10.19176/rect.v0i50.25055>. Acesso em: 16 mar. 2023.

HUERTA, José Luis Hernández. Representações dos movimentos estudantis brasileiros na imprensa diária durante o ano de 1968. **Revista História da Educação**, v. 22, n. 54, abr. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/76888>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/vr3WdNHw6p3DvLdm8T7spFm/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2023.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 23, n. 67, p. 40-67. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/gShkcQ5c7qL3kqbP4p4DnyS/?lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2023.

MEYER, Emílio Peluso Neder. Crimes contra a Humanidade, Justiça de Transição e Estado de Direito: Revisitando a Ditadura Brasileira. **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 208-242, 2015. DOI: 10.25160/bjbs.v4i1.20028. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/20028>. Acesso em: 18 mar. 2023.

MOTTA, Marly Silva da. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de Estado. **Nossa História**. Rio de Janeiro, n. 19, p. 72-25, maio 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. **Revista Tempo**, v. 20, 2014. DOI: 10.1590/TEM-1980-542X-2014203627. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/4mzxk86nwdQfYdJfHpKmJNt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1º dez. 2022.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. Os primórdios da Doutrina de Segurança Nacional: a Escola Superior de Guerra. **História**, São Paulo, v. 29, n. 2, pp. 135-157, dez. 2010. DOI <https://doi.org/10.1590/S0101-90742010000200008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/fjdD7JqjsgcmFqvsbmdKVLN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 jun. 2021.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e Transição. **Revista USP**, n. 9, 1991. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i9p45-56. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25547>. Acesso em: 13 abr. 2021.

RIBEIRO, Marcos Vinicius. Anticomunismo e Inimigo Interno: uma avaliação da Doutrina da Segurança Nacional a partir de sujeitos e manuais da repressão durante as ditaduras do concul. **História Debates e tendências**. Passo fundo, v.1, n.3, p. 384-401, set./dez., 2019.

SAES, Décio. O conceito de Estado Burguês. In: **Estado e democracia: ensaios teóricos**. Campinas, SP: IFCH; 1994.

STEPHAN, Claudia. A doutrina de Segurança Nacional de contenção na Guerra Fria: fatores que contribuíram para a participação dos militares na política brasileira (1947-1969). **Conjuntura Global**, v. 5, n. 3, pp. 537-565, set./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/50544>. Acesso em: 1º jun. 2021.

SUGIMOTO, Luiz. O golpe que deu Ibope. **Jornal da Unicamp**. Campinas, n. 204, fev./mar. 2003. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp_hoje/ju/fevereiro2003/ju204g03.html. Acesso em: 15 mar. 2023.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia: Brasil do ensaio ao golpe (1954-1964). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.

Dissertações e teses

COSTA, Edwaldo. **A ditadura brasileira no tempo: um estudo dos discursos do jornal O Globo em 1964/1985 e 2014**. 338p. Tese (Doutorado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/4672>. Acesso em: 6 jun. 2021.

COTTA, Luiza Cristina Villaméa. **Adhemar de Barros (1901-1969): a origem do “rouba mas faz”**. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CUNHA, Marcus Vinicius Silva Ferreira. **A disciplina escolar educação moral e cívica e o projeto educacional hegemônico da ditadura empresarial militar (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

DELGADO, Márcio de Paiva. **O “golpismo democrático” de Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora (MG), 2006.

FERRAZ, Francisco César Alves. **À sombra dos carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis (SP), 1994.

HONS, André Séguin des. **Os diários do Rio de Janeiro: 1945-82**. Dissertação (Mestrado) Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1982.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 372p. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

PRESOT, Aline Alves. **As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe de 1964**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/9817>. Acesso em: 3 jun. 2021.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. **Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)**. 253p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/36464>. Acesso em: 3 jun. 2021.

SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. **A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964**. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13032008-134513/pt-br.php>. Acesso em: 16 mar. 2023.

SILVA, Eça Pereira da. **O Centro de Altos Estudos Militares (Peru) e a Escola Superior de Guerra (Brasil) 1948-1968**. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10032016-143622/pt-br.php>. Acesso em: 31 jan. 2023.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. **A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o golpe de 1964**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

TARELOW, Gustavo Querodia. **Antonio Carlos Pacheco e Silva: psiquiatria e política em uma trajetória singular (1898-1988)**. Tese (Doutorado em Medicina) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Trabalhos apresentados em eventos

FERREIRA, Moisés Carlos. A implantação da D.S.N - Doutrina de Segurança Nacional e a Operação Condor no Brasil e Argentina. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA [Anais]. São Paulo, USP, 2016.

Legislação

BRASIL. **Decreto nº 4.388**. Brasília, 25 de setembro de 2002. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm. Acesso em: 2 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 50.370**, Brasília, 21 de março de 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50370-21-marco-1961-390046-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 jun. 2021.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Doutrina Básica**. Rio de Janeiro. 1979.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Fundamentos da Doutrina**. Rio de Janeiro, 1981.

BRASIL. **Lei nº 785**. Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1949. Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L785.htm. Acesso em: 6 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.528**. Brasília, 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm. Acesso em: 26 jan. 2023.

Músicas

AMARELO, [Emicida]: Emicida. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019. CD (49min).

CORAÇÃO DE ESTUDANTE, [Milton Nascimento]: Milton Nascimento ao vivo. São Paulo: Universal Music International, 1983. LP (47min).

IDEOLOGIA [Roberto Frejat e Cazuza]. Cazuza. Rio de Janeiro: Polygram, 1988. CD (39min).

APÊNDICE A: TEMA - EDUCAÇÃO

Educação				
Data	Jornal	Título da matéria	Resumo	Pág.
12.01.1964	FSP	FNFI: Sobral Pinto critica Aberlado Jurema	Carta contra estudantes "esquerdistas".	3
12.01.1964	FSP	Enquanto houver baderna não se abre a FNI	Faculdade Filosofia: "conflitos ideológicos".	3
12.01.1964	FSP	Estudantes e agitação	Estudantes "usados pelo comunismo".	4
12.01.1964	FSP	A Universidade e a cultura brasileira	A função da universidade e a cultura e as "desordens" dos estudantes.	3
09.05.1964	GLO	O reitor recebe a comunista	Rádio educação sob influência comunista.	1
11.10.1964	FSP	Apenas a verdade	USP: reitor e comunismo.	4
11.10.1964	OESP	Fórum Nacional dos Reitores	Reunião com os reitores e discussão sobre os problemas.	3
13.12.1964	OESP	Representação discente	Novas regras para controle de estudantes e sua representação discente.	3
09.01.1965	GLO	Sem amor nem ódio	Sobre o conselho universitário da educação, assinado por Eremildo Luís Viana.	2
14.02.1965	OESP	Educação e planejamento	Sobre a necessidade de uma nova estruturação da educação.	3
09.05.1965	FSP	Desenvolvimento científico	Enaltece a postura do regime.	4
13.06.1965	FSP	Solução protelada	Sobre os "comunistas" nas universidades e a demora para solucionar os problemas.	4
11.07.1965	FSP	Pressões extra-universitárias	A favor da universidade é contrário a censura realizada pelo regime.	4
08.08.1965	OESP	O problema estudantil	Sobre o problema da representação discente.	3
10.10.1965	OESP	Universidade e desenvolvimento	Ataque a ciências humanas.	3
12.12.1965	OESP	Caminho errado	Sobre o movimento dos estudantes e a relação do governo.	3
12.12.1965	FSP	UNB	Problemas criados na Universidade de Brasília.	4
09.01.1966	OESP	Que se preserve a	Presença "subversiva" na educação.	3

Educação				
Data	Jornal	Título da matéria	Resumo	Pág.
		Revolução		
13.03.1966	OESP	Os estudantes vencem o imperialismo	Movimento estudantil e a influência comunista na Indonésia.	3
12.06.1966	OESP	A educação em S.Paulo e a revolução	Construção da educação dentro dos moldes do regime.	3
11.06.1997	OESP	Os estudantes: diálogo e a liberdade	"Estudantes totalitários": Protestos de alunos da USP.	3
08.10.1967	OESP	O governo e a universidade de Brasília	Acabar com a propaganda "comuno-goullartista".	3
10.03.1968	FSP	Educar em massas	A educação para garantir a soberania.	4
12.05.1968	FSP	O protesto da mocidade	Protestos estudantis.	4
14.07.1968	FSP	Tempo vazio e tempo existencial	Reforma universitária.	4
10.08.1968	GLO	Cangaceiros dos asfalto	Manifestações estudantis consideradas como guerrilhas.	1
11.08.1968	OESP	Povo contra perturbações	Justificativa das ações do governo acerca das manifestações.	3
11.08.1968	FSP	Continuaremos assim?	Sobre as manifestações e a postura do governo.	4
11.08.1968	FSP	Opinião alheia	Manifestações em outros jornais.	4
08.09.1968	OESP	O terrorismo cultural	Levante comunista nas universidades brasileiras.	3
10.11.1968	FSP	A universidade e a empresa	Análise da universidade para entender a "subversão".	4
13.10.1968	OESP	Os rumos prováveis da Revolução sem rumo	Levante comunista nas universidades brasileiras.	3

APÊNDICE B: TEMA - CULTURA

Cultura				
Data	Jornal	Título da matéria	Resumo	Pág.
12.01.1964	FSP	Metalúrgicos suspendem greve e apoiam Goulart	Greve dos metalúrgicos.	4
12.01.1964	FSP	CNTI: toma posse a nova diretoria	Sindicato.	4
11.07.1965	OESP	Kennedy, Frei e o desafio comunista	"Humanismo cristão": Tentativas de conter o comunismo.	3
08.08.1965	OESP	A la recherche de la grandeur perdue	Obra literária.	3
08.05.1966	OESP	A Fiat e a nova classe	Comunistas impedem o acesso ao carro, mas usufruem.	3
10.09.1966	GLO	O fedelho passou a filósofo, a miss lê...	Comparativo sobre a rebeldia juvenil e as mudanças gerados pelo comunismo.	1 (2ª Seção)
11.09.1966	OESP	Papel de imprensa	Crítica a instabilidade política e construção de imprensa.	3
08.01.1967	OESP	Obscenidades na imprensa	Sobre a lei regulamentadora da imprensa.	3
12.03.1967	OESP	O sindicalismo em S.paulo	O verdadeiro sindicalismo é diferente do mantido anteriormente por "comunistas".	3
08.04.1967	GLO	Linguagem comunista 50 anos depois	Mini dicionário para "compreender a fala comunista".	1 (2ª Seção)
10.09.1967	OESP	<i>O Capital</i> , cem anos depois	Análise crítica a obra de Marx.	3
09.12.1967	GLO	O "Batismo" do Bebê no estilo Soviético	Apresenta o batismo e o casamento nos moldes soviéticos.	1 (2ª Seção)
12.05.1968	OESP	Servan-Schreiber e a esquerda	Livro do autor estadunidense: crítica à esquerda.	3
09.06.1968	FSP	O trabalho e a imaginação	O uso da esquerda nas questões do trabalho.	4
14.07.1968	FSP	Guerra psicológica	Crítica ao temor.	4
14.07.1968	OESP	Ku Klux Kan x Marcuse	Enaltecer a KKK por expulsar "comunista".	3
07.09.1968	GLO	Mujiques em Praga	Influência soviética.	1 (2ª Seção)
12.10.1968	GLO	Esquerda "Hippie"	Satiriza-se a esquerda e o movimento hippie.	3
13.10.1968	OESP	A hora é da verdade: comunismo e jovens	Jovens corrompidos pelo comunismo.	3

Cultura				
Data	Jornal	Título da matéria	Resumo	Pág.
09.11.1968	GLO	O que quer dizer subversivo?	Explicação dos aspectos do subversivo	2

APÊNDICE C: TEMA - IGREJA CATÓLICA

Igreja Católica				
Data	Jornal	Título da matéria	Resumo	Pág.
12.01.1964	FSP	Reflexões sobre uma viagem	O Papa e o comunismo.	4
10.10.1965	FSP	A paz de Paulo VI	Como conquistar a paz, crítica a atos de "subversão".	4
10.10.1965	FSP	Democracia Cristã	Indicação de livro.	4
08.05.1966	FSP	Democracia Cristã	Castelo Branco fala sobre a "Democracia Cristã".	4
08.10.1966	GLO	A missão que não pode ser esquecida	Atribui função de unidade à Igreja católica.	3
08.01.1967	OESP	O apelo do Papa à China	Tentativa de contato do Papa com os fiéis da China.	3
14.05.1967	FSP	Política na opinião pública	Notícias de outros jornais sobre a Igreja e o Comunismo.	4
12.11.1967	OESP	As razões da crise da Igreja	Questões políticas e o perder a fé.	3
10.12.1967	FSP	Política na opinião pública	Membros da Igreja que são adeptos à "subversão".	4
11.02.1968	OESP	Constristador	Postura "esquedista" da Igreja.	3
10.03.1968	FSP	Política na opinião pública	A igreja e o comunismo.	4
13.04.1968	GLO	Casa sem educação todos gritam e ninguém tem razão	Igreja e movimentos estudantis.	2
14.04.1968	OESP	Uma Igreja que não tem ainda a sua Páscoa	A vida de padres em terras comunistas.	3
08.06.1968	GLO	Aberrações ensinadas pelo ISPAC em Belo horizonte	Padres que estão ensinando preceitos incorretos.	1
13.07.1968	GLO	Assembleia ordinária da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil	Divisão na Igreja.	1
10.08.1968	GLO	Reflexões sobre a condição humana	Função da Igreja.	2
08.09.1968	OESP	Após Medellín, ficamos com o Papa	Crítica aos Bispos.	3
08.09.1968	FSP	Retrato sem retoques	Defesa aos Bispos.	4
13.10.1968	OESP	Dr. Helder e o ministro Passarinho	Liderança comunista.	3

Igreja Católica				
Data	Jornal	Título da matéria	Resumo	Pág.
08.12.1968	FSP	Crise Religiosa	Sobre acusações de atos subversivos dentro da Igreja.	4

APÊNDICE D: FONTES DE FOLHA DE S. PAULO

FOLHA DE S. PAULO				
Data	Título	Resumo matéria	Pág.	Localização
12.01.1964	Reação à rigidez dos EUA em Cuba	A necessidade de tomar partido a favor ou contra Cuba.	2	Primeiro Caderno
12.01.1964	Emergência para passar o muro	Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental.	2	Primeiro Caderno
12.01.1964	JG concursos e a de matar o tempo	A imagem política de Jango.	3	Primeiro Caderno
12.01.1964	CNTI: toma posse a nova diretoria	Composição da nova diretoria do sindicato: tom irônico.	3	Primeiro Caderno
12.01.1964	FNFI: Sobral Pinto critica Aberlado Jurema	Cobrança de atitudes contra "estudantes esquerdistas".	3	Primeiro Caderno
12.01.1964	Metalúrgicos suspendem greve e apoiam Goulart	"os metalúrgicos estão identificados com seu pensamento e dispostos a lutar ao seu lado pelas reformas de base" .	3	Primeiro Caderno
12.01.1964	Embaixador solicita salvo conduto para Alain Araujo	História de ex-comunista.	3	Primeiro Caderno
12.01.1964	Enquanto houver baderna não se abre a FNI	Fechamento da faculdade de filosofia: "conflitos ideológicos".	3	Primeiro Caderno
12.01.1964	Estudantes e Agitação	Estudantes que estavam sendo usados pelo comunismo.	4	Primeiro Caderno
12.01.1964	Reflexões sobre uma viagem	Viagem do papa: Uma palavra até aos "comunistas frios".	4	Primeiro Caderno
12.01.1964	Impunidade, não	Fala-se sobre a "desmoralização" da assembleia legislativa.	4	Primeiro Caderno
12.01.1964	Política na opinião alheia	Enfrenta Jango e conclama para uma revolução.	4	Primeiro Caderno
12.01.1964	Golpismo desmoralizado	Ameaça de golpe no país.	4	Primeiro Caderno
12.01.1964	A Universidade e a cultura brasileira'	Fala-se sobre o papel da universidade.	4	Caderno Ilustrado
09.02.1964	França só reconhece uma China"	Traz falas do ministro francês que aceita o governo comunista chinês.	2	Primeiro Caderno
09.02.1964	Cuba reivindicará Guantánamo	EUA: manter-se em Guantánamo está relacionado à irresponsabilidade do governo cubano	2	Primeiro Caderno
09.02.1964	JG quer plebiscito por lei ou decreto	Desmoralização da imagem de Jango.	3	Primeiro Caderno
09.02.1964	Cassações de credenciais de jornalistas: novos protestos	Jango ter retirado a credencial de jornalista norte americano.	3	Primeiro Caderno
09.02.1964	Reeleição, não	Matéria contrária à reeleição de Jango.	4	Primeiro Caderno
08.03.1964	Recrudescer a luta contra os comunistas no Vietnã	Matéria ilegível.	2	Primeiro Caderno

FOLHA DE S. PAULO				
Data	Título	Resumo matéria	Pág.	Localização
08.03.1964	Médicos repudiam "plano de comunização" do Brasil	Traz termos medicinais que "comprovam" como age o processo de comunização.	2	Primeiro Caderno
08.03.1964	CP-65 na dependência do apoio das esquerdas	Sobre eleição e junção das esquerdas com Jango.	3	primeiro Caderno
08.03.1964	Seja cretino por correspondência	Traz passos de como ser um "cretino".	4	Primeiro Caderno
08.03.1964	Desorientação do Governo	Sobre aluguéis inconsistentes do governo Jango.	4	Primeiro Caderno
12.04.1964	(Página dedicada a assuntos da URSS)	Tensionamento e várias questões que envolvem como lidar, como agir e como conter o comunismo.	2	Primeiro Caderno
12.04.1964	Proclamação e Castelo ao povo	Matéria ilegível.	3	Primeiro Caderno
12.04.1964	Promoções de Castelo foram todas por merecimento	Matéria ilegível .	3	Primeiro Caderno
12.04.1964	Revolução definida	Sobre a organização e definição da "revolução".	4	Primeiro Caderno
12.04.1964	Política na opinião pública	Sobre o AI-1.	4	Primeiro Caderno
10.05.1964	A cobra vai fumar	Associação do combate das tropas brasileiras na guerra com o combate ao comunismo.	4	Primeiro Caderno
10.05.1964	Revolução e a corrupção	Necessidade da "revolução" para combater o comunismo e a corrupção.	4	Primeiro Caderno
14.06.1964	Fim de uma fase	Sobre o encerramento de um momento da "Revolução" mas não o fim ao combate "subversivo".	4	Primeiro Caderno
14.06.1964	Dedo-durismo	Critica pessoas que se colocam contra o Regime, chamando-os de "dedo-duros".	4	Primeiro Caderno
14.06.1964	Política na opinião alheia	Jornais falam sobre o golpe.	5	Primeiro Caderno
12.07.1964	Pequim quer iniciar a Guerra menor no sudeste asiático	Conflito entre a URSS e China popular.	2	Primeiro Caderno
12.07.1964	Destino de Juan Castro é incógnita	Cuba: estão tramando para a América Latina.	2	Primeiro Caderno
12.07.1964	Solto líder ferroviário preso ex-diretor do Lóide	Em dois subtítulos fala-se do radicalismo do IPM e da prisão de estudantes e professores.	3	Primeiro Caderno
12.07.1964	Silva Furtado justifica sua saída	Enaltece a figura de Castelo e conchama apoio da população.	3	Primeiro Caderno
12.07.1964	Política na opinião alheia	Visão sobre outros jornais e a "revolução".	4	Primeiro Caderno
09.08.1964	O poder civil	Meio de manter a democracia e "expurgar os inimigos da pátria".	4	Primeiro Caderno

FOLHA DE S. PAULO				
Data	Título	Resumo matéria	Pág.	Localização
13.09.1964	Macartismo	O "marcatismo" em universidades.	4	Primeiro Caderno
13.09.1964	Corrupção,a grande ameaça	A corrupção é maior que a "subversão".	4	Primeiro Caderno
11.10.1964	Saldo positivo	Crítica leve a atuação do regime nos últimos 6 meses, mesmo possuindo uma conclusão positiva.	4	Primeiro Caderno
11.10.1964	Revolução integrativa	Aparece o termo "linha-dura".	3	Primeiro Caderno
11.10.1964	Apenas a verdade	Críticas feitas ao reitor e a universidade de São Paulo.	4	Primeiro Caderno
08.11.1964	Cultivando incoerências	Crítica-se a instituição democrática.	4	Primeiro Caderno
13.12.1964	Cuba	Sobre a presença de Che na ONU.	4	Primeiro Caderno
14.03.1965	Sobre a eleição	Parte ilegível/ Fala sobre a pacificação criada pelo governo.		
11.04.1965	Dutra	Deputados que não podem viajar a países com ideologia comunistas.	4	Primeiro Caderno
09.05.1965	Desenvolvimento científico	Enaltece a postura do regime buscando melhorar a ciência em oposição ao que antes reinava a ideologia misturada com a ciência.	4	Primeiro Caderno
13.06.1965	Solução protelada	Sobre os "comunistas" nas universidades e a demora para solucionar os problemas.	4	Primeiro Caderno
08.08.1965	A justiça com a palavra	Eleições e a necessidade de dosar medidas contra subversivos mas não prejudicar outros.	4	Primeiro Caderno
10.10.1965	A paz de Paulo VI	Sobre como conquistar a paz, crítica à URSS e aos atos de subversão.	4	Primeiro Caderno
10.10.1965	Democracia Cristã	Indicação de livro.	4	Primeiro Caderno
14.11.1965	Política na opinião pública	Usa trechos de jornais que elogiam o regime dizendo que o sacrifício está valendo a pena.	4	Primeiro Caderno
12.12.1965	UNB	Fala sobre os problemas criados na Universidade de Brasília.	4	Primeiro Caderno
12.12.1965	Vietnã e Alemanha	Relaciona as questões diplomáticas da URSS.	4	Primeiro Caderno
13.03.1966	Soberania	Jornal fala de um outro modo de soberania ante a subversão.	4	Primeiro Caderno
08.05.1966	A paz não desejada	Sobre o vietnã	4	Primeiro Caderno
08.05.1966	Democracia Cristã	Costa e Silva diz que o Brasil não se sujeitará a outro regime a não ser a	4	Primeiro Caderno

FOLHA DE S. PAULO				
Data	Título	Resumo matéria	Pág.	Localização
		democracia, mas diz que a mesma não é como uma casa "pré fabricada".		
10.07.1966	Guerra de nervos	Crítica ao modo como as cassações estavam sendo aplicadas para favorecimento do governo e não combate aos subversivos.	4	Primeiro Caderno
10.07.1966	Paralelo (partes ilegíveis).	Sobre eleição dos EUA e a reação da esquerda.	4	Primeiro Caderno
14.08.1966	Conferência de Bogotá	Sobre necessária união e medidas na América Latina que podem conter a subversão.	4	Primeiro Caderno
14.05.1967	Política na opinião pública	Fala do jornal diário de notícias sobre o comunismo e a igreja.	4	Primeiro Caderno
11.06.1967	Perigos	Sobre o caso dos mísseis em Cuba e a política da URSS na localidade árabe.	4	Primeiro Caderno
09.07.1967	Não violência e política na op. alheia	Artigo sobre não violência e enaltecimento da ESG	4	Primeiro Caderno
13.08.1967	Palavras e armas	Discurso de fidel (ilegível)		Primeiro Caderno
13.08.1967	Política na opinião pública (jornal bem ilegível)	Sobre subversão e reforma agrária.	4	Primeiro Caderno
10.12.1967	Política na opinião alheia	Membros da Igreja que adeptos da subversão.	4	Primeiro Caderno
14.01.1968	Processos	Russos que relatam o terror comunista na URSS.	4	Primeiro Caderno
14.01.1968	China	Sobre a denúncia de ataque norte americano na china mas diminui-se a questão, dizendo que pode ser mentira de Stalin.	4	Primeiro Caderno
14.01.1968	Vietnã	A permanência da guerra do Vietnã.	4	Primeiro Caderno
11.02.1968	Credibilidade	Sobre guerra Vietnã	4	Primeiro Caderno
10.03.1968	Educar em massa	Defende a melhora da educação para garantir a soberania.	4	Primeiro Caderno
10.03.1968	Política na opinião alheia	Igreja e comunismo.	4	Primeiro Caderno
14.04.1968	Bombas	Usa-se o termo terrorismo para falar de ações: o caso da bomba.	4	Primeiro Caderno
12.05.1968	O protesto da mocidade	Retira a ideia de que os protestos são políticos.	4	Primeiro Caderno
09.06.1968	O trabalho e a imaginação	Como as esquerdas falam do trabalho.	4	Primeiro Caderno
14.07.1968	Guerra psicológica	Jornal questiona se de fato a mesma existe.	4	Primeiro Caderno

FOLHA DE S. PAULO				
Data	Título	Resumo matéria	Pág.	Localização
14.07.1968	Tempo vazio e tempo existencial	Cita o Marx e Hegel para falar do tempo e a reforma universitária.	4	Primeiro Caderno
11.08.1968	Continuaremos assim?	Sobre as passeatas dos jovens, criticando a postura repressiva do regime.	4	Primeiro Caderno
11.08.1968	Opinião alheia	Trechos de jornais contra as manifestações estudantis alegando que são extremistas.	4	Primeiro Caderno
08.09.1968	Retrato sem retoques	Bispos: defendendo que não são comunistas, pelo contrário seria a solução para pessoas não serem seduzidas pelo comunismo.	4	Primeiro Caderno
10.11.1968	Recrudescimento	Diz sobre a existência de elementos subversivos.	4	Primeiro Caderno
10.11.1968	A universidade e a empresa	Cita Marx e analisa a universidade dizendo que essa análise é importante pensando em questões de subversão.	4	Primeiro Caderno
10.11.1968	Dos pais do capitão Chandler	Morte de militar estadunidense em São Paulo em protesto contra a guerra do Vietnã.	4	Primeiro Caderno
08.12.1968	Crise religiosa	Sobre acusações de atos subversivos dentro da Igreja.	4	Primeiro Caderno
08.12.1968	Ainda a solidão (metade ilegível)	Função da mídia e as questões ideológicas.	4	Primeiro Caderno
08.12.1968	Opinião alheia	Igreja e o Comunismo.	4	Primeiro Caderno

APÊNDICE E: FONTES DE O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE S. PAULO			
Data	Título	Resumo matéria	Pág.
12.01.1964	Os planos subversivos do presidente	Matéria ilegível.	3
12.01.1964	Comunistas ambicionam mercados da América Latina	Tentativa de inserção da URSS em terras latinas.	26
02.02.1964	Trama diabólica	Sobre corrupção e influência comunista na Petrobras.	3
02.02.1964	Mar de lama	Sobre a crise política brasileira que está relacionada ao comunismo.	3
02.02.1964	O presidente do Panamá e o tigre	Propaganda Comunista.	3
02.02.1964	Propensos os comunistas a apoiar Kubitschek em 1960	Sobre a presença comunista e seus trâmites na política brasileira.	3
02.02.1964	Outra linguagem	Discurso Lacerda sobre necessidade de "dar um governo ao Brasil".	3
02.02.1964	Visão da semana: continua a incerteza e também a crise	Caso da Petrobras.	26
08.03.1964	A embaixada russa e a revolução	O problema e ameaça ao Brasil ao permitir a instalação da embaixada russa em solo brasileiro	3
08.03.1964	Devassando os antros	A esquerda como falsos amigos da pátria.	3
08.03.1964	Neutralização uma palavra a ser explicada	Sobre o avanço da questão comunista.	3
12.04.1964	Página toda dedicada a "Revolução"	Diversos pontos e perspectivas à "Revolução".	3
10.05.1964	A política de Revolução" título matéria	Discurso anticomunista de Castelo Branco.	3
12.07.1964	O declínio de Fidel	Contradição ao dizer que o comunismo nunca esteve no Brasil.	3
09.08.1964	A nova política externa do Brasil	O golpe como a garantia de uma boa posição internacional.	3
09.08.1964	Crê-se difícil aprovação da coincidência dos mandatos'	Necessidade de prorrogar mandato para o bem da "revolução".	3
09.08.1964	Justiça Eleitoral: Conclusões	Defesa da extinção de partidos.	3
09.08.1964	Diversas Adversa	Ataques terroristas contra a "revolução."	3
13.09.1964	Governo Jango	Página para dizer mazelas sobre o governo Jango.	3
11.10.1964	Fórum Nacional dos Reitores	Encontro de reitores.	3
11.10.1964	O verdadeiro poder revolucionário	A câmara.	3

O ESTADO DE S. PAULO			
Data	Título	Resumo matéria	Pág.
08.11.1964	A função da UDN	Sobre a UDN e as diretrizes do Regime Militar.	3
13.12.1964	Representação discente	Novas regras para controle de estudantes e sua representação discente.	3
13.12.1964	Moralismo e política internacional	Sobre política dos EUA e relação latino-americana.	3
13.12.1964	Aguarda-se o recrudescer da política do Goiás	Sobre intervenção federal após corrupção e "subversão".	3
13.12.1964	Jornalista traça perfil de Castelo	Artigo evidenciando características positivas de Castelo.	3
10.01.1965	A política do Dr. Sukarno	Associação comunista da Indonésia.	3
10.01.1965	Sistemas políticos	O presidencialismo e a "revolução".	3
14.02.1965	Um pronunciamento histórico	Discurso de Carlos Lacerda.	3
14.02.1965	Educação e planejamento	A necessidade de uma nova estruturação da educação.	3
14.02.1965	Nova mentalidade	Justificativa para adiar processo eleitoral.	3
14.02.1965	O "pacifismo" de mao tsé-tung	Crítica ao comunismo.	3
14.03.1965	Reformas institucionais?	Aspectos eleitorais.	3
14.03.1965	Pobre São Paulo	O resultado das eleições de SP.	3
14.03.1965	Sic transit Gloria Mundi	Sobre a URSS.	3
14.03.1965	Governo na última fase da consolidação da Revolução	Sobre as eleições.	3
11.04.1965	O prestígio da força e do êxito	Sobre a resposta de força dos EUA contra a investida "comunista".	3
09.05.1965	Corrigindo erro grave	Apoio sobre a prorrogação do ato institucional.	3
09.05.1965	O 20º aniversário do fim da guerra	Faz um tom de alerta ao dizer que ainda há guerra, o perigo comunista.	3
09.05.1965	Essa semana o congresso decidirá das inelegibilidades	O processo eleitoral.	3
13.06.1965	A sucessão presidencial	O processo eleitoral.	3
13.06.1965	Não registro da candidatura de Lacerda causa estranheza	O processo eleitoral.	3
11.07.1965	Boas notícias	Notícias positivas sobre o regime.	3
11.07.1965	União impossível	"Higienização" do regime.	3
11.07.1965	Kennedy, Frei e o desafio comunista	Modos de conter o comunismo.	3

O ESTADO DE S. PAULO			
Data	Título	Resumo matéria	Pág.
11.07.1965	Comando do PTB estuda a adoção de nova linha tática	Sobre o processo eleitoral.	3
08.08.1965	Dois pesos duas medidas	O caráter subversivo em relação ao processo eleitoral.	3
08.08.1965	O problema estudantil	O problema da representação discente.	3
08.08.1965	A la recherche de la grandeur perdue	Menção ao comunismo.	3
08.08.1965	Reforma do regime já tem seu esboço encomendado	Sobre estruturação e questão eleitoral.	3
12.09.1965	O embaixador J. Magalhães e o momento	Sobre as crises estruturais do regime.	3
12.09.1965	Os fuzis do sr.Castro	A periculosidade de Cuba com a fala de Fidel.	3
12.09.1965	Juracy tentará rearticular o esquema revolucionário	Questão eleitoral.	3
12.09.1965	A representação de Brasília	Questão eleitoral.	3
10.10.1965	O caminho certo	Apoio a Lacerda.	3
10.10.1965	Universidade e desenvolvimento	Ataque a ciências humanas.	3
10.10.1965	Castelo lidera articulação política nas áreas política e militar	Questão eleitoral.	3
14.11.1965	As duas falas presidenciais	Crítica a Castelo.	3
14.11.1965	Justificação dos "radicais"	As classes populares precisam compreender a "grandiosidade" do Regime.	3
14.11.1965	Ainda a Rhondonésia	Sobre a invasão comunista China e URSS.	3
14.11.1965	Sucessão estadual em 66 seria por eleição indireta	Questão eleitoral.	3
14.11.1965	Reformulação dentro de dias	Sobre alteração dos partidos.	3
14.11.1965	Inqualificáveis	Justificativa das eleições indiretas.	3
12.12.1965	Caminho errado	O movimento dos estudantes e a relação do governo.	3
12.12.1965	Modificações na hierarquia soviética	A liderança da URSS.	3
12.12.1965	Leis não constitucionais	Alteração do Poder Judiciário.	3
09.01.1966	Que se preserve a Revolução	A presença "subversiva" na educação.	3
09.01.1966	A nova crise em São Domingos	Sobre o caos gerado pelo comunismo.	3
13.02.1966	A revolta dos intelectuais russos	Movimento de intelectuais russos contra o regime comunista.	3

O ESTADO DE S. PAULO			
Data	Título	Resumo matéria	Pág.
13.02.1966	Preparada na área militar a candidatura do ministro	Questão eleitoral.	3
13.03.1966	A "via crucis" de uma candidatura	Questão eleitoral sobre Costa e Silva.	3
13.03.1966	Os estudantes vencem o imperialismo	O movimento estudantil e a influência comunista.	3
10.04.1966	A política internacional do Brasil	Perigo do avanço comunista na América.	3
10.04.1966	O problema dos novos códigos	Faz-se menção a leis de conduta criadas por Jango que "descumprem a moral liberal e cristã".	3
10.04.1966	Adauto favorável a candidatura de união	Questão eleitoral.	3
08.05.1966	A Fiat e a nova classe	Os comunistas impedem o acesso ao carro mas os usufruem.	3
08.05.1966	Militares contra civis na china	Sobre o poder do PC.	3
12.06.1966	A educação em S. Paulo e a revolução	A construção da educação dentro dos moldes do regime.	3
12.06.1966	A América Latina da Europa	Crítica ao jornal <i>Le Monde</i> que diz preocupar-se com a influência dos militares na política, dizendo que eles não entendem a realidade latina.	3
10.07.1966	Fantasia doentias	Aumento da influência da URSS.	3
10.07.1966	Notícias de cassação revelam divergências	Sobre o sistema eleitoral que inibe "subversão".	3
11.09.1966	De Gaulle não se renova	França e o Comunismo.	3
09.10.1966	A viagem de Johnson a Ásia	Conter avanço comunista no Vietnã.	3
13.11.1966	Ainda a crise Alemã	Sobre os problemas internos da Alemanha e o comunismo.	3
11.12.1966	Stalin ontem e hoje	A imagem Stalin.	3
08.01.1967	O apelo do papa a China	Mensagem do papa na realidade comunista.	3
12.02.1967	A terceira conferência interamericana	Matéria reforça a ideia do Brasil como país satélite na América Latina.	3
12.03.1967	O sindicalismo em S. Paulo	Fala-se sobre o verdadeiro sindicalismo diferente do mantido anteriormente pelos "comunistas".	3
12.03.1967	Novo nacionalismo alemão	Sobre o fantasma do socialismo.	3
09.04.1967	Marcha ré	Perigo das lideranças latinas estarem dissonantes, o que pode aumentar a influência marxista.	3

O ESTADO DE S. PAULO			
Data	Título	Resumo matéria	Pág.
09.04.1967	Êxito na pacificação do Vietnã do Sul	A guerra dos comunistas no Vietnã.	3
09.04.1967	O sindicalismo atual	A necessidade de manter os sindicatos sob tutela do governo.	3
11.06.1967	Os estudantes diálogo e a liberdade	Protestos "estudantes totalitários".	3
11.06.1967	A encenação de Nasser e a URSS	Sobre o caráter "manipulador" dos líderes comunistas.	3
09.07.1967	A velhice de Gaulle	O comunismo na França.	3
13.08.1967	A resposta adequada a Castro	A influência comunista de Castro na América Latina sobre sua estratégia.	3
10.09.1967	<i>O Capital</i> , cem anos depois	Análise crítica a obra de Marx, alegando que é totalmente falha.	3
10.09.1967	A independência da árabia do sul	O impacto do comunismo.	3
08.10.1967	O governo e a Universidade de Brasília	Acabar com a propaganda "comuno-goulartista".	3
08.10.1967	Um chileno em Paris	A "democracia cristã chilena" que agora pode ser tomada pelos soviéticos.	3
12.11.1967	As razões da crise da Igreja	O perder a fé.	3
12.11.1967	De Gaulle de novo anticomunista?	Influência comunista nas estruturas políticas da França.	3
10.12.1967	O preço de de Gaulle	Questiona a postura do líder francês associada ao comunismo.	3
14.01.1968	Algo novo na frente Leste	Sobre crises do comunismo.	3
11.02.1968	Lições de uma vitória	Crítica a DSN.	3
11.02.1968	Constristador	Crítica a postura "esquerdista" alegando que algumas preocupações são legítimas mas são tendenciosas.	3
11.02.1968	Reações na plateia da guerra	Sobre a guerra no Vietnã.	3
10.03.1968	Pravda, a verdade dita comunista	Sobre a perseguição de jovens na URSS e a oposição interna a esses acontecimentos.	3
10.03.1968	Magalhães deseja a revolução autêntica	Pacificação em oposição a elementos "esquerdizantes".	3
14.04.1968	Uma igreja que não tem ainda a sua páscoa	Sobre a vida de padres em terras comunistas.	3
12.05.1968	Servan-Schreiber e a esquerda	A "esquerda real" é ruim e que pinta os EUA de forma incoerente.	3
12.05.1968	Abalado o bloco oriental	Compara a URSS ao nazismo em sua tentativa de dominação total.	3
09.06.1968	De Gaulle e o problema francês	Postura do presidente e ligação ao comunismo.	3

O ESTADO DE S. PAULO			
Data	Título	Resumo matéria	Pág.
14.07.1968	Os acontecimentos do Uruguai e o Brasil	Sobre a influência Comunista e o perigo de implantação na América Latina.	3
14.07.1968	Ku Klux Kan x Marcuse	Relativiza a KKK chegando a enaltecer sua postura de expulsar um pensador "comunista" dos EUA.	3
14.07.1968	Política econômica e forças armadas	Relata a superioridade das forças armadas em relação a outros setores.	3
14.07.1968	O imperialismo em ação	O imperialismo Russo.	3
11.08.1968	A prevenção contra o estrangeiro	Sobre o perigo no território nacional.	3
11.08.1968	Uma candidatura sob sinais alarmantes	A liderança natural dos EUA.	3
11.08.1968	Povo contra perturbações	Justificativa a atitude do governo em cancelar as manifestações estudantis.	3
08.09.1968	A integração das Nações Americanas	Brasil e Chile: necessidade de integração entre os países da América latina ante a ameaça comunista.	3
08.09.1968	O terrorismo cultural	Segundo levante comunista ocorrendo nas estruturas das universidades brasileiras.	3
08.09.1968	Após Medellín ficamos com o papa	Críticas dão brechas ao comunismo.	3
13.10.1968	Dr. Helder e o ministro passarinho	Relação do arcebispo Helder com o comunismo.	3
13.10.1968	Os rumos prováveis da "Revolução sem rumo "	O perigo de um segundo levante comunista partindo das universidades.	3
13.10.1968	A hora é da verdade	Os perigos do comunismo e os jovens que já são velhos pois estão "estragados" pelo comunismo.	3
13.10.1968	A maioria do povo deseja a paz	Sobre a postura "fraca" do regime ante aos perigos subversivos.	3
10.11.1968	O significado de um vitória eleitoral	A vitória de Nixon como uma resposta à Rússia.	3
10.11.1968	A insensatez do liberalismo ritualístico	Traça um paralelo racismo e comunismo.	3
08.12.1968	Repetir a França	Os problemas gerados pelos comunistas.	3

APÊNDICE F: FONTES DE *O GLOBO*

O GLOBO				
Data	Título	Resumo	Pág.	Localização
08.02.1964	Discurso errado para ouvidos certos	Sobre o discurso de Goulart.	1	Matutina/Geral
11.04.1964	A revolução consolidada	O golpe sendo algo necessário e que ajuda.	1	Matutina/Geral
09.05.1964	O exemplo alemão	Traça um paralelo com a Alemanha Ocidental e o comunismo.	1	Matutina/Geral
09.05.1964	O reitor recebe a comunista	Sobre Maria Linhares ,acusada de dirigir a rádio da educação de modo comunista	1	Matutina/Geral
08.08.1964	O Brasil e a crise no vietnã	O Brasil e a Guerra do Vietnã.	1	
12.09.1964	As revoluções devem traduzir seus efeitos	Necessidade de não aceitar Jango.	1	Matutina/geral
12.09.1964	O exílio e o inverno	Defesa a JK em seu exílio.	2	Matutina/geral
12.09.1964	Presença de San Tiago Dantas	Sobre ataques subversivos que comprometem a "revolução".	2	Matutina/geral
14.11.1964	A aliança e a OPA	A postura do Brasil ante a realidade internacional.	2	Matutina/geral
12.12.1964	A realidade militar	A não divisão do exército,sendo tudo tentativa de silenciar.	1	Matutina/geral
12.12.1964	O encontro secreto	Relato do sonho do escritor do artigo.	2	Matutina/geral
09.01.1965	Sem amor nem ódio	Sobre o conselho universitário da educação.	2	Matutina/geral
13.02.1965	O quadro real	Estruturação do Regime Militar.	1	Matutina/geral
13.03.1965	Boatos e intrigas contra a Revolução	A postura dos comunistas do Brasil ante a guerra do Vietnã.	1	Matutina/geral
08.05.1965	Adiamento da Conferência	Segurança nacional e a subversão.	1	Matutina/geral
12.06.1965	As razões do ódio	Compara-se Lacerda ao Fidel.	1	Matutina/geral
14.08.1965	Educação para democracia	O Regime acabou com a "balbúrdia" e a "subversão" nas universidades.	2	Matutina/geral
14.08.1965	Ao povo, a verdade	Sobre o processo de eleição.	3	Matutina/geral
09.10.1965	Paz, ordem e trabalho	Sacrifícios pela "revolução".	1	Matutina/geral
09.10.1965	Apenas um exemplo	Contra Carlos Lacerda.	2	Matutina/geral
13.11.1965	No caminho certo	Sacrifícios pela "revolução".	1	Matutina/geral
08.01.1966	Limites do crédito de confiança	Limites pensando no "bem da revolução".	1	Matutina/geral
14.05.1966	pela grandeza da revolução	Defesa por "Expurgar os vermelhos".	1	Matutina/geral

O GLOBO				
Data	Título	Resumo	Pág.	Localização
09.07.1966	Depois será pior	A favor dos EUA contra o comunismo.	1	Matutina/geral
09.07.1966	Paris em foco	Sobre a eleição de Gaulle e o comunismo.	1	Segunda seção
09.07.1966	A trilha de Ho chi min	Apresenta inclusive mapa sobre a ameaça comunista de infiltração.	1	Segunda seção
13.08.1966	Bispos e Militares	O clima de intranquilidade favorece os comunistas.	1	Matutina/geral
13.08.1966	XII-Alvo para foguetes	Sobre espionagem russa.	1	Segunda seção
10.09.1966	O recrudescimento da Luta	Ameaças do comunismo.	1	Segunda seção
10.09.1966	O fedelho passou a filósofo,a miss lê...	Comparativo sobre a rebeldia juvenil e as mudanças gerados pelo comunismo.	1	Segunda seção
10.10.1966	A missão que não pode ser esquecida	Atribui função de unidade à Igreja católica.	3	Matutina/geral
10.12.1966	Paris em foco	Sobre De Gaulle, o interesse da URSS é para o apoio comunista.	1	Segunda seção
14.01.1967	Compromissos irrevogáveis	Balanço sobre o regime, os perigos foram superados.	1	Matutina/geral
14.01.1967	Os pesados tributos do vietcongs	Caráter negativo do domínio comunista.	1	Segunda seção
11.02.1967	Hesitações de Moscou	Fragilidade da URSS.	1	Matutina/geral
08.04.1967	Linguagem comunista 50 anos depois	O linguajar comunista e seus significados.	1	Segunda seção
13.05.1967	Avião que permite êxodo dos cubanos	A fuga dos cubanos devido ao comunismo do seu país.	1	Segunda seção
08.07.1967	Apenas a verdade	Fala sobre a DSN e a não existência de divisão entre os militares.	1	Matutina/geral
12.08.1967	De faca nos dentes	Organização comunista é risco uma vez que Fidel diz sobre intercâmbio de guerrilha.	1	Matutina/geral
11.11.1967	É perfeito o entendimento das américas	Discurso de Costa e Silva.	1	Matutina/geral
11.11.1967	Alta prioridade	Propõe uma interação maior entre Brasil e Argentina.	1	Matutina/geral
09.12.1967	De Debret a Debray	Sobre subversivos franceses em solo brasileiro.	1	Matutina/geral
09.12.1967	Página para falar sobre a URSS, uso até de costumes	Direcionado a URSS.	1	Segunda seção
08.03.1968	A esquerda festiva e a revolução	Contra o comunismo,defesa da "Revolução".	2	Matutina/geral
13.04.1968	Casa sem educação todos gritam e ninguém tem razão	Postura da igreja ante os movimentos estudantis.	2	Matutina/geral
11.05.1968	O estalo do Kurt	A busca por liberdade tcheca e o problema comunista.	1	Matutina/geral

O GLOBO				
Data	Título	Resumo	Pág.	Localização
11.05.1968	Os acordos militares e a infiltração Russa	URSS.	1	Segunda seção
08.06.1968	A tragédia e o mito	Posturas incoerentes dentro da Igreja.	1	Matutina/geral
08.06.1968	Aberrações ensinadas pelo ISPAC em Belo horizonte	Sobre risco de golpe comunista.	1	Matutina/geral
13.07.1968	Assembleia ordinária da conferência nacional dos bispos no Brasil	Manifestações estudantis.	1	Matutina/geral
10.08.1968	Cangaceiros do asfalto	Manifestações dos estudantes colocadas como atos de subversão e guerrilha.	1	Matutina/geral
10.08.1968	Reflexões sobre a condição humana, assinado por Gustavo	A função da igreja é ajudar a moral e proteger.	2	Matutina/geral
10.08.1968	A tragédia continua	A culpa da guerra da Nigéria é atribuída à URSS.	8	Matutina/geral
12.09.1968	Jaime, ano XXV	Crítica a representante da Igreja.	1	Matutina/geral
12.09.1968	Carta aberta a D. Sebastião Baggio	Influência soviética nas guerras.	2	Matutina/geral
12.09.1968	As guerras do Nasser	Influência soviética nas guerras.	8	Matutina/geral
12.10.1968	Esquerda "Hippie"	Tom irônico sobre a esquerda e o movimento hippie.	1	Matutina/geral
12.10.1968	Moscou e o projeto rondon	Sobre a tentativa de dominação da URSS.	2	Matutina/geral
09.11.1968	Sofistas no poder	Sobre o perigo comunista iminente na política brasileira.	1	Matutina/geral
09.11.1968	O que quer dizer subversivo?	Parte de um diálogo explicando o que significa ser subversivo.	2	Matutina/geral
09.11.1968	Defesa contra agressão	Influência soviética.	8	Matutina/geral
09.11.1968	Paris em foco: Sem rumo e sem união as esquerdas se desagregam	Para mostrar a desorganização da esquerda.	8	Matutina/geral
14.12.1968	Criticando	Crítica a postura da igreja católica.	5	Matutina/geral
14.12.1968	E agora a corda no pescoço	Conferência secreta da URSS e seus planos.		Matutina/geral